



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 210, SÁBADO, 2 DE DEZEMBRO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 182ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2023

1.1 – ABERTURA 8

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Orador

Senador Eduardo Girão – Críticas à decisão do STF que definiu as condições em que as empresas jornalísticas estão sujeitas à responsabilização civil em caso de publicação de entrevista na qual o entrevistado atribua falsamente a outra pessoa a prática de um crime. Satisfação com o alcance na Câmara dos Deputados do número mínimo de assinaturas para a instalação de CPI destinada a investigar supostos abusos de autoridade praticados por membros do STF e do TSE. 8

1.2.2 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão especial para 1º de dezembro, às 14 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do Delegado de Polícia. 17

Convocação de sessão não deliberativa para 4 de dezembro, às 14 horas. 17

1.3 – ENCERRAMENTO 17

2 – ATA DA 183ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2023

2.1 – ABERTURA 19

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Nacional do Delegado de Polícia, nos termos do Requerimento nº 963/2023, do Senador Humberto Costa e outros Senadores. 19

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 19

2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Eduardo Gomes) 19

2.2.3 – Oradores

Sr. Gustavo Paulo Leite de Souza, Diretor-Executivo da Polícia Federal 20



Senador Izalci Lucas	21
Sra. Maria do Socorro Tinoco, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal e representante da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal	23
Sr. José Werick de Carvalho, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal	23
Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal	24
Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal	26
2.3 – ENCERRAMENTO	28

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicação

Do Senador Irajá, que encaminha relatórios de viagens realizadas por S. Exa. em missões, nos termos dos Requerimentos nºs 18, 329 e 491/2023-CDIR.	30
---	----

3.1.2 – Encaminhamento de expedientes

Encaminhamento dos Avisos nºs 946 e 949/2023, do Tribunal de Contas da União, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	32
---	----

3.1.3 – Indicação

Nº 101/2023, do Senador Rodrigo Cunha, que <i>sugere ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços a apresentação de proposição legislativa que preveja o Programa Desenrola Brasil Empresas.</i>	34
--	----

3.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 573/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária Educar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.</i>	38
--	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 702/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.</i>	41
---	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 727/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo.</i>	44
--	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 806/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará.</i>	47
--	----



Projeto de Decreto Legislativo nº 1080/2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco.* 50

Projeto de Decreto Legislativo nº 439/2022, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará.* 53

Projeto de Decreto Legislativo nº 457/2022, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jamaru - ACJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.* 56

Projeto de Decreto Legislativo nº 271/2023, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá.* 59

3.1.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 630/2023, na origem (**Mensagem nº 92/2023, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.* 63

3.1.6 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 568/2023, na origem , que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017.* 119

Nº 656/2023, na origem , que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2023.* 120

3.1.7 – Projetos de Lei

Nº 5815/2023, do Senador Wilder Moraes, que *altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências” para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos.* 122

Nº 5816/2023, do Senador Fernando Dueire e outros Senadores, que *dispõe sobre a indústria do hidrogênio de baixo carbono e suas tipificações, dispõe sobre a respectiva estrutura e fontes de recursos, e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e dá outras providências.* 128

3.1.8 – Término de Prazos

Término do prazo, em 30 de novembro, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 1083 e 5610/2023. 154

Término do prazo, em 30 de novembro, com apresentação de vinte emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 3626/2023. 155



Término do prazo, em 30 de novembro, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 1435/2022.	159
--	-----

PARTE III

4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EM FAVOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ata da 1ª, realizada em 13 de novembro de 2023	161
--	-----

5 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Ata da 1ª, realizada em 26 de outubro de 2023	178
---	-----

6 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA

Ata da 7ª reunião, realizada em 7 de novembro de 2023	206
---	-----

7 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	229
------------------------------------	-----

8 – RETIFICAÇÃO

Diário do Senado Federal nº 105, de 5 de julho de 2022	253
--	-----

9 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. (Suplemento “A”)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. (Suplemento “B”)

10 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	268
---	-----

11 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	271
--	-----

12 – LIDERANÇAS	272
-----------------------	-----

13 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	274
----------------------------------	-----

14 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	283
---	-----

15 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	286
--	-----

16 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	324
-------------------------------	-----



Ata da 182ª Sessão, Não Deliberativa,
em 1º de dezembro de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Dr. Hiran.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 22 minutos e encerra-se às 11 horas e 5 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Passamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Girão.

Senador Girão, por favor, o senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido amigo e irmão, Senador Dr. Hiran Gonçalves, do Estado de Roraima, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiros e brasileiras que estão nos acompanhando pelo trabalho exímio da equipe de comunicação da Casa Revisora da República – TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado –, e muito obrigado.

Dr. Hiran, eu não posso começar esta sessão sem parabenizá-lo, porque, nesta semana, o senhor fez dois golaços aqui nesta Casa. E, mais uma vez, eu quero agradecer o roraimense por tê-lo trazido aqui para esta arena política, que estava precisando de uma pessoa equilibrada, de uma pessoa pacificadora, mas firme em seus princípios e valores, como é a sua característica nesta Casa.

Nós tivemos uma audiência extremamente delicada na Comissão de Assuntos Sociais, na quarta-feira, onde foi criado um impasse. Estavam lá Senadores tentando buscar solução, de todas as formas, para que fosse promovida a vacinação, que é importantíssima, ninguém é contra a vacinação, mas, ao mesmo tempo, que não se constrangessem pais e crianças que, porventura, por algum motivo, alguma situação, não queiram se vacinar.

O senhor, com muita sabedoria, conseguiu construir um consenso entre todos, de direita, de esquerda, de centro – isso é uma habilidade de grandes políticos –, para se encontrar essa solução na Comissão de Assuntos Sociais. Foi o art.4º, cuja emenda foi do senhor, devidamente aprovada, por unanimidade, pelo próprio Relator e pelos membros da Casa.

Então, quero lhe dar os parabéns. Ao mesmo tempo em que a sua fala foi muito sensata, muito verdadeira, com relação à Marina Silva, Ministra, e com o que a gente está vendo aqui no Brasil, também está ecoando bastante, no meu estado inclusive, a sua fala, e eu quero lhe dar os parabéns pela sua coragem. O senhor, que é um amazônida que entende bem a realidade, deu-nos uma aula com aquela sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna para comentar algo gravíssimo que surpreendeu e deixou estupefata a sociedade brasileira, ontem.

Por nove votos a dois, o Supremo Tribunal Federal acaba de infligir mais um duro golpe contra a liberdade de expressão, tão protegida por nossa Constituição, que recebeu o honroso título de Constituição Cidadã, promulgada, em 1988, depois de o Brasil ter vivenciado 21 anos de ditadura, com severo controle dos meios de comunicação através da censura prévia.

Foi muito grave essa decisão de responsabilizar os veículos de comunicação do país pelo conteúdo apresentado por seus convidados, por seu entrevistado. Onde já se viu isso no planeta? Este país está mesmo completamente de cabeça para baixo! Os donos do poder, com medo de críticas a eles, tomam uma decisão dessa!

Sabe o que vai acontecer, Dr. Hiran, meu querido Senador? Simplesmente, não vão chamar mais, absolutamente, não vão chamar pessoas, políticos, outros cidadãos da sociedade que são críticos do sistema,



que discordam, por exemplo, do que o STF está fazendo, jogando o Brasil em uma insegurança jurídica jamais vista na história desta nação! É para calar os conservadores de vez! Porque o *modus operandi*, o que a gente vê, na grande mídia, é já chamar, ali e acolá, um conservador.

Agora, os veículos independentes vão ter receio de chamar as pessoas da direita, os conservadores, para dar entrevista, porque os donos do poder vão poder depois dizer: “Ó, tua emissora vai ser punida por aquele entrevistado que falou isso ou aquilo”. Isso é uma intimidação, isso é para alijar a democracia no país de vez, se é que a gente tem democracia ainda aqui no Brasil. Inclusive, eu e outros Parlamentares estamos viajando o mundo – e não vamos parar, não! – denunciando esse tipo de absurdo contra a livre opinião no país, contra os direitos humanos, que são desrespeitados, das pessoas. Porque parece que os direitos humanos são seletivos, tudo é seletivo; democracia seletiva, aliás, “democracia relativa” – foi o próprio Presidente Lula que falou.

Estamos com o país de cabeça para baixo. Será que ninguém percebe isso? Os valores completamente invertidos, denúncias e denúncias de corrupção já aí com o Ministro das Comunicações – inclusive tenho um discurso para fazer sobre isso, e o farei –, e não dá para se entender esse tipo de coisa. O Governo não toma uma atitude, quando já aconteceram vários escândalos, várias situações com o atual Ministro. Eu, inclusive, chamei em outras Comissões para a gente poder trazer aqui, e é um jogo de empurra-empurra inconcebível a proteção a ministros do Governo Lula nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, a partir de agora, toda empresa jornalística, de qualquer natureza – escuta o que eu estou falando, brasileiro –, poderá ser responsabilizada pelos crimes de injúria, difamação ou calúnia em virtude de declarações feitas por pessoas entrevistadas. Tal decisão foi tomada tendo como base o julgamento de uma ação movida em função de declarações feitas numa entrevista publicada pelo jornal *Diário de Pernambuco* em 1995.

Essa medida impõe à sociedade pelo menos duas consequências diretas muito negativas. É bom a gente pontuar aqui o que é que pode acontecer, o que é que vai acontecer. A primeira é o ataque explícito à liberdade de expressão e, principalmente, à liberdade de imprensa, pilares fundamentais de qualquer democracia. A segunda é o favorecimento de condutas abusivas por parte de autoridades públicas em todos os níveis e esferas de poder. Todos nós conhecemos a grande dificuldade na coleta de provas de qualquer crime financeiro. Quantas vezes grandes esquemas de corrupção só foram devidamente investigados e desvendados depois que denúncias dos graves indícios foram noticiados pelos meios de comunicação, e, geralmente, através de alguma entrevista?

A partir de agora, o importantíssimo trabalho do jornalismo investigativo brasileiro será marginalizado e até criminalizado. Veículos de comunicação se verão na obrigação de instituir a autocensura, com claro cerceamento da liberdade, para não terem risco de serem processados. Olha que loucura, o veículo de imprensa preocupado com cada palavra do seu convidado! Não vão chamar nunca aqueles que já têm uma postura firme na defesa do que acreditam, porque uma palavra dita por eles pode incriminar um veículo que está abrindo a porta para a liberdade de expressão. É a liberdade de imprensa sendo questionada, ou seja, cada entrevistado passará por uma espécie de sabatina antes e, se a emissora perceber qualquer possibilidade de surgimento de alguma denúncia ou mesmo alguma crítica mais dura a alguma autoridade, certamente haverá o cancelamento da entrevista. Já pensou nisso? “Não, o Dr. Hiran [dando um exemplo aqui], o Dr. Hiran falou aquilo da Marina e tal, fez o questionamento sobre aquele outro político. Não, o Dr. Hiran é uma bomba-relógio aqui. Se ele falar uma coisa dessa, o meu veículo pode ser responsabilizado, o sistema não quer que ele fale isso daquele fulano de tal, não. Cancelem a entrevista do Dr. Hiran.”

A decisão do STF é gravíssima! É gravíssima! Vai ficar para falar só o que o sistema quer. Só quem fala o que o sistema quer vai ser entrevistado. Eles não vão dar sorte para o azar, não. Aqui? Absolutamente. Veja bem, a partir de agora, só será permitido elogiar ou repetir informações já divulgadas



e, portanto, entre aspas, “seguras”. É a decretação forçada da falência do verdadeiro jornalismo sério, independente, que tanto incomoda o sistema.

Mas, graças a Deus, no mesmo dia em que essa trágica decisão foi tomada por nove ministros do STF, tivemos um acontecimento muito positivo, extremamente positivo, histórico, no sentido oposto. Com a liderança do Deputado Marcel van Hattem, do Partido Novo, foram alcançadas as 171 assinaturas necessárias para instalação, lá na Câmara dos Deputados, da CPI do abuso de autoridade. Era um projeto antigo, uma tentativa nobre do Deputado Marcel van Hattem, que é do meu partido. Ele estava buscando, desde o início do ano, Deputado por Deputado. Nós aqui no Senado fomos acionados para fazer uma também, vimos que não era o momento, não conseguimos ter essa capacidade que o Deputado Marcel van Hattem teve; parabéns a ele e a todos os Deputados que tiveram coragem de assinar, foram 171 assinaturas. E, agora, lá, a CPI do abuso de autoridade tem que acontecer. É uma vitória para o Brasil.

Nós temos jornalistas, já que estamos falando de jornalismo, temos jornalistas com passaporte bloqueado no Brasil, coisa que você só vê em nazismo. Nós temos jornalistas com contas bancárias congeladas. Temos também jornalistas com rede social, seu instrumento de trabalho, derrubada por decisão judicial. Esse é o Brasil da liberdade hoje, que você acha que tem democracia. Nós temos jornalistas exilados em outro país.

Nós temos empreendedores que geram mais de 20 mil empregos que até hoje não usam sua rede social porque a Justiça do Brasil derrubou naquele tal daquele famigerado inquérito da *fake news*, que começa e não tem fim, totalmente ilegal. É uma espada na cabeça do cidadão de bem colocada pelos donos do poder, quem se acha dono do Brasil, mas o Brasil não é deles, é nosso.

Essa CPI vai trazer luz a tudo que está acontecendo. Gente está sendo condenada, de forma irresponsável, a 17 anos de prisão, enquanto grandes corruptos, assassinos, traficantes, soltos, tiveram penas muito menores que brasileiros do dia 8 de janeiro. A maioria esmagadora entrou por curiosidade, não quebrou nada, está sendo humilhada, chamada de terrorista.

Vocês querem mostrar isso para quem? Rasgando a Constituição, querendo dar lição de moral em quem? Quem são vocês? Que moral vocês têm com o que vocês estão fazendo no Brasil? Liquidaram a Lava Jato, um patrimônio do povo brasileiro, que recuperou dezenas de bilhões de reais roubados da Petrobras. Liberaram para eleição um condenado que teve nada menos do que o seu nome citado centenas de vezes em delações premiadas, condenado por corrupção, por lavagem de dinheiro. Influenciaram até a última hora a eleição apenas para o lado ideológico que queriam, para o preferido do sistema.

O ex-Presidente da República, que era candidato, não podia falar de aborto, não podia ligar aborto ao Lula, não podia ligar Daniel Ortega e Nicolás Maduro ao Lula, dois ditadores sanguinários, porque vocês não deixaram fazer essa ligação numa campanha em que a população precisa entender quem é quem, quem defende o quê. Está aí o resultado. E, aí, depois, num sincericídio, vem o Presidente do Supremo Tribunal Federal dizer: “Nós derrotamos o bolsonarismo”. E é uma frase atrás da outra dita por uns, por outros, mostrando o corporativismo e que querem continuar mandando.

Não dá, tem uma hora que não dá. Uma hora a casa vai cair. As estruturas não sustentam mais tanta podridão, tanta decisão incoerente, tanto privilégio para os poderosos. A população está entendendo e já está voltando às ruas deste país.

É muito preocupante o que tem acontecido no Brasil, mas está aqui uma luz no fim do túnel que é exatamente essa CPI do abuso de autoridade. A condição básica para justificar a necessidade de uma CPI é a existência de apenas um fato determinado.

No caso do TSE e do STF, porque a CPI é para esses abusos, desses tribunais superiores brasileiros, são tantos fatos determinados e tão graves que a dificuldade foi selecionar o mais sério deles. Nas últimas eleições presidenciais, o TSE funcionou muito mais como um partido político do que como um tribunal



isento e justo, com uma sucessão de arbitrárias decisões absolutamente parciais, beneficiando explicitamente um dos lados e prejudicando abusivamente o outro, algo nunca visto em processos eleitorais aqui no Brasil e, possivelmente, em muitas outras democracias. Mais abusivo ainda é o famigerado inquérito das *fake news*, que já perdura por mais de quatro anos com o claro propósito de perseguir e amedrontar aqueles que têm uma visão de mundo conservadora e não se submetem a um sistema corrompido e corruptor.

Um único Ministro, como falei agora há pouco, acusa, investiga, julga e condena sem direito a qualquer apelação. Com esse procedimento, o Ministro praticamente se autoneomeou o censor do Brasil, perseguindo implacavelmente jornalistas, comunicadores...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... religiosos, empreendedores e Parlamentares. Mas nenhum dos abusos de autoridade é tão grave quanto os praticados nos processos referentes aos tumultos do dia 8 de janeiro. Foi rompido o Estado democrático de direito. Pessoas simples, trabalhadoras, pais, mães e filhos, sem nenhum antecedente criminal, não tiveram direito ao devido processo legal com amplo direito de defesa. Pessoas detidas, Sr. Presidente, no dia 8, portando apenas uma bandeira do Brasil e uma Bíblia, foram condenadas, em última instância, a 17 anos de prisão como perigosos terroristas. É um Supremo Tribunal Federal que ignorou, de forma cruel, oito pedidos feitos pelo advogado de Cleriston Pereira da Cunha, o Clezão...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mesmo depois de o Ministério Público Federal ter dado parecer favorável para que ele respondesse ao processo em liberdade, em face de várias comorbidades que acabaram provocando sua morte dentro da Papuda, por falta de um atendimento médico adequado.

Para encerrar, Sr. Presidente, e, enquanto esses abusos de autoridade são praticados contra homens e mulheres de bem mantidos como presos políticos, esse mesmo Supremo presenteia, com *habeas corpus*, chefes perigosos do tráfico de drogas.

No minuto que me falta, eu concluo: vivemos num país onde o ex-Governador do Rio de Janeiro... Não sei se tem alguém do Rio de Janeiro aí, não, não é? Este grupo é de onde?

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De Goiás. Estão fazendo visita. Sejam muito bem-vindos aqui ao Plenário do Senado Federal! A Galeria está cheia, fico muito feliz com isso, numa sexta-feira.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Concluindo, no minuto que falta, nós vivemos num país onde o ex-Governador do Rio de Janeiro, condenado a 425 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, foi premiado com o direito de cumprir sua pena livre e no conforto de suas luxuosas mansões.

Vivemos num país onde temos o Supremo, que fez um vergonhoso malabarismo jurídico, derrubando a prisão em segunda instância de forma casuística para beneficiar Lula e todos os criminosos do colarinho branco.

Estou em paz com a minha consciência, estou fazendo a minha parte. Não é esse o Brasil que eu quero deixar para os meus filhos e netos, por isso eu subo a esta tribuna, assino todos os pedidos de *impeachment* que vêm, de ministros, CPIs de “lava toga”. Estou combatendo o bom combate para o futuro



da nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discursar - Presidente.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu quero, em nome desta Casa, dar as boas-vindas para os nossos queridos goianos que nos prestigiam com sua presença. É uma honra tê-los aqui. Isto aqui é uma sessão não deliberativa. Nós aqui temos, regimentalmente, cada Senador tem 20 minutos para se manifestar. E nós sempre damos um pouco mais de tempo para que eles encerrem todas as suas falas de uma maneira completa. Sejam muito bem-vindos e tenham um excelente final de semana!

Senador Girão, Sras. e Srs. Senadores e todos que me assistem, esta semana nós começamos a sentir uma inquietação na nossa fronteira norte. A nossa fronteira norte compreende dois países: a Venezuela e a Guiana, ex-Guiana Inglesa, República Cooperativista da Guiana hoje, independente. Setenta por cento do território guianense é o Essequibo, que é uma área pantanosa, rica em biodiversidade, minério e petróleo, e essa área é uma área em reclamação. A Venezuela contesta um tratado efetuado em Paris em 1899, dando autonomia à Guiana para explorar o Essequibo. O que acontece é que hoje o Essequibo é explorado no seu mar territorial pertencente à Guiana. Explora-se petróleo lá: a ExxonMobil produz 450 mil barris de petróleo/dia lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Quantos?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quatrocentos e cinquenta mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Meu Deus...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A Guiana é um país que tem 1 milhão de habitantes e tem uma das maiores reservas do mundo de petróleo, inclusive, maior que a da Arábia Saudita.

O que acontece? A Venezuela, governada por esse Presidente tirano Nicolás Maduro, que, aliás, é recebido aqui com pompas e circunstâncias – mas a gente se manifesta contra nesta tribuna –, resolveu fazer um referendo nacional para dar às pessoas que nasceram no Essequibo a nacionalidade venezuelana. Ora, ele está, com isso, dizendo que o Essequibo é venezuelano, ferindo um tratado de Paris de 1899.

Quero aqui dar boas-vindas ao nosso ex-Deputado Edinho Bez, que nos prestigia com sua presença.

Eu, muito preocupado com isso, procurei o nosso Ministro da Defesa, José Múcio, para falar da inquietação que acontecia no nosso estado e nos países limítrofes.

O Ministro me informou que já havia imediatamente autorizado um reforço do nosso Exército nas nossas fronteiras, tanto em Pacaraima, quanto em Bonfim e Normandia, que são os municípios que fazem fronteira com os dois países, e que não aceitaria nenhum tipo de agressão à nossa soberania naquela área. Aí nós combinamos que eu iria imediatamente a Pacaraima para ver como estava a situação real. Saí daqui na terça-feira de madrugada, fui a Pacaraima, na quarta-feira, passei o dia lá, e pude ver que realmente não há uma movimentação de tanques, como se colocou nas redes sociais, do lado venezuelano.

Vai haver o referendo, e, pelo que eu pude perceber – fui à Prefeitura de Santa Helena e pude perceber –, o referendo será aprovado por 90% das pessoas daquele país, até porque quem é contra o Governo já saiu da Venezuela, já foi... Há um êxodo humano de mais de 6 milhões de pessoas que vagam pelo mundo em extrema vulnerabilidade. Só naquela quarta-feira, para vocês terem uma ideia, saíram da Venezuela mais de 600 pessoas. Uma parte entra pela Operação Acolhida, que é o modelo que foi



construído ainda lá no final do Governo Temer e tem sido mantido pelos governos.

A Operação Acolhida é um exemplo para o mundo de acolhimento de imigrantes, mas eu digo que ela é uma faca de dois gumes, porque, como ela é muito organizada e custa muito para o nosso país... Para vocês terem uma ideia, fornecem-se, só na área da Acolhida, fora os outros 11 abrigos que nós temos em Roraima, 8 mil refeições diárias; fora todo o apoio logístico, social; a Polícia Federal, enfim, todas as nossas instituições estão lá; saúde... E aí, como o país vizinho não tem comida para dar para os seus nacionais – as pessoas perdem peso porque não conseguem comer –, as pessoas vêm para a Operação Acolhida porque lá tem comida. E, aí, nós ficamos sobrecarregados em Pacaraima e no nosso estado como um todo.

Para vocês terem uma ideia, quase 100% do nosso teto da atenção primária em Pacaraima é utilizado para o tratamento dos venezuelanos. Na nossa capital, na nossa maternidade, hoje tem 40% de partos de venezuelanos. A atenção especializada também tem uma afluência muito grande de venezuelanos. Por quê? Porque nós temos, no SUS, um tripé pétreo de equidade, universalidade e integralidade, e, quando o imigrante chega ao nosso país, ele recebe um protocolo de refugiado, ele recebe um cartão do SUS, ele entra no CadÚnico, recebe os nossos programas sociais e uma carteira de trabalho. E, normalmente, ele se dispõe a fazer... O que um nacional faria com um salário maior, ele se dispõe a fazer com um salário menor. Ele promove um *dumping* trabalhista no nosso país e no nosso estado.

Então, trata-se de uma situação muito grave, mas eu não senti uma inquietação militar do outro lado. O que eu senti é que esse plebiscito deve mobilizar as pessoas, porque o Governo é um Governo onde não há liberdade de imprensa, onde não há democracia; vai mobilizar a mente das pessoas e pode ser que, no futuro, termine por tentar fazer algum tipo de agressão à Guiana, que será prontamente rechaçada, principalmente pelos Estados Unidos, porque a ExxonMobil está lá investindo milhões para explorar esse petróleo, e eu tenho certeza de que as grandes potências não devem deixar que esse evento mais belicoso aconteça.

Mas sempre, quando há essa inquietação, o que acontece? Mais venezuelanos passam para o nosso país, e muitos deles, senhoras e senhores que nos assistem, saem da Operação Acolhida, porque a operação tem normas, tem regras, e muitos deles não aceitam as regras e ficam morando embaixo das árvores, das marquises, das autopeças que ficam nas circunstâncias da nossa rodoviária interestadual. A rodoviária foi ocupada por venezuelanos; os banheiros são utilizados só por venezuelanos. Fica impraticável utilizar, porque as pessoas moram ao redor.

Eu estive lá na outra semana, na segunda-feira, no dia 13, com a nossa Senadora e Ministra Tereza, com o nosso Presidente Ciro e com o nosso Presidente Arthur Lira. Nós fomos fazer um evento do Progressistas lá, e aproveitei para mostrar todo esse drama humano que se vive em Roraima.

Então, eu quero aqui, primeiro, enfatizar que o Ministro José Múcio foi extremamente diligente e rápido. Ele disse: “Olha, não vamos aceitar nenhum tipo de agressão à nossa soberania na fronteira norte”. Até porque, para se passar com tanques da Venezuela para o Essequibo, na área mais sul do Essequibo, na Lethem, que faz fronteira com o Brasil, através do Rio Tacutu, tem que passar por dentro do Brasil. Não tem como passar de um lado para o outro do Essequibo sem penetrar em nossas fronteiras, e isso não será aceito. O Exército tem lá, inclusive, um contingente já reforçado historicamente por conta dessa questão do Essequibo, que é uma área em que nós não temos uma fronteira bem definida.

Agora, veja bem o mais grave: se a Venezuela ocupa o Essequibo, que são 70%, 160 mil quilômetros, é mais da metade da Guiana, nós perdemos a nossa fronteira com a Guiana, que é, hoje, o país que mais cresce no mundo – a Guiana, a ex-Guiana inglesa, cuja capital é Georgetown.

Então, eu queria fazer esse relato e tranquilizar as pessoas do meu estado, que ficaram muito preocupadas com uma eventual crise militar naquela região, o que seria muito ruim para nós. Quer dizer, nós já temos uma guerra no Cáucaso, nós já temos uma guerra no Oriente Médio, no Mediterrâneo, ter



um conflito militar no Caribe seria um drama, uma repercussão muito ruim para nós, em termos, inclusive, de a gente ter uma dificuldade de conseguir insumos importantes para o nosso país.

Então, eu quero aqui tranquilizar a nossa população de que, realmente, vai haver esse referendo – vai –, mas, por enquanto, a situação está absolutamente calma. Tem uma certa tensão, uma preocupação, mas não houve movimentação de tanques venezuelanos ao longo da fronteira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Inclusive, eu tive o cuidado de levar um *drone* para fazer um reconhecimento, porque a nossa fronteira, Senador, é uma fronteira seca, uma fronteira extremamente extensa, que a gente passa para um lado e para o outro sem o menor problema; não tem como controlar.

Então, eu quero aqui manifestar a minha preocupação e reforçar também que já fiz isso oficialmente ao Ministro Múcio. Vou entregar para ele um relatório da minha viagem. Ele já me garantiu que está atento a essa questão e que o Governo brasileiro tem uma tradição em sua política externa de tentar sempre intermediar conflitos, respeitando a soberania de cada país, mas que nós podemos entrar em um acordo caso um eventual conflito mais grave aconteça naquela região.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria só pedir a palavra pela ordem, rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero cumprimentá-lo pela sua ação junto com demais Parlamentares, visando contornar essa situação grave.

Hoje mesmo, eu estava vindo para o Senado e estava ouvindo uma matéria de que o Nicolás Maduro, esse ditador sanguinário, estava deixando as crianças mais tempo na escola não com o objetivo de dar educação e de cuidar, mas de fazer a lavagem cerebral para o referendo. Estava lá pedindo para fazer redação sobre referendo; quer dizer, incutindo já algo que ele quer fazer, e ele deve fazer. Então, a gente precisa ter muita calma nessa hora.

A Operação Acolhida – nós a debatemos várias vezes aqui – foi feita para receber os nossos irmãos venezuelanos, e seu estado precisava de muito mais recursos da União. Você conte comigo nisso, porque eu acredito que a gente jamais pode negar ajuda a um povo miserável, que foi jogado na miséria. Eu estive lá na Venezuela, 20 anos, 25 anos atrás, e eu vi com meus próprios olhos o momento em que eles estavam com uma das maiores rendas *per capita* do mundo, um PIB fantástico, e aí hoje o povo na miséria, depois do chavismo, indo... Já foram 7 milhões de pessoas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quase 7 milhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quase 7 milhões de pessoas já foram para outros países – o Brasil é um deles –, e as pessoas chegam pesando menos. É um negócio, assim, impressionante: deixam tudo para trás! Juízes, jornalistas deixam tudo para trás e vão trabalhar no que dá, lá em Boa Vista, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Exato. No mundo todo, quer dizer, uma parte foi para os Estados Unidos, outra parte foi para a América Latina, outra parte fica em Roraima, e são interiorizados para o Brasil em vários estados. Nós temos aqui, em Brasília, vários venezuelanos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem muitos. Lá no Ceará, tem também.

E quero dizer que você conte comigo, porque eu acho que essas pessoas têm que ser recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpa a interfe-



rência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... mas agora eu até me surpreendi com a decisão do Ministério de Minas e Energia ao dizer que vai restaurar a nossa linha de transmissão de Guri para Roraima. Ora, em Caracas, falta energia cerca de oito a dez horas por dia, não tem gasolina. Olhem só, um país onde a gasolina era de graça, hoje a Venezuela não tem condição de reestruturar as suas refinarias. Nós temos uma refinaria imensa, que se chama Paraguaná, uma das maiores refinarias do mundo, e ela não refina. Nós temos refinaria em Curaçao, também na Venezuela, que está parada. Então, como nós vamos comprar energia de um país que não tem energia para os seus nacionais, não tem comida para os seus nacionais?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se você for a Santa Helena, do outro lado da fronteira, a cidade está tranquila – eu fui lá, filmei, estou mostrando aqui nas minhas redes sociais –, não tem problema algum. As pessoas que estão em situação de vulnerabilidade vêm todas para o nosso país. E já passou, só na Operação Acolhida, senhoras e senhores, 1 milhão de pessoas – oficialmente, porque a fronteira é permeável, e muitas passam, quer dizer, quando passa 1 milhão, passa mais 1 milhão por fora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Passam, passam.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque as pessoas caminham pelas estradas e vão tanto para a capital Boa Vista quanto para os municípios do interior ou, então, para Manaus, e de lá pegam ônibus, pegam barco e são interiorizados também pela Operação Acolhida.

Quero aqui também desejar um excelente dia para todos.

E vocês sejam muito bem-vindos. São de onde? São daqui de Brasília?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pernambuco? Olhe só!

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ceará ali, olhe – Ceará.

Seja bem-vinda, contrerrânea.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nossa, mãe! Tem de todo o Brasil, olhe só.

Sejam muito bem-vindos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nossa, está o Brasil todo aqui!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Sejam



muito bem-vindos todos. Que vocês tenham um excelente dia, que aproveitem essa visita. É uma honra tê-los aqui.

Quero aproveitar, em nome de todos nós, já para desejar um excelente Natal para todos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... com muita harmonia, com muita alegria entre as famílias de vocês; e que vocês tenham um ano novo venturoso.

Deus abençoe a todos!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, Senador Dr. Hiran, que possam fazer igual a esses brasileiros que vêm conhecer a história, vêm conhecer aqui tanto o Plenário do Senado quanto o Plenário da Câmara, o Túnel do Tempo, os museus que aqui tem. Façam como esses brasileiros, apropriando-se da história do nosso país. Para visitar o Congresso Nacional, basta acessar o *site* www.congressonacional.leg.br/visite.

A visitação pode ser realizada em dias úteis, exceto terças e quartas, porque é uma correria mostra aqui dentro, tem votação no Plenário, nas Comissões; mas também pode ser feita aos finais de semana e feriados, das 9h às 17h.

A gente fica muito feliz, eu, o Senador Dr. Hiran... Eu sou do Estado do Ceará; o Senador Dr. Hiran, do Estado de Roraima; e a gente fica muito feliz em sempre receber aqui brasileiros que acompanham o trabalho, que vêm aqui trazer a sua energia.

Sejam muito bem-vindos aqui. Espero que seja um passeio bem interessante aqui, na Casa Revisora da República.

Antes de o senhor encerrar, Senador Dr. Hiran, eu não posso deixar de registrar a presença de uma família muito querida para mim. São amigos, são pessoas pelas quais eu tenho o maior carinho. O Fernando Torres, inclusive, é chefe de gabinete, uma pessoa muito experimentada na política e que tem me ajudado muito na questão do mandato lá no Ceará, fazendo a aplicação correta das emendas, visitando, fiscalizando com a nossa equipe técnica.

Seja muito bem-vindo, Fernando Torres; e também a Riany, sua esposa, uma pessoa de Deus, com uma energia fabulosa. É uma família muito bonita, muito harmônica. E a gente fica feliz, porque a base de uma sociedade é a família. O Rian Coelho, o Raoni Coelho e a pequena Maria Fernanda, sejam muito bem-vindos aqui à Casa Revisora da República.

Todos vocês que estão visitando hoje aqui saibam que nós estamos à véspera do nosso bicentenário, que é no ano que vem; bicentenário desta Casa, que tem como patrono Ruy Barbosa – é o patrono deste Plenário –, um grande baiano, um grande brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, antes de encerrar, eu quero desejar um excelente final de semana a todos e dizer a vocês que aproveitem essa visita, porque os servidores desta Casa conhecem muito bem a história, e isto aqui é um museu. Quer dizer, na visita de vocês, vocês vão ver que, no final do dia, vocês vão se sentir muito engrandecidos em termos de conhecimento, porque as grandes decisões nacionais acontecem aqui, esta é a Casa do debate, da argumentação, do convencimento e da paciência. Nós temos que ter paciência, parcimônia, equilíbrio, porque este Brasil está precisando muito disto: de parcimônia, de equilíbrio, de pouca radicalização, porque de radicalização eu já estou meio cansado aqui.

Eu espero que Deus nos proteja e que a gente possa honrar o voto que vocês deram a cada um de nós que está aqui.

Um grande abraço a vocês todos. Quero também mandar um grande abraço à Maria Fernanda, que disse que, quando ela for grande... Ela se sentiu muito bem aqui. Ela vai fazer o possível para estar aqui neste Plenário e aqui nesta cadeira. Maria Fernanda, um beijo para você e para a sua família, um beijo



para todos os que nos assistem.

A Presidência informa aos Senadores e às Senadoras que estão convocadas as seguintes sessões: sessão especial, às 14h, destinada a comemorar o Dia Nacional do Delegado de Polícia; sessão não deliberativa, segunda-feira, dia 4 de dezembro, às 14h.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Um grande abraço, excelente final de semana a todos. Que Deus os abençoe.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 05 minutos.)



Ata da 183ª Sessão, Especial, em 1º de dezembro de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 15 horas e 9 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento 963, de 2023, de autoria do Senador Humberto Costa e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar o Dia do Delegado de Polícia.

Boa tarde a todos!

Compõem a mesa os seguintes convidados, que, neste momento, convidamos a se sentarem aqui à mesa de direção dos trabalhos: Sr. Gustavo Paulo Leite de Souza, Diretor-Executivo da Polícia Federal; (*Pausa.*) Sr. José Werick de Carvalho, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; (*Pausa.*) e Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. (*Pausa.*) Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Convido também para fazer parte da mesa a Sra. Maria do Socorro Tinoco, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal e representante da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar - Presidente.) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, bem como toda a Mesa Diretora, servidores do Senado Federal, que deram a todos nós a oportunidade de realizarmos hoje esta sessão muito importante, que honra muito o Plenário e o Senado da República.

Senhoras e senhores, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, por iniciativa do ilustre Senador Humberto Costa, estamos aqui reunidos, em sessão especial, para homenagear o Dia Nacional do Delegado de Polícia.

Quero ressaltar que também assinaram o requerimento feito pelo Senador Humberto Costa, a quem cumprimento neste momento, os Senadores Alan Rick, Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Mauro Carvalho Junior, Paulo Paim, Weverton, Jorge Seif, Senador Confúcio Moura, Senador Hamilton Mourão, Senador Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, bem como as Senadoras Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Leila Barros, Zenaide Maia e Damares Alves.

Esta sessão especial tem por objetivo homenagear uma carreira da maior importância para a vida social da nossa população, visto que dela depende diretamente boa parte da percepção de segurança e justiça que nos alcança a todos. Essa percepção de que a justiça é aplicada, de que os crimes não saem impunes é uma das mais importantes para a obtenção da paz social que todos almejamos, pois sem justiça não há paz.

Senhoras e senhores, por força do mandamento constitucional, no seu art. 144, é o Delegado de Polícia quem dirige os policiais civis, que têm função de polícias judiciárias e a tarefa de realizar apuração de infrações penais. Nesse contexto, o inquérito criminal tem papel extremamente importante para o bom desfecho do processo penal, e o Delegado de Polícia, como presidente de tal inquérito, desempenha uma função essencial, que será determinante na qualidade da apuração dos fatos, na colheita das provas e na convocação de testemunhas, no indiciamento de suspeitos e no oferecimento de testemunhas.

O Delegado de Polícia deve não apenas conhecer as leis, mas se manter atualizado com a evolução da doutrina e da jurisprudência. Ele, provavelmente, é o operador de direito que tem o maior contato direto com a população. Dessa forma, aquela percepção de justiça de que falamos há pouco depende da atuação desse profissional. Quando o crime é bem investigado, devidamente denunciado, processado e os



seus autores são punidos, os anônimos das vítimas e pessoas ao seu redor são apaziguados – na medida do possível, obviamente –, não apenas delas, mas de toda a sociedade, especialmente quando há repercussão mais ampla dos fatos.

Infelizmente, é muito comum que os crimes ocupem com destaque as páginas dos jornais e o tempo dos veículos de mídia, mas é raro que a punição dos culpados tenha a mesma atenção. Trata-se, portanto, de um profissional que tem um trabalho muito relevante, mas de pouca visibilidade social, uma profissão perigosa, que deve se manter à sombra da lei, enquanto luta contra criminosos que não estão sob a mesma restrição. Por isso, sabemos que os policiais precisam de todo apoio por parte dos órgãos públicos aos quais se sujeitam, seja diretamente, como o Ministério da Justiça e as secretarias de segurança estaduais, seja indiretamente, como é este Congresso Nacional.

Sabemos aqui que as instituições policiais do nosso país precisam de investimentos, de recursos para a compra de equipamentos, realização de treinamentos, seminários. Também queremos nossos policiais bem remunerados, bem amparados por direitos e garantias que permitam que desempenhem a sua função com zelo, competência e dedicação integral.

Finalizo, destacando que, como todos nós aqui sabemos, este Congresso atendeu a uma solicitação antiga das categorias policiais ao aprovar, recentemente, a Lei Orgânica das Polícias Civis. Sabemos que o veto do Presidente da República a parte do texto aprovado aqui no Congresso Nacional trouxe indignação à categoria, mas quero assegurar-lhes que o Senado Federal tem as portas abertas para recebê-los e ouvir todas as suas demandas. Os Delegados de Polícia, dirigentes da Polícia Civil dos estados e do Distrito Federal, bem como os que dirigem a Polícia Federal têm todo o nosso apoio, independente da questão ideológica ou partidária. Há sempre espaço para evoluirmos e buscarmos as melhores condições de trabalho para todos vocês, que significa exatamente melhoria de qualidade de vida a todos os brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Gustavo Paulo Leite de Souza, Diretor-Executivo da Polícia Federal, por cinco minutos.

O SR. GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA (Para discursar.) – Senador Eduardo Girão, que preside... Eduardo Gomes, desculpe-me. Senador Eduardo Gomes, que preside a nossa solenidade, muito obrigado pela oportunidade que nos concede de festejarmos, na Casa do Povo brasileiro e da República, o Dia do Delegado de Polícia. Estendo os agradecimentos também ao Senador Humberto Costa, que propõe esta solenidade em alusão ao trabalho dos homens e mulheres de polícia que conduzem as polícias civis e federal deste país.

Permita-se, Senador Eduardo Gomes, também agradecer ao Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, por toda a atenção que nos tem dado ao longo de seu mandato e de sua Presidência. A Polícia Federal testemunha, de público, a atenção e a dedicação do Senador Rodrigo Pacheco para com a nossa instituição.

Presidente Leiro, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Diretor-Geral da Polícia Civil, José Werick; Dra. Maria do Socorro, que representa a Fenadepol; meus cumprimentos aos colegas que compõem esta mesa.

Sras. e Srs. Senadores, colegas delegados de polícia civil ou da Polícia Federal, convidados que aqui se encontram, trago, nesta importante solenidade, um testemunho. Há mais de 20 anos, eu procurava escolher uma carreira para seguir por toda a vida que me desse pelo menos dois grandes sentimentos: o primeiro sentimento, o de poder liderar equipes; e o segundo sentimento, o de viver a sensação de dever cumprido. Há mais de 20 anos, encontrei na carreira de delegado de polícia essas duas possibilidades. Precisamente em dezembro de 2003, eu me formava, primeiro, na Academia de Polícia Civil do meu estado, a Paraíba. Agora, passadas duas décadas, tenho a certeza de ter feito a melhor escolha. Somente



esta carreira, a de delegado de polícia, consegue me entregar aqueles valores que citei anteriormente. E somente ela, Senador Eduardo Gomes, nos permite fazer justiça imediatamente às necessidades do nosso povo. Aqueles que sofrem com a insegurança e que precisam de acolhimento encontram nas polícias o seu primeiro abrigo, sendo o delegado o garantidor dos seus direitos, da efetividade da lei e da segurança da nossa sociedade.

E, 20 anos depois, tenho a felicidade de ver diariamente o reflexo imediato das nossas ações na vida das pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA – Finalizo para dizer-lhes que essa, que é a melhor carreira que poderia ter eu abraçado, também traduz para todos nós um sacrifício: o distanciamento familiar, o envolvimento com problemas de terceiros, o comprometimento de nossa própria segurança e integridade em favor do próximo, mas esse, Senador Eduardo Gomes, é um sacrifício que compensa. Como dizia Padre Antonio Vieira, há homens que são como velas: sacrificam-se para iluminar o caminho dos outros.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA – Parabéns a todos os delegados de polícia pelo seu dia!

E muito obrigado a este Senado por reconhecer-nos.

Obrigado e boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Neste momento convido para compor a mesa o Sr. Sandro Torres Avelar, nosso querido amigo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, ao passo que convido para fazer uso da palavra o grande Líder e Senador da República pelo Distrito Federal Izalci Lucas, que fará a sua saudação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, meu querido Senador e grande Líder desta Casa, Senador Eduardo Gomes, cumprimento e parabeno V. Exa., como também o nosso querido Senador Humberto Costa, pela iniciativa.

O prestígio é tão grande da Polícia Federal que, quando apresentaram o requerimento, não deu nem tempo de o assinar porque já se coletaram todas as assinaturas. Mas eu queria fazer uma sessão especial só para essa polícia, que tem todo o meu carinho, todo o meu respeito.

Quero cumprimentar aqui o Sr. Gustavo Paulo Leite, que está aqui como Diretor substituto da Polícia Federal; o nosso querido Delegado-Geral da Polícia Civil, José Werick de Carvalho; nosso querido colega Secretário de Segurança, já pela segunda vez, aqui no Distrito Federal, meu amigo Sandro Avelar; a representante aqui da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e também Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal, Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco; e também cumprimentar aqui o meu amigo Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, meu querido Luciano Leiro, agradecendo aqui pelo fusquinha, que é um símbolo da Polícia Federal. Recebo essa homenagem aqui da associação com muito carinho, pelo respeito que tenho por essa instituição.

Fiz questão, Presidente, de passar aqui para cumprimentar todos os nossos delegados, amigos aqui presentes, cumprimentar todos os servidores da Casa e os convidados também.

Quero dizer da minha admiração e também do meu compromisso com a Polícia Federal, assim como com a segurança pública de um modo geral. Nós temos aqui a nossa polícia civil também muito ligada; praticamente nasceu na mesma época aqui no Distrito Federal. Nós tínhamos, inclusive, a possibilidade de escolher se queríamos a Polícia Federal ou a polícia civil. Então são irmãs que a gente acompanha



diariamente aqui no Senado Federal e também como ainda como Deputado.

Mas a gente precisa, Presidente, primeiro defender sempre uma carreira de Estado, porque não existe política pública de Estado sem uma carreira sólida de Estado. Nós não podemos deixar que outras carreiras acabem tendo soluções e reconhecimento salarial, reestruturação melhor. Então, eu quero aqui já assumir o compromisso e ao mesmo tempo já solicitar, pedir aqui ao meu querido Presidente desta sessão, que também é o Relator da PEC, para que faça o reconhecimento... Aliás, já foi feito o reconhecimento da carreira jurídica, mas seria muito interessante que se colocasse de uma forma clara no texto a questão dos delegados, Senador Eduardo Gomes. Ficamos de conversar sobre isso, e eu sei que V. Exa. já acatou a questão da carreira jurídica, mas falta a palavrinha “delegado”, o que é importante para ficar claro isso também, para não dar margem a outras interpretações.

Quero dizer que vocês precisam ser reconhecidos. Para isso, tem que ter realmente esse equilíbrio, no sentido de não deixar nenhuma carreira, porque nós temos outras carreiras tão importantes também, como a AGU, como a Defensoria Pública, como a CGU, que são carreiras de Estado... A gente precisa ter uma atenção para que o profissional, quando optar em fazer o concurso, possa fazer opção não em termos salariais, mas em termos de reconhecimento da instituição.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Então, na medida em que... Hoje, por exemplo, pelo menos pelos últimos dados que eu tinha, o salário da Polícia Federal hoje está em sétimo lugar, se comparado com as polícias civis de outros estados. Tem vários estados hoje remunerando melhor os seus delegados do que os delegados da Polícia Federal. Então, a gente precisa ter um certo cuidado para a gente não perder esse equilíbrio.

Já assumi, já apresentei a pedido – aliás, meu gabinete não tem nem porta com relação à segurança pública –, já apresentei a emenda lá no orçamento deste ano para a gente ter, de fato, uma reestruturação que seja correta, para que possa realmente ser uma carreira atrativa e para que os melhores profissionais estejam também na Polícia Federal. Da forma como está hoje, muitos optarão por outras carreiras. E a gente precisa preservar a Polícia Federal, que presta relevante serviço, garantindo, realmente, que seja uma instituição de Estado e não de governo.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Isso é fundamental para nós.

Quero aqui agradecer todo o carinho, o reconhecimento de vocês, desejar a todos os delegados de polícia um feliz dia e agradecer pela dedicação, pelo compromisso que têm com o nosso país.

Obrigado e parabéns, meu Senador Eduardo Gomes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço ao meu colega, grande Senador Izalci, que sabe da nossa dedicação às tarefas de valorização de carreiras e do trabalho que nos levou à relatoria de algumas PECs importantes, com a consciência que a gente tem de que, principalmente na atividade policial, o mundo tem se modificado, mas não tanto quanto o Brasil, onde é sabida por toda a população brasileira a mudança de perfil do quadro de um ambiente de segurança até nas menores cidades do país, onde as organizações criminais se fazem presentes numa verdadeira organização criminosa, mudando até a vida daqueles que operam a Justiça e a segurança pública no país.

Tanto no nosso histórico, desde Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, quando fizemos um trabalho objetivo com relação à Polícia Legislativa, quanto na defesa, Secretário Avelar, do trabalho de segurança no Distrito Federal, quando Líder do Governo no Congresso Nacional por três anos e três



meses, em todas as circunstâncias, nós fizemos aquilo que era para ser feito: valorizar e tentar melhorar as condições de segurança.

Não é favor nenhum fazer a valorização das forças de segurança, especialmente da Polícia Federal, porque, afinal de contas, o cidadão que é Senador ou que é Senadora está defendendo a sua família, está defendendo o seu ambiente, a sua convivência e a sociedade como um todo.

Então, podem contar comigo. Estamos ainda elaborando o relatório e trabalhando. Acreditamos que o sindicato tem tido de todos nós aqui o respeito e a abertura suficientes para que a gente chegue ao melhor resultado.

Neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Maria do Socorro Tinoco, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal e representante da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, por cinco minutos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO SANTOS NUNES TINOCO (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Em nome da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol), cumprimento as presentes pessoas: o Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, que preside esta sessão; Dr. Gustavo Paulo Leite de Souza, Diretor-Geral substituto da Polícia Federal; Dr. José Werick de Carvalho, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; Dr. Sandro Torres de Avelar, Exmo. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; e Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Dr. Luciano Soares Leiro.

Parabenizo todos os abnegados colegas delegados de polícia, ativos e veteranos, na pessoa aqui presente do Dr. Paulo, por quem eu tenho grande admiração, por ocasião desta solenidade.

No ano de 2014, este nobre Parlamento aprovou a Lei 13.047, que declarou que os ocupantes do cargo de Delegado de Polícia Federal, autoridades policiais no âmbito da Polícia Judiciária da União, são responsáveis pela direção das atividades do órgão e exercem função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva do Estado.

Há uma semana, excelente arcabouço legal, fruto de aprofundado e intenso trabalho deste nobre Parlamento, foi sancionado, sendo assim publicada a Lei 14.735, a Lei Orgânica das Polícias Cíveis, estabelecendo, dentre os princípios institucionais básicos a serem observados, o livre convencimento técnico-jurídico do delegado de polícia, a quem compete “a prerrogativa de direção das atividades da polícia civil, bem como a presidência, a determinação legal, o comando e o controle de apurações, de procedimentos e de atividades de investigação”, presidindo o inquérito policial “com isenção, com autonomia funcional e no interesse da efetividade da tutela penal, respeitados os direitos e as garantias fundamentais e assegurada a análise técnico-jurídica do fato”.

Toda essa evolução normativa fortalece não somente o cargo de Delegado de Polícia, mas também o próprio Estado, que vem sendo desafiado cada vez mais pela criminalidade em nosso país.

É disso que precisamos, de garantias ao árduo trabalho daqueles que estão exercendo uma das atribuições mais relevantes no âmbito da segurança pública e do sistema de persecução criminal.

Continuaremos lutando por prerrogativas, direitos e valorização dos nossos pares.

Muito obrigada e parabéns, Delegados de Polícia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Concedo a palavra ao Sr. José Werick de Carvalho, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ WERICK DE CARVALHO (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Presidente Senador Eduardo Gomes; Diretor-Geral Substituto da Polícia Federal, Sr. Gustavo Paulo Leite de Souza; Secretário de Segurança Pública e meu amigo, Sr. Sandro Avelar; representante da



Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Sra. Maria do Socorro Santos Nunes; Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, Sr. Luciano Soares Leiro, também um grande amigo de longa data; senhoras e senhores; é uma honra estar aqui hoje celebrando o Dia Nacional do Delegado de Polícia, data que enaltece a importância e a dedicação do delegado nesse papel crucial de proteção da segurança e da sociedade.

A importância do delegado de polícia transcende os espaços físicos onde operacionaliza o exercício da Polícia Judiciária; não raro, vai além do seu papel de integrante do sistema de justiça criminal e de defensor e guardião da justiça. O delegado de polícia, muitas vezes, é um conciliador, é quem consola as famílias, é quem consola as vítimas, é um amparo de uma comunidade, muitas vezes é a última esperança do aparelho estatal. Por isso, essa carreira deve sempre ser valorizada e comemorada essa data.

Todavia, os desafios do delegado de polícia e dessa carreira não se reduzem à realidade das ruas. Em 1841, quando criado o cargo de chefe de polícia, como o chefe da corte, em todas as províncias do Império criou-se o cargo de delegado de polícia e de subdelegados. E, 182 anos depois, reconheceu-se o Dia Nacional do Delegado de Polícia – 182 anos depois –, derivado de um PL que tramitou por seis anos nesta Casa – seis anos –, um PL que não possuía qualquer impacto financeiro ou orçamentário.

Exigem de nós resposta imediata todas as vezes que ocorre um crime, que ocorre uma desordem, mas muitas vezes as nossas prerrogativas, as nossas reivindicações são retardadas, são procrastinadas. Então, este é também o momento de propugnarmos para que deem celeridade às nossas prerrogativas, às nossas reivindicações, porque elas retornam em serviços de excelência para a sociedade, em serviços de primeira ordem para o cidadão e para a comunidade.

É fundamental, sim, investir em treinamento, capacitação, recursos tecnológicos e processos inovadores, mas, sobretudo, investir no profissional delegado de polícia, porque ele é e representa a primeira instância na proteção dos direitos fundamentais, no acolhimento dos cidadãos. Então, não podemos deixar de valorizar o delegado de polícia. Neste dia, quero expressar o meu orgulho de pertencer à carreira de delegado de polícia. Sinto-me extremamente realizado com essa carreira como profissional, como ser humano, como pessoa. Espero que meus filhos também sigam essa carreira, porque ela é extremamente gratificante e acolhedora. Construímos grandes relações, construímos grandes conquistas ao longo de nossa carreira.

Não poderia também finalizar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ WERICK DE CARVALHO – ... sem desejar a todos os delegados de polícia deste país os parabéns pelo trabalho abnegado, por toda a dedicação, pelas horas dedicadas na proteção da sociedade e do cidadão.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Nesse momento, concedo a palavra ao Sr. Sandro Torres Avelar, nosso querido amigo, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, recentemente, estivemos juntos num evento com vários políticos daqui de Brasília, representantes do nosso empresariado, enfim, a sociedade civil muito bem ali representada, e eu percebi o carinho que o Distrito Federal já tem por V. Exa.. Eu quero me aliar a todos esses que já tiveram oportunidade de demonstrar esse carinho, demonstrar esse reconhecimento, e dizer que o senhor nos adotou, o senhor adotou o Distrito Federal. Eu, como Secretário de Segurança Pública, posso falar e posso aqui, por dever de justiça, agradecer, em nome do Governo, em nome do Distrito Federal, tudo que o senhor tem feito por



nós nesses momentos difíceis que nós passamos, e digo que o senhor nos adotou e também foi adotado pelo Distrito Federal.

Da mesma forma, Senador, eu espero que o senhor adote e seja adotado pelas nossas polícias, pelos nossos delegados, que precisam muito dessa compreensão e dessa atuação forte como a que tem tido V. Exa.

Queria saudar também o Senador Izalci, que estava aqui presente e tem sido também outro grande parceiro. E digo que essa nossa missão, a missão do delegado é uma missão que muito nos orgulha. É uma missão que tem evoluído a cada dia, tem se firmado a cada dia, e dentro desse processo de evolução natural pelo qual nós passamos é necessário esse reconhecimento formal de que somos carreira jurídica. Isso é muito importante porque nós somos. Se não fosse por isso, se não fosse essa a intenção da nossa sociedade, aqui representada no Congresso Nacional, nós ainda teríamos os chamados delegados de calça-curta, como tivemos, não é, Dr. Gustavo?

Até ali, depois da primeira metade do século XX, dos anos 1900, nós ainda tínhamos os chamados delegados de calça-curta. E a luta muito forte que a nossa sociedade promoveu para que nós evoluíssemos nesse aspecto passa pelo respeito que o delegado tem que ter, tem que receber e devolver para a sociedade. Então, o delegado, sem a devida formação jurídica, carecia da firmeza necessária para ser firme com os poderosos e ser humilde com os mais fragilizados. É uma máxima que nós temos e que, na Academia Nacional de Polícia, meu amigo Dr. Leiro, é uma das frases que eu aprendi: jamais seja arrogante com humilde e jamais seja humilde com arrogante – não é, Dr. Benito? Eu acho que essa é uma máxima que a gente tem que carregar e tem que lutar todos os dias por isso.

Nós tivemos um Ministro – e aqui eu não quero, pelo amor de Deus, dar nenhum tipo de cor partidária... Aliás, outra coisa que nos orgulha é a questão de sermos de Estado. Isso nos orgulha muito. Mas, a bem da verdade e da justiça, esse Ministro, na minha concepção, transformou compêndios em uma frase singela e que aqui nos move. Dra. Socorro já me ouviu falar isso 300 vezes. Se eu tivesse que pagar *royalties* pelo uso dessa frase, eu estava quebrado, porque eu insisto muito nisso. Esta frase foi lapidada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Ele dizia sobre a Polícia Federal: “A Polícia Federal é instituição republicana, que não protege e não persegue”. Dr. José Werick, é isto que a gente tem que buscar sempre: que todas as nossas polícias sejam republicanas – é o não proteger e o não perseguir. E, para isso, a formação jurídica é absolutamente necessária e daí o reconhecimento pelo fato de que nós efetivamente somos da carreira jurídica e a necessidade desse reconhecimento formal é absolutamente necessário.

Termino aqui, meu querido amigo Senador Eduardo Gomes, fazendo uma homenagem muito justa e tempestiva ao meu time de coração, o Fluminense. O Nelson Rodrigues tem uma frase muito boa, em que fala: “O Fluminense é o melhor. Se isso não estiver comprovado pelos fatos, pior para os fatos”. Pois bem, o que eu quero dizer é que, no sentido reverso, o cargo de Delegado de Polícia é jurídico. A nossa carreira é uma carreira jurídica. Isso está demonstrado por todos os fatos. A partir do nosso concurso e com todo o desenvolvimento das nossas atividades do dia a dia, não há dúvidas de que a nossa carreira é jurídica. Então esse é o fato. Agora, se está faltando o título, Senador, contamos muito com V. Exa. para que a gente possa, então, buscar esse título e ter formalizado aquilo que já é fato.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Nós vamos chamar o próximo orador não antes de registrar o nosso abalo emocional com a fala do nosso querido Sandro Avelar, porque sou botafoguense... (*Risos.*)

... e tinha certeza de que o time do Botafogo, no primeiro turno, era de inteligência artificial, estava muito bom, não é?

Também faço um comentário importante, revendo a história, de que as instituições se adequam,



se modernizam e corrigem as imperfeições. Assim como nós tivemos essa realidade do que se chamava delegado de calça curta, eu me lembro muito bem de, antes da criação do estado, vir a algumas votações do Congresso na criação do Estado do Tocantins, numa luta muito grande do Constituinte, Deputado Federal e Senador que nos deixou este ano, o Senador Siqueira Campos, e ainda víamos aqui neste Plenário os Senadores biônicos. Então, acho mais do que justo o reconhecimento, e o que for preciso fazer dentro das condições legislativas evidentes nós vamos fazer, porque, afinal de contas, está muito claro que o tempo de discussão do inquérito é cumprido, na sua maioria, pela ação de um delegado. Então, até para mim, que sou leigo, dá para saber.

Então, já refeito aqui do abalo do futebol, concedo a palavra ao nosso amigo, o Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, como último orador.

O SR. LUCIANO SOARES LEIRO (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Eu falei para o Senador que o problema de falar depois do Dr. Sandro Avelar é porque fica mais complicado, não é? Mas, nesse caso, todos os nossos oradores aqui anteriores disseram palavras muito importantes com relação a esse dia, que nos é muito precioso.

Então, primeiramente, eu quero agradecer-lhe muito, Senador, por todo o apoio que tem dado por presidir esta sessão e pelo apoio que tem dado realmente às polícias, aos delegados de polícia, tanto da polícia civil quanto da Polícia Federal. Para nós é uma honra tê-lo aqui presidindo esta sessão.

Como sempre, agradeço ao Senador Humberto Costa, porque sempre toma a iniciativa de fazer o requerimento para essa justa homenagem. Faço um agradecimento a todos os nossos componentes da mesa: o Dr. Gustavo, na pessoa de quem agradeço a presença de todos os nossos colegas... Nós temos aqui, Senador Eduardo Gomes, diretores regionais ou representantes regionais da ADPF de todo o Brasil, dos 27 estados. Nós estamos em reunião para exatamente discutir e defender as prerrogativas dos delegados de Polícia Federal.

Quero agradecer ao meu amigo Sandro Avelar – saudações tricolores também –, que é, na verdade, o meu grande mestre na Polícia Federal, foi quem me trouxe também para a Associação dos Delegados da Polícia Federal; e, por último, agradecer ao Senador Izalci, que também tem tido um papel muito importante em defesa de toda a segurança pública e é um grande parceiro.

Cumprimento novamente aqui todos os nossos colegas; cumprimento a Casa do Povo, então, agradeço a presença também de todos que estão aqui. E, na pessoa do Dr. Eziel, quero aqui homenagear todos os delegados aposentados, porque eles fazem a história da Polícia Federal. São eles, é por conta deles que nós estamos aqui e é por conta deles que temos essa Polícia Federal forte, que é uma polícia de Estado, e não de governo, então, quero deixar registrado; o Dr. Paiva também, nosso ex-Presidente, também combativo, assim como o Dr. Sandro Avelar, que fazem também a história, fizeram e continuam fazendo a história da nossa associação e da nossa Polícia Federal; a Dra. Paula, representando aqui as mulheres – nós criamos hoje, nós estamos tomando posse hoje, a nossa diretoria está sendo reconduzida, e hoje nós criamos a Diretoria da Mulher, e a Dra. Paula é a nossa delegada, responsável pela Diretoria da Mulher.

Eu me recordo, Senador – para exemplificar tudo o que para mim é ser delegado de polícia e o que todos os colegas falaram aqui, há pouco –, quando, em um primeiro flagrante, em que chegou um senhor de idade, esse senhor chegou transtornado, era um furto no Amazonas, um furto de cabo telefônico, o delegado ouviu a história desse senhor e pediu que a gente fizesse diligências; ele foi apresentado preso, mas pediu que previamente fossem feitas as diligências, porque ele não estava convicto da situação. Pois bem, foram feitas as diligências – eu era agente na época –, e o delegado... Verificou-se, com as diligências, que era um inocente, que não era... Ele, na verdade, foi iludido, e não foi preso. Eu me recordo do semblante desse cidadão. Esse é o delegado de polícia, porque é realmente o primeiro garantidor do direito do cidadão.



Eu não consigo imaginar o que seria para aquele senhor ficar preso por algo que não cometeu.

Então, é fundamental que seja valorizada, de fato, a carreira de delegado de polícia. A própria lei, como a Dra. Socorro colocou, nos coloca nessa posição de comando das ações, o que não quer dizer que somos melhores que ninguém. Isso é uma equipe, todos têm a sua função, mas é importante que, assim como um defensor público, assim como um advogado da União, assim como um magistrado, assim como um membro do Ministério Público, nós também possamos ter o devido reconhecimento. Isso, Senador Eduardo Gomes, é algo que o senhor compreendeu e em que tem nos apoiado.

Reforçamos aqui o pedido para que, de fato, não haja qualquer dúvida, constitucional inclusive, da nossa posição de carreira jurídica. Não é possível, com tanto empenho, com o que a Polícia Federal tem feito sob o comando dos delegados de polícia, que ainda não tenhamos esse reconhecimento, que não tenhamos esse atrativo, como muito bem falado aqui. Hoje o profissional que se forma em Direito, se ele for pensar só no salário, não vai para a Polícia Federal, não vai para delegado de Polícia Federal. Por quê? Porque não temos a valorização devida. Nenhum governo tem essa consciência da importância da valorização da carreira de Delegado de Polícia Federal.

Então, nós estamos inclusive num processo de reestruturação, em que a Polícia Federal tem atuado, através da direção – Dr. Andrei, Dr. Gustavo e demais diretores –, em prol, sim, de valorizar os servidores da Polícia Federal, os policiais federais e servidores administrativos, que também são tão importantes. Mas é preciso que o Governo, mais uma vez, possa olhar para a Polícia Federal com esses olhos de quem, de fato, defende o cidadão, traz recursos que iriam para as escolas e evita prejuízos através da corrupção, que tira dinheiro de remédios, da merenda escolar.

Então, esse apelo é para que este Senado, que é a Casa do Povo, possa, de fato, trazer o que eu tenho certeza absoluta de que o povo quer, porque o povo prestigia a Polícia Federal. Nós somos uma das instituições mais renomadas deste país pela população. É preciso que a Casa do Povo dê essa resposta e que nós possamos ter essa valorização, esse reconhecimento da atividade do delegado de polícia como carreira jurídica e que nós possamos, sim, ter a valorização devida, de todas as formas.

Então, eu faço esse apelo e agradeço imensamente por tudo que este Senado, nos ajudando, tem feito.

Quero parabenizar, mais uma vez, todos os colegas que estão aqui pelo seu trabalho de vida. Quantos aqui não deixaram suas famílias? Eu, quando fui para Manaus, meu filho tinha três meses de nascido; não fui com a família. E quantos aqui foram para os locais mais inóspitos, normalmente nas fronteiras, e ficaram sem os seus entes queridos, trabalhando! Hoje, aqui, neste momento, nós temos policiais que estão cuidando das nossas fronteiras, em rios, em selva, cuidando do tráfico de pessoas, cuidando do tráfico de drogas, da exploração sexual. Quantas vezes nós fomos lá para – nossos colegas de Manaus – Itacoatiara, pela prostituição infantil nos cargueiros. Então, é um trabalho que tem uma importância gigante, mas com que ainda não temos esse compromisso.

Então, eu espero realmente que o Presidente da República possa resolver esta questão de uma vez por todas, que não seja delegada a outros setores do Governo para que decida sobre a valorização da Polícia Federal, dos delegados de Polícia Federal. Então, realmente, para nós é de suma importância que a gente tenha esse reconhecimento.

No mais, eu quero agradecer também a presença da nossa coirmã aqui do Distrito Federal, a Polícia Civil, sempre muito parceira – eu vejo aqui colegas de embate na área classista, parceiros de muito tempo. E, como diz o nosso hino, “Somos fortes, na linha avançada, sem da luta os embates temer”.

Eu quero, para finalizar, fazer uma homenagem aqui ao nosso Senador Eduardo Gomes. Ele falou que o fusquinha dele não tem uma base. Então, Senador, nós já fizemos aqui – olhe só – para agradecer imensamente todo o seu apoio, e contamos sim: se o problema é de adoção, Dr. Sandro Avelar, a Polícia



Federal, a Associação dos Delegados está adotando aqui o Senador Eduardo Gomes. Está certo? Parabéns! Muito obrigado pelo apoio, e um dia especial para todos nós, o Dia do Delegado, um reconhecimento dessa carreira tão bonita, por ser realmente o primeiro garantidor do direito do cidadão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Quero agradecer as palavras do Dr. Luciano, quero agradecer a todos que fizeram uso da palavra nesta comemoração importante.

Quero falar também que o nosso compromisso com o texto é um compromisso aberto, muito claro e que consiste no convencimento também de todos os colegas da Casa. Está muito clara a necessidade de mudança, de consolidação. E a PEC é complexa, porque a gente tem uma dificuldade de ampliação do seu escopo por conta da fonte de recurso. Mas a gente encontrou na legislação a possibilidade de consolidação das conquistas, de acordo com a origem dos Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo. Então, a nossa expectativa é boa.

É importante sempre deixar claro que, nos embates aqui na construção dos textos, principalmente com essa complexidade de muitas carreiras e muitos Poderes, a gente sempre tenha essa condição de cooperação, para que não seja um projeto de lei ou uma proposta de emenda à Constituição concorrencial, com possibilidade de prejuízo para todos. Que a gente tenha uma lei de convergência: basta que ela reflita a realidade – que é o caso –, que a gente vai buscar, com muita humildade, convencer a todos os colegas para que aprovem e que aprovem diante dessa nova realidade.

Para quem não é especialista em segurança, mas conhece o Brasil, conhece o Tocantins, a gente sente, nas 139 cidades do estado, que mudou a velocidade, principalmente por conta de uso de drogas, tráfico, participação de facções. Isso antes era uma coisa muito restrita às grandes cidades, às regiões metropolitanas, e esse perfil, infelizmente, mudou. Então, quanto mais fortalecida a Justiça e as polícias – nesse caso, as duas numa só –, melhor para o Brasil.

Quero deixar também claro a todos aqueles que acompanharam esta sessão que ela foi transmitida pela TV Senado e está à disposição para as associações utilizarem e repassarem aos seus amigos e àqueles que assistiram pelas redes sociais, essa nossa rua de 7 bilhões de habitantes.

Então, está muito clara a intenção do Congresso Nacional, através do seu Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, de fortalecimento das carreiras, em especial no dia de hoje, destacando a carreira de Delegado de Polícia.

Cumprida a finalidade da sessão especial do Senado Federal, agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação.

Está encerrada a presente sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 09 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação



Expedientes do Senador Irajá, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado Federal, por meio dos quais relatam participação em missões oficiais, nos termos dos Requerimentos nº 18, 329 e 491, de 2023-CDIR.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Encaminhamento de expedientes



Documentos recebidos para conhecimento das Comissões

Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados à Comissão competente, que os disponibilizará nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Aviso nº 949 - GP/TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 2263/2023, prolatado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União ao apreciar os autos do processo TC-016.780/2020-5, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que trata de fiscalização na modalidade acompanhamento que tem por objetivo verificar, de forma concomitante, a eficácia dos apoios financeiros do BNDES relacionados à pandemia de Covid-19, bem como a regularidade das ações, e ainda a adequação das medidas voltadas a maximizar a efetividade das ações.	Tribunal de Contas da União	CTFC
Aviso nº 946 - GP/TCU	Encaminha, cópia do Acórdão nº 2269/2023, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, ao apreciar o TC-014.764/2023-7, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo, que trata de acompanhamento sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2023, conforme a Lei Complementar 101/2000.	Tribunal de Contas da União	CTFC



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 101, DE 2023

Sugere ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços a apresentação de proposição legislativa que preveja o Programa Desenrola Brasil Empresas.

AUTORIA: Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 101/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

INDICAÇÃO Nº , DE 2023

Sugere ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços a apresentação de proposição legislativa que preveja o Programa Desenrola Brasil Empresas.

Sugerimos, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços a **apresentação urgente de proposição legislativa** que preveja o Programa Desenrola Brasil Empresas.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Desenrola Brasil é um sucesso. Criado com o objetivo de realizar a renegociação de dívidas de pessoas físicas, vem alcançando seu objetivo de retomar o potencial de consumo da população.

Desde o lançamento do Desenrola Brasil, em 17 de julho de 2023, pelos menos 3,09 milhões de contratos de dívidas foram renegociados. Entre julho e novembro, foram renegociados R\$ 22,4 bilhões em volume financeiro no Programa Desenrola Brasil. Conforme a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Programa beneficiou até agora 2,44 milhões de brasileiros e brasileiras.

Além das pessoas físicas, o índice de endividamento das empresas em nosso país é altíssimo. Estima-se que, no Brasil, 6,6 milhões de empresas estão inadimplentes.

Contudo, por possuir características próprias, o tratamento do endividamento de pessoas jurídicas necessita, além da urgência para sejam mantidos os empregos e o desenvolvimento econômico, de uma solução alinhada com as políticas públicas já promovidas pelos Ministérios,



especialmente o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Sendo assim, solicita-se a apresentação urgente de proposta legislativa que torne realidade o Programa Desenrola Brasil Empresas.

Senador RODRIGO CUNHA



Assinado eletronicamente por Sen. Rodrigo Cunha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1444807304>

2

Avulso do INS 101/2023 [3 de 3]



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 573, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária Educar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2067465&filename=PDL-573-2021

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2035851&filename=TVR%20163/2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 573/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária Educar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.487, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária Educar para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 584/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural Comunitária Educar para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 573/2021 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 702, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2077684&filename=PDL-702-2021

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2036051&filename=TVR%20148/2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 702/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 564, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 12 de setembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PDL 702/2021 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 585/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/12/2023 16:54:53.843 - MESA

DOC n.1452/2023



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 702/2021 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 727, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2077801&filename=PDL-727-2021

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2024725&filename=TVR%2028/2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 727/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a
autorização outorgada à
Associação Comunitária
Beneficente Nossa Senhora da
Conceição para executar serviço
de radiodifusão comunitária no
Município de Pereiras, Estado de
São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 81, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 7 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 586/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 727/2021 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 806, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2086740&filename=PDL-806-2021

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2013673&filename=TVR%2075/2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 806/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.054, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 13 de julho de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PDL 806/2021 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 587/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Planalto Timbaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Russas, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/12/2023 16:54:53.843 - MESA

DOC n.1454/2023



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 806/2021 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1080, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2116688&filename=PDL-1080-2021

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2076524&filename=TVR%20432/2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 1080/2021 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.869, de 19 de setembro de 2019, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 18 de junho de 2018, a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PDL 1080/2021 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 588/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1080, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetés, Estado de Pernambuco”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 1080/2021 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2224858&filename=PDL-439-2022

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2038605&filename=TVR%20193/2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 439/2022 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.258, de 14 de março de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2016, a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PDL 439/2022 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 589/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Movimento de Ação Comunitária - MAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Solonópole, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 439/2022 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2224885&filename=PDL-457-2022

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2025629&filename=TVR%2060/2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 457/2022 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a
autorização outorgada à
Associação Comunitária de
Jamacaru - ACJ para executar
serviço de radiodifusão
comunitária no Município de
Missão Velha, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.022, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de julho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 590/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Missão Velha, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 457/2022 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2023

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2316027&filename=PDL-271-2023

- [Outros documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2228047&filename=TVR%2070/2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 271/2023 [1 de 3]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.561, de 3 de janeiro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 591/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Macapá, Estado do Amapá”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PDL 271/2023 [3 de 3]



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2023

(nº 630/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 92/2023 [1 de 54]



MENSAGEM Nº 630

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIANA GONÇALVES MADEIRA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIANA GONÇALVES MADEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de novembro de 2023.



EM nº 00317/2023 MRE

Brasília, 23 de Novembro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIANA GONÇALVES MADEIRA**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Gana e, cumulativamente, junto à República da Serra Leoa e junto à República da Libéria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **MARIANA GONÇALVES MADEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

Avulso da MSF 92/2023 [3 de 54]



29/11/2023, 11:04

SUPER/PR - 4781548 - OFÍCIO

00001.010399/2023-21



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 888/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.010399/2023-21

SUPER nº 4781548

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MARIANA GONÇALVES MADEIRA

CPF: [Informações pessoais](#)

Informações pesso

Informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1993	Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
1998	Bacharelado em e Comunicação Social (habilitação em jornalismo) pela Universidade de Brasília
1997	Mestrado em História pela Universidade de Brasília
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
2005	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2013	Curso de Altos Estudos – IRBr

Cargos:

1996	Terceira-secretária
2001	Segunda-secretária
2006	Primeira-secretária
2011	Conselheira
2017	Ministra de segunda classe

Funções:

1997-98	Divisão de Assistência Consular, assistente
1998-00	Departamento de África e Oriente Próximo,
2000-04	Embaixada em Tóquio, terceira-secretária e segunda-secretária
2004-06	Consulado-Geral em Nagoia, cônsul-adjunta
2006-09	Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, subchefe
2009-13	Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, chefe
2011	Embaixada em Camberra, conselheira em missão transitória
2013-16	Consulado-Geral em Sydney, cônsul-adjunta
2016-18	Divisão do Agrupamento BRICS, chefe
2018	Embaixada em laundê, encarregada de negócios em missão transitória
2018-19	Secretaria de Controle Interno, coordenadora
2019-22	Consulado-Geral em Sydney, cônsul-geral adjunta
2022-	Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com Países Desenvolvidos, coordenadora-geral

Obra publicada:

2014	Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira (Fundação Alexandre de Gusmão)
------	---

Assinado eletronicamente por

Fernando de Azevedo Silva

Perdigão

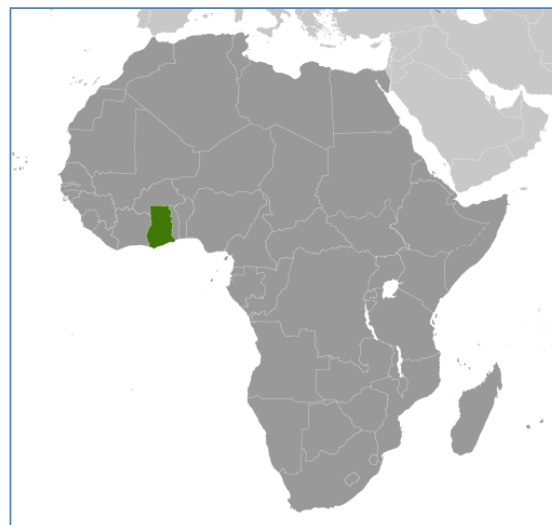
Chefe da Divisão do Pessoal

Em 20/11/2023 às 17:50



Avulso da MSF 92/2023 [5 de 54]



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**GHANA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
NOVEMBRO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Gana
GENTÍLICO	Ganês, ganense
CAPITAL	Acra
ÁREA	238.537 km²
POPULAÇÃO (2022) ¹	32,1 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e idiomas nacionais (Ashante, Twi, Ewe)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (70%), Islamismo (20%), crenças tradicionais (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista (unitária)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Parlamento), com 275 membros
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Nana Akufo-Addo (desde 2017, Novo Partido Patriótico)
CHANCELER	Shirley Botchwey (desde 2017, Novo Partido Patriótico)
PIB (2022) ¹	US\$ 76 bilhões
PIB PPC (2021) ¹	US\$ 217,53 bilhões
PIB PER CAPITA (2021) ¹	US\$ 2,37 mil
PIB PPC PER CAPITA (2021) ¹	US\$ 6,78 mil
VARIAÇÃO DO PIB ¹	1,2% (2023E); 3,2% (2022); 5,4% (2021)
IDH (2019) ²	0,611 (138º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ²	64,1 anos
DESEMPREGO (2019) ²	4,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Cedi (GHS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ³	Cerca de 400 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Gana	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	397,6	291,9	160,8	263	438	305
Exportações	212,4	151,8	129,7	198,4	318,8	296,4
Importações	185,2	140,1	31	64,7	119,1	8,6
Saldo	27,2	11,7	98,7	133,7	199,7	287,8



PERFIS BIOGRÁFICOS

Nana Akufo-Addo
Presidente de Gana



Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, 79 anos, estudou no Reino Unido durante o ensino médio. Voltou a seu país natal em 1962 e iniciou seus estudos na Universidade de Gana em 1964, graduando-se em economia em 1967. Retornou ao Reino Unido para estudar direito. Trabalhou na França de 1971 a 1975. Em 1979, foi co-fundador do escritório de advocacia Akufo-Addo, Prempeh & Co., em Gana. Filiou-se ao Novo Partido Patriótico (NPP) em 1992 e foi eleito deputado três vezes, entre 1996 e 2008. De 2001 a 2003, foi procurador-geral e ministro da Justiça. Foi também ministro das Relações Exteriores no governo do presidente John Kufuor, até 2007, quando deixou o cargo para disputar a indicação como candidato de seu partido, o Novo Partido Patriótico (NPP), à Presidência do país nas eleições de 2008. Disputou, sem sucesso, as eleições presidenciais de 2008 e 2012. Candidatou-se novamente em 2016, quando logrou eleger-se presidente da República, e foi reeleito em dezembro de 2020.

X: @NAkufoAddo



Mahamudu Bawumia
Vice-Presidente de Gana



Mahamudu Bawumia, 60 anos, graduou-se em ciências econômicas na Universidade de Buckingham. Coursou mestrado na Universidade de Oxford (Lincoln College), no Reino Unido, e doutorado na Universidade Simon Fraser, no Canadá. É autor de livros e artigos sobre política monetária e desenvolvimento econômico. Antes de assumir a Vice-Presidência, em janeiro de 2017, foi Vice-Presidente do Banco Central de Gana (2006-2009), professor visitante no Centro para o Estudo das Economias Africanas da Universidade de Oxford (2009-2010), representante residente do Banco Africano de Desenvolvimento no Zimbábue (2011-2012) e professor visitante de governança econômica na Universidade Central de Gana (2013-2015). Foi um dos responsáveis pelo projeto de controle da hiperinflação que afligia o país no início dos anos 2000, quando trabalhava no Banco de Gana. Trabalhou na reestruturação do setor bancário ganense e em negociações com o FMI. Com papel destacado no eleitorado do norte mulçumano, foi eleito vice-presidente na chapa do Novo Partido Patriótico (NPP) vencedora em 2016. Além da função de vice-presidente, acumulou a supervisão das políticas econômicas. Foi reeleito vice-presidente em dezembro de 2020.



Shirley Botchwey
Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional



Shirley Ayorkor Botchwey, 60 anos, formou-se em jornalismo e tem mestrado em comunicação pública pela Universidade de Westminster (2002) e em gestão de projetos pela Universidade de Gana (2004). Antes de ingressar na política, administrou a empresa de comunicação e marketing “Dynamic Communications”. É filiada ao Novo Partido Patriótico (NPP) e deputada desde 2005. Na presidência de John Kufuor (2001-2009), foi vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e ministra de Estado para Recursos Hídricos, Obras e Habitação. Foi nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros em janeiro de 2017 e reconduzida ao cargo em 2020, após a reeleição do presidente Akufo-Addo.

X: @AyorkorBotchwey



APRESENTAÇÃO

Gana foi o primeiro país da África subsaariana a alcançar a independência, em 1957, tendo se tornado fonte de inspiração para o movimento de descolonização que se disseminou pelo restante do continente nas décadas subsequentes. O país também é referência no processo de consolidação democrática que se estendeu a vários países da África a partir da década de 1990. Desde que Gana iniciou o processo de abertura política, no início dos anos de 1990, houve três alternâncias pacíficas de poder entre governo e oposição.

O líder do movimento de independência ganense, Kwame Nkrumah, tornou-se o primeiro mandatário do país, em 1957, e foi deposto em 1966, no primeiro de uma série de golpes militares que marcariam a política do país. Em 1981, o Tenente-Aviador Jerry John Rawlings assumiu o comando do Estado e coordenou a retomada da democracia, propondo eleições diretas e pluripartidárias em 1992. Foi eleito presidente naquele ano e reeleito em 1996.

Desde então, Gana vem-se destacando por suas três décadas de estabilidade democrática, nas quais dois partidos vêm se alternando no poder: o Congresso Democrático Nacional (NDC na sigla em inglês), de tendência social-democrata, pelo qual Rawlings se elegeu; e o Novo Partido Patriótico (NPP), de viés liberal-conservador, a que pertence o atual presidente, Nana Akufo-Addo. No contexto africano, Gana tem perfil relativamente destacado em termos de direitos políticos e garantia de liberdades civis. Nas últimas décadas, o país sobressaiu, ademais, pelos êxitos alcançados na redução da pobreza extrema e das taxas de contaminação pelo vírus HIV/AIDS.

Historicamente, Gana tem sido um dos principais promotores da integração africana. Após copatrocinar a criação da Organização da Unidade Africana (OUA, fundada em 1963), foi um dos principais proponentes da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, estabelecida em 2001) e da União Africana (criada em 2002, como sucessora da OUA). O secretariado da nova Zona de Livre Comércio Continental Africana, criada por acordo firmado em março de 2018 e que entrou em vigor em maio de 2019, será a primeira instituição oriunda do pan-africanismo a se instalar no país. Gana também integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com outros 14 países. Apesar do entorno conturbado, Gana transita sem dificuldades junto aos países da região.



RELAÇÕES BILATERAIS**QUADRO DE REPRESENTANTES**

Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Acra	João André Silva de Oliveira
Embaixadora de Gana em Brasília	Abena Pokua Adompim Busia

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão Mista	2	2004, em Brasília
Mecanismo de Consultas Políticas	0	Pendente de inauguração

Gana é um dos parceiros mais tradicionais do Brasil na África Ocidental. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1960. Naquele ano, foi criada legação do Brasil em Acra, a qual foi elevada à condição de Embaixada no ano seguinte – uma das primeiras do Brasil na África subsaariana. Gana, por sua vez, abriu Embaixada no Brasil em 1962.

Historicamente, Gana tem sido, ademais, um dos países da África Ocidental que mais ativamente responderam às iniciativas brasileiras de aproximação com o continente africano. Nos anos 1960 e 1970, as relações foram marcadas pela agenda comum voltada para a condenação do apartheid, o desarmamento e a autodeterminação dos povos. Na década de 1980, Gana copatrocinou projeto de resolução apresentado pelo Brasil na ONU para a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Mais recentemente, apoiou candidaturas brasileiras e compartilha posições com o Brasil em temas da agenda multilateral. Ambos exercem mandatos como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023.

Em audiência à embaixadora do Brasil, em abril de 2022, o presidente Akufu-Addo ressaltou o aumento da corrente comercial bilateral nos últimos anos e salientou que, apesar da pandemia, as relações entre os dois países saíram fortalecidas desse período de dificuldades. Disse, ainda, que esperava dar continuidade ao bom relacionamento com o Brasil. Os chanceleres dos dois países, ministros Carlos França e Shirley Botsway, avistaram-se em julho de 2022, em Nova York, à margem de debate do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre comunicação estratégica em operações de manutenção da paz, promovido pelo Brasil enquanto presidente rotativo do Conselho.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Nas últimas duas décadas, as relações bilaterais ganharam novo impulso com uma série de encontros de alto nível, incluindo viagens presidenciais a Gana em 2005 e 2008; visitas do presidente de Gana ao Brasil em 2006 e 2015, e do vice-presidente, em 2008, 2010 e 2012; viagens do ministro das Relações Exteriores a Acra em 2011 e 2017; e da ministra dos Negócios Estrangeiros ganense ao Brasil em 2013.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Tradicionalmente, no comércio com Gana, o cacau é o principal item importado pelo Brasil. Por sua vez, o açúcar é o principal produto vendido pelo lado brasileiro, seguido de frango e hidróxido de alumínio. Contudo, em anos recentes, a pauta de exportação diversificou-se, com o incremento da venda de bens industrializados, como resultado do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI).

As vendas brasileiras cresceram a partir de 2002 e alcançaram seu ápice em 2011 (USD 446 milhões); reduziram-se progressivamente desde então, chegando a seu menor resultado em 2019 (USD 131 milhões); e retomaram trajetória de crescimento expressivo no biênio seguinte, não obstante a disrupção decorrente da pandemia de Covid-19 (USD 198 milhões em 2020 e USD 315 milhões em 2021, um aumento de 141% no biênio). De modo geral, o fluxo de comércio e as exportações brasileiras encontravam-se, ao final de 2021, em patamar relativamente elevado, próximo ao do início da década de 2010; as importações de Gana e o superávit para o Brasil, por outro lado, seguem em patamares inferiores aos de pico.

Em 2022, o comércio bilateral sofreu redução de 30% (para USD 305 milhões). O superávit brasileiro, contudo, cresceu 44% (para USD 288 milhões), tendo em conta a forte redução de importações (-93%, para USD 8,6 milhões), possivelmente relacionada à retomada das importações de cacau provenientes da Côte d'Ivoire, suspensas pelo MAPA durante a maior parte do ano de 2021. Entre as exportações brasileiras, o açúcar ocupou o primeiro lugar, com 41% do total de exportações, seguido de carnes (15%), e álcool etílico (9%).

Empresas brasileiras têm-se feito presentes em Gana, sobretudo na área de construção civil, em que atuam ou atuaram no país os grupos Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e Contracta. No setor de agricultura, destacam-se a Usibras e a Brazil Agrobusiness, que contam com recursos próprios para investir no mercado ganense. A Usibras iniciou suas atividades produtivas no fim de 2015, na área metropolitana de Acra, com fábrica de processamento de castanha de caju para exportação. Por sua vez, a Brazil Agrobusiness desenvolve, há mais de uma década, projeto de plantação de arroz no município de Sogakope, a cerca de duas horas de Acra.

PROGRAMA MAIS ALIMENTOS INTERNACIONAL (PMAI)

Embora tenha constituído iniciativa econômico-comercial, o PMAI reveste-se de grande importância política tanto no quadro interno ganense quanto no relacionamento bilateral. Do ponto de vista do governo de Gana, o PMAI inseriu-se em seu principal programa de desenvolvimento e geração de empregos, o “Plantando para Alimentos e



Empregos”, no âmbito do qual foi planejada a criação de 750 mil postos de trabalho diretos e indiretos, sobretudo entre a população jovem.

O programa de financiamento, com créditos concessionais, para a aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas brasileiros contemplou financiamento de US\$ 95 milhões para Gana, aprovados pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a partir de 2014 (primeira tranche). A execução da terceira e última tranche foi aprovada pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) em dezembro de 2020.

O programa impactou consideravelmente na mudança do predomínio de *commodities* para manufaturados na pauta de exportações brasileiras a Gana. Dada a importância fundamental do setor agrário para a economia de Gana, trata-se de um dos mais importantes pontos na agenda bilateral corrente, ao lado da cooperação técnica. Durante discurso anual à nação proferido em março de 2023, ao comentar sobre os investimentos de seu governo em infraestrutura, o presidente Akufo-Addo citou nominalmente o Brasil como origem de tratores e equipamentos agrícolas importados por seu país.

DÍVIDA SOBERANA

Em dezembro de 2022, o governo brasileiro solicitou ao governo ganense a regularização de dois atrasos no pagamento de obrigações financeiras contraídas junto ao Brasil. O primeiro caso refere-se a operação de financiamento a exportações destinadas ao projeto Corredor Oriental, objeto de contrato de financiamento firmado em 2013 entre Gana e o BNDES. O Brasil solicitou o reabastecimento de conta colateral, após o saque, pelo lado brasileiro, de US\$ 5.729.861,30 (parcela vencida em 15/8/22), bem como a regularização da mora no valor de US\$ 8.409,05 decorrente da utilização da conta colateral. O segundo atraso refere-se a operação de financiamento no âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). Encontra-se pendente de pagamento parcela de US\$ 78.477,14 vencida em 19/8/22.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação com Gana está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em 7 de novembro de 1974 e promulgado em 12/09/1975. Atualmente, não há projetos de cooperação técnica bilateral com Gana. Contudo, Gana participa, eventualmente, de ações de intercâmbio da iniciativa regional de cooperação técnica trilateral com organismos internacionais na área de alimentação escolar (Programa de Execução para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar) executada em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em Brasília.

Quanto às iniciativas já concluídas, uma das mais significativas foi o projeto de “Apoio à Estruturação do Sistema Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme da República de Gana”, executado em 2009 e 2010. Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação, o projeto teve como parceiros brasileiros o Ministério da Saúde, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais. Não foram concluídas as atividades



relativas à construção do Centro de Hematologia do Ministério da Saúde de Gana em Kumasi – o que pode ensejar a retomada dessa cooperação em futuras negociações com Gana, a depender de disponibilidade orçamentária.

De 2017 a 2020, a ABC e Agência de Cooperação Alemã (GIZ, na sigla em alemão) realizaram cooperação trilateral com Gana, por meio do projeto “Aumento da Eficiência e Qualidade da Produção e Processamento do Caju em Gana”, voltado à melhoria da qualidade da pesquisa no desenvolvimento de mudas de caju adaptadas às condições locais ganenses, além de transferência de tecnologias e de processamento do caju para a produção de sucos, polpas e doces. A contribuição do Brasil foi de US\$ 341 mil, a da Alemanha, de US\$ 336 mil, e a de Gana, de US\$ 112 mil.

DIPLOMACIA DA SAÚDE

Em 2020, em meio à pandemia de Covid-19, atendendo à solicitação do governo de Gana, o governo brasileiro doou ao país USD 75 mil para a aquisição de respiradores mecânicos. Os recursos foram transferidos pela ABC ao Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, que repassou o montante ao escritório do PMA em Acra.

Em 2010, a extinta Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME) efetuou aportes financeiros no valor total de USD 562 mil, por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em resposta emergencial a chuvas torrenciais seguidas de enchentes e em apoio a refugiados marfinenses no país.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

As relações do Brasil com Gana na área de defesa ainda são incipientes, mas há expectativas positivas com a celebração do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, que se encontra pronto para ser firmado (aguarda-se visita de alto nível). O acordo deverá inaugurar arcabouço jurídico abrangente em áreas como treinamento, intercâmbio de oficiais e fornecimento de produtos de defesa.

O Brasil dispõe de Adidância de Defesa residente em Abuja (Nigéria), acreditada também junto ao Governo de Gana. Em janeiro de 2020 foi acreditado o primeiro adido de defesa ganês residente em Brasília.

Gana também pode ser um país estratégico no contexto das preocupações brasileiras com a segurança no golfo da Guiné. O país faz parte do chamado Processo ou Arquitetura de Iaundê, que busca a coordenação entre países da costa ocidental africana, do Senegal a Angola, para monitorar e combater a pirataria e o roubo armado de carga marítima na região

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional está amparada no Acordo de Cooperação Cultural assinado em 1972 e vigente desde 1973. De 2000 a 2020, 313 estudantes ganenses participaram do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e um estudante participou, em 2003, do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Entende-se que a exigência do certificado de proficiência em português Celpe-Bras é um dos gargalos para o aumento da mobilidade estudantil nos programas oficiais



(a oferta de cursos de português em Gana é restrita, uma vez que o idioma é ministrado em apenas uma instituição de ensino superior local, o “Ghana Institute of Languages”). De todo modo, como não há posto aplicador do Celpe-Bras no país, os candidatos ao PEC-G podem realizar curso de português no Brasil, com duração de aproximadamente 8 meses, antes de iniciar os estudos de graduação.

COOPERAÇÃO CULTURAL

Em julho de 2023, o Festival "Panafest", realizado em Gana a cada dois anos, recebeu delegação brasileira composta por representantes do Itamaraty, da Fundação Palmares, do governo da Bahia, da prefeitura de Salvador e da sociedade civil. O Panafest tem por objetivo reunir a diáspora africana no mundo para promover a união, a compreensão e o orgulho entre os povos afrodescendentes, bem como para propagar os ideais do pan-africanismo de forma geral. Durante a missão, a delegação visitou diversas lideranças e instituições ganenses com o objetivo de iniciar mecanismos bilaterais de cooperação cultural e educacional.

Os contatos mantidos em quatro cidades ganenses representaram importante momento da reaproximação entre Brasil e Gana. Foi a primeira vez que delegação composta por representantes governamentais das esferas municipal, estadual e federal, além da sociedade civil, na figura do Vovô do Ilê, visitou oficialmente o país a fim de reforçar os laços culturais e, sobretudo, humanos que ligam os dois países, a partir da herança africana comum. A visita lançou as bases de diversos projetos de cooperação que poderão promover significativo avanço no patamar das relações entre Brasil e Gana.

Em 2019, o Itamaraty havia apoiado, igualmente, a participação brasileira no Panafest, especialmente no segmento de diálogo inter-religioso, por meio de alocução sobre o candomblé proferida por líder religiosa vinda do Brasil para a ocasião. Também em 2019, o Itamaraty apoiou viagem a Gana do grupo Olodum, que se apresentou em Acra e no festival Akwasidae, em Kumasi, com a presença do Rei dos Ashantis, Otumfuo Osei Tutu II.



POLÍTICA INTERNA

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

A República de Gana, estado unitário, adota o sistema presidencialista. O Parlamento é unicameral. O Poder Judiciário é independente, e as Forças Armadas, foco de crises políticas no passado, estão subordinadas ao poder civil.

CONTEXTO RECENTE

A melhora da situação macroeconômica em anos recentes levava a crer que o Novo Partido Patriótico (NPP), do presidente Nana Akufo-Addo, teria vantagem nas eleições gerais previstas para dezembro de 2020. O ano eleitoral, no entanto, foi marcado pela pandemia de Covid-19, pelos desgastes decorrentes da queda da atividade econômica e pela morte do ex-presidente Rawlings, figura histórica do maior partido de oposição, o NDC. Em eleições com expressivo comparecimento de votantes, Akufo-Addo foi reeleito para segundo mandato como presidente de Gana, mas por estreita margem.

Pela primeira vez na história do país, o governo não conta com apoio amplamente majoritário do Parlamento. Os dois principais partidos obtiveram exatamente o mesmo número de deputados, e o opositor NDC conseguiu eleger o presidente do Parlamento.

Em seu discurso inaugural, Akufo-Addo elencou seis prioridades para seu novo mandato: (i) retomada econômica, (ii) universalização do acesso à eletricidade, (iii) construção de hospitais, (iv) ampliação do acesso a saneamento básico e água encanada, (v) enfrentamento do crescente déficit habitacional e (vi) continuidade do massivo investimento – iniciado em 2020, mas prejudicado pelo impacto da pandemia de Covid-19 na economia – na reforma e na construção de rodovias.

Gana tem alcançado importantes progressos na promoção e na proteção dos direitos humanos, tema de rotineiro debate na sociedade ganense, embora permaneçam áreas que carecem de avanços no sentido da garantia de direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos. Entre as frentes onde se registraram êxitos significativos nos últimos 5 anos, destaca-se o acesso à educação. O governo Akufo-Addo introduziu a política de Ensino Médio Gratuito (“Free Senior High School” - SHS), em setembro de 2017, seguida por uma série de reformas lançadas em 2019 para melhorar a formação de professores e o estabelecimento de um novo currículo nacional. Esses movimentos parecem estar dando frutos, pois as taxas de matrícula e os resultados dos testes têm melhorado, bem como vem aumentando o investimento estatal em educação. De 2013 a 2018, o Estado alocou entre 12% e 15% do orçamento nacional ao Ministério da Educação. Já no orçamento para 2019, o investimento público aumentou 39% em relação ao ano anterior.



No que tange ao direito à saúde, o país tem igualmente logrado importantes avanços, com a contínua expansão do sistema universal de saúde (NHIS – “National Health Insurance Scheme”), que já vinha sendo elogiado como o mais bem sucedido do continente africano, com uma das maiores taxas de cobertura da população. O governo continua a expandir não só o acesso à saúde, mas também o âmbito dos benefícios que disponibiliza aos seus cidadãos. De acordo com o censo de Gana de 2021, 68,6% da população está coberta pelo NHIS ou por planos de seguro de saúde privados, apesar das grandes variações regionais, com ampla cobertura para um escopo limitado de problemas de saúde, voltado principalmente para o tratamento de doenças mais prevalentes, como a malária. Como consequência, vários dos indicadores de saúde de Gana melhoraram na última década, demonstrando o progresso geral obtido no setor.

Apesar de a pandemia de Covid 19 haver exposto grandes lacunas no setor da saúde, como a necessidade de construir mais hospitais a nível distrital, Gana fez um trabalho admirável no gerenciamento da doença. O governo se destacou como um dos países que mais testaram seus cidadãos na África, tendo sido elogiado por organizações como a OMS (Organização Mundial da Saúde) pelos protocolos de saúde pública estabelecidos. Também implementou medidas econômicas, como pacotes de estímulo e redes de segurança social para ajudar pequenas empresas, proteger trabalhadores e fornecer alimentos e assistência médica às populações vulneráveis. Essas medidas ajudaram a conter a disseminação do vírus e a apoiar a economia, além de assegurar à população o direito à saúde.

Não obstante os avanços alcançados, a disputa à sucessão de Akufo-Addo, culminando na eleição agendada para dezembro de 2024, será condicionada, inevitavelmente, pela aguda crise inflacionária instalada no país a partir de agosto de 2021, na esteira da pandemia de Covid-19, agravada pelo conflito na Ucrânia (v. seção sobre a economia ganense).



POLÍTICA EXTERNA

São prioridades na política externa de Gana o oeste africano, em geral, e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em particular. A paz e a segurança nos vizinhos são preocupações centrais para o governo ganense, pois há entendimento de que a estabilidade regional proporciona ambiente de paz também no plano doméstico.

O combate à pirataria no Golfo da Guiné e ao terrorismo no Sahel, desafios que têm afetado a maior parte dos estados da sub-região, tornou-se ainda mais importante recentemente, tendo em conta as descobertas de grandes reservas de petróleo em Gana e o transbordamento, já constatado, dos ataques terroristas para os países costeiros da África Ocidental. Nesse contexto, verifica-se o interesse de Gana em modernizar suas Forças Armadas.

Também há grande interesse ganense nas questões de âmbito continental. Não por acaso, o país sediará a secretaria da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

No biênio 2022-2023, Gana exerce mandato como membro não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao lado do Brasil. Na 78ª sessão da Assembleia Geral, em setembro de 2023, o presidente Nana Akufo-Addo fez discurso enfático no que diz respeito às injustiças históricas que causaram diferenças de desenvolvimento entre as nações e na obrigação que os países desenvolvidos teriam de reparar as nações exploradas, em especial as africanas.

ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (ZCLCA)

O acordo que criou a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA ou, na sigla em inglês, AfCFTA) entrou em vigor em 30 de maio de 2019, após o depósito do 22º instrumento de ratificação. Até o momento, 54 países africanos assinaram o instrumento (a única exceção é a Eritreia). Caso implementada de maneira exitosa, a ZCLCA criará um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. A remoção das tarifas sobre o comércio de bens poderia promover um aumento de mais de 50% do valor do comércio intra-africano até 2040.

Gana foi escolhido como sede da secretaria da ZCLCA como resultado de campanha intensa, que envolveu o engajamento pessoal do tanto do presidente Nana Akufo-Addo quanto de seus antecessores. Apesar do longo histórico de Gana em prol do pan-africanismo, esta será a primeira organização continental com sede no país. A eleição do país materializou importante vitória diplomática do atual governo.

Na última década, os países africanos foram origem de 4,2% das importações e destino de 3,4% das exportações brasileiras, em média. Os principais produtos importados no período foram combustíveis (79,3%), adubos (9%) e cacau (1,4%), e os principais itens exportados foram açúcar (33,3%), carnes (15%) e cereais (8,4%). Segundo estudo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA),



alguns dos principais itens exportados pelo Brasil para a África – sobretudo açúcar e carnes – figuram entre aqueles com maior potencial de incremento no âmbito do comércio intracontinental no setor agrícola. A embaixada brasileira em Acra será posto de observação privilegiado da evolução da implementação do acordo.

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

O presidente Nana Akufo-Addo já expressou, em diferentes ocasiões, seu interesse em aumentar a eficácia e a representatividade do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em particular, e da ONU, em geral. O governo ganense já demonstrou simpatia pela candidatura brasileira a assento permanente no CSNU, e o presidente Akufo-Addo, no período em que exerceu as funções de Chanceler (2005-2007), indicou disposição em trabalhar para aproximar as propostas do G-4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia, que defendem a expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não permanentes) à da União Africana (UA). O C-10, comitê responsável na UA pelo acompanhamento das negociações sobre reforma do CSNU, está comprometido com a proposta de reforma consolidada no Consenso de Ezulwini, que prevê seis novos assentos permanentes, sendo dois para a África, com direito de veto.



ECONOMIA

Nos últimos anos, Gana vinha se destacando pelo bom desempenho econômico, com expansão da indústria do petróleo, valorização do preço do cacau, investimentos no setor industrial e estabilidade macroeconômica. Em 2019, Gana teve crescimento de 6,5% no PIB, um dos maiores do mundo, e saldou a última parcela de empréstimo tomado junto ao FMI. Os esforços governamentais de diversificação econômica e oferta de infraestrutura vinham rendendo frutos, ainda que a economia seguisse dependente da exportação de cacau, ouro e hidrocarbonetos. O setor industrial é pequeno em relação aos setores extrativista e de serviços.

Esse cenário, contudo, foi drasticamente impactado pela crise derivada da Covid-19, com piora dos principais indicadores econômicos em 2020. A queda drástica no preço do petróleo e a interrupção do turismo reduziu muito o ingresso de reservas, ainda que a alta no preço do ouro, outro item das exportações do país, tenha diminuído as perdas. Em abril daquele ano, ainda sim, o governo solicitou novo empréstimo ao FMI, o que permitiu reequilibrar a gestão da crise, com endividamento externo.

Desde agosto de 2021, Gana experimenta agudo crescimento da inflação e desvalorização do cedi, quadro agravado ulteriormente, a partir de 2022, pelo conflito armado na Ucrânia (a Rússia é importante fornecedor de fertilizantes para o país africano). Em junho de 2022, foram realizados protestos de grande escala em Acra, com participação de políticos da oposição e celebridades, que se iniciaram de forma pacífica mas resultaram em violentos confrontos com a polícia. Poucos dias após as manifestações, o presidente Nana Akufo-Addo determinou o início de tratativas com FMI com vistas à 17ª intervenção do Fundo em socorro ao país. A inflação anual registrada pelo FMI ao final de 2022 foi de 31,9%, e a estimativa do Fundo para 2023 é de 42,2%, os piores resultados em décadas.

EMPRÉSTIMO DO FMI

Em maio de 2023, após 10 meses de negociações, o FMI anunciou a aprovação de seu 17º programa de apoio financeiro a Gana. O acordo prevê o empréstimo de US\$ 3 bilhões, ao longo de 3 anos, sob o regime de “extended credit facility”. Os termos do empréstimo incluem uma taxa de juros de 0%, com um período de carência de 5,5 anos e um vencimento final de 10 anos. O desembolso do crédito será feito em lotes, com liberação imediata da primeira parcela, de US\$ 600 milhões. As parcelas restantes serão desembolsadas a cada seis meses, após as revisões do programa, que será monitorado e avaliado semestralmente.

O FMI afirmou que a consolidação fiscal é um elemento central do programa. Com forte foco na preservação da estabilidade financeira e no incentivo ao investimento privado e ao crescimento, o programa defendido pelo FMI prevê a restrição da política monetária e taxas de câmbio flexíveis, como forma de trazer a inflação de volta a um dígito e de reconstruir as reservas internacionais. As reformas já teriam começado com



o ajuste fiscal substancial e antecipado trazido pelo orçamento de 2023. O Fundo reconheceu que as autoridades ganenses estão avançando com reformas para aumentar a mobilização de receitas internas, fortalecer a gestão das finanças públicas e enfrentar os profundos desafios nos setores de energia e cacau, com o objetivo de promover disciplina fiscal duradoura. Foi também ressaltado o programa abrangente de reestruturação da dívida lançado pelo governo, incluindo a dívida interna e a externa, e que deverá ser aprofundado como parte do acordo.

Como parte da proposta para garantir o acordo com o FMI, o governo concordou em aumentar as tarifas de serviços públicos a cada três meses, a contar de setembro de 2022 – o que resultou em um aumento cumulativo da tarifa de eletricidade de 75,32%, tornando-a praticamente inacessível para parte da população. Além disso, o Banco de Gana elevou a taxa básica de juros para 29,5%, citando a necessidade de ancorar as expectativas de inflação na meta de médio prazo de 8,2%. A atual trajetória de política monetária, se continuada, pode levar a uma desaceleração ainda maior em setores-chave da economia, como agricultura, indústria e imóveis.

PETRÓLEO

Na última década, Gana passou a ser um dos principais produtores de petróleo na África. Em 2010, a produção ganense era de apenas 9 mil barris por dia (bpd). Descobertas de poços em águas profundas, similares ao pré-sal brasileiro, transformaram o país em destaque de reservas e produção de hidrocarbonetos no continente africano. Em 2015, a produção saltou para 107 mil bpd, alcançando, em 2019, 207 mil bpd. O país agora tem a 7ª maior produção de petróleo da África, superior à da Guiné-Equatorial, integrante da OPEP. Gana possui apenas uma refinaria, com capacidade de processar até 45 mil barris diários, o que leva o consumo doméstico de derivados a depender de importações.

CACAU

O cacau é o principal item de exportação agropecuária de Gana, correspondendo a aproximadamente 10% do PIB. Desde 2019, o país mantém bem-sucedida parceria com a vizinha Côte d'Ivoire na administração dos preços internacionais do cacau - juntos, os dois países são responsáveis por dois terços da produção mundial. Os principais mercados para o cacau ganense são Holanda, França e Estados Unidos, que juntos respondem por um terço das compras.

OURO

Gana é o maior produtor de ouro da África, à frente da África do Sul, e o 6º produtor mundial, com produção de 130 toneladas em 2021. Os primeiros registros de extração de ouro datam do século IV. Em 1.500, o litoral recebeu a alcunha de “Costa do Ouro”. A produção em larga escala começou no século XIX. A partir de 1985, novo marco regulatório atraiu investidores internacionais, levando ao aumento da produção, cujos níveis chegaram a 20% do total mundial. Em 2020, com a crise da Covid-19 e o aumento da incerteza sobre a economia, o preço do ouro subiu, ultrapassando a marca de USD 2 mil por onça. Desde então, permanece em patamar elevado.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1951	Formação do Movimento da Convenção do Povo, liderado por Kwame Nkrumah
1957	Declarada a independência do Reino Unido
1966	Golpe que depôs Kwame Nkrumah
1981	Golpe de estado liderado por Jerry John Rawlings
1992	Promulgação de nova Constituição e retorno ao regime democrático
2017	Início do primeiro mandato do presidente Nana Akufo-Addo
2021	Início do segundo mandato do presidente Nana Akufo-Addo

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1960	Estabelecimento das relações diplomáticas
1961	Elevação da Legação do Brasil em Acra à categoria de Embaixada
1972	Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barboza. Assinatura de Acordo sobre Cooperação Cultural e de Acordo Comercial
1974	Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica
1978	Visita ao Brasil do Rei dos Axântis, Otumfuo Opoku Ware II
1981	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Graft Johnson
1984	Visita ao Brasil do Ministro interino da Agricultura Charles K. Annan
1985	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura Isaac Adjei-Maafo
2003	Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Visita ao Brasil do Ministro da Energia Paa Kwesi Ndoum
2004	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Nana Akufo-Addo. II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana
2005	Visita a Gana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos
2006	Visita ao Brasil do Presidente John Agyekum Kufuor e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Nana Akufo-Addo. Assinatura de Acordo de Cooperação Esportiva. Encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e John Agyekum Kufour em Abuja, Nigéria, à margem da Cúpula África-América do Sul
2007	Visita a Gana do Ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, por ocasião das celebrações dos 50 anos de independência de Gana
2008	Visita a Gana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da XII UNCTAD. Visita ao Brasil da Presidente da Suprema Corte de Gana,



	Georgina Wood. Visita ao Brasil do Vice-Presidente Alhaji Aliu Mahama
2010	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Mahama
2011	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Mahama
2012	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Mahama
2013	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Hanna Tetteh
2015	Visita ao Brasil do Presidente John Mahama, por ocasião da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff. Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira
2017	Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira. Visita ao Brasil do Rei dos Axântis, Otumfuo Osei Tutu II
2019	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura Owusu Akoto
2022	Encontro entre os Chanceleres Carlos França e Shirley Botsway em Nova York, à margem de debate do Conselho de Segurança da ONU

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares.	29/07/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Centro de Hemoterapia e Doença Falciforme de Kumasi"	09/02/2011	Em Vigor
Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul Relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar	10/12/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio A Estruturação do Programa Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme da República de Gana"	07/07/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana"	19/04/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de	19/04/2008	Em Vigor



Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana”		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Genéticos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana”	19/04/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS em Gana”	19/04/2008	Em Vigor
Acordo de Cooperação Esportiva	10/07/2006	Em Vigor
Acordo sobre a Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	08/11/2005	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos	12/04/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	12/04/2005	Em Vigor
Acordo sobre Criação de Comissão Mista	05/07/1985	Em Vigor
Protocolo de Intenções	14/07/1981	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	07/11/1974	Em Vigor
Acordo Comercial	02/11/1972	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Cultural	02/11/1972	Em Vigor



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**SERRA LEOA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****NOVEMBRO DE 2023**

Avulso da MSF 92/2023 [26 de 54]



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Serra Leoa
GENTÍLICO	Serra-leonês
CAPITAL	Freetown
ÁREA	71.740 km² (½ da área do CE)
POPULAÇÃO (2022) ¹	8,3 milhões de habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial), krio (crioulo), mende, limba, temne
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (45,9%); crenças tradicionais (40,1%), cristianismo (11,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral: Câmara dos Representantes, com 124 assentos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Julius Maada Bio (desde 2018, <i>Sierra Leone People's Party</i>)
CHANCELER	Timothy Musa Kabbah (desde agosto de 2023)
PIB (2022) ¹	US\$ 3,94 bilhões
PIB PPC (2022) ¹	US\$ 16,5 bilhões
PIB PER CAPITA (2022) ¹	US\$ 476
PIB PPC PER CAPITA (2022) ¹	US\$ 1,99 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,7% (2023E); 4% (2022); 4,1% (2021)
IDH (2022) ²	0,477 (181º de 191)
IHDI (2019) ²	0,291
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ²	54,7 anos
DESEMPREGO (2019) ²	4,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Leone (SLL)
COMUNIDADE BRASILEIRA ³	Não há estimativa

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – milhares de US\$						
Brasil → Serra Leoa	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	41.662	38.122	40.327	56.069	43.058	31.100
Exportações	41.633	38.091	40.276	55.984	42.687	30.700
Importações	29	31	51	84	371	400
Saldo	41.603	38.060	40.225	55.900	42.316	30.300

Fonte: Comexstat



PERFIS BIOGRÁFICOS**Julius Maada Bio**
Presidente da República

Julius Maada Bio, 59 anos, general de brigada da reserva, formou-se segundo-tenente na Academia das Forças Armadas de Serra Leoa (1987), obteve mestrado em Relações Internacionais (“American University”, Washington, EUA) e foi pesquisador sênior na Universidade de Bradford (Reino Unido). Em 1990, integrou força de paz (ECOMOG) da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental enviada à Libéria. Convocado para lutar na guerra civil serra-leonesa (1991-2002), participou do golpe de estado que levou Valentine Strasser ao poder (1992). Como uma das lideranças da junta militar que assumiu o controle do estado, ocupou diferentes cargos no governo até que, em 1996, enquanto Vice-Presidente, liderou novo golpe, assumiu a chefia do estado (por cerca de dois meses) e assegurou a realização de eleições. Filiado ao “Sierra Leone People’s Party” (SLPP), elegeu-se presidente da República em 2018 e reelegeu-se em junho de 2023.

X: @PresidentBio



Timothy Musa Kabba*Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional*

Timothy Musa Kabba formou-se engenheiro e fez carreira na indústria petroléira, antes do ingresso no setor público. Foi engenheiro nas petroléiras russas Rosneft (2008-2009) e Lukoil (2011-2017), tendo atuado na Rússia e em diferentes países do Oriente Médio e da África Ocidental. No governo de Serra Leoa, foi diretor-geral executivo da Diretoria de Petróleo (2018-2020) e ministro de Minas e Recursos Minerais (2020-2023), antes de sua nomeação como ministro dos Negócios Estrangeiros, em julho de 2023.

X: @TimKabba



APRESENTAÇÃO

No período pré-colonial, o atual território de Serra Leoa, na costa ocidental do continente africano, abrigou diferentes impérios africanos, incluindo o Mandinga e o Songai. Com a colonização britânica, no século XVIII, tornou-se porto estratégico para o comércio transatlântico de escravizados. Após a proscrição da escravidão no Reino Unido, e sobretudo após a fundação de Freetown, em 1792, passou a receber milhares de ex-escravos. À diferença da vizinha Libéria, também estabelecida por iniciativa privada como refúgio de escravos libertos, Serra Leoa não foi logo convertida em estado independente, tendo sido mantida como colônia, e posteriormente como protetorado. Freetown foi sede da administração dos territórios britânicos na África Ocidental, que, além de Serra Leoa, incluíam Gâmbia e a antiga Costa do Ouro (atual Gana), além de partes da Nigéria.

No pós-Segunda Guerra Mundial, como resultado dos movimentos pela emancipação, aprovou-se um plano de descolonização serra-leonês em 1951, quando foi criado o primeiro partido político local, o atualmente governista *Sierra Leone People's Party* (SLPP). O país conquistou crescente autonomia administrativa até obter a independência pacificamente, em 1961. No ano seguinte foi fundado o *All People's Congress* (APC), principal partido de oposição. Ainda hoje, são estes os mais importantes agrupamentos políticos no país.

As primeiras décadas após a independência foram marcadas por períodos de instabilidade e de governo autocrático, até que, em 1991, eclodiu guerra civil que duraria mais de uma década (até 2022) e deixaria cerca de 50 mil mortos e dois milhões de refugiados nos países vizinhos. Ator central do conflito foi a Frente Revolucionária Unida (FRU), criada com o objetivo de controlar as minas de diamante serra-leonesas e apoiada pelo presidente liberiano Charles Taylor. Os conflitos envolveram, além da FRU, as forças do governo, militares rebelados, milícias de autodefesa e grupos de mercenários. Nesse contexto, em 1996, o então capitão e vice-presidente da junta militar governante, Julius Maada Bio (atual presidente da República), assumiu brevemente o poder por meio de um golpe, iniciou negociações com a FRU, organizou eleições e, ainda em 1996, transferiu o poder. Nos anos seguintes, as hostilidades continuaram e sucederam-se novos golpes militares, mediações e intervenções militares da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bem como das Nações Unidas (por meio da Missão das Nações Unidas em Serra Leoa – UNAMSIL) e do Reino Unido, até que o conflito foi declarado oficialmente encerrado em 2002.

No pós-guerra civil, Ahmad Tejan Kabbah (SLPP), foi eleito e governou de 2002 a 2007; Ernest Bai Koroma (APC), de 2007 a 2018; e Julius Maada Bio (SLPP), desde 2018, tendo sido reeleito em 2023.



RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Encarregado de negócios não residente do Brasil (Acra, Gana)	João André Silva de Oliveira
Embaixador não residente de Serra Leoa (Washington, EUA)	Sidique Abou-Bakkar Wai

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	0	Pendente de inauguração
Comissão Mista	0	Pendente de inauguração

No século XIX, escravos brasileiros libertos aportaram no território da atual Serra Leoa. Em 1847, o Brasil abriu vice-consulado honorário em Freetown, que funcionou até 1871.

As relações diplomáticas entre os dois países foram oficialmente estabelecidas em 1974, com a decisão de tornar a embaixada em Acra cumulativa com Freetown e com a criação de representação cumulativa de Serra Leoa em Brasília, com sede em Washington.

Em 2012, tiveram início as atividades da Embaixada brasileira em Freetown, com a designação de encarregado de negócios. O Posto foi fechado em 2019, devido a restrições orçamentárias, e a embaixada do Brasil em Acra incorporou Serra Leoa a sua jurisdição, cumulativamente, contando ainda com consulado honorário em Freetown. Em 2023, deu-se início a providências para a reabertura da Embaixada do Brasil em Freetown.

A Embaixada de Serra Leoa em Washington segue sendo responsável, cumulativamente, pelas relações com o Brasil.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Visitaram o Brasil a então ministra dos Negócios Estrangeiros de Serra Leoa, Zainab Bangura, em 2008; o presidente Ernest Bai Koroma, em 2009; e o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Serra Leoa, professor David John Francis, em abril de 2023.

Não houve, até o presente, visita de presidente ou chanceler brasileiro a Serra Leoa.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio entre Brasil e Serra Leoa caracteriza-se, de forma geral, pelos amplos superávits brasileiros, bem como, na última década, pela relevante posição do



país africano como mercado para o arroz brasileiro (em 2017, foi o terceiro maior comprador no mundo, com gasto de USD 24 milhões, equivalentes a 10% das exportações brasileiras do produto).

Em 2022, Serra Leoa foi o 13º maior parceiro comercial do Brasil na África Central e Ocidental e o 30º maior no continente africano. Nesse ano, a corrente comercial atingiu USD 31,1 milhões, o que representou variação negativa de -27,8% em relação ao ano anterior e de -29% em relação à média do quinquênio anterior (USD 43,9 milhões). As exportações brasileiras somaram USD 30,7 milhões em 2022, ao passo que as importações provenientes de Serra Leoa limitaram-se a USD 400 mil. Entre os produtos exportados pelo Brasil, destacam-se açúcar (40%), outros produtos comestíveis e preparações (13%), arroz (12%) e despojos comestíveis de carnes (11%). Entre as importações, a pauta concentrou-se em partes e acessórios de veículos automotivos (65%) e minérios e concentrados dos metais de base (15%).

O potencial agrícola de Serra Leoa ainda está por ser explorado em bases comerciais. Há oportunidades para a produção de biocombustíveis, arroz, sorgo, abacaxi e outras frutas, com exportação facilitada para EUA e União Europeia. A Embaixada em Acra vê como potenciais oportunidades, entre outras, o fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e investimentos no processamento de frutas.

Em visita à embaixada em Acra, em dezembro de 2021, funcionários da empresa Cotesa Engenharia discutiram sobre sua participação, em parceria com a empresa ganense Gridco, em projeto de integração de sistemas de energia de alta tensão entre os países membros da União do Rio Mano - Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Guiné.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Serra Leoa foi assinado em 2008 e ratificado pelo Brasil em 2010; a entrada em vigor segue pendente de ratificação por Serra Leoa.

Não obstante, como desdobramento da assinatura do Acordo, em 2010 a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou a Serra Leoa três missões de especialistas para capacitação de técnicos serra-leoneses nas áreas de atenção à mulher e à gestante, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, irrigação, piscicultura e processamento de mandioca.

Em que pese não haver projetos de cooperação bilateral em andamento, e tampouco demandas do lado serra-leonês, há iniciativas que vêm permitindo o intercâmbio de experiências entre Brasil e Serra Leoa. Por exemplo, a Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) custeia projeto na área de alimentação escolar em Serra Leoa, no âmbito do qual delegação serra-leonesa visitou o Brasil em 2018, com recursos daquela agência do Sistema ONU, para conhecer a experiência brasileira.

Em março de 2022, foi organizada pelo Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (CdE/PMA), em Brasília, em conjunto com a ABC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), visita de estudo virtual com Serra Leoa, para intercâmbios sobre programas sustentáveis de alimentação escolar. O "Programa de Execução Estabelecido entre o Governo do Brasil e o PMA



para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar" foi firmado em 2010, no âmbito da Parceria Brasil-PMA, cujo objetivo é difundir as boas práticas do Brasil no tema de alimentação escolar. Implementado por meio do CdE/PMA, instituição criada ao abrigo da aludida parceria, o Programa conta com o FNDE como instituição brasileira cooperante e atua em 23 países prioritários, tendo, no entanto, alcance global.

Serra Leoa também foi beneficiada por projeto de cooperação para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria do planejamento e da prestação de serviços públicos, por intermédio do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza. No âmbito dessa iniciativa, realizaram-se atividades na área de “fintech” que visam a estimular a formação de empresas locais.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

O Brasil doou, em agosto de 2014, cinco “kits calamidade” para o combate à epidemia de ebola em Serra Leoa. Cada kit tem capacidade para atender 500 pessoas por três meses.

Em dezembro do mesmo ano, o governo brasileiro também doou R\$ 25 milhões (pouco menos de USD 9,5 milhões, à época) a diferentes agências das Nações Unidas para ajudar no combate ao ebola em Guiné, Serra Leoa e Libéria.

Em 2020, o Brasil fez aporte de USD 50 mil para fortalecer o combate à Covid-19 em Serra Leoa. Em janeiro de 2021, o Programa Mundial de Alimentos concluiu doação de 100 mil máscaras faciais, custeadas pelo Brasil, ao país africano.



POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

Apesar de haver ampla liberdade política, na prática, o sistema serra-leonês permanece bipartidário. Nas eleições de 2018, surgiram novos agrupamentos com maior chance real de vitória - os partidos minoritários "National Grand Coalition" e "Coalition for Change", que tentam romper a clivagem étnica das eleições nacionais. Há, hoje, 17 partidos em atividade, mas apenas quatro têm representação parlamentar.

CONTEXTO RECENTE

Os dois governos do presidente Ernest Bai Koroma (APC, 2007-2018) envidaram esforços para a redução da pobreza. Os avanços alcançados permitiram concluir a retirada do Escritório Integrado de Construção da Paz da ONU em Serra Leoa (UNIPSIL) e a transferência de suas responsabilidades para o governo serra-leonês, que ainda conta com a cooperação de equipe da ONU no país.

Em dezembro de 2013, iniciou-se na Guiné epidemia de ebola que se espalhou por alguns países da África Ocidental e chegou a Serra Leoa em abril de 2014. A epidemia deixou quase quatro mil mortos no país e foi erradicada do território serra-leonês apenas em março de 2016. A epidemia interrompeu a trajetória ascendente de avanços sociais. Representante de Serra Leoa na ONU em Genebra afirmou que o efeito do surto é comparável ao da guerra, em termos econômicos.

A eleição presidencial de 2018, que sagrou vencedor o opositor Julius Maada Bio (SLPP), resultou na segunda alternância pacífica de poder no período posterior à guerra civil. Principal bandeira da campanha de Bio, o programa de “educação gratuita e de qualidade para todos” produziu resultados limitados. Em matérias legislativas, o governo desde o início encontrou dificuldades, por não ter obtido maioria no Parlamento. Em agosto de 2022, protestos populares nas ruas da capital, Freetown, contra o alto custo de vida, foram reprimidos com violência pela polícia e resultaram na morte de ao menos 5 policiais e 26 civis, segundo órgãos de imprensa. Os manifestantes pediam a renúncia do presidente Maada Bio, e o governo acusou a oposição de manipulação com fins políticos.

Nas eleições gerais de junho de 2023, o presidente Julius Maada Bio reelegeu-se, no primeiro turno, para um segundo mandato. Embora concluído de forma pacífica, o processo eleitoral foi marcado por relatos de atrasos e violência esporádica em algumas partes do país, em meio a acusações da oposição de que teria havido fraude e outras irregularidades. O principal expoente da oposição, Samura Kamara, classificou o resultado como “não confiável”, rejeitando-o “categoricamente”.

Julius Maada Bio anunciou que seu segundo mandato presidencial terá como prioridades a segurança alimentar, o desenvolvimento do capital humano, a criação de empregos, a melhoria dos serviços públicos e o desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologia.



POLÍTICA EXTERNA

O estado serra-leonês depende de doações internacionais, que compõem pelo menos 25% (e frequentemente mais que isso) das receitas governamentais a cada ano. Nesse contexto, Serra Leoa busca manter bom relacionamento com as organizações multilaterais de crédito e as potências ocidentais. Destacam-se as relações com o Reino Unido, antiga metrópole, e com os EUA, que incluíram o país oeste-africano como beneficiário do “African Growth and Opportunity Act” (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano. Também tem sido relevante a aproximação com a China, seu maior parceiro comercial.

Ademais, a inserção nos blocos regionais é componente importante da política externa serra-leonesa. Serra Leoa é membro da União Africana (UA), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União do Rio Mano (MRU, na sigla em inglês), que reúne também Libéria, Guiné e Côte d’Ivoire. O país confere grande importância ao bom relacionamento com os estados vizinhos, devido à porosidade de suas fronteiras.

Em pronunciamento no legislativo pouco depois do início de seu primeiro governo (2018), o Presidente Julius Maada Bio afirmou que tencionava, no âmbito da política externa serra-leonesa, reduzir a ênfase na ajuda internacional e buscar promover as relações comerciais com diferentes parceiros, bem como atrair investimentos para o país.

Serra Leoa foi eleita para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2024-2025.



ECONOMIA

Serra Leoa ainda é um dos países mais pobres do mundo. Períodos de crescimento mais acelerado do PIB, como logo ao fim da guerra civil, foram entremeados por fortes recessões, como a que ocorreu sob a epidemia de ebola (2014-2016), quando se registrou contração de até 20,5% em um único ano (2015). Apesar do apoio internacional, a arrecadação do governo oscila em torno de 12% do PIB, abaixo da média da África subsaariana e insuficiente para cobrir sequer metade das despesas orçamentárias, mesmo que se exclua do cálculo o pagamento do serviço da dívida pública. Também as reservas internacionais são baixíssimas e comumente não alcançam sequer o montante equivalente a poucos meses de importações.

Missão do FMI a Serra Leoa realizada em 2018 avaliou que o governo Maada Bio vinha conseguindo, em seus primeiros meses, aumentar a receita e conter o aumento das dívidas com fornecedores. Ademais, elogiou os esforços do governo para priorizar o investimento público em infraestrutura e programas sociais. A missão tinha por objetivo negociar as condições para disponibilizar novos recursos para Serra Leoa sob a rubrica “Extended Credit Facility” (ECF), do Fundo. O pacote de assistência, no valor de USD 62 milhões, foi aprovado em novembro de 2018.

A agricultura e a mineração são, tradicionalmente, os setores mais importantes da economia. Após ser afetada pela guerra civil (1991-2002), a agricultura de Serra Leoa tem se recuperado gradualmente – a subsistência agrícola emprega mais da metade da população economicamente ativa do país. O setor de manufaturas serra-leonês é limitado, com a maior parte das companhias locais dedicada à indústria leve.

Apesar do potencial agrícola do país, três quartos das terras cultiváveis permanecem ociosos, e cerca de 80% dos alimentos atualmente consumidos no país são importados, em especial o arroz. O cultivo de produtos para exportação, como cacau, café e óleo de dendê, é realizado em pequena escala, com técnicas tradicionais e por pequenos produtores.

O minério de titânio é, atualmente, o principal produto de exportação de Serra Leoa. O produto representa aproximadamente um quarto da pauta exportadora do país, seguido do diamante, que teria gerado, segundo estimativas, mais da metade da arrecadação pública nas últimas três décadas. Serra Leoa é um dos dez maiores produtores mundiais de diamantes de alta qualidade, além de possuir as maiores reservas mundiais de rutila. São significativos ainda os depósitos bauxita, minério de ferro, ouro, cromita, platina e columbita.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1792	Fundação de Freetown pelo Reino Unido, como assentamento para ex-escravizados
1808	Serra Leoa é estabelecida como colônia britânica
1951	Aprovação de plano de descolonização e criação do primeiro partido político local, o <i>Sierra Leone People's Party</i> (SLPP).
1961	Independência e incorporação à Comunidade Britânica
1991 - 2002	Guerra civil
2007 - 2008	Governos do presidente Ernest Bai Koroma (<i>All People's Congress</i>)
2014 - 2016	Epidemia de ebola
2018 -	Governos do presidente Julius Maada Bio

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1847	Brasil abre vice-consulado honorário em Freetown, que funcionaria até 1871
1961	Missão parlamentar brasileira participa da celebração da independência de Serra Leoa
1974	Brasil e Serra Leoa estabelecem relações diplomáticas
2008	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Zainab Bangura. Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral. Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Ernest Bai Koroma, à margem da XII UNCTAD, em Acra (Gana).
2009	O Presidente Ernest Bai Koroma realiza visita ao Brasil. Assinatura dos instrumentos que instituem o Mecanismo de Consultas Políticas e a Comissão Mista bilaterais
2010	Agência Brasileira de Cooperação envia a Serra Leoa três missões de especialistas para capacitação de técnicos serra-leoneses nas áreas de atenção à mulher e à gestante, prevenção de DST e AIDS, irrigação, piscicultura e processamento de mandioca
2012	Início das atividades da Embaixada do Brasil em Freetown (Serra Leoa)
2014	O Governo brasileiro realiza doação financeira a diferentes agências das Nações Unidas para o combate ao vírus do ebola e apoio à população da Guiné-Conacri, da Libéria e de Serra Leoa.
2019	Fechamento temporário da Embaixada do Brasil em Freetown.
2021	Programa Mundial de Alimentos (PMA/ONU) conclui doação de 100 mil máscaras faciais, custeadas pelo Brasil, para auxílio ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 em Serra Leoa

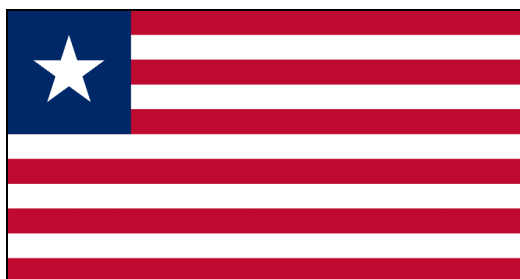


2023	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Serra Leoa, David J. Francis. Início das providências para reabertura da Embaixada do Brasil em Freetown.
-------------	---

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.	19/08/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista.	19/08/2009	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Cultural	19/08/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	19/08/2009	Tramitação MRE
Acordo de Cooperação Técnica	07/05/2008	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LIBÉRIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
NOVEMBRO DE 2023**

Avulso da MSF 92/2023 [39 de 54]



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Libéria
GENTÍLICO	Liberiano
CAPITAL	Monróvia
ÁREA	111.370 km ²
POPULAÇÃO (2022)¹	5,4 milhões de habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial) e 16 outros idiomas, incluindo o chamado inglês liberiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2008)³	Cristianismo: 85,6%; islamismo: 12,2%; crenças locais: 0,6%
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com Senado e Câmara dos Deputados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente George Manneh Weah (desde 2018)
CHANCELER	Dee-Maxwell Saah Kemayah, Sr. (desde 2020)
PIB (2022)¹	USD 3,97 bilhões
PIB PPC (2022)¹	USD 8,97 bilhões
PIB PER CAPITA (2022)¹	USD 749
PIB PPC PER CAPITA (2022)¹	USD 1,69 mil
VARIAÇÃO DO PIB¹	4,6 (2023E); 4,8% (2022); 5% (2021)
IDH (2020)²	0,480 (175º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)¹	64,1 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020)¹	2,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar liberiano
COMUNIDADE BRASILEIRA⁴	150 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Governo da Libéria; (4) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Libéria	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	28,3	139,6	259,7	223,7	356,5	501,4
Exportações	25,9	138,5	257,3	223,3	356,5	500,9
Importações	2,4	1,2	2,4	0,4	-	0,5
Saldo	23,4	137,2	254,9	223	356,5	500,4

Fonte: Ministério da Fazenda



PERFIS BIOGRÁFICOS**George Weah***Presidente da Libéria*

George Weah, 57 anos, foi destacado jogador de futebol profissional em times africanos e europeus (na França e na Itália) antes de ingressar na política. Ganhou o prêmio de Melhor Jogador do Mundo pela FIFA, o prêmio Bola de Ouro (melhor jogador na Europa) e o prêmio de Melhor Jogador Africano, todos em 1995. Em 2003, com o fim da guerra civil na Libéria, retornou a seu país e foi nomeado Embaixador da Paz pela ONU. Disputou as eleições presidenciais de 2005, tendo sido derrotado no segundo turno por Ellen Johnson Sirleaf. Em 2011, graduou-se em Administração pela Universidade DeVry, nos EUA, instituição em que obteve o mestrado, também em Administração, em 2013. Em 2014, elegeu-se senador pelo *Congress for Democratic Change* (CDC), partido pelo qual já havia disputado as eleições presidenciais. Em 2017, deixou o cargo para concorrer novamente à Presidência. Foi eleito em segundo turno, com mais de 60% dos votos. Em janeiro de 2018, assumiu a Presidência da República da Libéria, na primeira transferência de poder entre dois presidentes democraticamente eleitos. É candidato à reeleição em 2023.



Dee-Maxwell Saah Kemayah Sr.
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Dee-Maxwell Saah Kemayah Sr., 58 anos, concluiu bacharelado em Microfinanças e Desenvolvimento Econômico Comunitário e mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade dos Mártires de Uganda. Antes do ingresso no serviço público, foi dirigente de duas igrejas batistas (2008-2010, 2013-2017), presidente do clube de futebol "Ma-Watta-Watanga" (primeira divisão da Libéria) e presidente do partido "Movimento pelo Empoderamento Econômico" (MOVEE). Na chancelaria liberiana, ocupou os cargos de vice-ministro de Relações Exteriores (2017-2018) e Representante Permanente da Libéria junto à ONU (2018-2020) – quando acumulou as funções de embaixador não residente junto ao Brasil (2020) –, antes de sua nomeação como chanceler (2020).



APRESENTAÇÃO

A Libéria é um país da costa ocidental africana, com 111.369 quilômetros quadrados e 4,5 milhões de habitantes, marcado pelo clima tropical úmido. Cerca de 40% do país são ocupados por florestas densas, enquanto outros 35% são áreas de transição, com presença de pelo menos 30% de cobertura florestal. As fronteiras com Serra Leoa, a oeste, Guiné, ao norte, e Côte d'Ivoire, a leste, são de fácil transposição (os quatro países estão conectados pela bacia do Rio Mano) e são habitadas por grupos étnicos que mantêm relações transfronteiriças.

O país ocupa a 175ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU (2020/2019). Cerca de 40% da população vivem abaixo da linha da pobreza (com menos de USD 1,9 por dia). A expectativa de vida é de 64,1 anos. Mais da metade dos liberianos (51,7%) é analfabeta. A população de 4,7 milhões de habitantes é predominantemente jovem (59% tem entre 15 e 64 anos) e mais da metade (51,6%) vive em centros urbanos, especialmente na capital. Em 2019, apenas 8% tinham acesso à internet.

Oficialmente, há 17 etnias autóctones do país, que correspondem a 95% da população. Os américo-liberianos, descendentes de ex-escravos americanos, e os congo-liberianos, descendentes de imigrantes do Caribe, correspondem a apenas 5% do total de habitantes. Do ponto de vista religioso, a maioria da população é cristã (85,9%), e a segunda maior religião é o Islã (12,2%), praticado sobretudo pelas etnias mandiga e vai. O animismo é praticado por muitos, geralmente de forma sincrética às duas religiões majoritárias. Além do inglês, língua oficial, são faladas no país outras vinte línguas locais.

A trajetória da Libéria é distinta daquela da maioria dos países da África. Estabelecida em 1822 como colônia para onde seriam levados escravos libertos nos Estados Unidos, a Libéria declarou sua independência em 1847. Nas décadas seguintes, logrou manter-se como única região do continente imune ao colonialismo europeu, embora sua economia, ao longo de parte do século XX, fosse dependente da empresa Firestone, proprietária dos seringais do país. A elite política liberiana compunha-se, majoritariamente, de descendentes de trezentas famílias de ex-escravos, que formaram a oligarquia local. Entre 1877 e 1980, o país foi governado, *de facto*, por um regime de partido único e, de 1944 a 1980, por apenas dois chefes de estado.

Após duas guerras civis (1989-1997 e 1999-2003) e a presença no país de uma missão de paz da ONU (UNMIL, de outubro de 2003 a março de 2018), a Libéria tem envidado esforços para consolidar a paz e fortalecer as instituições nacionais. Em 2005, Ellen Johson-Sirleaf tornou-se a primeira mulher eleita chefe de estado de um país africano. Reelegeu-se em 2011 e foi sucedida, em 2018, pelo ex-jogador de futebol George Weah, na primeira transição pacífica no país desde 1944. Em 2023, o presidente George Weah concorre à reeleição. No primeiro turno do pleito, realizado em 10 de outubro, Weah obteve 43,83% dos votos, pouco mais que seu rival, Joseph Boakai, que recebeu 43,44%. O segundo turno ocorre em 14 de novembro.



RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
---------------------------------	--

Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Acra	João André Silva de Oliveira
Embaixador(a) da Libéria no Brasil	Não há embaixador(a) designado

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
--	--	--

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão mista	0	Pendente de inauguração
Mecanismo de consultas políticas	0	Pendente de inauguração

Independente desde 1847, a Libéria foi um dos primeiros países africanos a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil, ainda no século XIX. O primeiro acordo bilateral foi assinado em 1925 e, no período subsequente, os contatos comerciais foram preponderantes no relacionamento bilateral. Houve missões comerciais brasileiras em 1965, 1973 e 1977. A partir de 2009, intensificou-se o processo de aproximação política: em maio daquele ano, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica bilateral. Diversos outros acordos e memorandos de entendimento foram firmados posteriormente, em especial por ocasião da visita da Presidente Ellen Sirleaf ao Brasil, em abril de 2010. A Embaixada do Brasil em Monróvia foi inaugurada em 2011 e fechada em 2019.

Encontram-se em vigor Memorandos de Entendimento sobre Cooperação em Minas e Energia e sobre Cooperação Esportiva, assinados em abril de 2010, e sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas, assinado em abril de 2013 entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Libéria. No contexto da crise do vírus ebola, o governo brasileiro contribuiu com agências da ONU, em 2014, envolvidas no combate ao vírus e no apoio às populações de Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa, além de doar kits com medicamentos e insumos médicos.

Há oportunidades de estreitamento das relações no campo da defesa, tendo em conta o processo de reorganização das Forças Armadas liberianas e a necessidade de responder aos desafios na área de segurança no Golfo da Guiné.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Desde 2010, visitaram o Brasil a então Ministra de Negócios Estrangeiros liberiana, Olubanke Akerele (fevereiro de 2010), a Presidente Ellen Johnson Sirleaf (abril de 2010), o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augustine Ngafuan, para participar da “Conferência Anual



de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto” (abril de 2012), e o Ministro das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos Amara Konneh, para participar da Conferência Rio+20 (junho de 2012).

Não há registro de visita de alto nível brasileira à Libéria.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio bilateral experimentou forte crescimento (1.672%, aumento de quase 17 vezes) no quinquênio de 2018 a 2022 (exceto em 2020), impulsionado pelas exportações brasileiras, especialmente de derivados do petróleo. Em 2022, o fluxo comercial alcançou USD 501,4 milhões (dos quais 99,9% de exportações brasileiras). Nesse ano, a Libéria foi o terceiro principal parceiro comercial do Brasil na África Central e Ocidental (depois de Nigéria e Congo-Brazzaville) e o oitavo principal parceiro no continente; respondeu, ainda, pelo quarto maior saldo comercial do Brasil com os países africanos (USD 500,5 milhões).

As exportações nacionais concentram-se em derivados de petróleo (89%), carnes de aves (2,1%) e açúcar (1,6%). As importações de produtos liberianos pelo Brasil, que experimentaram redução significativa desde 2020, somaram USD 486 mil em 2022 (ante USD 2,4 milhões em 2019). Em 2022, 84% das importações provenientes da Libéria foram compostas por óleo bruto de palmiste ou babaçu, seguido por borracha natural (15%).

Tradicionalmente, ocupa a posição de maior parceiro comercial da Libéria na América Latina, mas, em 2019, foi o segundo parceiro latino-americano – uma vez que se registraram exportações significativas de embarcações da Libéria para a Guiana – e a quinta origem das importações liberianas no mundo.

AJUDA HUMANITÁRIA

Em junho de 2014, o governo brasileiro enviou 24 kits, num total de seis toneladas, com medicamentos e insumos para combate ao vírus ebola e apoio às populações na Guiné-Conacri, na Libéria e em Serra Leoa, países mais afetados pela doença. Cada um dos kits era suficiente para atender cerca de 500 pessoas durante três meses. Quatro kits foram destinados para a Guiné, cinco para Serra Leoa e cinco para a Libéria, além de outros 10 enviados à OMS para distribuição.

Em novembro, o Brasil doou R\$ 2 milhões à Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e R\$ 1 milhão à OMS visando ao combate ao ebola. Em dezembro, realizou doação adicional de R\$ 25 milhões a agências da ONU; desse montante, cerca de 50% foi doado à Organização Mundial da Saúde (OMS), para atenção às populações infectadas e medidas de controles da infecção; aproximadamente 26%, ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para a prestação de serviços básicos, inclusive de saúde, às populações; cerca de 18%, ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vistas a contribuir para o financiamento do transporte e da distribuição de 6.300 toneladas de arroz e 4.500 toneladas de feijão já oferecidas pelo Brasil; e aproximadamente 6%, para Fundo Fiduciário que ajuda a financiar a Missão das Nações Unidas de Resposta Emergencial ao Ebola (UNMEER),



mecanismo coordenador das esforços das diversas agências da ONU envolvidas no combate àquela enfermidade.

Em 2020, o Brasil realizou aporte financeiro de USD 50 mil para o combate à epidemia de Covid-19 na Libéria.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Um acordo sobre Cooperação Educacional foi assinado em abril de 2010, mas aguarda a notificação de cumprimento de requisitos internos da parte liberiana para entrar em vigor. A ratificação da Libéria permitirá que o país participe dos programas de estudante convênio de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG) brasileiros.



POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O presidente da República é chefe de estado e de governo, sendo eleito por maioria absoluta de votos (em dois turnos, se necessário), para um mandato de seis anos (sendo possível uma reeleição). O gabinete de ministros é indicado pelo presidente e confirmado pelo Senado.

A Assembleia Nacional compreende o Senado (30 assentos) e a Câmara dos Deputados (73 assentos). Os senadores são eleitos por maioria simples para mandatos escalonados de nove anos: cada um dos 15 condados elege um primeiro senador e, três anos depois, elege o segundo senador, seguindo-se um hiato de seis anos. Os deputados são eleitos diretamente, por maioria simples, para mandatos de seis anos, sendo possível uma reeleição.

Propostas de emenda constitucional exigem apoio de pelo menos dois terços de ambas as casas da Assembleia Nacional ou petição de pelo menos 10 mil cidadãos; para serem aprovadas, exigem referendo de pelo menos dois terços de ambas as casas e aprovação em referendo por pelo menos dois terços da maioria dos eleitores registrados.

CONTEXTO RECENTE

Após décadas de forte instabilidade política, marcadas por duas guerras civis (1989-1997, 1999-2003) e o estabelecimento de uma missão de paz da ONU (UNMIL, 2003-2018), a Libéria inaugurou capítulo de maior estabilidade política, após a eleição de Ellen Johnson-Sirleaf em 2005. Primeira mulher escolhida democraticamente para chefiar um estado africano, Johnson-Sirleaf promoveu avanços na reconstrução das instituições e expressivos ganhos socioeconômicos. Em seus dois mandatos (2005-2017), a economia liberiana cresceu, em média, 7% ao ano; a renda per capita subiu de USD 80 para USD 700, apesar do aumento da população de cerca de 50% no mesmo período; a expectativa de vida aumentou de 53 para 61 anos. Contudo, esses avanços traduziram-se de maneira muito desigual para a população. Ademais, a epidemia de ebola que assolou o país em 2014 e 2015, causou aproximadamente 4.800 mortes, impactou duramente a economia e a infraestrutura de saúde e trouxe tensões sociais.

A transição de poder após a eleição do ex-jogador de futebol George Weah, em 2017, ocorreu de forma pacífica, pela primeira vez no país desde 1944. Weah assumiu a presidência em 2018, com discurso de aumentar a renda média do país e de diminuir a corrupção. Em 2023, no contexto de campanha para a eleição presidencial de outubro, em que Weah busca a reeleição, o clima político deteriorou-se com a acusação de fraude e conspiração criminosa apresentada contra o opositor Alexander Cummings, ex-executivo da Coca-Cola. Episódios de violência culminaram na morte de três pessoas e chegaram a provocar receio sobre a segurança. No primeiro turno, em 10 de outubro, Weah obteve 43,83% dos votos, e seu principal rival, Joseph Boakai (vice-presidente de 2006 a 2018, derrotado por Weah nas eleições de 2017), recebeu



43,44%. Trata-se da eleição presidencial mais disputada das últimas duas décadas. O segundo turno ocorre em 14 de novembro.



POLÍTICA EXTERNA

Os princípios norteadores da política externa liberiana têm sido a manutenção da segurança nacional, a preservação da integridade territorial e a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Em seus pronunciamentos, o presidente George Weah reconheceu a “dívida” da Libéria com seus vizinhos, que acolheram centenas de milhares de liberianos no período da guerra civil, e agradeceu o papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da ONU na consolidação da paz e da segurança no país e na cooperação com vistas ao desenvolvimento. Entre os principais parceiros econômicos e políticos, destacam-se os Estados Unidos, a China e a União Europeia. As principais comunidades estrangeiras no país são as de norte-americanos, libaneses e indianos.

A Libéria faz parte da União Africana (UA), da CEDEAO, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Movimento dos Não-Alinhados. Integra também a União do Rio Mano, juntamente com Costa do Marfim, Guiné e Serra Leoa. Formada em 1961, a organização visa a promover a cooperação econômica entre seus membros.

As relações com os Estados Unidos são intensas, devido ao papel desempenhado pelo país no surgimento da Libéria como nação independente e ao apoio para a sua reconstrução nos anos recentes. Desde o fim da guerra civil liberiana, em 2003, os EUA contribuíram com mais de USD 1 bilhão em assistência bilateral, além de terem efetuado contribuição semelhante para as atividades da missão das Nações Unidas no país (UNMIL). Os EUA também são presença importante no setor privado liberiano. Os setores exportadores dinâmicos, como a mineração de ferro e ouro, além da produção de borracha, contam com empresas privadas norte-americanas atuando no país.

Nos últimos anos, a Casa Branca tem decidido prorrogar o “*waiver*” migratório especial dedicado a liberianos residentes nos EUA. A medida teve início no período das guerras civis, mas vem sendo mantida de forma a não causar retorno desordenado da diáspora liberiana, que, além de numerosa, é importante fonte de remessas para a Libéria. Estima-se que 100 mil liberianos residam nos Estados Unidos.

A China reabriu sua embaixada em Monróvia em janeiro de 2004, após a Libéria ter anulado seu reconhecimento de Taiwan. Há participação de empresas chinesas em obras públicas e nos setores de geração de energia e telecomunicações liberianos. Calcula-se que os investimentos chineses na Libéria somem aproximadamente USD 9,9 bilhões. A China é também a principal origem das importações liberianas.



ECONOMIA

Durante grande parte do século XX, o principal produto de exportação da Libéria era a borracha. Em 1926, a empresa Firestone arrendou terrenos que somam um milhão de acres, por 99 anos, e passou a exercer controle sobre a economia nacional. Contudo, com o início da exploração de minério de ferro no condado de Bomi, o produto rapidamente tomou a dianteira como principal bem exportado pelo país.

Na década de 1970, a exportação de borracha e minério de ferro correspondiam a 50% da receita da Libéria. Logo somou-se outra fonte de recursos: taxas de registro da maior frota de navios do mundo. No ápice dessa política, a Libéria chegou a ter 2.500 embarcações registradas sob sua bandeira, embora possuísse, de fato, apenas dois navios.

A economia liberiana permanece muito pouco diversificada, com grande ênfase no setor extrativista (borracha, ferro, ouro, madeira) e menor participação da agroindústria (azeite de dendê e, em menor escala, cacau e café). O setor primário corresponde a cerca de um terço da produção econômica; 60% das exportações correspondem ao setor naval. A balança de comércio é tradicionalmente negativa, embora o déficit comercial se tenha reduzido, em razão da desvalorização do dólar liberiano, que se depreciou em 19%, em 2019.

De acordo com o FMI, a economia liberiana apresentou forte recuperação econômica em 2021, com um crescimento de 5% do PIB, e 2022 (+4,8%). No ano de 2022, a taxa de inflação terminou estimada em 6,9%. Uma das medidas adotadas para o combate à inflação consistiu no drástico corte de tarifas sobre produtos básicos importados. Além disso, o país tem implementado a introdução de novos valores e modelos de papel-moeda, com o fim de modernizar sua política monetária.

A Libéria registra déficits estruturais na área fiscal, na balança comercial e em conta corrente. O governo Weah introduziu reformas que buscam melhorar a arrecadação, mas tem enfrentado dificuldades para reduzir o déficit fiscal. Segundo o Banco Mundial, o déficit fiscal levou ao aumento da dívida pública, de 40,2% do PIB em 2018 para 54,5% em 2019. A razão dívida-PIB permanece relativamente estável, tendo alcançado 55,1% ao final de 2022. A balança comercial é deficitária sobretudo em razão das importações de derivados de petróleo. Variações no preço do petróleo tendem a desorganizar a balança comercial liberiana, podendo resultar em pressão inflacionária. Na conta corrente, além do impacto do déficit comercial, tem-se registrado declínio do investimento estrangeiro direto e das doações externas.

O déficit de infraestruturas, em particular de estradas, energia, água e saneamento, constrange o desenvolvimento. Estima-se que o país tenha 12 mil km de estradas, das quais apenas 7% são pavimentadas. Por outro lado, essa situação pode criar oportunidades de investimentos. Estima-se que a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) possa aumentar a corrente de comércio do país e reduzir assimetrias externas. Na



condição de segundo maior exportador de borracha e minério de ferro do continente, a Libéria poderia beneficiar-se do acesso ao mercado africano.

Quanto aos anos de 2022 e 2023, apesar de expectativas de redução no ritmo da recuperação posterior à pandemia, o FMI previa que o país mantivesse um ritmo firme de crescimento, sobretudo calcado na exploração de borracha e de ouro e na produção de cimento, setores que apresentaram crescimento de 40%, 80% e 30%, respectivamente. Por outro lado, enquanto os déficits nas transações correntes seguem financiados pelo Fundo, espera-se que o país logre manter suas reservas em níveis seguros.

EMPRÉSTIMO DO FMI

As reservas liberianas encontravam-se em situação preocupante antes da crise da COVID-19, o que levou o país a requisitar e conseguir, em dezembro de 2019, empréstimo do FMI no valor de USD 213 milhões.

Com a emergência sanitária internacional, estima-se que o déficit na balança comercial se tenha reduzido, tendo em conta a queda abrupta do preço do petróleo. Por outro lado, houve queda na atividade econômica em geral e redução no valor das remessas de liberianos no exterior, especialmente dos residentes nos EUA. Diante da perspectiva de queda do PIB, o governo liberiano entrou no mecanismo de resposta a desastres estabelecido pelo FMI, tendo tido o pagamento de parcelas de sua dívida com o fundo prorrogadas desde abril de 2020.

Desde 2021, a Libéria tem logrado manter uma posição relativamente confortável de suas reservas, bem como obteve estabilidade macroeconômica, o que se dá, grande parte, em função do alívio fornecido pelo FMI.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1822	Fundação de colônia dos EUA na Libéria, que serviu como refúgio para escravos libertos
1847	Independência
1989-1997	Primeira Guerra Civil
1997	Charles Taylor eleito presidente da República
1999-2003	Segunda Guerra Civil
2005	Ellen Johnson-Sirleaf é a primeira mulher eleita presidente da República no continente africano
2014-2015	Epidemia de ebola
2017	George Weah eleito presidente da República
2023	Eleição presidencial



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1925	Assinatura do Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias, primeiro acordo entre os dois países
1977	Visita ao Brasil do Ministro da Indústria e Comércio William Dennis, à frente de missão econômica. Na ocasião, é assinado acordo comercial
1978	Criação da Embaixada do Brasil junto ao governo liberiano, com sede em Abidjã
2009	Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica
2010	Visita ao Brasil da Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, ocasião em que foram assinados seis acordos bilaterais. Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Olubanke Akerele
2011	Abertura da Embaixada do Brasil em Monróvia (manteve-se em operação até 2019)
2012	Visita ao Brasil dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Augustine Ngafuan, por ocasião da Conferência Anual de Alto Nível da <i>Open Government Partnership</i> , e das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos Amara Konneh, por ocasião da Conferência Rio+20
2014	O Governo brasileiro realiza doação financeira a diferentes agências das Nações Unidas para o combate ao vírus do ebola e apoio à população na Guiné-Conacri, na Libéria e em Serra Leoa
2019	A Embaixada do Brasil em Acra (Gana) assume, cumulativamente, a representação dos interesses brasileiros junto à Libéria



ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias	15/07/1925	Em Vigor
Acordo Comercial	21/11/1977	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Minas e Energia	07/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva	07/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	07/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista	07/04/2010	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Educacional	07/04/2010	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	07/04/2010	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas	26/04/2013	Em Vigor



Mensagem da Presidência da República

- nº 92, de 2023 (nº 630/2023, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

A mensagem vai à CRE.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 568/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as emendas nºs 1, 3, 5, 8 e 9 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.944, de 2019 (PLC nº 99, de 2017, nessa Casa), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que “Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências”, e que o referido projeto foi encaminhado à sanção.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 24/11/2023 14:48:34,347 - MESA

DOC n.1427/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237088358900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 656/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2023, do Senado Federal, que “Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar até 31 de dezembro de 2024 o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/12/2023 10:36:52.783 - MESA

DOC n.1445/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238003607100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5815, DE 2023

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências” para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos.

AUTORIA: Senador Wilder Moraes (PL/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5815/2023 [1 de 6]





Senado Federal
Gabinete do Senador Wilder Moraes

SF/23055.06646-28

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências” para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para estabelecer prioridade especial no atendimento a criança com até três meses de idade e a pessoas com idade superior a 80 (oitenta) anos.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

§1º Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas referidas no *caput* e no §5º deste artigo serão atendidos junta e acessoriamente aos titulares da prioridade de que trata esta Lei.

§5º A criança com até três meses de idade e a pessoa com idade superior a 80 (oitenta) anos terão atendimento prioritário antes dos beneficiados constantes no rol do *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2193046320>

Avulso do PL 5815/2023 [2 de 6]





Senado Federal
Gabinete do Senador Wilder Moraes

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, significou um avanço civilizatório, na medida em que tornou mais equânime o acesso de todas as pessoas nas filas de espera ao atendimento.

A mencionada lei reconheceu que pessoas idosas, com deficiência, gestantes, lactantes, obesas e com crianças de colo sofrem desproporcionalmente quando precisam estar em filas para serem atendidas junto com o conjunto de outras pessoas. E, por isso, estabeleceu o atendimento prioritário para elas.

Há, no entanto, medidas que podem aperfeiçoar a legislação e, nesse sentido, me refiro à instituição de proteção especial para quem, mesmo enquadrado no grupo prioritário atual, tem uma condição que lhes diferencia dos demais.

Esses é o caso das crianças de colo e, também, das pessoas idosas com idade superior a 80 anos.

Embora não haja dúvida sobre o fato de que às crianças, de modo geral, é devida a máxima prioridade, conforme dispõe nossa Constituição, é preciso reconhecer que, mesmo entre as prioridades, há prioridades mais significativas.

Uma criança recém-nascida até três meses de idade é prioridade especial numa fila de espera, pois certamente está sujeita a vulnerabilidades importantes naquele momento e deve contar com a solidariedade social, expressa na legislação do País, de maneira unificada.

Entre outros aspectos, destacamos se tratar de crianças que, por ainda terem um sistema imunológico imaturo, são mais suscetíveis a agentes infecciosos, razão pela qual devem ser menos expostas a ambientes com maior circulação de pessoas.

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2193046320>

Avulso do PL 5815/2023 [3 de 6]





Senado Federal
Gabinete do Senador Wilder Moraes

Trata-se de reconhecer o óbvio: tudo começa no início. E, aí, deve-se buscar cuidar desses pequenos cidadãos e cidadãs logo na mais tenra idade, quando acabaram de nascer, e estão sujeitos a riscos que poderão impactar todo o seu futuro.

Da mesma forma, sabemos que uma pessoa com idade superior a 80 anos encontra-se mais vulnerável a doenças e acidentes e que, em razão da idade avançada, sua capacidade de recuperação estará reduzida.

Além disso, alguém tão longo vive merece ter sua vida especialmente respeitada, num reconhecimento de que o acúmulo de experiência é uma riqueza inestimável da sociedade e da família. Tal riqueza, a partir da prioridade de atendimento, pode ser mais bem resguardada.

Esse aperfeiçoamento também traz um conteúdo simbólico importante: o da proteção à vida, desde os primeiros meses até os derradeiros anos, com especial atenção aos dois pontos da vida que demandam cuidados maiores.

A mudança ora proposta também vai contribuir para tonar a Lei das Prioridades mais harmônica com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). É que essa norma estabelece que, entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas (art. 3º. §2º).

Como a providência que propomos pode contribuir para conferir maior segurança e saúde aos bebês em idade inferior a três meses, bem como às pessoas idosas com idade superior a oitenta anos, conto com o apoio de meus Pares para a aprovação de tão relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2193046320>

Avulso do PL 5815/2023 [4 de 6]





Senado Federal
Gabinete do Senador Wilder Morais

Senador WILDER MORAIS

Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa, Gab. 21.
Anexo II - CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-6440



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2193046320>

Avulso do PL 5815/2023 [5 de 6]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000 - Lei do Atendimento Prioritário; Lei da Prioridade - 10048/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000;10048>

- art1

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5816, DE 2023

Dispõe sobre a indústria do hidrogênio de baixo carbono e suas tipificações, dispõe sobre a respectiva estrutura e fontes de recursos, e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Cid Gomes (PDT/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5816/2023 [1 de 25]



**SENADO FEDERAL**

SF/23935.23918-42

PROJETO DE LEI Nº , de 2023

Dispõe sobre a indústria do hidrogênio de baixo carbono e suas tipificações, dispõe sobre a respectiva estrutura e fontes de recursos, e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a indústria do hidrogênio de baixo carbono, dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 e dá outras providências.

CAPÍTULO I**DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INCENTIVO AO
HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO**

Art. 2º São princípios da Política de Incentivo ao Hidrogênio de Baixo Carbono:



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [2 de 25]



- I - fortalecimento das bases científico-tecnológicas;
- II - capacitação de recursos humanos;
- III - planejamento energético;
- IV - arcabouço legal e regulatório-normativo;
- V - abertura e crescimento do mercado e competitividade; e
- VI - cooperação internacional.

Art. 3º A Política de Incentivo ao Hidrogênio de Baixo Carbono terá como objetivos:

- I - preservar o interesse nacional;
- II - incentivar as diversas rotas de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, valorizando as múltiplas vocações econômicas nacionais;
- III - promover o desenvolvimento sustentável e ampliar o mercado de trabalho das cadeias produtivas de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;
- IV - promover as aplicações energéticas do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados e valorizar seu papel como vetor da transição energética em diversos setores da economia nacional;
- V - valorizar o uso de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados para suprimento do mercado interno e para fins de exportação;
- VI - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta estável e perene de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;
- VII - proteger o meio ambiente, promover a conservação de energia e mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos consumos energético e industrial;



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [3 de 25]



VIII - incentivar o fornecimento de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados em todo o território nacional;

IX - promover a livre concorrência;

X - atrair e incentivar investimentos nacionais e estrangeiros para a produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

XI - ampliar a competitividade do País no mercado internacional;

XII - promover, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados na matriz energética nacional;

XIII - fomentar iniciativas de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados para exportação ou uso em cadeias produtivas diversas visando agregar valor a produtos nacionais;

XIV - atrair investimentos em infraestrutura para transporte e estocagem de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

XV - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados aos usos do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados para fins energéticos e industriais; e

XVI - fomentar a transição energética visando ao cumprimento das metas do Acordo de Paris e demais tratados internacionais congêneres.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Duda e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [4 de 25]



I – Hidrogênio de baixo carbono: hidrogênio combustível ou insumo industrial, coletado ou obtido a partir de fontes diversas de processo de produção e que possua emissão de gases causadores do efeito estufa (GEE) menor ou igual a quatro quilogramas de dióxido de carbono equivalente por quilograma de hidrogênio produzido (4 kgCO₂eq/kgH₂);

II – Hidrogênio renovável: hidrogênio combustível ou insumo industrial, coletado ou obtido a partir de fontes renováveis, incluindo solar, eólica, hidráulica, biomassa, biogás, gases de aterro, geotérmica, das marés e oceânica e ambiente;

III – Hidrogênio verde: hidrogênio renovável e de baixo carbono produzido a partir de eletrólise da água utilizando fontes solar e eólica, respeitado o critério de adicionalidade e observado os critérios de temporalidade ou de exigência de geração renovável mínima de 90% em bases anuais por subsistema;

IV – Derivados de hidrogênio: produtos de origem industrial que tenham o hidrogênio, produzidas nas formas previstas neste artigo, como insumo no processo produtivo;

V – Certificado de hidrogênio: certificação de hidrogênio de baixo carbono ou de seus tipos, emitida por agente autorizado por autoridade competente que ateste as características do processo produtivo, que deve incluir, pelo menos, as características contratuais dos insumos empregados, a localização da produção e a quantidade de dióxido de carbono equivalente emitida, além do disposto em regulamento;

VI – Adicionalidade: critério de avaliação do hidrogênio de baixo carbono que obriga que todo insumo utilizado em sua produção seja proveniente de fontes dedicadas ou adicionadas ao sistema em razão de sua implantação;

VII – Temporalidade: critério de avaliação do hidrogênio de baixo carbono utilizado para projetos que não atendam ao requisito de adicionalidade, que considera o momento de sua produção para fins de avaliação de deslocamento de seus insumos por outros com alta emissão de carbono;



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [5 de 25]



VIII – Estudo de análise de risco (EAR): parte integrante do estudo ambiental que contempla a avaliação da vulnerabilidade do empreendimento e da região em que está localizado, incluindo técnicas de identificação de perigos, estimativas de frequência de ocorrências anormais e o gerenciamento de riscos.

IX – Plano de gerenciamento de risco (PGR): documento que descreve como o gerenciamento de risco do empreendimento será executado, monitorado e controlado; e

X – Plano de ação de emergência (PAE): documento integrante do plano de gerenciamento de risco do empreendimento que estabelece as ações a serem executadas pelo empreendedor em caso de situação de emergência e identifica os agentes a serem dela notificados.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA

SEÇÃO I

Do Comitê Gestor do Setor de Hidrogênio de Baixo Carbono

Art. 5º Fica criado o Comitê Gestor do Hidrogênio de Baixo Carbono - CGHBC, para fins de governança no âmbito da Política de Incentivo ao Hidrogênio de Baixo Carbono no Brasil.

Art. 6º Compete ao CGHBC:

I - estabelecer as diretrizes para execução da Política de Incentivo ao Hidrogênio de Baixo Carbono;

II - apreciar recursos referentes a pedidos de habilitação de projetos de produção do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, bem como



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [6 de 25]



respectivos pedidos de prorrogação, ao regime tributário aplicável ao setor, tratado em lei específica;

III - expedir a orientação superior das políticas de produção e usos e aplicações do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

IV - apreciar recursos de ato de cancelamento ou de cassação de autorização de exercício das atividades previstas nesta lei;

V - coordenar as ações Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC; e

VI - estabelecer diretrizes para a certificação de origem do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, nos termos desta lei.

Art. 7º O CGHBC será integrado pelos seguintes agentes:

I - Ministério de Minas e Energia, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

V - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

VI - Ministério das Relações Exteriores;

VII - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

VIII - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

IX - Ministério da Educação;

X - Ministério da Agricultura e Pecuária;

XI - Ministério de Portos e Aeroportos;

XII - Agência Nacional de Energia Elétrica;



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [7 de 25]



XIII - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e

XIV - Empresa de Pesquisa Energética.

§ 1º. Cada membro do CGHBC terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros do CGHBC e respectivos suplentes serão indicados pelo titular do Órgão ou Entidade que representam.

§ 3º O CGHBC poderá convidar especialistas ou representantes de outros órgãos, entidades, associações e agentes públicos ou privados, para participarem de reuniões e prestarem assessoramento sobre temas específicos.

SEÇÃO II

Das diretrizes da gestão de risco

Art. 8º Os empreendimentos e atividades de que trata essa lei deverão adotar medidas para gestão de risco de acidentes ou desastres.

§ 1º São instrumentos para gestão de risco de acidentes ou desastres dos empreendimentos e atividades:

I - estudo de análise de risco;

II - plano de gerenciamento de risco; e

III - plano de ação de emergência.

§ 2º O órgão responsável pelo licenciamento ambiental definirá a necessidade, bem como os critérios para elaboração dos instrumentos previstos no § 1º.

SEÇÃO III



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [8 de 25]



Da produção

Art. 9º As atividades de produção de hidrogênio de baixo carbono serão exercidas por empresa ou consórcio de empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, e autorizadas pelo órgão regulador competente.

§ 1º A autorização para a produção do hidrogênio de baixo carbono caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

§ 2º A autorização para produção de hidrogênio proveniente da eletrólise da água caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Art. 10 Para a elaboração de normativos relacionados à atividade prevista no art. 9º desta Lei, poderá ser utilizado o arranjo denominado *sandbox* regulatório, de que trata o inciso II do art. 2 da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.

Art. 11. Ficam convalidadas as autorizações para o exercício da atividade de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados vigentes na data de publicação desta lei, mediante análise de conformidade do órgão regulador competente de que trata o art. 9º.

Parágrafo único. A análise de conformidade de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta lei.

SEÇÃO IV

Dos usos e aplicações

Art. 12. As atividades relacionadas ao carregamento, ao processamento, ao tratamento, à importação, à exportação, à armazenagem, à



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Duda e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [9 de 25]



estocagem, ao acondicionamento, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de hidrogênio poderão ser exercidas por quaisquer empresas ou consórcios de empresas constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, e que solicitem autorização à ANP.

Parágrafo único. Os agentes que obtiverem autorização para produção de hidrogênio de baixo carbono prevista nos termos do art. 10º desta lei terão prioridade na tramitação dos pedidos de autorização previstos no caput deste artigo.

CAPÍTULO IV

DOS INCENTIVOS

SEÇÃO I

Dos incentivos tributários

Art. 13. Os incentivos tributários previstos nesta lei, os previstos na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e os demais regimes especiais de tributação não podem ser aplicados cumulativamente com os incentivos estabelecidos em regime especial para o desenvolvimento da indústria do hidrogênio de baixo carbono estabelecido em lei específica.

Art. 14. Os empreendimentos de hidrogênio de baixo carbono terão prioridade na análise de que trata o inciso II do art. 3º, da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Parágrafo único. Os insumos utilizados na produção de hidrogênio de baixo carbono, incluindo energia elétrica, água, vapor de água, gás natural e



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [10 de 25]



outros previstos em regulamento serão enquadrados como matérias-primas para fins do disposto no Art. 6º-B da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

SEÇÃO II

Dos incentivos regulatórios

Art. 15. Fica estabelecida a adição obrigatória de hidrogênio de baixo carbono a gasodutos de transporte, nos seguintes percentuais mínimos volumétricos:

I – 5% (cinco por cento), a partir de janeiro de 2028;

II – 10% (dez por cento), a partir de janeiro de 2033;

III – 15% (quinze por cento), a partir de janeiro de 2040.

§ 1º A adição de hidrogênio de que trata o caput deverá conter proporção obrigatória de hidrogênio renovável de no mínimo 20%, no caso do inciso I, e de no mínimo 60%, nos casos dos incisos II e III.

§ 2º Os percentuais de que trata o caput poderão ser escalonados de forma incremental em parcelas, de acordo com a capacidade de segurança de transporte e abastecimento.

§ 3º Fica facultada a elevação do percentual de que trata o inciso III do caput para até 20% caso haja viabilidade técnica, econômica e de segurança no abastecimento nacional, nos termos do regulamento.

§ 4º O percentual de adição de hidrogênio de que trata o caput não poderá exceder 20% (vinte por cento) por trecho de gasoduto.

Art. 16. Para fins de pagamento dos encargos relativos à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST), equipara-se a autoprodutor, nos termos mencionados no art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [11 de 25]



março de 2004, o consumidor que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - que produza hidrogênio verde, segundo a definição estabelecida no inciso III do art. 5º desta lei;

II - que o consumo e a geração de energia elétrica estejam localizados na mesma área de concessão ou permissão de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica;

III - que venha a participar de sociedade de propósito específico constituída para explorar, mediante autorização ou concessão, a produção de energia elétrica; e

IV - que a sociedade referida no inciso III deste artigo inicie a operação comercial de consumo e geração de energia a partir da data de publicação desta Lei, atendendo a critério de adicionalidade nos termos do inciso VI do art. 5º desta lei.

Parágrafo único. A equiparação de que trata o caput fica limitada ao prazo de dez anos a contar da data de publicação desta lei.

Art. 17. Os custos associados aos incentivos regulatórios previstos nos artigos 16 e 35 desta lei serão remunerados mediante ressarcimento à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com recursos a serem obtidos junto ao Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono, de que trata os artigos 18 e seguintes desta lei.

SEÇÃO III

Do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [12 de 25]



Art. 18. Fica instituído o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para a transição energética por meio da equalização de custos de produção.

Parágrafo único. Constituem objetivos do PHBC:

I - o desenvolvimento do hidrogênio de baixo de carbono, do hidrogênio renovável e do hidrogênio verde de que trata esta lei; e

II - o suporte às ações em prol da transição energética em apoio ao CGHBC de que trata o art. 6º desta lei.

Art. 19. Constituem recursos do PHBC:

I – até 5% (cinco por cento) dos recursos de que trata o inciso I do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

II – dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e em seus créditos adicionais;

III – recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal;

IV – doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V – empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;

VI – reversão dos saldos anuais não aplicados;

VII – recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme disposto no inciso XIX do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;

VIII – percentual de lucros excedentes das agências financeiras oficiais de fomento do exercício anterior, a ser definido conforme regulamento;



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [13 de 25]



IX – resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

e

X - outros recursos destinados ao PHBC por lei.

Art. 20. O PHBC poderá conceder subvenção econômica na comercialização de insumos utilizados para a produção de hidrogênio de baixo carbono em território nacional, destinado para consumo no mercado interno e para fins de exportação, observadas as diretrizes desta lei.

§ 1º São beneficiárias da subvenção de que trata o caput:

I - as empresas ou consórcios de empresas autorizadas a exercerem atividade de produção de hidrogênio nos termos do art. 9º desta lei.

II - as empresas que solicitarem certificação de que trata o Capítulo V desta lei.

§ 2º O cálculo do valor da subvenção de que trata o caput será definido em regulamento e deverá considerar critérios de rateio dos recursos de que trata o art. 20 desta lei, ressalvado o disposto no art. 18 desta lei.

§ 3º A subvenção econômica de que trata o caput será limitada ao prazo de dez anos a contar da data de publicação desta lei.

Art. 21. A política de investimentos do PHBC tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 18 deste diploma.

SEÇÃO IV

Da emissão de debêntures incentivadas



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [14 de 25]



Art. 22. Os projetos de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, bem como os empreendimentos de geração de energia elétrica e redes de conexão associados, poderão emitir debêntures incentivadas de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

CAPÍTULO V

DA CERTIFICAÇÃO DO HIDROGÊNIO

Art. 23. O Poder Executivo federal poderá criar sistema de certificação, que inclua origem e características, para os tipos de hidrogênio e seus derivados previstos nesta lei.

§ 1º A certificação de que trata o caput deverá seguir padrões consagrados internacionalmente.

§ 2º A certificação de que trata este artigo poderá considerar misturas de hidrogênio com diferentes quantidades de carbono equivalente.

§ 3º Os dados e informações que compreenderão a certificação de que trata este artigo deverão ser públicos, à exceção de situações que envolvam sigilo industrial e outras previstas em regulamento.

Art. 24. Os órgãos reguladores de que trata o art. 9º desta lei deverão instituir cadastro para credenciamento de instituições certificadoras, na forma do regulamento, observadas as diretrizes expedidas pelo CGHBC de que trata o art. 5º desta lei.

Art. 25. Os órgãos e as instituições que possuam prerrogativas ou competências para gerir informações contratuais relativas aos insumos para produção de hidrogênio de baixo carbono deverão disponibilizá-las para a emissão da certificação de que trata esta lei, mediante anuência dos agentes a serem certificados.



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Duda e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [15 de 25]



CAPÍTULO VI

DA SUSTENTABILIDADE

SEÇÃO I

Do uso da água para a produção do hidrogênio

Art. 26. O Poder Público deverá dar prioridade na análise para emissão de outorga de uso de recursos hídricos para produção de hidrogênio de baixo carbono.

Parágrafo único. A suspensão de outorga de uso de recursos hídricos nos termos do caput somente poderá ocorrer para atendimento ao disposto no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 27. Os projetos de produção de hidrogênio de que trata esta lei deverão priorizar o uso das águas originadas de processo de dessalinização, bem como de águas de chuva e o reuso não potável das águas cinzas de que tratam o art. 49-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 28. Fica proibida a emissão de outorga e o uso de recursos hídricos para projetos de produção de hidrogênio de que trata esta lei em locais com conflito de uso de águas.

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal estabelecerá os locais com conflito de uso de águas de que trata o caput.

Art. 29. Os preços unitários estabelecidos para cálculo da cobrança pelo uso da água, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, não poderão exceder os valores praticados nas outorgas vigentes para o mesmo recurso hídrico.



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [16 de 25]



SEÇÃO II

Dos ativos associados à redução de gases de efeito estufa

Art. 30. O Poder Público adotará medidas para apoiar o desenvolvimento de projetos voltados à geração de ativos de carbono relacionados ao processo de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, incluindo:

I - viabilização da participação em mecanismos de transferência internacional previstos no art. 6º do Acordo de Paris;

II - incentivo à adoção de metodologia de certificação de ativos de carbono gerados no âmbito da produção de hidrogênio;

III - fomento à participação das empresas integrantes da indústria de hidrogênio de baixo carbono e de seus derivados na geração e na negociação de ativos no âmbito dos mercados voluntários de carbono e dos sistemas nacional e internacional de comércio de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE).

Art. 31. O processo de certificação de ativos de carbono gerados pelas empresas integrantes da indústria de hidrogênio de baixo carbono e de seus derivados poderá receber subsídios oriundos dos recursos do PHBC de que trata o art. 19 desta lei, em atendimento ao que dispõe o inciso III do art. 30.

§ 1º Os subsídios de que trata o caput deste artigo não poderão ser concedidos em período posterior a dez anos após a aprovação desta lei, vedada sua renovação ou prorrogação.

§ 2º A certificação de ativos de carbono para empresas integrantes da indústria de hidrogênio de baixo carbono e de seus derivados requererá cumprimento de critério de adicionalidade de fontes renováveis ou insumos.



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [17 de 25]



CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES LEGAIS

Art. 32. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º
.....

XVIII - mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis e hidrogênio de baixo carbono e seus derivados; e

XIX - incentivar a produção, promover a competitividade no País e no mercado internacional, bem como atrair investimentos em infraestrutura ligada à indústria de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados.” (NR)

“Art. 2º
.....

XV – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da indústria de hidrogênio de baixo carbono.

.....” (NR)

“Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis, e do hidrogênio no que lhe compete conforme lei específica, cabendo-lhe:



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Duda e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [18 de 25]



.....

VIII - declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, ao desenvolvimento e à produção de petróleo e gás natural, à construção de refinarias, de unidades de processamento de gás natural, de instalações de estocagem subterrânea, de dutos e de terminais, bem como à construção de infraestrutura essencial à produção de hidrogênio;

.....

XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, dos biocombustíveis e do hidrogênio;

.....

XXXVI – regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, ao carregamento, ao processamento, ao tratamento, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao acondicionamento, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de hidrogênio, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

XXXVII – regular e autorizar, em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica, as atividades relacionadas à produção de hidrogênio verde, na forma do regulamento.

.....”

(NR)

Art. 33. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13

.....



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [19 de 25]



XIX – prover recursos para a produção e utilização do hidrogênio verde com vistas à transição energética, exclusivamente por meio de substituição de outras destinações previstas neste artigo, vedada a criação de encargo setorial específico ou de elevação de custos a esta conta de desenvolvimento energético.

§ 1º

VII - do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono, nos termos de lei específica.

.....” (NR)

Art. 34. O art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de abril de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

XXII – autorizar atividades de produção de hidrogênio verde a serem exercidas por qualquer empresa, ou consórcio de empresas, constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, observando os limites de atuação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).”

Art. 35. O art. 26 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26.

.....

§ 5º A equiparação prevista no caput, bem como seus efeitos, se estendem aos consumidores que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando D'Alella e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [20 de 25]



I - que produza hidrogênio verde, segundo a definição estabelecida em lei específica;

II - que o consumo e a geração de energia elétrica estejam localizados na mesma área de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica;

III - que venha a participar de sociedade de propósito específico constituída para explorar, mediante autorização ou concessão, a produção de energia elétrica; e

IV - que a sociedade referida no inciso III deste parágrafo inicie a operação comercial de consumo e geração de energia a partir da data de publicação deste dispositivo, atendendo a critério de adicionalidade nos termos de lei específica.” (NR)

Art. 36. A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 7º A limitação de distância prevista no § 6º poderá ser estendida a 50 km (cinquenta quilômetros) quando o projeto apresentado na forma do § 5º for dedicado exclusivamente à produção de hidrogênio de baixo carbono.” (NR)

“Art. 6º-B As matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem e os materiais de construção serão importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE, com a suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

.....” (NR)

Art. 37. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [21 de 25]



JUSTIFICAÇÃO

Trata-se do projeto de lei que normatiza as atividades de produção, usos e aplicações do hidrogênio de baixo carbono no Brasil, em sintonia com a busca pelo desenvolvimento de novas alternativas de gestão energética e com o movimento de apelo global em favor de uma transição energética das matrizes econômicas ao redor do mundo.

O hidrogênio é componente sensível de diferentes cadeias produtivas no âmbito da economia, de onde se pode evidenciar sua presença em várias rotas de produção. Nesse contexto, identifica-se que ele pode compor rotas com finalidades energéticas ou também puramente industriais, por exemplo, ou rotas que tenham destinações internas ou rotas voltadas a exportações. Cabe mencionar ainda que, considerando-se tão somente as atividades relacionadas à produção do hidrogênio, essas podem ser classificadas de modos distintos, sendo uma das classificações mais utilizadas no mundo a que é baseada num sistema de cores, a partir dos insumos utilizados ou do respectivo processo de produção.

Nessa seara de discussões, importa ratificar a posição de que o Brasil, hoje, é um país que já utiliza o hidrogênio em diversas cadeias produtivas e o faz com notável propriedade. Todavia, diante de um cenário repleto de oportunidade de desenvolvimentos tecnológicos e inovações relacionadas à produção e uso do hidrogênio, o País não pode se esquivar quanto à modernização de um ambiente institucional que confira ainda maior segurança jurídica aos agentes que participam das atividades e negócios relativos às cadeias produtivas de que o hidrogênio participe.

Cabe também ressaltar a presença de uma peculiaridade no ambiente atual em que o Brasil se insere, que diz respeito à oportunidade de realização de negócios vultosos com o mercado externo, oportunidade essa que tem prazo para se concretizar, impondo aos Poderes estabelecidos uma urgência que não pode ser desprezada.

Nesse sentido o Projeto de Lei em tela buscou estabelecer uma proposição que tratasse do hidrogênio de baixo carbono, bem como duas subclassificações a ele aplicadas: o hidrogênio renovável e o hidrogênio verde. O intuito de considerar essas subclassificações foi o de permitir tratamentos normativos específicos para esses dois últimos grupos, considerando algumas peculiaridades que são típicas, que podem ser compreendidas no tópico de conceitos e definições trazidos no Projeto de Lei.

Para auxiliar na compreensão dessas classificações, sugere-se verificar o quadro a seguir apresentado:



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Duda e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [22 de 25]





Fonte: CONLEG/Senado Federal

Observação: Alguns tipos de hidrogênio da classificação hidrogênio renovável não passam por processos de fixação do carbono em seu processo produtivo e, por isso, não podem ser considerados como hidrogênio “de baixo carbono”.

O Projeto de Lei dispõe, *in totum*, sobre a política de incentivo ao hidrogênio de baixo carbono, sobre seus princípios e objetivos, conceitos e definições e de sua governança, que prevê um comitê gestor com participação de diferentes representações ministeriais, as diretrizes de gestão de risco, e da produção e usos e aplicações do hidrogênio de baixo carbono.

Dispõe, também, sobre incentivos tributários, nesse caso remetendo a uma lei específica, regulatórios e de um programa de fomento ao segmento do hidrogênio de baixo carbono.

Trata, ainda, de disposições sobre a certificação do hidrogênio e sobre a interface de sustentabilidade, como as disposições quanto ao uso da água para a produção do hidrogênio, especialmente importante no caso da produção de hidrogênio verde.

São esses os principais aspectos do Projeto de Lei ora apresentado, que requer apoio dos nobres senadores e senadoras para sua aprovação.

Sala das Sessões, de de 2023.

Senador Fernando Dueire

Senador Astronauta Marcos Pontes

Senador Cid Gomes



Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dueire e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [23 de 25]





Assinado eletronicamente por Sen. Fernando Dória e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8369476711>

Avulso do PL 5816/2023 [24 de 25]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 182, de 1º de Junho de 2021 - Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador - 182/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:complementar:2021;182>
 - art2_cpt_inc2
- Lei nº 9.427, de 26 de Dezembro de 1996 - Lei da Agência Nacional de Energia Elétrica; Lei da Aneel - 9427/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9427>
 - art3
- Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997 - Lei de Gestão de Recursos Hídricos; Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei das Águas - 9433/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9433>
 - art1_cpt_inc3
 - art20
- Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997 - Lei do Petróleo; Lei da ANP; Lei da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Lei de Petróleo e Gás - 9478/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9478>
 - art50_par2_inc1
- Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002 - Lei do Setor Elétrico - 10438/02
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10438>
 - art13
 - art13_cpt_inc19
- Lei nº 10.848, de 15 de Março de 2004 - Lei de Comercialização de Energia Elétrica - 10848/04
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10848>
 - art3-1
- Lei nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007 - Lei de Saneamento Básico - 11445/07
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2007;11445>
 - art49-1
- Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007 - LEI-11488-2007-06-15 - 11488/07
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2007;11488>
 - art26
- Lei nº 11.508, de 20 de Julho de 2007 - LEI-11508-2007-07-20 - 11508/07
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2007;11508>
 - art3_cpt_inc2
 - art6-2
- Lei nº 12.431, de 24 de Junho de 2011 - LEI-12431-2011-06-24 - 12431/11
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12431>
 - art2



Término de Prazos



Encerrou-se em 30 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 1.083 e 5.610, de 2023.

Não foram apresentados recursos.

As matérias, aprovadas terminativamente pelas comissões competentes, vão à Câmara dos Deputados.



Durante o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, nos termos do art. 235, II, "d", foram recebidas as Emendas nºs 139-PLN a 158-PLN. As Emendas nºs 139-PLN a 157-PLN encontram-se publicadas em edição anterior do Diário do Senado Federal.

Continua aberta a possibilidade de apresentação de emendas até o encerramento da discussão, visto que a matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 216, de 2023-CAE, aprovado em 29/11/2023.

A matéria retorna à Secretaria-Geral da Mesa para inclusão em Ordem do Dia.

É a seguinte a Emenda nº 158-PLN:





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 3626, de 2023**, que *"Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Irajá (PSD/TO)	158

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



EMENDA Nº PLEN
(ao PL 3626, de 2023)

Acrescenta-se ao art. 31 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, o §4º, com o seguinte teor:

“Art. 31.

§4º. Aplica-se ao Fantasy Sport o disposto neste artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A diminuição da alíquota do Imposto de Renda aos apostadores, proposta pelo relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, tem o potencial de gerar distorção entre o mercado de apostas esportivas e do Fantasy Sports.

Ao estabelecer que os ganhos das apostas serão tributados em até 15% do IR e o Fantasy Sport, como um jogo de habilidade, segue tendo seus prêmios tributados pelo IR a uma alíquota de 27,5%, será dispensado um tratamento anti-isonômico às duas atividades. Essa medida deve gerar uma fuga de jogadores de Fantasy Sport para as apostas de quota fixa, prejudicando drasticamente um setor em detrimento de outro.

Ademais, a tributação de prêmios das apostas e dos Fantasy Sports, da forma que está posta, dispensa um tratamento preferencial a uma atividade de sabidamente gera impacto à saúde, das pessoas, quando deveria buscar, ao menos, dispensar um tratamento equânime a um esporte eletrônico, que incentiva a integração e socialização das pessoas de forma positiva.

Visando diminuir essa discrepância entre as duas modalidades, sugere-se a inclusão de novo parágrafo ao art. 31 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, para equiparar o tratamento tributário das premiações do Fantasy Sport ao que está garantido aos ganhos advindos das apostas esportivas. Essa previsão não gerará impacto negativo para nenhum dos dois setores, pelo



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7367306498>



contrário, garantirá que o Fantasy Sport continue se desenvolvendo mesmo com todas as suas peculiaridades como setor.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação da emenda ao Projeto de Lei nº 3.626, de 2023.

Sala das Sessões,

Senador IRAJÁ



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7367306498>



Encerrou-se em 30 de novembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 1.435, de 2022.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EM FAVOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA






Senado Federal
Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e
Tecnológica - FPEpTec

1ª REUNIÃO DE 2023

13 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15 Horas, NO PLENÁRIO
Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica – FPEpTec**, realizada em 13 de novembro de 2023, segunda-feira, às 15 horas, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado: ITEM 1. Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura; ITEM 2. Eleito o Senador Astronauta Marcos Pontes como Presidente da Frente e o Senador Paulo Paim como Vice-Presidente. Conforme documentos anexos. Publique-se.



Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 13 de novembro de 2023
(segunda-feira)
às 15h

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR EM FAVOR DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - FPEPTEC

PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9



Resultado da 1ª Reunião da FPEPTEC, em 13 de novembro de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

1. Instalação da Frente Parlamentar;
2. Eleição da Comissão Executiva.

Participantes:**Thales Enrique Quiroz Tapioca**

Diretor Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá "Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim" (UNESP)

Gustavo Leal Sales Filho

Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI NACIONAL

Kelly Teixeira

Gerente de Programas e Diretrizes Educacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/DN

Laura Margarida Josefina Laganá

Diretora Superintendente do Centro Paula Souza (ETEC e FATEC)

Roberto Spada

Diretor de relações externas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SP

Resultado: 1. Instalada a Frente Parlamentar;

2. Eleita a Comissão Executiva:

- Presidente: Senador Astronauta Marcos Pontes;
- Vice-Presidente: Senador Paulo Paim.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**FPEpTec, 13/11/2023 às 15h - 1ª, Reunião****Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica**

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	
CARLOS PORTINHO		
DAMARES ALVES		
DR. HIRAN		
EDUARDO GIRÃO		
HAMILTON MOURÃO		
IZALCI LUCAS		
JAIME BAGATTOLI		
JORGE KAJURU		
JORGE SEIF		
LAÉRCIO OLIVEIRA		
MARGARETH BUZETTI		
PROFESSORA DORINHA SEABRA		
ROGERIO MARINHO		
TEREZA CRISTINA		
ESPERIDIÃO AMIN		
PAULO PAIM	PRESENTE	



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

13/11/2023 - 1ª - Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a 1ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica, cuja pauta destina-se a: item 1, instalação da frente parlamentar; item 2, eleição da Comissão Executiva.

Até o momento, essa frente parlamentar conta com a adesão de 17 dos 81 Senadores - e eu tenho certeza de que isso aqui vai aumentar rapidamente, esse número.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica que os termos de adesão estão disponíveis junto à Secretaria e na página da frente, no *site* do Senado Federal.

Eu convido para compor a mesa aqui comigo a Sra. Kelly Teixeira, Gerente de Programas e Diretrizes Educacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); o Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional); e a Sra. Laura Margarida Josefina Laganá, Diretora-Superintendente do Centro Paula Souza (Etec e Fatec) também.

Para iniciar o item 1 da nossa pauta, eu coloco em deliberação a proposta de composição da Comissão Executiva, inicialmente com os seguintes nomes: Presidente, Senador Astronauta Marcos Pontes; Vice-Presidente, Senador Paulo Paim.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a gente coloca em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aproveitar esse momento também... Como vocês notaram, são 17 Senadores inscritos atualmente na frente, e a ideia é que nós possamos abranger a totalidade, vamos colocar assim, 81 Senadores. Por quê? Eu duvido que exista qualquer Senador ou Senadora que seja contra a educação ou contra o ensino profissionalizante. O que a gente quer é que eles apoiem agora também e ajudem, nos seus estados, o desenvolvimento desse setor.

Como vocês notam, eu sou do Partido Liberal, de São Paulo, Presidente da frente. O Vice-Presidente é o Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul. É para ser de direita e esquerda. É exatamente isso. A gente precisa juntar o nosso país em favor da educação, em favor dessas pautas. Isso não é pauta de governo, isso é pauta de Estado. Nós precisamos ter o desenvolvimento da nossa educação como uma política de Estado no nosso país. E acho que é um bom exemplo que a gente começa dando aqui de fazer essa frente muito ampla, em todos os sentidos.

Eu gostaria de colocar aqui também... E daqui a pouco eles vão me trazendo a presença do pessoal que eu já estou vendo, que estava conosco lá. Eu não quero começar aqui sem ter a... Está aqui já.

Deixe-me agradecer a presença de todos que estão conosco aqui nesta sala de audiências nº 9, aqui do Senado Federal, também todos aqueles que nos acompanham através das redes do Senado.

Quero registrar aqui a presença da representante do Conselho Federal de Biologia, Sônia Azevedo; do Assessor da Diretoria Executiva, Gilmar Luiz Pastorio; da Diretora Pedagógica do Centro Brasileiro Integrado de Educação, Cristiana

1/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Amorim de Souza; do Diretor Thales Enrique Quiroz Tapioca; da Cleunice Rehem, Presidente da associação Fórum Nacional das Mantenedores de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica; do Marcos Palácio, Reitor da Fatec - Votuporanga, lá em São Paulo; da Zoraide Soares Reis, Assessora de Relações Institucionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; do Prof. Carlos Shinoda, do . Eu vejo aqui na frente também, daqui a pouco vêm os nomes completos, mas o pessoal que estava conosco já no evento de manhã; obrigado por continuarem aqui conosco.

Eu gostaria, neste momento, de passar a palavra aqui aos nossos membros da mesa para se pronunciarem a respeito deste momento, que eu acho que é um momento marcante para o nosso país.

Vou inicialmente, então, passar a palavra para o Diretor-Geral do Senai Nacional, Gustavo Leal Sales Filho.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO (Para expor.) - Obrigado, Senador Marcos Pontes, a todos e a todas aqui presentes. É um prazer enorme estar aqui participando da implantação desta frente tão necessária.

A educação profissional sempre foi um instrumento muito eficaz de inclusão social. Talvez agora, no mundo contemporâneo, ela ganhe ainda mais relevância, num momento em que temos tantas novas tecnologias, a velocidade com que o conhecimento migra da academia para o setor produtivo, influenciando as nossas vidas e exigindo um perfil de competência e de atributos cada vez mais robustos para a população. Esse é um desafio posto para todos os países. Os países serão tão mais bem-sucedidos, nessa sociedade do conhecimento, quanto for a capacidade que tenham de educar bem sua população.

E aí a educação profissional tem um viés muito importante, muito determinante. Aqui no Brasil, muitas vezes, a gente não enxerga isso, mas a educação profissional é um edifício que está junto da educação básica, se comunica com ela, mas cria oportunidades de inserção no mundo do trabalho com muito mais rapidez e com muito mais eficácia. Os jovens brasileiros se transformam a partir de uma opção, que cada vez será maior, pela educação profissional. A gente pode pensar desde os cursos de qualificação, curso técnico, até o doutorado e o *stricto sensu* pela via da educação profissional, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, depois a complementação; do curso superior de tecnologia já dá para fazer direto *lato sensu*, *stricto sensu*. Então, há um caminho via educação profissional muito interessante e que dialoga com muito mais proximidade com as empresas, com o mercado de trabalho, facilitando a inclusão dos jovens, que é um desafio que todos os países enfrentam.

Portanto, Senador, é com muita felicidade, com muita alegria que o Senai, o sistema indústria, está aqui presente neste momento. Nós entendemos a relevância dessa frente, do trabalho dessa frente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Dr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Senai Nacional.

E, na sequência, eu passo, então, a palavra para a Kelly Teixeira, Gerente de Programas e Diretrizes Educacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, do Senac Nacional.

A SRA. KELLY TEIXEIRA (Para expor.) - Muito obrigada, Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes; muito boa tarde a todos e a todas. É com muita satisfação que eu venho representando aqui o nosso Presidente José Roberto Tadros e o nosso Diretor-Geral Marcus Fernandes. Eu acho que esse é um momento simbólico, queria parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Eu acho que é um motivo de muita alegria e de muita satisfação compartilhar de um dia tão feliz. A gente começou uma manhã já muito alegre, celebrando a educação profissional, e damos continuidade a esse trabalho agora, dando lugar ao que carece de lugar, que é fortalecimento da educação profissional. Então, mais uma vez, eu gostaria de felicitar o senhor pela iniciativa.

Eu acho que falar da educação profissional - e eu não quero parecer repetitiva pela parte da manhã - eu acho que é falar de transformação de vidas. Eu insisti muito nisso na pauta da manhã porque a gente entende que a educação profissional é o vetor de transformação para os jovens, de mobilidade, de inclusão produtiva, de mobilidade social, de ascensão profissional e de continuidade da trajetória ao longo da vida, ou seja, educar e educar, a continuidade dos seus estudos de educação ao longo da vida.

A educação profissional não só é vetor de transformação social, produtiva, laboral, como também, se a gente for pensar, é aquilo que é a força motriz que pode colaborar para o melhor desempenho e produtividade das nossas empresas, das indústrias, enfim, de tudo aquilo que faz parte e que propicia um real desenvolvimento socioeconômico e socioprodutivo. Então, é nesse ínterim, pensando numa educação transformadora do ponto de vista social, do ponto de vista da inclusão do jovem na sua completude, e das juventudes - eu sempre falo em juventudes porque a gente está falando de públicos diversos dentro desse contexto - que a gente está aqui representando o Senac, que tem aí o compromisso de promover e

2/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

fomentar o acesso à educação profissional de qualidade para todos os trabalhadores, especialmente aqueles do setor de comércio de bens, serviços e turismo.

Então, é uma honra e um orgulho poder fazer parte desse dia, representando o Senac num papel e numa missão que tem tudo a ver com aquele compromisso que é o seu compromisso institucional: transformar vidas por meio da educação profissional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Sra. Kelly Teixeira, Gerente de Programas e Diretrizes Educacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, do Senac Nacional.

Na sequência, eu passo a palavra à Sra. Laura Margarida Josefina Laganá, Diretora-Superintendente do Centro Paula Souza.

A SRA. LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANÁ (Para expor.) - Boa tarde a todos.

É uma alegria estar aqui. Estou muito emocionada, Senador, porque sou apaixonada pela educação profissional. Estou há mais de 40 anos atuando nessa área e tive o privilégio de presenciar, de constatar milhares e milhares de jovens tendo a sua vida transformada, verificando a ascensão social das famílias, um futuro profissional muito mais promissor.

O jovem procura a educação profissional porque, em geral, ele é apaixonado pela tecnologia. E são os nossos cursos que podem colocá-lo em contato com essas novas tecnologias. Então, eu digo sempre que a educação profissional tem foco, a educação profissional é atraente. E eu acho que o Brasil tem que se preocupar com a expansão.

Eu sou expansionista por natureza. Estou há 42 anos no Centro Paula Souza e estive à frente de um dos maiores programas de expansão profissional financiado pelos governos de São Paulo. São Paulo tem que se preocupar com isso porque ele concentra mais de 30% da economia do Brasil, e não adianta: um país não se torna mais produtivo se ele não puder contar com profissionais qualificados. Essa tem sido a nossa missão e a missão de muitos colegas que estão aqui, que também são apaixonados pela educação profissional exatamente por conta do potencial de transformação que ela traz a milhares e milhares de jovens em todo o país.

Então, eu queria parabenizá-lo por esta iniciativa. O Brasil está precisando disso.

A educação profissional sempre ficou um pouco à parte porque, claro, os esforços têm que ser concentrados na educação básica, sem dúvida nenhuma, mas, hoje, com a reforma do ensino médio, a educação profissional passa a compor o ensino médio. E isso é muito bom, porque jovens das escolas públicas que cursam o ensino médio vão ter a possibilidade de optar por um itinerário que lhes traga a educação profissional, que lhes traga a formação profissional com que ele sonhou, o acesso às tecnologias, e ela tem que atender aquilo que o setor produtivo espera das escolas de formação profissional. Para isso, nós temos que estar muito atentos às metodologias que nós utilizamos nas escolas.

Nós estávamos conversando agora no almoço sobre a importância da aprendizagem por projetos dentro das escolas técnicas. É isso que os nossos jovens esperam, quer dizer, nós temos que trabalhar de uma forma que sejam desenvolvidas as competências socioemocionais. Esse menino não tem só que entender de tecnologia; ele tem que entender de liderança, ele tem que saber trabalhar em equipe e ter outras competências muito importantes para que ele tenha uma inclusão no mercado, para que ele seja valorizado pelas empresas. E isso a gente tem sentido, Senador, conversando com os empresários. O aluno que vem da formação profissional é um aluno diferenciado, ele é um aluno mais seguro, ele é um aluno que sabe projetar, ele é um aluno que se envolve com os princípios da empresa. E tudo isso tem que estar presente nas nossas escolas, tem que estar presente nos nossos planos de curso, também para elaborarmos, com o setor produtivo, as novas propostas de formação profissional e atualizar as que a gente já tem. Então, essa proximidade com o mercado é fundamental. É só assim que a gente vai garantir a qualidade dos profissionais que formamos.

Então, quero parabenizá-lo por essa frente. Acho que nós estamos nos sentindo mais protegidos agora, com essa frente. Conte com todos nós, todas as instituições, conte com o Centro Paula Souza, porque nós queremos ajudá-lo nessa empreitada fundamental para o nosso país.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado à Sra. Laura Margarida Josefina Laganá, Diretora Superintendente do Centro Paula Souza.

Eu acho que a Kelly quer fazer um complemento também, não é?

A SRA. KELLY TEIXEIRA - Obrigada, Senador.

Escutando a Profa. Laura, queria apenas fazer uma reflexão do quão importante é o dia de hoje e também essa iniciativa, pensando nas transformações ao longo do trabalho e em como a educação profissional tem um papel de relevância para

3/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

promover não só uma educação emancipatória, mas também promover uma formação que seja mais atraente para o jovem, mais significativa e que contribua efetivamente para a redução das desigualdades sociais.

Essa era uma reflexão complementar que eu queria trazer a todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado.

Eu gostaria também de registrar a presença do Sr. Roberto Muniz, ex-Senador pelo Estado da Bahia, e Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria - obrigado por estar conosco aqui também -, assim como a do Prof. Roberto Spada, Diretor de Relações Externas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai de São Paulo, aqui também, obrigado! Aqui também o Prof. Ademir Redondo, lá do Senai, Diretor do Senai de Bauru. Gente, desculpa, a nossa Diretora aqui do Liceu de Artes, também de São Paulo, conosco. Eu vou esquecer o nome de todo mundo, mas...

A SRA. PATRÍCIA MACEDO (*Fora do microfone.*) - É Patrícia.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Patrícia! Aqui, olha, obrigado, realmente. Você vê que há um esforço comum de todos.

Quero aproveitar aqui também um pouco... Eu não gosto de muito protocolo, quero quebrar um pouquinho o protocolo e abrir a palavra aqui para os nossos participantes, aqueles que estão aqui presentes. Se quiserem fazer o uso da palavra, por favor, só peço para levantar - vou começar com ela ali - e só falar o nome e a instituição. Tem um microfone aí também.

A SRA. EDA COUTINHO BARBOSA MACHADO DE SOUZA (Para expor.) - O meu nome é bem comprido. (*Fora do microfone.*) Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza. Eu sou professora universitária. Comecei dando aula na UnB, depois na Unicamp, depois fui para a Capes, onde coordenei programas para melhorar o ensino de ciência e matemática. Depois, eu fui fazer o meu mestrado e doutorado com bolsa de estudos nos Estados Unidos; voltei para o Brasil, fui para a Unicamp, depois fui para a Alemanha fazer pós-doutorado.

Um belo dia, quando eu estava criando um programa na Sesu, chamado Paiub (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), eu recebi um convite do Prof. Pedro Chaves, que foi Senador aqui, não é? Ele é do Mato Grosso do Sul, para criar uma faculdade em Brasília. Ele entrava com o dinheiro, e eu entrava com os recursos. E aí, então, eu tenho uma posição muito forte em relação à educação profissional. Embora eu seja mantenedora do Iesb e fundadora do Iesb, mas eu continuo ligada à educação em geral, contando lá na creche, onde tem tanto problema, e chegando até a educação profissional, em que o Brasil está muito atrasado, na minha opinião. Mas é para eu falar agora ou para falar depois?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Fique à vontade. Pode sentar, por favor, se quiser, é mais confortável.

A SRA. EDA COUTINHO BARBOSA MACHADO DE SOUZA - Não, não é isso. Eu posso falar em pé. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Não, não. Fique à vontade. Pode falar agora mesmo.

A SRA. EDA COUTINHO BARBOSA MACHADO DE SOUZA - Pode falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Pode, pode. É essa a ideia.

A SRA. EDA COUTINHO BARBOSA MACHADO DE SOUZA - Então, eu não deveria, na verdade, estar aqui defendendo esta causa, porque eu deveria é defender as universidades - e eu defendo as universidades também, claro. A nossa é o centro universitário -, mas acontece que eu acho que, para o Brasil mudar, para o Brasil melhorar, se não tiver uma educação profissional muito competente, com muitos recursos para mudar o que está acontecendo hoje, não vai acontecer isso. A universidade não dá conta de fazer tudo aquilo que o país precisa.

O Brasil não é competitivo no mercado internacional, porque o Brasil não tem jovens que sejam capazes de enfrentar a tecnologia que os investidores externos estão pedindo. Eu cheguei a conversar com alguns investidores que me visitaram no Iesb, e eles falaram: "Não dá para entrar no Brasil e fazer investimento aqui, porque não tem nem jovens com ensino médio para usar a tecnologia como deveria, e nós precisamos de jovens que entendam de tecnologia". E, quando eu falo de tecnologia, é bastante coisa. Não é só saber digitar. É realmente saber um nível maior.

No Iesb, nós estamos usando, já, aulas com o ChatGPT. Tem umas duas ou três professoras lá que já fazem o ensino delas com o ChatGPT. Nós estamos dando aula sobre metaverso, mas não adianta isso, porque isso é para um grupo pequeno de alunos - 20 mil alunos é o que nós temos lá no Iesb.

4/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Agora, eu gostaria de perguntar para vocês... Eu tenho umas perguntas e eu acho que elas... Vocês podem, depois, quem quiser, se quiser responder, mas a educação profissional tem que fazer uma reflexão sobre qual é o aluno que ela quer. Eu estava aqui hoje, pela manhã, e vi como é que a gente não sabe direito que aluno que nós queremos. Eu defendi muito o ensino médio quando o Senador Izalci falou lá. Eu até acabei escrevendo um artigo, que saiu publicado no *Correio Braziliense*, defendendo o Novo Ensino Médio, mas olhem só a bagunça que está o assunto, o ensino médio. Ninguém sabe o que quer do ensino médio.

Então, nós precisamos saber, primeiro, que aluno nós queremos. É o aluno que vai sair um profissional já quando ele termina o ensino médio ou nós queremos que ele vá para a universidade? É a universidade tão importante para formar as pessoas? Eu não acredito nisso. Eu não acho, porque a universidade prepara um número pequeno de pessoas, e nós temos que preparar é muita gente para lidar com os problemas do Brasil.

E a outra coisa é: qual é o ensino médio que nós queremos, qual é a universidade que nós queremos? Hoje, no Iesb, nós não temos muitos... Nós tivemos muitos alunos pobres estudando. Hoje, nós temos apenas alunos pobres a que nós damos bolsas, porque eles são talentosos, mas o Fies e o Prouni não estão colaborando. Então, o que nós precisamos fazer para que aluno pobre venha?

A escola técnica que nós queremos: será que todo mundo sabe qual é a escola técnica que a gente quer?

As creches, gente! Tem creches no Brasil inteiro que... As crianças não estão lá, porque não têm onde frequentar. E quero lembrar que os cinco primeiros anos da vida da criança determinam o que ela vai ser no futuro - e vai melhorar a economia do país. Tem um Prêmio Nobel que ganhou o Prêmio Nobel só porque ele fez esse estudo sobre os cinco primeiros anos da criança.

E depois: qual é o país que nós queremos? Será que nós estamos ajudando o desenvolvimento do país? Eu acho que não.

As universidades. Começando pela minha, nós temos economia criativa lá, nós temos cursos da economia criativa, porque nós achamos que é importante ajudar o desenvolvimento do país. O Iesb, com o curso de gastronomia e outros cursos que nós criamos aqui, mudou o cenário da economia do Distrito Federal. É uma coisa muito interessante o que aconteceu. E nós conseguimos o objetivo que nós queríamos. Agora, como é que a gente faz com os alunos que querem estudar e não podem? É esse o grande problema. E, quando teve o Pronatec, nós formamos 4,5 mil alunos com a maior seriedade que nós podíamos investir naquele projeto. E saíram jovens bem competentes nas áreas que nós criamos lá.

A última coisa que eu quero perguntar é sobre a inovação e sobre o profissional que vai sair do ensino profissional. Que tipo de profissional ele vai ser? Na minha visão, ele tem que ser uma pessoa muito inovadora, uma pessoa muito aberta para o mundo; ele tem que querer mudar o que está aqui no contexto. Então, as escolas profissionais, que eu acho excelentes... Eu sou fã do Senai, do Senac, de todos eles. A gente ia até ser homenageado agora pelo Sesc - o Iesb ia ser homenageado. Então, por quê? Porque as universidades têm que se juntar com as escolas técnicas e fazer um trabalho que ajude a mudar a situação que nós temos. E nós sabemos qual é o trabalho? Temos que reunir. Eu falei lá no Senai há pouco tempo sobre isso.

E eu acho que, para encerrar... Será que nós estamos sabendo? Eu acho que vocês sabem, pelo que eu assisti hoje cedo, pelas pessoas que falaram. Eu fiquei encantada com todas as pessoas que falaram, com você, com a senhora, com o... Não vou citar todos os nomes, não, mas eu gostei muito do que foi falado aqui.

E o nosso Astronauta, anos atrás, quando ele chegou aqui de volta ao Brasil, foi fazer palestra no Iesb. E nós colocamos cartazes - naquela época, não tinha internet - nas paredes para chamar os alunos, pois eles deviam ver que tecnologia que foi usada e como foi a vida dele como astronauta, e encheu o auditório.

Então, eu acho que cada um de nós aqui tem que desempenhar um papel importante, porque a gente não vem nesta vida duas vezes, você não pode mudar o mundo duas vezes. Então, a minha preocupação muito grande é que vocês têm o poder na mão. Eu não tenho, porque eu não estou mexendo com educação profissional, mas vocês têm, vocês podem fazer um trabalho que mude a situação. Eu só posso vir aqui e fiz questão de vir.

O Prof. Luiz Cláudio estava comigo hoje pela manhã, o nosso Reitor, que é uma pessoa excelente e que está ajudando. Ele e mais um professor chamado Sérgio Pontes criaram um curso de Ciência de Dados e Inteligência Artificial, que está uma beleza.

(Soa a campanha.)

A SRA. EDA COUTINHO BARBOSA MACHADO DE SOUZA - Eu tenho que sair. Eu já aprendi isso cedo.

E criaram outros cursos bem voltados para tecnologia, bem modernos. Então, a gente tem muito orgulho do que nós estamos fazendo, mas a gente queria fazer mais e principalmente para os jovens, porque eu tenho certeza de uma coisa -

5/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

esta é a minha última fala -: está cheio de jovem aqui que foi fazer faculdade em faculdades porcarias, desculpe a expressão, mas faculdades em que não aprendem nada e que cobram R\$200, R\$300 - e têm umas que cobram até R\$49; não sei como eles conseguem pagar os professores - e depois esse pessoal que se forma nessas faculdades não entra no mercado de trabalho e não entra em lugar nenhum, ficam nem-nem.

Gente, desculpe-me porque eu me alonguei, mas eu só queria fazer esses comentários para que vocês reflitam um pouco, porque a nossa tarefa como educadores é muito grande. Nós temos que batalhar muito.

Muito obrigada por me ceder o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Professora.

Quero registrar a presença da Profa. Eda Machado, mantenedora do Iesb; do Marcelo de Oliveira Nicolau, representante do Sebrae Nacional; do Daniel Ramos, representante da Agência Nacional de Proteção de Dados; da Silvana de Lazari, Gerente do Senac; do Moisés Bentivoglio, Presidente do H8 Group; do Evandro Fernandes Fileno, representante da Desae; da Kallyd Trindade, representante da EGA Distrito; do Cleberson Arruda, Diretor-Geral do Instituto Federal de Goiás; do Sebastião Garcia, Superintendente do Confenen; do Sérgio Rosa, representante da Agência Nacional de Proteção de Dados; da Alcione Azevedo, do Conselho Federal de Biologia; e de todos os outros que eu ainda não citei o nome aqui, por favor.

Realmente, sobre o que a Professora colocou, a gente tem essa frente justamente com uma das funções de discutir esses temas e trazer soluções para que o Brasil vá em frente. E não adianta só a gente falar. Eu sei que a gente está no Parlamento aqui, mas quem é engenheiro gosta de ação, a gente gosta de ver as coisas funcionando e os resultados de cada uma dessas reuniões. Então, nós precisamos de ações concretas. E, quando a gente fala de ações concretas, é o estabelecimento e o cumprimento de projetos e planos que tenham começo, meio, fim, tenham um controle - entendam aí avaliação e controle no meio do caminho -, resultados efetivos, mudanças, se forem necessárias, coragem para fazer as mudanças, orçamentos devidos.

É importante isso também, porque não se faz sem o financiamento devido dentro das diversas áreas. Então, tudo isso a gente tem aqui como função.

Em reuniões próximas da frente, nós já teremos um plano de trabalho, e não é só para ficar pró-forma; é um plano de trabalho para que a gente tenha resultados.

Eu conto com a participação de todos que estão aqui, todas as instituições, para que nos ajudem não só na elaboração, mas também no controle desses resultados. É importante isso aí, para que a gente realmente tenha efetividade.

Por favor, uma palavra por cinco minutos, por causa do tempo aqui de utilização da sala.

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (Para expor.) - Muito obrigada, Senador.

Boa tarde a todos e todas.

Acho que está dando uma microfonia? Não. O.k.

Eu sou a Profa. Cleonice Rehem, sou Presidente de uma associação nacional, o Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Estamos aí numa batalha muito grande, já estivemos com o nosso Senador por duas vezes, nos oferecemos, inclusive, para apoiar tudo que for necessário para esta frente ser desenvolvida. Quero parabenizá-lo por essa iniciativa e parabenizar os 17 Senadores que já aderiram, e vamos trabalhar juntos para que os demais Senadores integrem esta frente.

Eu quero parabenizar, Profa. Eda, pela sua fala, com os destaques de problemas para reflexões que a senhora trouxe, muito bem colocados.

Esta frente veio num momento muito bom, num momento em que o Brasil está à beira, Senador, de um apagão de mão de obra técnica, como já foi informado desde o ano passado por uma pesquisa realizada, que aponta que 81% dos empresários brasileiros indicam que abrem vagas e não conseguem pessoal técnico qualificado para a ocupação dessas vagas.

Que paradoxo o nosso Brasil vive. Nós temos cerca de 50 milhões de jovens, 28% de desemprego entre esses jovens, as vagas são abertas e os jovens não conseguem ocupar, por quê? Pela falta de qualificação profissional, para que eles possam assumir trabalho, emprego, renda e melhorar a sua qualidade de vida e a qualidade de vida das suas famílias.

Nós temos hoje no Brasil cerca de 12 milhões - mais de 12 milhões - de jovens que estão sem trabalho e sem estudo. E, desses 50 milhões de jovens brasileiros, apenas, Profa. Eda, 20% conseguem entrar na educação superior. E os demais jovens estão onde? E pelos jovens sem trabalho e sem estudo que futuro os espera?

Então, nós estamos precisando de uma frente parlamentar como esta, que reúna os Parlamentares mais decididos, mais fortes, para trabalharmos juntos com os ministérios, com o Poder Executivo, no sentido de que possamos ampliar

6/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

massivamente a oferta da educação profissional para os nossos jovens e para os adultos também, para qualificá-los e assim a economia brasileira ter maior sustentabilidade, maior empregabilidade e maior competitividade.

Então, quando a gente analisa, vê que a média de empregabilidade daqueles que concluem um curso técnico chega a 92,8% em nosso país. Como é que a gente não pode alavancar mais, impulsionar mais, para que todos os jovens tenham essa oportunidade?

Se a gente for para a Alemanha, todos os jovens têm a oportunidade de primeiro experimentar uma formação profissional e técnica, experimentar o mundo do trabalho, e depois decidir que carreira eu vou fazer academicamente, que formação superior eu quero ou não quero. No Brasil, não. Pela nossa discriminação, pelo que foi constituído lá em 1909, com as primeiras 19 escolas técnicas do Brasil... Está lá, no decreto de Nilo Peçanha: os cursos de ofício estavam sendo criados para serem oferecidos aos pobres e desvalidos da sorte. Então, com isso, criou-se um estigma. Os nossos jovens não são encaminhados necessariamente para a formação profissional. Nós precisamos vencer essas barreiras, nós precisamos realmente nos unirmos e trabalharmos nessa direção, para a ampliação massiva da educação profissional para os nossos jovens, para melhorar a qualidade de vida das nossas famílias e melhorar a economia brasileira.

(Soa a campanha.)

A SRA. CLEUNICE MATOS REHEM (Para expor.) - Muito obrigada.

Senador, nós temos já em andamento mais três frentes parlamentares voltadas para a educação profissional. Quem sabe a gente se une com elas e dá força a esta frente parlamentar? E temos também, tramitando no Senado e na Câmara, 32 projetos voltados para a educação profissional, projetos muito interessantes. Então, que essa nossa - já chamo de nossa - frente parlamentar, possa também fazer uma reunião para que esses projetos caminhem, se alavanquem e realmente se tornem concretos.

Muito, muito obrigada. Estamos juntos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, obrigado. Parabéns. Realmente, essa é a ideia. Vamos juntar forças, que a gente vai conseguir.

Vou passar a palavra primeiro para ele, que estava inscrito antes.

Por favor, o nome e instituição.

O SR. MARCOS PALÁCIO (Para expor.) - Marcos Palácio, da Fatec - Votuporanga.

Eu creio que nós não estamos aqui... E quero parabenizar já o Senador por essa importante decisão. Eu creio que nós não estamos aqui para criar um ensino técnico. O ensino técnico já tem. São Paulo tem, o Sistema S... Aqui foram apresentados projetos robustos, até na área de desenvolvimento de tecnologia. E eu creio que estamos aqui para apoiar. Todos nós estamos aqui para apoiar esse projeto, essa frente parlamentar.

Então, quero parabenizar o Senador e o pessoal do Sistema S.

Quero dizer que nós já temos um trabalho na área tecnológica e técnica desde 2006, inclusive com trabalhos dentro do país mais pobre da África, que é Guiné-Bissau, com formação de técnicos, principalmente na área de agricultura na África. E quero dizer que nós estamos prontos para apoiar esse projeto.

Eu só tenho uma dúvida. A frente está sendo sedimentada aqui hoje. Qual seria a figura das instituições como participantes dessa frente parlamentar? Não sei se vai ser criado um grupo de apoio. Seria uma sugestão minha, um grupo de apoio que estaria, vamos dizer assim, trocando figurinha com essa frente parlamentar. Porque senão fica uma coisa vaga, uma coisa deslocada. A frente parlamentar está lá. E a instituição, como é que fica a instituição? Porque sempre a gente vê isso acontecer, boas ideias, bons projetos são lançados, mas depois se quebra o vínculo.

Em relação a esses cursos técnicos e tecnológicos, e até às instituições, a mais simples que seja, que esteja aqui hoje representada, vamos dizer assim, o ensino mais fraco, sem qualidade, que esteja aqui representado, ele é importante, porque ele encontra e ele vai ao encontro daquela comunidade pobre que necessita.

Eu conheço muitas instituições, posso citar até da minha região, Urubupungá, cidade de Aurifloma, 15 mil habitantes. Algumas cidades que têm 10 mil habitantes tem uma instituiçãozinha lá, uma IES lá. Não com tanta qualificação, mas ela atende aquela comunidade ali. Ela atende na limitação dela, mas atende. E, se ela não estivesse ali, nem sequer eles teriam acesso a curso técnico ou tecnológico. Então, é nesse sentido que eu acho que nós devemos apoiar.

Eu já passo a ser um fã do Senador, até porque é meu xará. Então, só poderia ser Marcos para implementar um projeto desse.

Deus abençoe a todos aí! E conte com o nosso apoio.

7/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A minha dúvida só é em relação a esse *gap* aí, se vai ter esse grupo de apoio e trabalho e qual é a nossa figura.

Agradeço de antemão já o convite do Senador à nossa instituição.

Essa era a minha dúvida.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado. Obrigado pela participação.

Como é que devem acontecer esses trabalhos? Vão estar previstos no plano de trabalho da frente, mas a frente vai ter um setor aqui interno com os Parlamentares em termos de organização da frente, e a ideia é que tenha uma secretaria executiva que vai ser uma rotação entre as instituições que participam da frente. Por exemplo, o Senai, o Senac, o Paula Souza...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Exato.

A gente vai fazendo a rotação a cada ano dessa instituição. E, a partir dessa instituição, a gente tem a relação dos apoiadores. Isso inclui instituições públicas, privadas, terceiro setor, empresas, porque esse é um esforço de todo mundo. Todo mundo se beneficia com o sucesso dos nossos jovens. Então, a gente precisa fazer isso e vai ser através dessa secretaria executiva que a gente vai trazer o apoio.

A ideia disso é que todas as instituições que participam possam participar do processo legislativo também, ou seja, na proposição de projetos de lei, de projetos de emenda à Constituição ou modificação em leis já existentes, de forma que a gente possa trazer do setor ou dos setores que trabalham diretamente com o ensino técnico e tecnológico, profissionalizante e tecnológico essas informações e que possam participar nas decisões que nós tomamos aqui. Com ajuda dos Parlamentares que fazem parte dessa frente, nós podemos implementar com força essas legislações. Essa é a ideia.

O próximo que falou... Acho que foi ela ali, não é?

Por favor.

A SRA. ALCIONE AZEVEDO (Para expor.) - Está ligado?

Bom, eu sou Alcione Azevedo, sou de um conselho de classe profissional, sou da Diretoria do Conselho Federal de Biologia.

Quero aqui participar que essa angústia que tem no ensino técnico também ocorre conosco, que representamos a classe profissional. Por quê? Como foi dito pela Dra. Eda, a academia não está preocupada em preparar o egresso para o mercado. Ela está preocupada tão somente em cumprir aquela carga horária, aquele currículo. Por quê? Porque muitos que estão dentro da academia não querem sair da sua zona de conforto e buscar mudar a matriz curricular.

Então, é isso que o Conselho Federal de Biologia vai buscar aqui junto... Nós vamos ter um padrinho aqui, se Deus quiser, o nosso Marcos, o astronauta, para a gente buscar modificar a matriz curricular junto ao MEC, porque é necessário que o egresso já saia pronto para o mercado, e nós, enquanto conselho de classe, praticamente criamos uma barreira para o nosso egresso. Eu vou criar uma série de pré-requisitos e vou impedir que o meu profissional atue no mercado. Por quê? Porque a matriz curricular dele não dá condições, não o prepara para ele ir para o mercado.

Então, nós temos que mudar essa realidade que existe hoje no Brasil, tanto no ensino médio quanto no ensino profissional, no ensino superior.

Eu espero contar também com o apoio aqui do Senado nessa nossa empreitada.

Muito obrigada e parabéns pela iniciativa, Senador. E parabéns para todos os Senadores que nos apoiam. E esperamos contar com o apoio de todos os Senadores, porque educação se faz primordial no Brasil. Queremos um Brasil melhor? Então vamos trabalhar na educação, vamos trabalhar na capacitação do profissional.

Era isso o que eu tinha a dizer, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Muito obrigado. E obrigado pela participação. *(Palmas.)*

Aliás, eu quero agradecer também a todos aqueles que agora estão nos acompanhando pela TV Senado. Agradecer. E nós estamos aqui durante a instalação da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Profissionalizante e Tecnológico, com a presença de representantes de vários setores, várias instituições ligadas a esse setor. E agora, no momento aqui das palavras das pessoas que estão aqui conosco, gostaria então de solicitar falar o nome e a instituição, por favor.

8/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. CARLOS SHINODA (Para expor.) - O.k. Desculpe, porque eu estou um pouco gripado. Fiquei dois dias acamado, mas eu fiz questão de estar aqui hoje, Senador.

Fiquei muito feliz pela criação da Frente Parlamentar. Eu queria citar só alguns dados que merecem uma reflexão, quando nós falamos de educação. O primeiro ponto é que nós temos 4,5 milhões de brasileiros no exterior. Isso não é pouco e significa 15 estados brasileiros. Então, nós não temos representantes no Congresso, nem na Câmara dos Deputados nem no Senado. Então, isso dificulta muito esse processo. Então, esse é um primeiro ponto. Nós temos 4,5 milhões de brasileiros que estão no exterior. No Japão, nós temos 220 mil, e 40 mil crianças. Isso é muito sério. No Japão, nós estamos há 30 anos caminhando nesse processo.

O segundo ponto é o que significam esses 4,5 milhões de pessoas, de brasileiros que estão lá fora? Significam 4,7 bilhões que vêm para o Brasil graças à força de trabalho desses brasileiros. O brasileiro não está lá para fazer turismo, ele está lá para trabalhar. Então, infelizmente, Senador, a isso não é dada a devida atenção, porque nós não temos uma política de Estado; nós temos todo um procedimento perante o Ministério das Relações Exteriores, mas não temos quando se trata da questão da educação, da saúde.

Depois de quase 20 anos, Senador, nós tivemos, em 2012, o primeiro acordo da previdência, ou seja, em 20 anos, os brasileiros no Japão não pagavam, e hoje, 2023, a maioria dos brasileiros não têm como se aposentar, porque não contribuíram. Então, esse é um ponto muito complicado.

E eu queria só destacar, Senador, que eu deixei um exemplar no gabinete do Senador. O título dessa publicação é *MEC no Japão*. Infelizmente, do lado brasileiro, não se tem conhecimento de que o MEC está, desde 2009, desenvolvendo ações - nós temos 11 pareceres e quatro resoluções, desde 2009 - que envolvem educação infantil, fundamental e médio, o EJA, o Enceja e a educação técnica. Então, desde 2009. O último parecer é de 2013. Então, esse é um ponto muito importante.

Em termos de normatização, Senador, não há nenhum problema em desenvolver ações no exterior. Não tem que passar mais pelo Conselho Nacional de Educação, não tem que passar pelo MEC, não tem que passar pela Secretaria de Tecnologia. Em termos de leis, nós somos especialista em criar; fazer cumprir essa lei é um outro problema. Então, eu fico muito feliz de estar hoje aqui, com essa criação. E quem sabe possamos avançar um pouco!

Por último, o que eu quero comentar é que nós, 4,5 milhões de brasileiros que estamos fora, só votamos para Presidente, infelizmente, porque eu tenho certeza de que, se nós votássemos para Senador, para Deputado, para Governador, para Prefeito, essa questão não estaria desse jeito, como nós temos hoje. Infelizmente.

Nós tivemos, na primeira década, Senador, depois eu posso encaminhar um relatório, 1,2 mil brasileiros presos no Japão - brasileiros. Na época, foi uma Comissão do Senado, tentou resolver; não conseguiu resolver. Por conta disso, fizemos uma parceria com a Toyota. Depois, o Senai e o Senac também estiveram lá. Nós tivemos a presença do Senai de Minas e do Senac de Santa Catarina, através de uma iniciativa particular. Temos 30 escolas brasileiras, todas particulares. Precisamos do apoio do Governo para desenvolver esse trabalho, porque não é fácil.

Então, essa Frente Parlamentar vem em boa hora e eu, como professor, quero continuar esperançoso de que um dia nós vamos mudar alguma coisa para os brasileiros lá fora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado. Obrigado, Prof. Carlos Shinoda.

Aliás, o senhor trouxe um ponto bastante interessante: eu vejo aí uma possibilidade de conexão com outro tipo de instituição parlamentar aqui, que pode ajudar muito nisso. Inclusive, eu já vou começar a movimentar isso dentro daquelas em que eu tenho ingerência, que são os grupos parlamentares entre países. Esses grupos parlamentares são montados justamente com a ideia de promover o desenvolvimento de projetos entre os dois países, de solução de problemas também e para aproveitar oportunidades. Eu sou o Presidente do Grupo Brasil-República da Coreia, eu sou Vice-Presidente do Grupo Brasil-Estados Unidos e também o Presidente do Grupo Brasil-União Europeia. E a ideia é justamente que nós possamos resolver esses casos. Eu não sei - eu preciso pesquisar - quem é o Presidente ou quem é o Parlamentar responsável pelo Grupo Brasil-Japão. Tenho certeza de que existe, mas eu não sei quem é. Então, a gente precisaria descobrir isso aí para propor já essa pauta, para que seja tratada também.

E eu gostaria de pedir a sua ajuda para, assim que a gente descobrir quem é o representante desse grupo, a gente colocar em prática isso aí. Esta é a ideia justamente dessas conversas que nós temos: buscar ideias, soluções, para que a gente possa ter o melhor funcionamento, afinal de contas, aqui é o que representa a população brasileira - aqui e fora também. Importante isso aí. (*Pausa.*)

Pois não.

9/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. ROBERTO MUNIZ (Para expor.) - Boa tarde. Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Quero aqui trazer o abraço do Presidente da CNI, Ricardo Alban, que pediu que eu viesse aqui abraçá-lo, parabenizá-lo pela iniciativa. Tive a oportunidade de sentar aqui também, no banco desta instituição tão importante para o Brasil, que é o Senado. Uma iniciativa dessa reverbera profundamente no futuro do país.

Eu não queria falar de futuro sem imaginar fazer uma viagem - você fez uma viagem pelo espaço, Senador - no tempo. Eu fico a imaginar que, lá na década de 40, mais precisamente em 1942, quando o Senai, Gustavo, foi fundado, iniciou-se, eu fico imaginando homens e mulheres, como estamos aqui, conversando e dizendo: "Poxa, quem sabe algum dia a gente vai poder ter, nos bancos das nossas salas, alguém que se forme aqui e se torne um astronauta?". Eu imagino que a gente está fazendo um pouco disso, o senhor está dando a oportunidade de a gente criar um futuro para o país à sua frente, porque parece que o destino traz algumas coisas importantes na vida da pessoa sem a pessoa saber. A gente não manda em tudo que a gente deseja; o destino acontece, não é? E eu fico imaginando os professores do Senai vendo a sua chegada como astronauta, e aqui, ao Senado Federal, e também a do Senador Paim - o Senador Paim também inicia a vida profissional dele através dos bancos do Senai.

Então, eu queria parabenizar a sua iniciativa, dando você próprio como grande exemplo da importância dessas instituições para o Brasil, você e o Senador Paim, com que eu tive a oportunidade de aprender muito aqui nesta Casa, e dizer que muitos pains, muitos marcos pontes passarão por essas instituições aqui, e a gente precisa de que mais Senadores se comprometam com essa causa e com essa bandeira.

Parabéns, Senador Marcos Pontes! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, ex-Senador Roberto Muniz, representando aqui - ele é o Diretor de Relações Institucionais - a Confederação Nacional da Indústria, aqui conosco, muito importante.

Palavra aberta. (*Pausa.*) Ninguém? (*Pausa.*) Não? (*Pausa.*)

Pois não. (*Pausa.*)

É importante falar no microfone, para ficar registrado para o pessoal poder ouvir lá também.

O SR. THALES ENRIQUE QUIROZ TAPIOCA (Para expor.) - Boa tarde, Senador. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

Meu nome é Thales Enrique Quiroz Tapioca. Eu fui homenageado agora na parte da manhã; me sinto muito honrado pela homenagem.

E falando agora como Diretor de um colégio técnico industrial, no caso, o meu colégio pertence à Unesp, nós somos três colégios na Unesp, nós estamos em Guaratinguetá, Bauru, cidade do senhor, e Jaboticabal; temos ainda dois colégios pela Unicamp: o Cotuca e o Cotil; temos um colégio em Lorena, pela USP; e os seis colégios carecem muito de estrutura para deixar os nossos alunos, no mercado de trabalho, mais competitivos e mais capacitados, nós tivemos uma reunião, há dois meses, dois meses e meio, com os colégios técnicos das universidades públicas, os seis colégios, e temos os mesmos problemas: muita falta de estrutura.

Talvez um curso de capacitação para os professores... As Etecs e Fatecs têm isso. O meu Vice-Diretor é um professor da Etec, e elogia muito as ETECs e FATECs. E a gente coloca, só o meu colégio coloca 120 alunos no mercado de trabalho todo ano, e a gente carece de uma formação melhor e mais competitiva. Dos 120 alunos, eu tenho, por exemplo, dois ou três que sempre vão para o exterior, como técnicos. Eu tenho alunos que fazem o estágio e não podem largá-lo porque o dinheiro do estágio é o que sustenta a família, só que eu só posso segurar esse aluno por dois anos. Se eu tivesse uma capacitação melhor, equipamentos melhores para poder dar a esse aluno para ele servir melhor às empresas e indústrias, que hoje são muito mais competitivas, não só aqui como fora, isso aconteceria de uma maneira muito melhor para todos nós.

O brasileiro não tem igual. Se nós temos um astronauta brasileiro, nós podemos ter muito mais. E a gente quer isso como brasileiros. Acho que os colégios técnicos e as indústrias, o Sistema S, como foi falado, capacitam muito - muito - esses brasileiros, mas nós precisamos de ainda mais. E a criação dessa Frente Parlamentar acho que é fundamental e dá um alento muito maior para todos os colégios, o Sistema S e tudo mais, para todos os que participam da formação desse aluno técnico e profissionalizante.

Senador, muito obrigado pela oportunidade.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, professor.

10/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Antes de terminar, eu gostaria também de dar um depoimento aqui sobre a importância - eu falei de manhã, mas é sempre importante a gente ressaltar, como o nosso Roberto Muniz disse aqui -, a capacidade que têm os cursos técnicos de transformar vidas.

Eu quero começar parabenizando todas as instituições que estão aqui representadas pelo esforço que fazem no seu exercício do dia a dia, trazendo essa oportunidade para esses jovens. Lógico que eles precisam dar sua contribuição no sentido do seu esforço de acompanhar os cursos, de buscar a excelência através desses cursos - correr atrás, vamos chamar assim, da forma mais simples que a gente costuma dizer -, mas o fato de nós termos instituições no Brasil com essa disponibilidade é muito importante. E, para isso, essas instituições têm que ser apoiadas: apoiadas pelo Executivo, apoiadas pelo Legislativo, apoiadas pelas empresas. A gente já tem a CNI aqui, que faz esse trabalho, todas as empresas do setor de comércio também, de serviços. Nós não temos aqui conosco agora, mas, de manhã, estava também um representante do Senar, então, as empresas do setor do agronegócio.

E, para aqueles que estão nos assistindo, possivelmente há empresários nos assistindo também, lembrem-se de que, para que nós tenhamos a continuidade de qualquer tipo de desenvolvimento de tecnologia ou negócio no país, a tecnologia em si, o equipamento é importante, mas as pessoas são muito mais importantes, os profissionais. E nós precisamos motivar os nossos jovens desde o início, desde lá da educação fundamental, para que eles gostem de ciência, tecnologia. Por que estou falando de ciência e tecnologia? Porque, se a gente reparar, hoje em dia, nós já temos basicamente todos os setores com uma dependência bastante grande de ciência e tecnologia, e, daqui para frente, vai ser cada vez maior. Eu já presidi várias vezes várias audiências públicas aqui falando sobre inteligência artificial, eu sou o Vice-Presidente da Comissão, e nós vemos que isso vai ser exatamente o futuro de cada um. Então, nós precisamos ajustar a formação dos nossos jovens para esse novo ambiente em que eles vão viver, trabalhar e empreender. E é muito importante a dedicação de cada um.

Então, para aqueles empresários que estão assistindo: se você quer a continuidade do seu negócio, se você quer a continuidade com o desenvolvimento do setor com que você trabalha, incentive os cursos de formação tecnológica, os cursos profissionalizantes, porque é dali que vai sair o futuro, e esse futuro acontece rápido.

Hoje a gente já vê, como foi falado aqui, que os jovens se formam, seja no curso técnico, seja no curso superior, já com um *gap* em relação à tecnologia daquele momento. Então, a gente precisa pensar em como ser ágeis na formação, com um contato muito mais próximo do setor produtivo, para ter resultado ou na necessidade, nas demandas mais próximas e trabalhar nesse sentido.

Eu quero dizer que podem contar 100% comigo aqui no Senado, assim como com os outros Senadores - eu não posso falar por todo mundo, mas posso falar pelo Paulo Paim, que está aqui sempre, junto comigo, batalhando pelas pautas da educação. Nós precisamos ter a presença desses Parlamentares aqui do Senado e da Câmara dos Deputados. A junção desses esforços vai nos dar ótimos resultados.

Só quebrando um pouquinho o protocolo do final, aqui eu abro a palavra novamente para a Sra. Patrícia, do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, por cinco minutos.

A SRA. PATRÍCIA MACEDO (Para expor.) - Eu gostaria de agradecer novamente o senhor pela oportunidade, pelo privilégio de estar podendo participar aqui, com esse grupo tão seletivo, de uma discussão tão importante que é a da educação profissionalizante. O Liceu, felizmente, já tem, os alunos já têm esse contato com o ChatGPT, a IoT, a Indústria 4.0, a inteligência artificial, porque, como eu falei hoje de manhã, nós temos uma indústria que mantém o colégio, então, essa parte tecnológica é bastante avançada. Mas eu acho que, de tudo que nós ouvimos hoje, nós temos que acabar com o estigma de que educação técnica é para pessoas que não têm condições ou não têm capacidade de fazer um curso superior. Acho que esse também é um desafio para todos nós.

Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

O Liceu está de portas abertas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Sra. Patrícia.

Antes de encerrar, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença e pelas notas taquigráficas.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

11/12



Reunião de: 13/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Não havendo mais nada a tratar, cumprida a finalidade desta nossa sessão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião, com votos de sucesso a todos. Espero que participem da nossa próxima reunião da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 15 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE





**SENADO FEDERAL
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE JUVENTUDE**

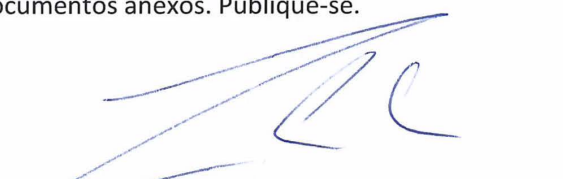
1ª REUNIÃO DE 2023

**VINTE E SEIS DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO
PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2023 da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Pública de Juventude, realizada em vinte e seis de outubro de 2023, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Coelho, com o seguinte resultado:

1. Instalada a Frente Parlamentar;
2. Eleita a Comissão Executiva;
3. Retificado o Estatuto;
4. Realizado o debate sobre políticas públicas para geração de emprego e oportunidades aos jovens.

Tudo conforme documentos anexos. Publique-se.



Senador **IRAJÁ**
Presidente



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 26 de outubro de 2023
(quinta-feira)
às 10h

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE JUVENTUDE - FPJOVEM

PRESIDENTE: Senador Irajá

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9



Resultado da 1ª Reunião da FPJOVEM, em 26 de outubro de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

1. Instalação da Frente Parlamentar;
2. Eleição da Comissão Executiva;
3. Ratificação do Estatuto;
4. Fomentar o debate sobre políticas públicas para geração de emprego e oportunidades aos jovens.

Participantes:

Sra. Jessy Dayabe

Secretária Nacional da Juventude Adjunta

Representante de: Ronald Sorriso, Secretário Nacional da Juventude

Sr. Gustavo Gama

Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude

Sra. Nádia Garcia

Representando as Juventudes Partidárias a Secretária Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores

Deputada Camila Jara**Deputada Dandara**

- Resultado:**
1. Instalada da Frente Parlamentar;
 2. Eleita da Comissão Executiva;
 3. Retificado do Estatuto;
 4. Realizado o debate sobre políticas públicas para geração de emprego e oportunidades aos jovens.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPJOVEM, 26/10/2023 às 10h - 1ª, Reunião

Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
ALESSANDRO VIEIRA	
ANGELO CORONEL	
CHICO RODRIGUES	
CID GOMES	
CONFÚCIO MOURA	
DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO GOMES	
ESPERIDIÃO AMIN	
FABIANO CONTARATO	
FLÁVIO ARNS	
FLÁVIO BOLSONARO	
HUMBERTO COSTA	
IRAJÁ	
IZALCI LUCAS	PRESENTE
JAYME CAMPOS	
JORGE KAJURU	
LUIS CARLOS HEINZE	
MARCELO CASTRO	
MARCIO BITTAR	
MARCOS DO VAL	
MECIAS DE JESUS	
NELSINHO TRAD	
OTTO ALENCAR	
PAULO PAIM	
PLÍNIO VALÉRIO	
RANDOLFE RODRIGUES	
RODRIGO PACHECO	
ROMÁRIO	
STYVENSON VALENTIM	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
WEVERTON	
DANIELLA RIBEIRO	
ELIZIANE GAMA	
LEILA BARROS	
MARA GABRILLI	
SORAYA THRONICKE	
ZENAIDE MAIA	
JORGE SEIF	
DAMARES ALVES	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
FPJOVEM, 26/10/2023 às 10h - 1ª, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
BIA KICIS	
ELCIONE BARBALHO	
GREYCE ELIAS	
NATÁLIA BONAVIDES	
CARLOS JORDY	
CÉLIO STUDART	
CEZINHA DE MADUREIRA	
CHARLES FERNANDES	
DOMINGOS NETO	
FILIPPE BARROS	
FRED COSTA	
GENERAL GIRÃO	
GLAUSTIN DA FOKUS	
ZÉ HAROLDO CATHEDRAL	
HELIO LOPES	
JOAQUIM PASSARINHO	
JÚNIOR FERRARI	
LUCIANO BIVAR	
MARCOS PEREIRA	
MISAEEL VARELLA	
MOSES RODRIGUES	
NEWTON CARDOSO JR	
SIDNEY LEITE	
SILVIO COSTA FILHO	
VERMELHO	
LUIZ GASTÃO	
ICARO DE VALMIR	
CAIO VIANNA	
CAMILA JARA	
DANDARA	

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

26/10/2023 - 1ª - Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a 1ª Reunião da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 26 de outubro de 2023.

Até o momento, esta frente conta com a adesão de 38 Senadores e 27 Deputados Federais.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor a frente que os termos de adesão estão disponíveis junto à Secretaria e também na página da frente no *site* do Senado Federal.

Esta reunião destina-se: item 1, à instalação da frente; item 2, à eleição da comissão executiva; item 3, à ratificação do estatuto; item 4, a fomentar o debate sobre políticas públicas para a geração de empregos e oportunidades aos jovens.

Convido para compor a mesa - já antecipei - a Deputada Federal Camila Jara; a Sra. Jessy Dayane, Secretária Nacional da Juventude Adjunta - seja muito bem-vinda, uma salva de palmas -; (*Palmas.*) o Sr. Gustavo Gama, Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude; (*Palmas.*) a Sra. Nádia Garcia, representando as juventudes partidárias da Secretaria Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores; (*Palmas.*) e a Deputada Dandara, que já está aqui ao nosso lado - muito bem-vinda novamente, é um prazer revê-la.

E a minha colega no Senado Federal, a Senadora Damares, também seja muito bem-vinda, obrigado pela sua presença, assim como a imprensa presente e as nossas lideranças da juventude.

Coloco em deliberação a proposta de composição da comissão executiva com os seguintes nomes desta Comissão: eu terei a honraria de poder estar na Presidência pelo Senado Federal, se assim vocês aprovarem; como Vice-Presidente da nossa Frente da Juventude... (*Pausa.*)

Vou ler todos os nomes aqui para não cometer nenhum... (*Pausa.*)

Já, já sai. (*Pausa.*)

Vamos lá! Agora, sim. Seriam, então: como Presidente, eu teria a honraria, a oportunidade de poder estar conduzindo aí os trabalhos; como Vice-Presidente, a Camila, que está aqui ao meu lado direito - vai ser uma honra poder dividir com você, Camila, esta responsabilidade - e é Deputada Federal; o Segundo-Vice-Presidente é o Senador Weverton Rocha, do PDT - a Camila é do Partido dos Trabalhadores -; o Terceiro-Vice-Presidente é o Deputado Federal Túlio Gadêlha, do partido Rede; Primeiro-Secretário, Aliel Machado, do PV, Deputado Federal; Segundo-Secretário, João Campos, também Deputado Federal do PSB; e Terceiro-Secretário, o Senador Nelsinho Trad, do PSD, que é o mesmo partido meu. (*Pausa.*)

Confundiram aqui. Ainda bem que a Camila viu. Não é o João Campos, é o Pedro Campos - e eu conheço o Pedro. Nossa, ainda bem que você corrigiu - viu, Camila? - em tempo aqui.

Quarta-Secretária, Deputada Federal Iza Arruda, do MDB; Quinto-Secretário, Deputado Federal Pastor Henrique Vieira; Coordenador na Câmara dos Deputados...

Está em aberto ainda, Gustavo? (*Pausa.*)

1/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Deputada Daiana, do PCdoB; como Coordenadora no Senado Federal, a Senadora Leila do Vôlei, do PDT. É isso? *(Pausa.)*

Eu acho que não faltou ninguém.

Bom, coloco em deliberação o regulamento interno, que está disponível para consulta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a nossa Comissão Executiva.

Agora eu queria franquear a palavra para as senhoras e os senhores convidados. Cada um terá o tempo sugerido de cinco minutos, claro que flexível - algum tempo a mais do que esses cinco minutos -, mas, se for possível, a gente conseguir... para que todos possam também ter oportunidade de se manifestar, eu fico agradecido - se todos puderem atender essa sugestão.

Então, eu vou passar a palavra para a nossa Vice-Presidente, a Deputada Camila Jara.

A SRA. CAMILA JARA (PT - MS) - Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Eu queria dizer que hoje é um momento muito importante. Primeiro, porque a gente olha para essa plenária e vê várias pessoas conhecidas, de luta, que estiveram junto com a gente - não é, Dandara? - nos movimentos estudantis, lutando para que a juventude conseguisse o espaço de representação. Isso é fundamental.

No ano passado, saiu uma pesquisa que dizia que mais da metade dos jovens brasileiros sonhava em morar no exterior. Isso é muito grave. Por que o nosso país não conseguiu preparar e dar conta de políticas públicas que fizessem com que o nosso jovem visse no nosso país uma perspectiva de construção de futuro?

E é por isso que essa frente já se inicia com uma grande responsabilidade, Senador: a responsabilidade de fazer com que todos os jovens do nosso país se sintam acolhidos pelo Estado e vejam, na efetividade das políticas públicas, todos os seus anseios e as suas demandas sendo atendidos. Que a gente consiga pensar como vai incluir o jovem que está distante aqui do poder decisório de Brasília, que está na periferia, os jovens que estão nas comunidades quilombolas, que estão aldeados.

Essa juventude precisa se ver nos espaços de poder e, mais do que isso, precisa sentir que o Estado está presente na vida dela, oferecendo oportunidade igual de desenvolvimento para todas e todos. E é por isso que a gente, em conjunto, não só quem está aqui nessa mesa - não é, Nádia? -, mas todos nós temos a responsabilidade de pautar o Governo Federal, pensar projeto de lei que faça com que a gente realmente tenha capacidade de executar as políticas para a juventude. Porque só assim, tendo mais jovens nesses espaços, pautando essas realidades, a gente vai fazer com que o Brasil consiga ser um país de oportunidade e fazer com que, daqui a quatro anos, a pesquisa seja refeita e a gente veja que nossos jovens sonham em ficar aqui, porque a gente vai ter um país que olha para eles e entende que a oportunidade de emprego é fundamental, que a oportunidade de geração de renda, de estar dentro da universidade e permanecer é fundamental, mas, mais do que isso, que todas as existências sejam respeitadas no nosso país.

Muito obrigada.

O nosso mandato está à disposição, e contem com a gente! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito bem, Deputada Camila Jara. Eu queria agradecer a sua manifestação, as suas considerações também.

E, neste momento, eu queria também convidar a nossa Deputada Dandara para fazer aqui as suas colocações.

A SRA. DANDARA (PT - MG) - Obrigada, Senador.

Querida saudar em especial a juventude que está aqui nos acompanhando e fortalecendo tantas lutas importantes. Nós tivemos uma grande vitória esta semana que foi a aprovação, aqui no Senado, da continuidade, do aperfeiçoamento da Lei de Cotas, e foi fundamental contar com tantos parceiros, companheiros, companheiras, como estou vendo aqui, agora, neste plenário, naquela articulação de porta em porta, gabinete em gabinete, para de fato explicar para os Senadores a importância da lei que mais democratizou o acesso ao ensino superior no nosso país, da lei que mais democratizou e possibilitou que a universidade se pintasse de povo. Então, muito obrigada.

Também quero saudar a Jessy e dizer que ela está muito bonita naquela campanha contra a misoginia do Ministério das Mulheres - eu adorei te ver lá, garota-propaganda -; também a minha Secretária de Juventude do PT, Nádia, que faz uma gestão incrível e que está deixando já um legado muito importante para o PT, para a nossa juventude, com tantos

2/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Parlamentares eleitos - ano que vem tem eleição municipal, e nós estaremos aí, de novo, fortalecendo as candidaturas jovens -; Camila, minha grande companheira de lutas, batalhas.

Olha, gente, até pouco tempo atrás, a gente dizia de uma juventude nem-nem - vocês se lembram disso? -: a juventude que nem trabalha nem estuda. Mas são muito importantes as reflexões que os movimentos de juventude fizeram para a gente, de fato, perceber que, na verdade, é uma juventude "sem-sem": sem trabalho, sem estudo, sem direito trabalhista, sem oportunidades, sem direitos garantidos, sem condições básicas de sobrevivência, para a gente também mudar e alterar o ponto de vista; de onde estamos olhando, e o que nós estamos, de fato, enxergando, em especial no pós-pandemia, com a precarização da vida.

Eu estou muito feliz, porque nós conseguimos renovar a Lei de Cotas, mas é muito importante a gente olhar para as nossas salas de aula. Nas universidades, os institutos federais têm cursos que estão com 40% da sala vazia; há uma juventude que ainda não conseguiu retornar para a sala de aula, porque virou arrimo de família, porque voltou para a sua cidade. A quantidade de jovens hoje no subemprego, trabalhando nos aplicativos, em que nem o acidente de trabalho é considerado acidente de trabalho - o entregador, o motoqueiro está lá e, se sofre um acidente, fratura, perde a moto, tem que arcar com tudo sozinho -; a quantidade de meninas jovens que hoje estão em situação de extrema vulnerabilidade, mães solo sem conseguir acessar o direito à creche, vivendo relacionamentos abusivos, sem ter inclusive uma rede de acolhimento é muito grande.

Por isso, eu acho, Irajá, que a responsabilidade desta frente é nos conduzir numa agenda de direitos para a juventude; é a gente apontar para o século XXI; é a gente conseguir conectar as lutas do passado com as demandas do presente, mas com um olhar lá longe, no legado que nós queremos deixar para a juventude brasileira pelos próximos 10, 20 anos. Esse é o papel da nossa geração.

E, ao construir uma agenda de direitos conectada com os desafios do nosso povo, da juventude, nós vamos precisar, sem dúvida, combater todas as formas de opressão, porque o machismo, o racismo, a misoginia, a LGBTfobia, são também opressões que estão hoje precarizando muito a vida da juventude e estão conectadas com essa agenda geracional da juventude. Não são coisas isoladas ou pontuais; são estruturais e estruturantes da nossa sociedade.

(Soa a campainha.)

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG) - Mas já vi que esta frente tem uma composição diversa, ampla, com muitos partidos e lideranças envolvidos, e que vai, sem dúvida nenhuma, render muitos frutos para a Câmara e para o Congresso Nacional. O debate que a gente faz aqui já tem também um acúmulo na Câmara. Ao trabalhar juntos, Deputados e Senadores fazem o processo legislativo avançar demais. E é isso que nós queremos.

Muito obrigada.

Viva a juventude brasileira! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito obrigado, Deputada Dandara também. Olha, gostei do "sem-sem" - eu não tinha ouvido ainda. Infelizmente, é verdade.

Queria passar a palavra para a nossa Senadora Damares, para suas considerações.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) - Bom dia! Bom dia a todos.

Talvez alguns fiquem assim: "Mas o que essa senhorinha está fazendo aqui?". Eu vim para ajudar, Senador - vim para ajudar.

Quero cumprimentar a mesa.

Eu estou preocupada. A gente vai precisar avançar muito na pauta das políticas para a juventude - Secretária, não tive ainda a oportunidade de estar contigo, mas meu gabinete está à disposição do Conjuve, da Secretaria - e trazer outros jovens para o debate. Eu tenho uma juventude que ainda não está sentando com vocês para conversar política pública, e eu queria muito que essa juventude estivesse com vocês. São os jovens evangélicos. Esses meninos são milhões no Brasil, e eu queria trazê-los mais para perto de vocês, trazê-los para pensar políticas públicas com vocês. São meninos queridos demais. Tentei fazer isso quando era Ministra, mas ainda existia uma certa resistência deles mesmos. Então, agora, vocês podem trazê-los.

Nós estamos num momento aqui para o qual a gente tem que ter uma atenção especial, Senador. Eu ia solicitar para a gente pensar num pequeno encaminhamento. Começamos ontem a discutir o relatório da reforma tributária aqui no Senado. Ele está caminhando muito rápido, e esse debate não pode acontecer sem vocês todos com a gente. Eu estou muito preocupada com a reforma, com a forma com que vai alcançar todos vocês. Então, a gente tem aí um dever de casa nos próximos dias,

3/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

de os meninos sentarem com a gente, lerem o texto que o Relator está apresentando, verem se ainda tem adequações para a gente fazer como Secretaria, como Conjuve. E aí, a frente parlamentar, junto com vocês, lutará por essas adequações.

Estou muito preocupada. Então, eu quero estar na frente como essa vovó que está preocupada com a nossa juventude nos próximos anos.

Senador, que bom que é o senhor!

O Senador Irajá, para aqueles que não o conhecem, é um líder nesta Casa. É um líder respeitado, é um líder que todo mundo ouve. Que bom que ele esteja na condução!

Então, eu estou à disposição. Eu venho apenas para compor, para ficar aqui quietinha, ser acionada. Se tiver que fazer barulho, eu também sei fazer barulho. Eu já fui jovem, gente! Eu já fiz barulho também. Então, é para a gente estar junto.

Parabéns, Senador, pela frente!

Deputada Dandara, esta semana a gente esteve aí nos corredores. Foi muito bonita a vitória.

Deputada Camila, eu não a conhecia, mas eu estou à disposição. Vamos embora!

E, claro, uma preocupação que é minha - todo mundo sabe que é uma pauta do coração - é a saúde emocional dos nossos meninos. Eu quero pensar muito com o senhor sobre isso. Os meninos estão chegando, e a gente sabe que, especialmente nesse pós-pandemia, há muitos meninos e meninas, muitos jovens ainda precisando ser acolhidos.

Então, eu estou aqui à disposição, Senador. Que Deus o abençoe! Vamos embora! Vamos embora fazer desta frente a mais alegre, a mais barulhenta, quando preciso, mas uma frente bem propositiva. Conte comigo, Senador.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá, PSD - TO) - Muito bem. Eu que fico muito honrado, Senadora Damares, de ter você aqui conosco, participando ativamente. Vamos precisar muito da sua ajuda, da sua experiência como Ministra de Estado; a senhora, que já milita na juventude sempre na sua carreira política, pessoal, enfim, na sua formação. Eu fico super lisonjeado com o seu elogio. Muito obrigado. Para mim é uma honra poder estar aqui à frente deste desafio enorme que é estar ajudando a construir uma frente que seja muito ativa dentro do Senado Federal. Assim como há outras frentes ativas, nós precisamos fazer desta frente uma das mais e - por que não? - a mais produtiva. Então, queria muito que V. Exa. me ajudasse, nos ajudasse a apresentar bons projetos. Antes de a senhora falar, eu falei muito disso, que a gente precisa abraçar alguns projetos que já estão andando na Casa, que são prioridades para a nossa juventude, mas nós precisamos também apresentar novos projetos. E nós estamos abertos a sugestões, a críticas e, também, a contribuições que a nossa juventude e os nossos Líderes podem nos apresentar. Então, muito obrigado. Mais uma vez, é um prazer poder ter a sua companhia aqui.

Eu queria passar a palavra agora para a Sra. Jessy Dayabe, que é a nossa Secretária Nacional da Juventude.

A SRA. JESSY DAYABE (Para expor.) - Bom dia a todas as pessoas!

Quero cumprimentar aqui o Senador Irajá, agora Presidente; a Deputada Camila, Vice; a Deputada Dandara; o Secretário-Geral do Conjuve, do qual eu tenho a honra muito grande de ser a Vice-Presidente; o Gustavo; a Nádia Garcia, Secretária Nacional da Juventude do PT, que está aqui representando as juventudes partidárias e também é uma grande companheira, parceira de muitas lutas.

Quero cumprimentar todo mundo que está aqui no Plenário prestigiando este momento, que de fato é um momento muito importante para o país e para a juventude brasileira. Vejam, hoje a população jovem representa cerca de um quarto da população do nosso país. E, entre 2010 e 2020, a gente viveu o que a gente chama de bônus demográfico, que é o momento em que o país tem que aproveitar essa população jovem para alavancar a economia, para desenvolver o país, para conseguir inclusive combater as desigualdades sociais a partir desse desenvolvimento. E o que a gente vê, quando vai analisar os dados da juventude, é que a gente tem uma juventude que hoje está desempregada, porque os índices de desemprego na juventude são o dobro dos índices gerais da sociedade, e, quando ela está no trabalho, ela está no trabalho precário, do subemprego, como a Dandara citou aqui; a evasão escolar aumentou; a gente tem também uma desesperança - digamos assim - da juventude em relação ao sonho de cursar uma universidade, porque no último Enem a gente teve o menor número de inscritos da história, desde que existe Enem, ou seja, o jovem perdeu a perspectiva de entrar na universidade, e por isso deixou de se inscrever no Enem.

Eu estou fazendo questão de trazer esses dados, assim como a Dandara citou aqui os "sem-sem", porque há uma pesquisa que fala que o Brasil é o segundo país do mundo com mais jovens sem estudo e sem trabalho. É um dado alarmante, porque nosso país tem riqueza e possibilidade de assegurar que nosso jovem tenha trabalho, tenha renda, tenha educação. E é inadmissível que a gente não invista nessa população para desenvolver o país e para assegurar os seus direitos plenos.

4/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Estou fazendo questão de alertar isso porque a gente está agora começando a envelhecer o país, mas ainda há tempo. A gente ainda pode consolidar os direitos dessa juventude, investir, desenvolver plenamente essa juventude e contribuir para o desenvolvimento do nosso país. Eu acho que esse é o papel desta frente. Então, de fato é uma grande responsabilidade, porque a gente ainda tem tempo de investir nessa enorme população - um quarto do nosso país - para que a gente consiga, além de assegurar o que é direito, também contribuir para o nosso desenvolvimento. Eu acho que esse é um papel fundamental que esta frente precisa cumprir.

Para nós da Secretaria Nacional de Juventude isso aqui significa uma retomada do diálogo com esta Casa, com o Congresso Nacional, com os Parlamentares, e faz parte de um processo, que a gente fez desde o começo do ano, de rearticulação de uma rede para consolidar a política pública de juventude. Este ano a gente completou dez anos do Estatuto da Juventude, o que para nós é uma conquista, é uma vitória, é motivo de comemoração, porque a gente conseguiu fazer com o que o Estado reconhecesse a juventude como sujeito de direitos, mas também é um momento de reflexão, porque muito pouco do que está ali escrito se tornou concreto na vida real lá do jovem que está na periferia. Então, este é o nosso desafio: como é que esta frente consegue, com os governos estaduais, com o Governo Federal, com todos os atores e atrizes, consolidar aqueles direitos que estão ali escritos no estatuto e torná-los realidade concreta na vida da juventude? Então, esta frente aqui para nós significa essa retomada do diálogo com os Parlamentares.

Inclusive, eu queria aqui cumprimentar a Dandara, cumprimentar a Sofia pela UNE, pela vitória, pela conquista da aprovação da nova Lei de Cotas...

(Soa a campanha.)

A SRA. JESSY DAYABE - ... que significa, sim, abrir portas para a juventude negra, para a juventude pobre, para a juventude periférica, e toda a luta do movimento estudantil brasileiro, que ocupou as ruas por essa conquista.

E queria trazer também outras movimentações, outras iniciativas que nós fizemos, enquanto Secretaria de Juventude, nesse sentido de rearticular essa rede. Então, tem esta frente parlamentar, que hoje está se consolidando e é uma grande conquista para a gente. A gente também retomou o Coijuve, que é um espaço de diálogo com os ministérios, para que a gente consiga construir a política pública da juventude como ela deve ser, de forma transversal, intersetorial, em diálogo com todo o Governo brasileiro. A gente também retomou o Fonajuv, que é um fórum de gestores estaduais. Com isso, a gente retoma o diálogo com os gestores de cada estado, o que também é uma forma de a gente fazer com que a política pública da juventude se enraíze em todo o país. E a gente também retomou, fortaleceu, regulamentou o Conjuve, cresceu, dobrou o tamanho do Conjuve, e retomou o diálogo com a sociedade civil, que é a parte, na nossa avaliação, mais importante.

Eu queria tocar nesse assunto aqui, porque a gente vai ter a 4ª Conferência Nacional da Juventude, que vai ser agora em dezembro, aqui em Brasília. Já está em curso, neste momento: quase toda a SNJ está rodando, acompanhando as etapas estaduais; o Conjuve também acompanhando as etapas estaduais; já aconteceram as municipais, e agora vêm as temáticas, as digitais. Enfim, é um grande processo de mobilização e escuta da sociedade civil para elaborar, formular, orientar a política pública de juventude no Brasil.

E eu queria reafirmar que esta Casa também precisa produzir a política pública de juventude a partir do sujeito, a partir da juventude.

Então, o resultado dessa Conferência Nacional, cuja resolução vai sair em dezembro, deve orientar os debates desta frente, porque a gente não pode fazer política para juventude sem escutar a juventude.

Esse processo de conferências que a gente está construindo, o Conjuve, esse diálogo com a sociedade civil são fundamentais para que a gente construa uma política pública de juventude que, de fato, corresponda, dialogue com a realidade concreta do jovem, que sente na pele todas as dificuldades, todos os dilemas e que tem anseios. E esta Casa deve responder a esses anseios.

Para a gente, isto aqui sela um grande movimento de construção de uma rede, de fato, forte, articulada, que seja capaz de reconstruir e de consolidar as políticas públicas de juventude que mudem a realidade da juventude e que desenvolvam o nosso país.

Então, bom trabalho a todo mundo que vai estar engajado aqui nesta frente.

E contem com a Secretaria Nacional de Juventude. Contem com o Conselho Nacional da Juventude. Estaremos à disposição para fortalecer e consolidar os direitos da juventude brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito obrigado, nossa Secretária Jessy Dayane, por todos os dados que trouxe, que são muito complementares ao que foi dito anteriormente.

Passo a fala ao Sr. Gustavo Gama, Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude, por cinco minutos.

5/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. GUSTAVO GAMA (Para expor.) - Obrigado, Senador Irajá, Presidente, meu amigo da Frente Parlamentar de Juventude.

Inicialmente, quero dizer da nossa alegria pela reinstalação da frente.

Cumprimento a nossa Vice-Presidenta, Deputada Camila, com quem tive a alegria de encontrar nos Diálogos Amazônicos, em Belém.

Cumprimento a Deputada Dandara, cuja fala acompanhei, na sessão solene em alusão ao mês da juventude, aqui no Senado também.

Cumprimento a nossa Secretária e Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, a Jessy, que tem sido uma companheira incansável nas políticas públicas de juventude.

Cumprimento a Nádia Garcia, que, além dessa missão de representar todas as juventudes partidárias neste momento, também coordenou o grupo de trabalho de transição federal, em que foi levantado tudo aquilo, que é muita coisa - não é Nádia? -, que a gente precisava fazer em prol da política de juventude neste novo momento.

Eu trago também a justificativa. O Presidente Marcus Barão pediu que trouxesse um abraço dele a todos vocês. Ele está visitando as conferências de juventude que estão acontecendo em todo o país. O Secretário Ronald também.

A mala da Jessy está pronta, a minha está pronta, a da Nádia está pronta. Cada um, daqui a pouco, sai correndo também, para acompanhar o processo de conferência Brasil afora.

Tem sido um desafio. Mas um desafio bom, mesmo sem previsão orçamentária.

A Conferência Nacional de Juventude foi convocada, foi garantido o orçamento para sua realização, e mais de 1,3 mil municípios, até o momento atual, já realizaram suas conferências em todo o Brasil.

Sem dúvida nenhuma, o processo de conferência está diretamente ligado com o dia de hoje, está diretamente ligado com este momento que nós estamos fazendo.

As conferências vão subsidiar para que a gente tenha, Senador Irajá, nosso Presidente, o mais forte e o mais claro resultado das demandas da juventude brasileira para o Congresso Nacional poder atuar.

Então, não serão as demandas de um grupo ou as demandas de uma determinada linha de pensamento, mas, sim, as demandas da juventude em todo o Brasil estarão pautadas a partir de uma agenda do Legislativo, Vice-Presidenta Camila, que vão nos guiar naquilo que a juventude brasileira tem de anseio.

Então, nada melhor do que um evento que conta... E eu tenho certeza de que vamos passar, Secretária Jessy, de mais de 1,5 mil conferências realizadas em todo o Brasil. É o melhor caminho.

Cumprimento o Osvaldo, que representa aqui o Ministério da Educação, que tem sido um grande parceiro na construção de políticas públicas; a União Nacional dos Estudantes, que sempre se faz presente em todos os desafios da juventude brasileira; a Senadora Damares; o Miguel, que também está representando o time da Secretaria Nacional de Juventude; o Vitor Rocha, que representa o Instituto Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico e que tem feito uma revolução no que se refere a trabalho e renda, lá no nosso Estado do Tocantins, Senador Irajá.

Cumprimento o Nilson, que é Conselheiro Nacional da Juventude, também lá do Tocantins.

Ali, está o Vinícius, Conselheiro Nacional de Juventude também.

Agradeço a todos os conselheiros.

Eu vi a Elizabeth ali.

Cumprimento o Rogério, que representa o nosso primeiro-secretário, Deputado Aliel Machado, que, neste momento, está discutindo um projeto muito importante na área de carbono em São Paulo. Não tinha como desmarcar essa agenda. Então, infelizmente, ele não pôde estar aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO GAMA - Só para concluir, eu tenho certeza de que o trabalho do Conselho Nacional de Juventude, que tem a frente parlamentar como, agora, o principal canal de comunicação, vai colocar novamente a política de juventude num caminho extremamente progressista.

Se a gente enfrentou tantos desafios nos últimos anos, a gente deve ao Estatuto da Juventude, a gente deve a uma geração, Secretária Nádia, que garantiu que os direitos da política de juventude fossem preservados.

Eu acredito muito que o papel desta frente parlamentar é dar a resposta da nossa geração de que a gente precisa avançar nesses direitos.

6/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Não pode um país não ter um fundo nacional de juventude para financiar suas políticas públicas. Não pode um país até hoje não ter regulamentado o Sistema Nacional de Juventude. Não pode um país que tem a maior população jovem da história, são 47 milhões de jovens brasileiros, mas ainda não tem uma política bem definida no que se trata disso.

Então, o lugar para se definir essa política é no conjunto de leis e é no Congresso Nacional.

Acredito muito, em nome do Conselho Nacional de Juventude, e falo com a sociedade com a representação da nossa Vice-Presidenta, que esta frente parlamentar tem uma grande missão.

Cumprimento o Pedro Reis, que é Presidente da Comissão de Políticas e Programas do Conselho Nacional da Juventude do Tocantins também e tem feito um trabalho belíssimo na metodologia da nossa conferência.

Desculpem-me os colegas e companheiros que ainda não foram cumprimentados.

Eu vi o Diretor Yann, lá do Ministério da Educação, que tem sido um grande parceiro. Esteve com a gente no Tocantins há pouco também.

Mas é isso. Não vou me estender mais.

Só um grande agradecimento.

E quero dizer para vocês: não podemos abrir mão do resultado dessa conferência, que vai marcar a construção de um plano para dez anos que prospere essa geração antes de ela envelhecer. Então, acho que a gente tem este desafio, Senador: é a última oportunidade... O bônus demográfico acabou em 2019, então a população jovem no Brasil tem a tendência a diminuir. Quando a gente chegar em 2060, nós vamos ter um para quatro brasileiros com mais de 65 anos. E isso traz inúmeros desafios, pensando no sentido de previdência, de saúde pública, de políticas públicas. Então, a gente tem todo esse desafio, e é a frente parlamentar que vai atuar no final do bônus demográfico. E, se não for agora, não vai ser nunca, então a gente tem um desafio muito grande.

E eu acho que a maior reflexão é esta: o nosso desafio de fazer prosperar o Brasil antes de o Brasil envelhecer.

Gente, é isso. Muito grato e muito honrado por estar representando o Conselho Nacional de Juventude aqui. E que a gente tenha um grande trabalho pela frente e uma forte agenda legislativa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Gustavo está afinado. *(Risos.)*

Obrigado, Gustavo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Que nada!

Queria agradecer ao Gustavo e cumprimentar o Pedro também, lá do meu Estado do Tocantins. Bem-vindo aí, Pedro.

E eu queria passar a palavra agora para a Sra. Nádia Garcia, representando a juventude partidária, que é Secretária Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. NÁDIA GARCIA (Para expor.) - Muito obrigada, nosso Presidente.

Quero saudar todo mundo. Dar um bom-dia muito feliz e animado para todos vocês.

Quero saudar nosso Presidente, Senador Irajá, que agora vai receber muita visita de juventude, Senador. A juventude é boa em muitas coisas, mas para cobrar esses meninos são ótimos! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Ainda bem.

Desculpe um aparte, Nádia. Eu fiquei observando o Gustavo falando que a gente está fazendo parte dessa transição do bônus demográfico, e eu estou fazendo parte dessa transição. *(Risos.)*

Eu estou lamentando isto profundamente: fazer parte deste momento histórico. Não queria de jeito nenhum, mas não tem jeito, não é? *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NÁDIA GARCIA - Justamente.

Quero saudar nossa Vice-Presidenta...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Desculpa, Nádia.

A SRA. NÁDIA GARCIA - Que isso, querido.

7/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero saudar nossa Vice-Presidenta, a minha querida amiga e Deputada, jovem, do Partido dos Trabalhadores, Camila Jara; saudar minha Deputada jovem, inspiração, Dandara. Eu falo que toda vez que Dandara começa a falar e já me arrepio de ouvir o nome "Dandara", uma grande inspiração e parceira das jovens mulheres negras deste Brasil afora. Fico muito feliz de poder vê-la aqui. Saúdo a Jessy, que é essa amiga parceira desde os tempos de movimento estudantil e que agora brilha na Secretaria Nacional de Juventude; o Gustavo, que é do Tocantins, mas ainda é um pouquinho de Goiás, que nem eu. Então, para além de gostar de pequi, também é um grande parceiro dentro do Conjuve, dentro das políticas públicas de juventude.

Estou vendo muita gente querida aqui.

Vi que chegou a nossa Vice-Presidenta da União Nacional dos Estudantes. Quero dar bom-dia e fazer uma saudação especial para a Dai, que vem representando os estudantes também neste momento, neste novo momento da União Nacional dos Estudantes, desde o nosso último congresso. E a presença da UNE aqui, com certeza, traz para essa frente, para esse espaço, para esse lançamento, um peso muito maior. É a maior representação de estudantes da América Latina e, com certeza, uma das que mais constrói política pública de juventude no mundo. Está sempre na rua, está sempre ao lado das estudantes e dos estudantes brasileiros, que não são poucos. Isso é muito importante.

Saúdo o nosso Diretor de Políticas Educacionais para a Juventude, Yann, que é um grande parceiro das juventudes brasileiras, já há muito tempo, ex-Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e vem, nessa trajetória de alguns anos, construindo políticas públicas e fazendo total diferença.

Saúdo nossa Senadora Damares; o time de jovens que compõem o conselho que está aqui; e minha amiga e Secretária Estadual da Juventude, do PT, lá em São Paulo, Lígia, que agora compõe também o Ministério da... Ah, meu Deus! O Ministério da Justiça. Não, errei! O da Fazenda. Olha a cabeça! Compõe o Ministério da Fazenda e vem construindo também, junto com essas juventudes que lá estão, um trabalho muito bonito dentro do ministério.

Quero falar para vocês que este é um momento muito importante e também muito feliz. Como Coordenadora do GT de Transição de Juventude, a gente sonhou também com este momento em que a gente colocaria para valer uma frente parlamentar em defesa das juventudes nesta Casa, em parceria com o Congresso de forma total. Nós passamos alguns meses nesse GT de transição, observando tudo que foi feito pelas juventudes nos últimos anos, observando, principalmente, tudo que não foi feito e buscando construir, para os próximos quatro anos, uma Secretaria Nacional de Juventude que dialogasse com todas as juventudes brasileiras, mas também que dialogasse com os Parlamentares, dialogasse com os ministérios, dialogasse com a Presidência, na certeza de construir política pública de juventude que realmente fizesse a diferença, que realmente chegasse aos confins do Brasil e que transformasse a vida não só das juventudes das capitais, não só das juventudes das grandes cidades, não só das juventudes que estão dentro das universidades...

(Soa a campainha.)

A SRA. NÁDIA GARCIA - ... mas principalmente de quem está fora delas, principalmente de quem está nos interiores, naqueles lugares onde nenhum de nós pensou em ir, mas que, com certeza, tem juventude ali, porque, como a Jessy bem pontuou, agora a gente tem o maior número de jovens da história do nosso país: nós somos quase 50 milhões de jovens que passaram por um processo de apagamento e de esquecimento e que, agora, como a Camila bem pontuou, precisam, nos próximos quatro anos, mudar esses números das pesquisas.

A gente tem uma pesquisa que saiu, no meio do ano passado, que falava que 75% dos jovens brasileiros não tinham nenhuma perspectiva de futuro. Isso quer dizer que eles não tinham perspectiva não só de não conseguir ficar no Brasil, mas que eles não tinham perspectiva de sequer estarem vivos o suficiente para poder pensar em um futuro sendo construído aqui ou fora deste país. Isso quer dizer que a nossa juventude não tem medo só de passar fome, de não ter emprego, de não ter estudo, essa é uma juventude que tem medo de morrer, e ela tem medo de morrer porque todas as políticas públicas que transformam em qualquer espaço a realidade dos brasileiros e brasileiras vão atingi-la diretamente, seja agora, seja daqui a alguns anos, e é por isso que esta frente parlamentar instaurada hoje é tão importante.

A gente não pode discutir... E acho que a Senadora Damares traz um projeto que é importante ser discutido também pela juventude, porque todo projeto de lei que passa pelas Casas, tanto pelo Senado quanto pela Câmara, vai atingir diretamente a juventude em algum momento, seja agora ou seja no futuro, que nem é tão distante assim, e é por isso que a juventude precisa ser ouvida.

O companheiro e querido amigo Gustavo traz a perspectiva dessa conferência de juventude que vem sendo puxada, é uma conferência que acontece oito anos depois da última Conferência Nacional de Juventude. O que era a juventude brasileira oito anos atrás? Era uma juventude que estava aprendendo a mexer com o celular e a utilizar as redes sociais, era uma juventude que ainda não tinha sido tão diretamente atingida por *fake news*, era uma juventude que não tinha passado por uma pandemia, era uma juventude que ainda tinha uma perspectiva de um futuro em que a educação era prioridade, e a

8/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

gente tinha, por parte do Governo, frases que a incentivavam a estudar e a entrar na universidade, e não o que a gente viu nos últimos anos, participantes e grandes ministros falando que a educação tinha que ser só para uns ou para outros. Era outra juventude. Era uma outra perspectiva de construção de política pública, porque faz quase dez anos. A gente precisa ouvir essa juventude que agora passa por uma nova reformulação do que é ser jovem. O processo de juventude passa rápido, são poucos anos, são aí 15 anos de uma vida que é muito maior do que isso, e ele precisa ser um processo de oportunidades.

Se, enquanto você é jovem, você não encontra oportunidades de crescimento pessoal, profissional, educacional e social, isso vai, com certeza, marcar como será o futuro da nação. Se a gente não apresenta oportunidades agora para essa juventude, nós não teremos, daqui a 20 anos, um Brasil que tenha progresso porque essa juventude precisa agora entender que as oportunidades que ela recebe vão ditar qual vai ser o futuro do nosso país. Então, por isso, uma frente parlamentar deste nível é tão importante. É daqui também, junto com a SNJ, junto com o Conjuve, junto com os ministérios, junto com o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vão sair as propostas e os encaminhamentos de uma juventude que vai viver o agora, mas que também vai demarcar como será o futuro do nosso país. Então, por isso, este é um momento de tanta felicidade. Fico feliz de ver mais um dos encaminhamentos do GT de transição sendo, de fato, construído ainda no primeiro ano de Governo, isso é muita coisa. Diz-se muito sobre a prioridade da juventude neste momento do Governo Federal.

Vamos terminar de fazer o *checklist* de todas as nossas propostas e encaminhamentos, porque a juventude brasileira, com certeza, merece mais e vai conseguir mais, nesses próximos três anos que restam de um Governo progressista, que coloca a juventude como prioridade e, por isso, também foi eleito por ela.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito bem. Agradeço à Nádia também pela participação.

Eu queria aproveitar também este momento aqui de tantas lideranças importantes reunidas de várias partes do Brasil para trazer alguns dados que eu acho que podem ser relevantes na discussão na nossa audiência pública e que podem, inclusive, servir de referência nos próximos debates que forem realizados pela frente, em eventos e em seminários de que vocês também possam participar. Eu gostaria de compartilhar com vocês isso.

Toda caminhada começa com o primeiro passo, e a reinstalação da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude é o recomeço de uma jornada que é imprescindível para o futuro do nosso país, um compromisso renovado com as necessidades e aspirações dessa parte fundamental da população, e o cenário para os jovens brasileiros é muito preocupante, assim como foi aqui referendado pelos meus amigos e líderes que me antecederam. O Brasil tem uma das maiores populações de jovens que, infelizmente, não estão estudando, ou não estão trabalhando, ou, como diz a Dandara, sem estudo e sem trabalho. Segundo a OCDE, de 37 países analisados, somos o segundo lugar nessa triste estatística: 36% dos jovens de 18 a 24 anos não estão trabalhando nem estudando. Isso significa que 7 milhões de jovens estão sem possibilidade de futuro. Cerca de 60%, desses 7 milhões, são mulheres, a maioria com filhos pequenos, e, pelo menos, desse universo, 68%, dos 7 milhões de jovens, são negros ou pardos.

Falando diretamente sobre o desemprego, 55% de todas as pessoas desempregadas no país são jovens nesta faixa etária de 18 a 24 anos. E mais: 38% das jovens desocupadas e 46% dos desocupados não concluíram o ensino médio. Até mesmo a maioria dos jovens ocupados, 86% deles, está envolvida em ocupações pouco desafiadoras ou, como disse muito bem a Jessy, com um nível de precariedade enorme; apenas 14% têm ocupações que envolvem atividades técnicas, culturais ou relacionadas à informática e comunicação.

Eu queria também aproveitar aqui e cumprimentar a Daia, que é a nossa Vice-Presidente da UNE - seja bem-vinda, Daia! -, e ao Yann também, do nosso MEC. Muito prazer recebê-lo aqui na nossa audiência pública.

Esses dados e resultados destacam a necessidade de políticas públicas voltadas para a empregabilidade e educação dos jovens. Nosso mandato tem lutado muito nessa agenda.

O Poupança Jovem é uma grande oportunidade que consiste em destinar uma poupança de R\$5 mil para os jovens que concluírem o ensino médio. A sugestão do nosso mandato é destinar esses benefícios de R\$5 mil do Poupança Jovem para a qualificação de jovens que conseguirem um trabalho com carteira assinada por meio de um projeto de lei - de minha autoria, Projeto nº 5.228, de 2019, aprovado, aqui no Senado Federal - que deverá ser pautado, nas próximas semanas, na Câmara, dentro de um acordo que foi constituído com os Líderes, os meus colegas Deputados Federais.

Eu quero aqui reforçar o pedido de apoio a você, Camila, e à Dandara, a vocês que estão já acompanhando, para que a gente possa pautá-lo. A Camila está relatando a matéria com muito orgulho. A gente tem trabalhado esse projeto a quatro mãos, com a equipe dela, em muita sinergia e em muita sintonia. É um projeto em que eu estou botando muita fê que a gente consiga aprovar agora para a gente ter a nova lei do primeiro emprego, de fato, aprovada e sancionada.

9/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Com esse PL, os jovens saem do ensino e podem investir no seu futuro, investindo em um curso ou na educação profissional e tecnológica, aumentando suas chances de conseguir uma colocação à altura no mercado.

Outra iniciativa é que o Poupança Jovem possa ser usado também para aqueles que querem abrir um pequeno negócio por meio do Microempreendedor Jovem, que é uma versão do MEI, só que jovem, que é o PLP 274, de 2019, de minha autoria, que está, aqui no Senado Federal, tramitando.

Com a honra de ser Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude, afirmo o compromisso de continuar trabalhando pelo futuro da nossa juventude, criando políticas públicas que ajudem os jovens a se qualificar, conseguir um emprego ou ter seu próprio pequeno negócio, que, se Deus quiser, se tornará um grande negócio. Queremos criar um ambiente em que cada jovem possa sonhar, aprender, trabalhar e contribuir para um Brasil melhor.

O projeto de lei que institui o Plano Nacional da Juventude, Projeto de Lei 4.530, apresentado em 2004, nunca foi aprovado pelo Congresso Nacional, como foi bem lembrado aqui pelo Gustavo. Projetado para dez anos, perdeu seu objeto em 2014, e, desde então, não há nenhuma iniciativa tramitando nesse sentido.

O Sistema Nacional da Juventude, sancionado por decreto presidencial em 2018, segue ainda sem ter a sua implementação executada no Brasil. Segundo dados do relatório de evidências sobre a política pública em âmbito federal, a política da juventude perdeu 95% do seu orçamento, nos últimos dez anos.

Planos setoriais - como o Plano Nacional da Juventude e também o Plano do Meio Ambiente -, Plano Nacional de Sucessão Rural e Plano Nacional de Empreendedorismo e Startups para a Juventude foram sancionados por força de decreto, mas nunca foram implementados. O Brasil também nunca instituiu um Fundo Nacional da Juventude para financiamento da política pública de juventude em todo o país.

A última Conferência Nacional da Juventude, que deveria ser realizada a cada quatro anos, foi realizada, gente, em 2015, ou seja, oito anos atrás, mas, nos dias 14 a 17 de dezembro, teremos uma nova edição, que já conta com mais de 1,3 mil municípios participantes.

Há muito que se fazer, amigas e amigos, mas o desafio é tão grande quanto a nossa vontade de resolvê-lo, e trago aqui alguns dos pontos focais de atuação da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude: representação adequada, a nossa frente será dedicada às necessidades e interesses dos jovens, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e levadas em consideração nas decisões políticas - a Senadora Damares sabiamente colocou a necessidade de a juventude também se posicionar em relação à reforma tributária, que é um tema que mexe com a vida de todos nós, em todas as áreas, independentemente de classe social e de segmentos, enfim, das regiões, estados e municípios -; prevenção de problemas sociais, políticas públicas construtivas e de apoio para ajudar e orientar os jovens para um caminho positivo, com um olhar sempre preventivo para questões como criminalidade, drogas e gravidez na adolescência; inovação e criatividade, apoiar e incentivar a criatividade e o empreendedorismo entre os jovens, pois queremos impulsionar a inovação em diferentes setores da sociedade; bem-estar mental e emocional, a frente pode promover políticas que apoiem o bem-estar emocional, proporcionando acesso a serviços de saúde e promovendo a conscientização sobre a importância do cuidado mental.

Em resumo, a retomada da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude é uma etapa fundamental para garantir um futuro mais inclusivo, justo e sustentável para as próximas gerações. Temos que investir na juventude, pois o futuro do Brasil é dos nossos jovens, e é nosso dever apoiá-los nessa jornada.

Em 2018, fui eleito o Senador mais jovem da história do Brasil e, por isso, sinto um imenso orgulho e uma grande alegria em presidir ao lado de vocês a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude.

Quero, de antemão, agradecer, mais uma vez, o apoio e a confiança recebida por essa importante iniciativa. É claro que nós vamos todos caminhar aqui sempre juntos por um país melhor e, principalmente, por uma juventude fortalecida.

Eu queria abrir para que outros líderes, que estão aqui presentes e que não tiveram oportunidade da fala, possam fazer alguma manifestação. Eu peço só uma compreensão do tempo, para que outros possam falar, de, no máximo, dois minutos. Eu queria deixar aberto, caso alguém queira se manifestar.

O Pedro foi o primeiro. Não é porque é do Tocantins, não, mas ele foi o primeiro a levantar a mão. *(Risos.)*

Eu vou passar a palavra. *(Pausa.)*

É porque me chamaram a atenção aqui, Pedro. Você vai falar, mas é porque tem uma apresentação. *(Pausa.)*

Ah, desculpa.

É para fazer a apresentação do nome, se você representa alguma instituição, alguma entidade, só para registro.

Com a palavra, o Pedro.

10/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PEDRO REIS (Para expor.) - Bom dia a todos.

Meu nome é Pedro Reis. Sou Presidente da Comissão de Programas e Políticas do Conselho Nacional da Juventude tocaninense, como o Irajá e o amigo Gustavo aqui. Faço parte da comissão organizadora da 4ª Conferência Nacional da Juventude.

Bom, a gente viu vários posicionamentos importantes aqui e informações. O Senador Irajá eu acho que expôs - e também, nas demais falas, a gente colocou - diversos dados preocupantes que estão envolvidos na temática juventude. Além disso, eu também trago outras questões, como o êxodo urbano. E aí, se a gente puxar para a questão dos municípios do Estado do Tocantins, por exemplo, há municípios em que teve uma redução, no último censo, de quase 40% da população. Jovens estão saindo do interior e indo para as grandes cidades viver em subúrbios, onde não têm a oportunidade que esperam, que buscam...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO REIS - ... e aí acabam sendo deixados à margem da sociedade, praticamente sem políticas públicas que possam atuar nesse sentido.

A gente tem a questão do desemprego que, durante a pandemia, mais que dobrou o desemprego dos jovens. Senador, eu tenho observado, nas conferências que a gente tem realizado no Estado do Tocantins também, jovens que estão, pela manhã, na sala de aula, vão para a conferência, e, à tarde, a conferência fica desmobilizada porque eles têm que trabalhar, e a gente vem com esse dado, ao mesmo tempo, de que grande percentual dos jovens estão desempregados. Então, como esses jovens estão se empregando? Então, são meios e formas sem garantia nenhuma, trabalhando sabe Deus como, em que condições. São jovens que estão no ensino médio, que deveriam estar mais preocupados com o ensino e que precisam, de alguma forma, auxiliar nas rendas de suas famílias. Então, é um ponto muito importante também a gente debater nesse sentido.

A gente tem a questão do Plano Nacional de Juventude, que já venceu. Eu não vejo nem possibilidade de a gente pegar o plano atual e discuti-lo, mas a gente deve aproveitar a oportunidade, porque a gente tem agora a 4ª Conferência Nacional da Juventude, que vai levantar as principais propostas e demandas dos jovens, e, a partir disso, a gente utilizá-las como subsídios para esse plano no ano que vem. E aí, novamente, o reforço para essa agenda legislativa que a gente precisa ter aqui hoje.

Então, é muito importante que isso aqui esteja acontecendo. Este é o primeiro passo de muitos. A gente tem a LOA, a LDO e o PPA, que estão no imbrólio dentro da Casa hoje, estão todos rodando praticamente ao mesmo tempo, e é a oportunidade de a gente poder mudar a realidade em que, por exemplo, como foi falado, 95% do investimento de juventude foram reduzidos, nos últimos dez anos.

Então, se a gente quiser, por exemplo, que a nossa amiga Jessy, aqui representando a Secretaria Nacional de Juventude, faça políticas públicas para esses jovens, ela precisa de recursos. Não adianta a gente ficar aqui com demagogia, falando que é preciso dar atenção para o jovem e falando de *boom* demográfico se não tem recursos voltados para as políticas públicas de juventude, seja na Secretaria Nacional de Juventude, seja nos demais ministérios que a gente tem vários aqui representados. Então, é um ponto também a que a gente precisa dar muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito bem.

Para encerrar.

O SR. PEDRO REIS - Rapidinho, agora é só a questão do ano que vem.

Estão chegando as eleições municipais. Sempre os jovens são lembrados nas campanhas dos Prefeitos, e, infelizmente, não é dada a devida atenção. Um quarto da população brasileira é jovem, um terço do eleitorado - um terço, 33% do eleitorado - é jovem, e é preciso que, nesses municípios, a gente tenha um trabalho para incentivá-los a fazer políticas de juventude. É exatamente nesse sentido que eu falei no começo da questão do êxodo.

Então, esses são desafios que a gente tem, não só para este, mas para os próximos anos, para mudar a realidade. Se a gente quiser que essa juventude envelheça bem, com qualidade de vida, com oportunidade e até mesmo que, de alguma forma, possa sonhar com a previdência lá no futuro, a gente precisa que ela seja priorizada, não hoje, mas agora.

E é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Obrigado, Pedro.

Com a palavra, o Alan.

11/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu peço só atenção ao tempo, para que outros possam também participar.

Dois minutos, Alan.

O SR. ALAN (Para expor.) - Tudo bom, gente?

Bom dia a todos, ao Senador, à Senadora - tudo bom, Damares? Tudo bom, Senador? - e à mesa composta.

Eu vou me autodescrever muito rapidamente: sou negro, estou usando óculos, camiseta azul e relógio. Eu sou da cidade de Mauá, sou Vice-Presidente da ONG e faço parte da juventude.

O que eu queria pedir para os Senadores é para descentralizar os cursos, porque, em muitas cidades, às vezes, tem aqueles cursos profissionalizantes, mas são muito longe. Então, esses cursos têm que vir para a comunidade, para dentro das ONGs e para dentro da comunidade, porque ficará mais fácil para os jovens se locomoverem. Às vezes, dentro dessa política, tem cursos que são em outras cidades. Aí o jovem não fica sabendo dos cursos e, quando fica sabendo, não tem condição financeira, Senador, para ir até a essa cidade fazer esse curso gratuitamente.

Então, o que eu peço é o Estado fazer parceria com as ONGs e trazer esses cursos profissionalizantes para dentro das comunidades.

Eu gostaria de agradecer a todos, às Senadoras e ao Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Obrigado pelo tempo. Exatamente, dois minutos.

Agora, com a palavra, o Yann.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO (Para expor.) - Bom dia, Senadores.

Quero cumprimentar aqui a Nádia, o Gustavo, a Jessy, o Senador Irajá, a Deputada Camila Jara, a Deputada Dandara, a Senadora Damares e a ex-Senadora Fátima Cleide, que está ali no fundo.

Primeiro, parabenizo por esta iniciativa.

Acredito que a retomada desta frente parlamentar é estratégica para a execução das políticas para a juventude, mas, em especial, para as políticas educacionais para a juventude.

Nós temos o Censo de 2013, Deputada Dandara, que aponta que o Brasil ainda tem 10 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever e, desses 10 milhões, 400 mil são jovens. É um desafio enorme, porque, cada vez que nós vamos descendo na pirâmide do alfabetismo, vai se tornando complexo, porque nós estamos falando de municípios em que tem 50, 10, 15 pessoas que não sabem ler, mas ainda temos 400 mil jovens que não sabem ler nem escrever no Brasil. Nós estamos no último fôlego do bônus demográfico.

Então, é preciso mais do que nunca falar de união e reconstrução.

(Soa a campainha.)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO - E união e reconstrução, na minha opinião, dentro das políticas educacionais, é aquilo que é mais grave e simbólico para o nosso país, que é enfrentar o analfabetismo. Por isso, eu acho que é possível, sim.

Nós temos um grande compromisso nacional e uma grande agenda nacional do Governo, do Parlamento - do Senado e da Câmara - e dos entes federados para nós superarmos o analfabetismo no meio da juventude brasileira. Para isso, nós estamos fazendo alguns gestos importantes no Ministério da Educação e retomamos o ProJovem, um programa de inclusão de jovens com os recursos ainda remanescentes, dilatando esses prazos para a utilização dos recursos por parte dos entes federados.

Eu sei que, Senador Irajá, a partir da sua liderança e da liderança da Deputada Camila Jara, Presidente e Vice-Presidente desta frente, nós vamos encontrar apoio para fortalecer essa agenda, em especial, a das políticas educacionais para a juventude, assim como o apoio dos demais Senadores e Senadoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito obrigado.

Inclusive, aproveitando o ensejo para contribuir com o que você e também o Pedro falaram a respeito da questão orçamentária, eu estou tendo a oportunidade, indicado pelo partido, de compor a CMO (Comissão Mista de Orçamento). Eu fui indicado Relator Setorial de Infraestrutura, que envolve o Ministério de Minas e Energia, o dos Transportes e o de Portos, que não têm, infelizmente, conexão com a área da juventude, mas nós podemos utilizar esse trunfo para tentar

12/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

igualizar com o Relator Setorial, que esteja na pasta da nossa juventude, para poder reforçar esse orçamento. Aí eu queria me prontificar, Pedro, para a gente poder tratar desse assunto. Eu preciso ver quem é o Relator Setorial. Você sabe quem é o Relator Setorial nessa área que envolve a juventude para a gente fazer uma reunião

E aí a gente negocia, porque ele tem interesse também que o estado dele seja contemplado, e a gente pode conseguir também melhorar o desempenho do orçamento da nossa juventude nessa discussão da LDO e, depois, na da LOA, porque elas estão acontecendo concomitantemente. Então, eu queria apenas me prontificar para a gente fazer essa interlocução com esse Relator Setorial.

Passo a palavra para o Vitor.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO - Senador Irajá, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Pois não.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO - Aproveito para agradecer o apoio desta Casa na aprovação da Lei de Cotas, que é tão importante. Foi um dia muito bonito, e eu acho que foi também um momento de expressão dessa unidade nacional. Destaco também aqui o papel da Deputada Dandara nesse processo e de todos os Senadores que desempenharam um papel muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito obrigado.

Com a palavra, o Vitor. Dois minutos.

O SR. VITOR ROCHA (Para expor.) - Bom dia a todos os presentes.

Eu gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa do nosso Presidente, meu conterrâneo, Senador Irajá. Fico feliz em ver um tocaninense que está engajado nessa política de juventude que, a meu ver, é a mais importante para a gente definir como é que vai ser a situação econômica e social do nosso país. Cumprimento o Gustavo Gama, também meu conterrâneo, e a todos os outros membros da mesa.

Eu gostaria de colocar o Instituto Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico, que eu presido, à disposição para que a gente possa, principalmente, discutir os temas de geração de renda, profissionalização e educação para todas as juventudes do nosso país. Hoje a gente vê que a maioria dos direitos da juventude estão interrompidos, porque eles estão em situação de fome, de pobreza, de insegurança alimentar; a Rede Penssan divulgou dados alarmantes recentemente.

Então, quero propor que a sociedade civil possa contribuir, cada um também nos seus eixos de atuação, para que juntos, tanto o Executivo e o Legislativo quanto a sociedade civil...

(Soa a campanha.)

O SR. VITOR ROCHA - ... possam fazer propostas, projetos, iniciativas e programas que, a curto, médio e longo prazos, possam trazer alguns resgates de direitos, que já são resguardados no Estatuto da Juventude, mas que a gente faça algo mais específico e mais de acordo com o que a gente vai ver de resultados na 4ª Conferência Nacional de Juventude.

É isso, pessoal.

Obrigado.

Parabéns a todos vocês por reativar esta importante frente parlamentar.

No mais, coloco à disposição, novamente, a minha instituição.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Muito obrigado, Vitor.

Eu vou passar para a última oradora inscrita, que é a Daiane, Vice-Presidente da UNE. Já estão me puxando a orelha aqui, porque muitos estão com voo, senão muita gente vai perder o voo ao mesmo tempo.

Para a gente encerrar, Daiane, você é a última.

A SRA. DAIANE ARAÚJO (Para expor.) - Muito obrigada.

Bom dia.

Eu saúdo o conjunto dessa mesa bonita, inclusive, desde Parlamentares até as meninas, aí representando a Secretaria Nacional de Juventude e a juventude brasileira. É uma mesa também jovem - e nada melhor do que isso para representar nesse lançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Juventude -, em sua maioria, também feminina e de companheiras que vieram da organização social, dos movimentos de juventude, do movimento estudantil. Acho que isso é muito importante e denota a importância desse novo momento político que a gente está vivendo.

13/14



Reunião de: 26/10/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu quero também enfatizar a importância desta frente parlamentar, que se constitui de uma forma, inclusive, muito em diálogo com a Secretaria Nacional de Juventude, com o Conselho Nacional de Juventude. Acho que isso tem importância fundamental do que é a participação do conjunto da juventude brasileira para este momento de construção de novas políticas públicas para a juventude, que foi, eu diria, o segmento mais afetado nesse último período, com o desmonte das políticas de inclusão social, das políticas de cultura e das políticas de educação que a gente teve no último período.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAIANE ARAÚJO - Então, acho que a gente tem um papel fundamental. Nós, enquanto organizações da sociedade civil, e a União Nacional dos Estudantes, que representa o conjunto dos estudantes brasileiros, temos também um papel fundamental de contribuir com a construção dessas políticas públicas em defesa da vida e da juventude.

E dizer que essas políticas estão atravessadas de diversas formas e por isso que elas não dizem respeito só a Secretaria Nacional de Juventude, porque a gente quer direito à cultura, direito à educação. Se a gente está sendo exterminado nas periferias todos os dias é porque esses direitos também estão sendo retirados de nós, inclusive o direito de circular, o direito de ir e vir.

Então, acho muito importante saudar isso e colocar a importância da transversalidade das políticas públicas para construir, de fato, políticas públicas em defesa da vida da juventude. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) - Obrigado, Daiane.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelas notas taquigráficas e regulamento interno.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade, quero, mais uma vez agradecer, a presença de todos.

Declaro encerrada a reunião e quero fazer uma sugestão, antes de todo mundo se dispersar, de a gente fazer uma foto bonita aqui na frente, com todo mundo reunido.

A gente, da mesa, vai aí e tiramos uma foto para registrar esse momento histórico.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

ESTATUTO

O Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude (FPJOVEM), aprovado na Reunião de Instalação da Frente, na 57ª Legislatura, realizada em 26 de outubro de 2023, passa a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude (FPJOVEM), criado pela Resolução nº 06, de 2019, do Senado Federal, é uma associação política de caráter suprapartidário, com o objetivo principal de garantir a plena efetivação do Estatuto da Juventude, expresso pela Lei nº 12.852, de 2013, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º A Frente Parlamentar atuará de forma coordenada e articulada com as comissões do Congresso Nacional, visando o intercâmbio de conhecimento, experiências e estratégias para o cumprimento eficaz de sua finalidade, otimizando, com isso, o tempo e recursos financeiros.

Art. 3º A Frente Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituída por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa a Frente Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros da Frente Parlamentar que tiverem sido reeleitos dela continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nela ingressar.

Art. 4º A Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude (FPJOVEM) tem por finalidade:

- I – acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes à políticas públicas de juventude;
- II - realizar encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a difundir as medidas legislativas necessárias à efetiva regulamentação do segmento;
- III – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo e das entidades da sociedade civil;





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

IV – promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar no âmbito do Parlamento e perante a sociedade; e

V - acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Poder Público no sentido de aprimorar as políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 5º A Frente Parlamentar reunir-se-á, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões da Frente Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 6º A Frente Parlamentar será integrada pelos parlamentares do Congresso Nacional ou do Senado Federal que assinarem a ata da sua instalação e pelos que a ela aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo

§ 1º Ao filiar-se, o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se da Frente Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões da Frente Parlamentar;





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

- c) participar dos subgrupos e missões da Frente Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões da Frente Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 8º A Frente Parlamentar será composta por parlamentares do Congresso Nacional com o apoio técnica da sociedade civil e do Governo Federal que subscreverem termo de adesão a este estatuto:

§ 1º A Frente Parlamentar poderá ser constituída por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, incluindo na Comissão Executiva, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros da Frente Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva deixar de fazer parte do órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros da Frente Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais jovem, dentre os de maior número de legislaturas.

Art. 9º Compõe a Frente:

- I- A Comissão Executiva
- II- O Conselho Consultivo





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 10 A Comissão Executiva é o órgão dirigente da Frente Parlamentar e será composta por:

- a) um ou dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) três Vice-Presidentes;
- d) Cinco Secretários;
- e) um Coordenador na Câmara dos Deputados;
- f) um Coordenador no Senado Federal.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, sempre que convocada por seu Presidente ou pelo Primeiro Vice-Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros da Frente Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão os parlamentares do Congresso que tiveram atividades de grande relevância para a juventude Brasileira, sendo indicados pelo presidente da Frente Parlamentar

Art. 11. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades da Frente Parlamentar;
- II - noticiar à Frente Parlamentar fatos recentes acerca das políticas públicas de juventude;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição da Frente Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

IV - constituir delegação em missões autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição da Frente Parlamentar;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos da Frente Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 12. O Presidente da Comissão Executiva representa a Frente Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente e em caso de ausência respectivamente pelo Terceiro-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso da Frente Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 13. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar a Frente em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões da Frente Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação da Frente Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse da Frente Parlamentar;

VIII - dar conhecimento à Frente Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros da Frente Parlamentar e às Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar, todas as informações recebidas acerca das Políticas Públicas de Juventude, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros da Frente Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente com as Comissão do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas na Frente Parlamentar;

XIII - propor a indicação de parlamentares para participarem de missões internacionais;

XIV - designar o Secretário Executivo;

XV - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros da Frente Parlamentar, bem como pelas comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar.

Art. 14. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos da Frente Parlamentar.





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 15. As Coordenações da Câmara Federal e do Senado Federal serão responsáveis pelo suporte nas atividades da FPJOVEM em suas respectivas casas.

Parágrafo único. O Presidente designará o Secretário Executivo da Frente Parlamentar, escolhido entre os parlamentares do Congresso Nacional.

SEÇÃO IV

Art. 16 Compete ao Conselho Consultivo assessorar a Comissão Executiva sempre que demandado.

§ 1º Poderão integrar o Conselho Consultivo, além de parlamentares do Congresso Nacional, outros agentes políticos e especialistas das áreas afins.

§ 2º Em caso de urgência, a nomeação de consultores convidados poderá ser feita pela Comissão Executiva, ad referendum.

Art. 17 O Conselho Consultivo é o órgão de apoio da Frente Parlamentar e será composta por:

- a) Um Parlamentar de cada Partido Político que compõe o Congresso Nacional
- b) Um representante da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República
- c) Um representante do Conselho Nacional de Juventude
- d) Um representante do Organismo Internacional de Juventude para a Ibero América
- e) Um representante do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude
- f) Um representante pela sociedade civil de cada Juventude Partidária que compõe o Congresso Nacional
- g) Oito convidados da sociedade civil por notório saber.

§ 1º O Conselho Consultivo reunir-se-á, sempre que convocado pelo presidente da Frente Parlamentar.





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude

§ 2º O Conselho Consultivo será instaurado em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 18. As viagens e missões internacionais dos membros da Frente Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional ou do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar.

Art. 20. No fim de cada gestão, a documentação pertinente à Frente Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 21. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 26 de outubro de 2023.



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA



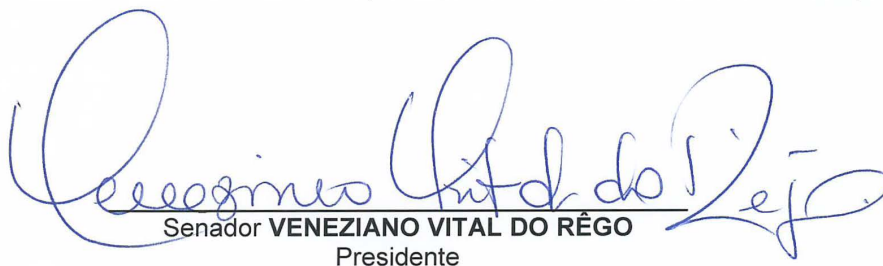


Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

7ª REUNIÃO DE 2023

**07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO
Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **7ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia**, com Audiência Pública, realizada em 07 de novembro de 2023, terça-feira, às 14 horas, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, destinada à seguinte pauta: ITEM 1 – Debater o tema “Devedor Contumaz”; conforme documentos anexos. Publique-se.


Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 7 de novembro de 2023

(terça-feira)

às 14h

RESULTADO

7ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA - FPRNE

PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Vice-Presid. de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente de Assuntos Tributários: Deputado Reginaldo Lopes

Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis: Deputado Luiz Fernando Faria

Vice-Presidente de Desenvolvimento Social: Deputado Carlos Veras

Vice-Presidente de Eficiência Energética: Deputado Bandeira de Mello

Vice-Presidente de Fontes Fósseis: Deputado Washington Quaquá

Vice-Presidente de Fontes Renováveis: Deputado Bohn Gass

Vice-Presidente de Infraestrutura Energética: Deputado Carlos Zarattini

Vice-Presidente de Minerais Energéticos: Senador Esperidião Amin

Vice-Presidente de Transição Energética: Senador Carlos Portinho

Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados: Deputado Zé Vitor

Vice-Presidente pelo Senado Federal: Senador Fernando Dueire

	Reunião de Trabalho
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13



Resultado da 7ª Reunião da FPRNE, em 7 de novembro de 2023

2

Reunião de Trabalho

Assunto / Finalidade:

1. Debater sobre o tema: Devedor Contumaz

Participantes:**João Henrique Chauffaille Grognet**

Procurador-Geral Adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS

Gustavo Henrique Ferreira

Coordenador-Geral de Regulação e Concorrência do Ministério da Fazenda

[Devedor Contumaz no Setor de Combustíveis](#)**Pietro Adamo Sampaio Mendes**

Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia

[Devedor Contumaz](#)**Mozart Rodrigues**

Gerente Executivo Jurídico e Tributário do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP

José Guilherme Fontes de Azevedo Costa

Representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom

Abel Leitão

Vice-presidente executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis – Brasilcom

[Devedor Contumaz - Brasilcom](#)

Resultado: Realizada a audiência pública com o debate sobre o tema: Devedor Contumaz





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**FPRNE, 07/11/2023 às 14h - 7ª, Reunião****Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia**

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE
CARLOS PORTINHO	
CARLOS VIANA	
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	
FABIANO CONTARATO	
FERNANDO DUEIRE	
HUMBERTO COSTA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE
JAQUES WAGNER	
JAYME CAMPOS	
PAULO PAIM	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE
RODRIGO PACHECO	
ROGÉRIO CARVALHO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	
ELIZIANE GAMA	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ZENAIDE MAIA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	
FERNANDO FARIAS	
MARCELO CASTRO	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE
CLEITINHO	
GIORDANO	PRESENTE
CID GOMES	
RANDOLFE RODRIGUES	
ANA PAULA LOBATO	
MARGARETH BUZETTI	PRESENTE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
FPRNE, 07/11/2023 às 14h - 7ª, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
ARNALDO JARDIM	
BANDEIRA DE MELLO	
BENES LEOCÁDIO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
CARLOS ZARATTINI	
CLAUDIO CAJADO	
CLEBER VERDE	
COVATTI FILHO	
DANILO FORTE	
EDUARDO BISMARCK	
FELIPE CARRERAS	
FELIPE FRANCISCHINI	
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	
FERNANDO COELHO FILHO	
GERALDO MENDES	
JOÃO CARLOS BACELAR	
JOSÉ GUIMARÃES	
JOSEILDO RAMOS	
JULIO LOPES	
LAFAYETTE DE ANDRADA	
LEBRÃO	
LUCIO MOSQUINI	
LUIZ FERNANDO FARIA	
MARCIO ALVINO	
PAULINHO FREIRE	
NATÁLIA BONAVIDES	
PAULO FOLETTO	
PEDRO CAMPOS	
REGINALDO LOPES	
RODRIGO DE CASTRO	
ROSANA VALLE	
RUBENS OTONI	
SIDNEY LEITE	
VICENTINHO JÚNIOR	
VINICIUS CARVALHO	
ZÉ VITOR	
ZECA DIRCEU	
CARLOS VERAS	
BOHN GASS	
WASHINGTON QUAQUÁ	
DOMINGOS SÁVIO	
ALCEU MOREIRA	
PEDRO WESTPHALEN	
RICARDO GUIDI	
PAULO LITRO	
JOAQUIM PASSARINHO	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**FPRNE, 07/11/2023 às 14h - 7ª, Reunião**

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
MAX LEMOS	
LEÔNIDAS CRISTINO	
JULIO ARCOVERDE	
EDUARDO DA FONTE	
WELTER	
ENFERMEIRA ANA PAULA	
ORLANDO SILVA	
ANDREIA SIQUEIRA	
TIÃO MEDEIROS	
HUGO LEAL	
GABRIEL NUNES	
MÁRCIO MARINHO	
ZÉ SILVA	
PAULO GUEDES	
SILVIA WAIÃPI	
PAULÃO	
ICARO DE VALMIR	
MARX BELTRÃO	
JORGE BRAZ	
AIRTON FALEIRO	
ANTONIO BRITO	
FERNANDO MINEIRO	
ODAIR CUNHA	
SÂMIA BOMFIM	
ALEX SANTANA	
RUBENS PEREIRA JÚNIOR	
GENERAL PAZUELLO	
CHARLES FERNANDES	
PADRE JOÃO	
LUCIANO AZEVEDO	
GABRIEL MOTA	
GERVÁSIO MAIA	
LEONARDO MONTEIRO	
ALENCAR SANTANA	
JADYEL ALENCAR	

Não Membros Presentes

NELSINHO TRAD
 PROFESSORA DORINHA SEABRA
 ANGELO CORONEL
 MARCOS DO VAL



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
07/11/2023 - 7ª - Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB. Fala da Presidência.) - Minhas senhoras, meus senhores, os nossos cumprimentos.

Boa tarde a todos os presentes, a todas as presentes.

Eu devo inicialmente pedir as devidas e necessárias escusas pelo atraso. Podem acreditar que não é de mim. Eu me cobro muito, porque, afinal de contas, todos são merecedores do respeito ao cumprimento dos horários pré-definidos, mas, como é do conhecimento dos presentes e das presentes, a gente termina acumulando algumas atribuições que são atribuições inafastáveis - entre essas, a condição de Vice-Presidente do Senado Federal: abrimos todas as terças, quartas e quintas as sessões preliminares, a partir das 14h. Estava a fazê-lo até que o último companheiro pudesse fazer uso da tribuna, literalmente vindo, para não dizer correndo, em ritmo acelerado, para não me atrasar mais.

Nos meus cumprimentos, nós declaramos aberta a 7ª Reunião de 2023 da nossa Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de novembro de 2023.

Esta frente conta com a adesão de 82 Sras. e Srs. Deputados Federais e 33 Senadores, informando aos Parlamentares que desejarem compô-la - a nossa Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia - que os termos de adesão estão disponíveis junto à nossa Secretaria e na página da frente no *site* desta Casa.

Esta reunião destina-se, como item único, a debater sobre o tema devedor contumaz.

Compõem a mesa os nossos queridos e insígnies convidados: o estimado amigo, colega que fomos na Câmara dos Deputados, Deputado Julio Lopes - muito obrigado pela sua presença, Julinho, e até peço desculpas, pois nós nos comunicávamos, há cerca de duas semanas, para que tivéssemos um prévio momento, e terminamos não podendo alinhar. Então, desculpas também dirijo a você, querido e estimado amigo, grato pela sua participação, que sempre enriquece com as suas posições e conhecimento, afinal de contas a sua formação intelectual é indiscutível -, que é membro da Frente de Recursos Naturais -; Sr. Pietro Adamo - é Adamo mesmo, não é? A pronúncia é Adamo, não é? (*Risos.*)

Pietro Adamo Sampaio Mendes, Secretário de Petróleo - figura que sempre nos chamou a atenção pelo seu conhecimento, a mim, particularmente, que não tinha tido a oportunidade em conhecê-lo; desde as suas primeiras exposições, chamou-nos muito a atenção ao conhecimento profundo sobre a área -, Gás Natural e Biocombustíveis do nosso Ministério de Minas e Energia; Sr. João Henrique Grognet, Procurador-Geral Adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS; e Sr. Gustavo Henrique Ferreira, Coordenador-Geral de Regulação e Concorrência do Ministério da Fazenda.

Eu fiz alguns rápidos comentários - e peço a vênica dos senhores e das senhoras para poder trazer-lhes em concisos parágrafos.

O devedor contumaz tem a sonegação como estratégia de negócios. Lamentavelmente, essa é uma verdade. São aproximadamente R\$14 bilhões de prejuízos anuais com essa prática.

O setor de combustíveis, essencial para o nosso país, é um dos mais afetados.

Desde a primeira reunião, diga-se de passagem, nós fomos abordados para tratar sobre essa matéria, inclusive tendo sido reservada a mim, pessoalmente, a responsabilidade de relatar a proposta legislativa que foi apresentada para discussão no

1/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Senado Federal pela nossa Exa. Jean Paul Prates, à época Senador da República, que responde com muita competência, igualmente como respondeu nos últimos quatro anos em que esteve à frente do mandato senatorial.

E nós estamos tentando fazer com que a matéria de fato seja apreciada. E essa oportunidade penso eu ser muito oportuna para que essa boa provocação possa fazer eco junto à CCJ e, assim, tenhamos, até a conclusão dos nossos trabalhos em 2023, a apreciação do relatório que, diga-se passagem, já está concluído.

Pedimos para que uma audiência pública fosse realizada, porque, por meio dela, nós poderemos - e é para o que as audiências servem exatamente - alcançar esse desiderato, que é o de aperfeiçoar, de melhorar aquilo que o Relator ou Relatora traz em seu relatório.

Estamos cobrando isso e penso eu que esse instante será ensejador a que nós tenhamos definitivamente marcado a audiência para que também incluamos na pauta deliberativa.

Esse tipo de empresário ilegal busca obter vantagens para não pagar os tributos, sem ser punido. São bilhões de reais que podem ser investidos em áreas diversas, como educação, saúde, segurança, infraestrutura, entre outras tantas. O devedor contumaz consegue lucro rápido, porque deixa de pagar os tributos. Temos que diferenciar essa prática de forma clara da do devedor eventual, que deixa de pagar impostos por eventuais problemas, como queda nas vendas e problemas econômicos externos. Precisamos, portanto, separar devedores eventuais de devedores contumazes.

Devedores contumazes também cometem diversas outras irregularidades ao utilizarem documentos de terceiros para criar negócios - é um exemplo. Os laranjas, conhecidos laranjas, recebem uma quantia para aparecerem como donos das empresas e criarem essas dívidas, ato totalmente vedado - ilegal, absurdamente ilegal - pela nossa legislação e que deve ser combatido. Por isso, estamos a fomentar o presente debate.

Passamos e passemos imediatamente a palavra aos senhores e às senhoras que foram convidados e que, de forma muito distinta, atenderam ao nosso chamamento, pelo tempo de sete minutos. Se houver a necessidade de minutos a mais, haveremos de ter essa condescendência.

Pela ordem, Deputado Julio Lopes.

Em seguida, o Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes, Sr. João Henrique Grognet, Sr. Gustavo Henrique Ferreira; e temos *online* o Sr. Mozart Rodrigues. Correto?

Deputado Julio Lopes, V. Exa. dispõe do tempo.

Mais uma vez renovo aqui o agradecimento pela ilustríssima presença na frente.

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ) - Sr. Senador Veneziano, quero muito agradecer a honra do convite. Dá-me uma alegria enorme poder participar, ao seu lado e sob sua liderança, desta tão importante Comissão Mista, que é a Comissão de Energia, a Frente Parlamentar de Energia, a qual V. Exa. preside com tamanha competência.

Eu tinha preparado, Senador, uma apresentação, mas vou me eximir dela aqui e vou fazer apenas uma fala, porque o tempo é curto.

Eu gosto de dizer, Senador, que eu fui Relator da área de digitalização da Câmara Federal, porque o tema da digitalização, eu acho, perpassa muito esta Comissão e as leis que nós pretendemos aqui empreender.

Aprovei recentemente, na Comissão de digitalização da Câmara Federal, uma proposta de criação de uma instituição nova chamada ONSC, que seria o Operador Nacional do Sistema de Combustível. Por que isso, Senador? Há muitos anos, eu, como cidadão do Rio de Janeiro, venho observando a enorme evasão de recursos no meu estado. A Fundação Getúlio Vargas Energia tem um cálculo de algo em torno de R\$40 bilhões de evasão fiscal no Brasil, Sr. Senador, na área de combustíveis. A grande maioria desse total é na sonegação de ICMS. Mas, pelo que tenho de dados atualizados, algo em torno de R\$18 bilhões a R\$20 bilhões ao ano são fraudes operacionais, são fraudes da mistura e da diluição de combustíveis, são fraudes de vários tipos de natureza.

Quero dizer ao senhor que sou apoiado lá pelo setor de combustível do meu estado e da minha cidade. Tenho muita honra disso, porque minha vida pública se sustenta e tem origem na vida pública do Senador Francisco Dornelles, que foi Secretário da Receita Federal. Eu vim à política pelas mãos dele, segui a carreira a partir dele e, por isso, fiz a representação desse setor de combustíveis desde logo, porque o nosso Senador Dornelles assim o fazia.

Hoje, Senador, me dizia o Manuel, que é o Presidente do Sindicato do Município do Rio de Janeiro - e eu falava ali com Abel Leitão -, que antigamente o álcool no Rio de Janeiro era batizado com metanol. Hoje o metanol é batizado com álcool. E o metanol é altamente cancerígeno, é altamente prejudicial à saúde daqueles que operam nos postos de gasolina e também dos consumidores. Senador, é inaceitável o que tem acontecido de forma permanente no setor de combustíveis no Brasil. E eu quero aqui falar que, infelizmente, a nossa Agência Nacional do Petróleo não tem contribuído para uma melhor gestão desse setor.

2/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Por que eu fiz essa sugestão do ONSC, Senador? Eu não sei se V. Exa. já teve a oportunidade e se aqueles que estão aqui neste recinto já tiveram a oportunidade de visitar o Operador Nacional do Sistema Elétrico. O Operador Nacional do Sistema Elétrico é tido como uma das três ou cinco melhores iniciativas no mundo em gestão de energia, porque, no Brasil, se davam muitos apagões, Senador. E aí foi necessário... Como nós temos um sistema integrado, diferentemente dos Estados Unidos, diferentemente da Europa, a gente precisou fazer uma grande gestão de um sistema integrado que é o ONS, que é ligado à Aneel, mas que é uma instituição própria. É uma entidade sem finalidade lucrativa, em que os seus gestores são nomeados pelo Governo, mas tem uma diretoria privada. Então, é um organismo plural, em que tem a empresa privada representada em três diretores, e três diretores da iniciativa pública sendo nomeados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Eu indo lá, Senador, observei uma coisa que é muito interessante, que é o seguinte: todo quilowatt gerado no Brasil, seja numa hidrelétrica, seja numa PCH, seja numa térmica, onde for, ele é imputado naquele painel pela origem, e a cada três segundos, Senador, todo aquele sistema é atualizado. E nós temos 187 mil quilômetros de redes de abastecimento de energia no país, e a cada três segundos - três -, todo o sistema é verificado, e, em qualquer impedância, qualquer falha, qualquer problema, ele entra em verde, vermelho e amarelo, e automaticamente o sistema já começa a se adequar para fazer uma nova gestão.

E, mesmo com tudo isso, nós tivemos um pequeno apagão, porque o sistema previa falta de energia e não excesso de energia. E a gente teve imputado, lá no Ceará, um excesso de energia vindo da eólica, que acabou derrubando todo aquele sistema.

Mas por que da importância desse sistema, Senador? Eu tenho uma fala que eu digo sempre, para aqueles que me acompanham no meu Instagram, no Rio de Janeiro, meus eleitores, que desde que o Steve Jobs apresentou ao mundo o *smartphone*, em 2007, o paradigma humano virou a instantaneidade. Todos nós, Senador, vivemos nesse novo paradigma: seus filhos, eu, a sua esposa, as nossas famílias. A instantaneidade é o paradigma da humanidade. Todos nós, ao termos uma dúvida, entramos no Google, consultamos e esperamos que ele dê uma resposta instantânea. Nós telefonamos uns para os outros e queremos uma resposta instantânea, e usamos WhatsApp, Instagram, etc, para termos instantaneidade nos dados, para termos instantaneidade nas informações.

Portanto, o Estado tem que se tornar *online*, *real-time*. E a fiscalização idem, porque, se nós não estivermos no tempo da instantaneidade, estaremos anacrônicos em relação à necessidade da fiscalização e à necessidade das nossas ações.

Vou lhe mostrar um caso aqui, Senador, de uma denúncia que foi feita em *O Globo*. Essa denúncia tem uma empresa só, que é a citada aí. Essa empresa passou de ser a última operadora nacional do Sistema de Combustíveis para ser a segunda operadora nacional do sistema em apenas 8 meses, Senador. Ela deixou... Ela passou de uma contribuição, para o Sistema Nacional de Combustíveis, de um milhão de litros para 150 milhões de litros, em 8 meses, Senador. A denúncia é pública e publicada em um dos jornais mais importantes do país, falando inclusive os escritórios, onde é a entrada da mercadoria, e eles são - vejam bem, senhores - um prodígio da logística mundial, um prodígio da logística do mundo. Por quê? Porque eles distribuem no Sudeste, majoritariamente, e entram com toda essa carga pelo Tocantins ou pelo Amapá. Quer dizer, eles são os prodígios globais da logística, porque eles conseguem distribuir 150 milhões de litros no Sudeste mais barato que seus concorrentes, entrando pelo Amapá ou entrando por Tocantins.

Eu aqui, Senador, não quero dar uma de paladino da justiça, nem paladino da legalidade, porque o que nós estamos tentando fazer aqui é dar uma contribuição. E acho que, V. Exa., nessa relatoria, nessa Comissão e nessa frente, dá uma inestimável contribuição ao Brasil, porque, sem uma lei para enfrentar os devedores contumazes, nós não teremos nada.

Mas é muito importante, Senador, que essa lei também não seja empregada sozinha, porque o Estado brasileiro está capturado. Nós não teríamos uma evasão de R\$40 bilhões anuais no setor de combustíveis sem termos parte do nosso Congresso compactuando com isso, sem termos parte das nossas Assembleias Legislativas compactuando com isso, sem termos os nossos sistemas dos IPEMs estaduais, do Inmetro, da Justiça, da Procuradoria, enfim, do sistema de Justiça, de alguma forma, participando e compactuando, Senador.

Essa empresa mesmo tem uma licença muito estranha de formulação, e a gente sabe... Eu não quero aqui me ater a essa empresa, porque eu não sou inimigo dela, não tenho nada contra ela, não é esse o caso; mas é estranho para mim que uma empresa importe tudo pelo Amapá e por Tocantins e consiga competir, em termos de logística, com uma Shell, consiga competir com a Petrobras, porque é inaceitável que, tendo o combustível delas vindo do Rio de Janeiro, você consiga vir do Amapá ou de Tocantins com um mais barato do que o da Petrobras ou o da Shell ou o das outras competidoras. Tanto é assim que ela se apossou de grande parte do mercado brasileiro, passando a ser a segunda operadora do sistema brasileiro.

Como eu estou fazendo isso há muitos anos, eu imediatamente fui à ANP e pedi explicações para saber qual era a autorização, como ela tinha chegado a esses patamares com o setor de cotas, porque, para chegar a tanto, ela tinha que ter

3/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

autorização da ANP. Até hoje não me deram a resposta. Eu tenho, de forma reiterada, notificado a ANP da necessidade de nós termos as informações em tempo real sobre o setor de combustível, Senador.

Enquanto cidadão, enquanto Deputado, me alarma muito que o Brasil formule preços de combustíveis, preços de petróleo, preços de gasolina, de álcool, de diesel, de gás, sem saber o volume de estoque. A Argentina, Senador, desde a década de 90, conhece permanentemente e diariamente seu estoque de combustíveis. O Brasil não tem nem noção. A ANP não faz uma ideia, nem vaga, de qual é o volume de combustíveis, qual é o volume de todos os combustíveis do Brasil neste dia de hoje, porque os sistemas são todos analógicos. Ela não tem nenhuma instantaneidade, nenhuma automação que permita uma extração de dados em tempo real.

Aliás, minto. As extrações de petróleo, Senador, no alto-mar, nas grandes explorações, são medidas em tempo real. Portanto, nós somos, hoje, o quarto, quinto maior produtor de petróleo do mundo e monitoramos, em tempo real, cada poço, a quantidade produzida de óleo, o tipo do óleo, quanto injetou de gás, quanto salvou de gás, quanto queimou de gás. E, no final do dia, lá na ANP, você tem um relatório perfeito do que é o setor de exploração mineral no Brasil, no que se refere a petróleo e gás.

Em contrapartida, nós temos 41.808 postos de combustíveis, e não temos nem sequer a noção de qual é o estoque desses combustíveis.

Há que se ter, Senador, como se tem no ONS, a possibilidade de saber qual é o estoque do centro-sul, qual é o estoque do Sul, do Sudeste, do Norte, do Nordeste, e fazer gestão de tudo isso. No ONS, você tem um sistema de metrologia, Senador, integrado com inteligência artificial, e o maior sistema de metrologia do mundo integra e interage com os sistemas do ONS de forma a prever queimada, vento, chuva, tempestade e prever os movimentos que serão feitos na rede para que a rede não caia. Ao mesmo tempo, nós temos no ONS a entrada de todo o sistema brasileiro de águas prevendo qualquer interação de água para que a gente tenha uma regulação do nosso sistema que tem base hídrica.

Por que não fazer algo semelhante, tão simples, no setor de combustíveis? Por que não empreender uma ONSC em que nós possamos controlar? Não é o preço, nós não vamos controlar o preço. A questão é monitorar o preço.

Nós precisamos saber por que o Estado brasileiro subsidia, como subsidia o gás de cozinha... E, do pobre lá no Rio de Janeiro, as milícias cobram deles 50% a mais do preço. Senador, é uma tragédia. Nas favelas mais pobres, nas comunidades mais carentes, o gás é muito mais caro do que na sua casa, do que na minha casa, porque as milícias cobram 50%, 60% do preço, adicionado, e não se tem gestão sobre isso.

Não era razoável que houvesse uma institucionalidade que automaticamente bloqueasse um bujão por georreferenciamento, por toda a tecnologia que nós temos disponível hoje, e não permitisse que esse bujão fosse vendido por 50% a mais do valor subsidiado pelo Governo? Não é razoável que no Rio de Janeiro nós tenhamos mais metanol no álcool do que álcool. Porque hoje, sistemas integrados, Senador, são uma bobagem da tecnologia.

Eu mostrei ao Ministro Haddad... E aí quero dizer até elogiar o Ministro, eu tive já umas cinco reuniões com o Ministro. O Ministro Haddad, quando era Prefeito de São Paulo, ele contratou uma empresa, Senador, chamada BR Code. Essa empresa ganhou o prêmio de melhor logística ESG do mundo. Um dos seus diretores técnicos foi eleito engenheiro ESG padrão global de Davos. Por quê? Porque o Haddad contratou essa empresa, Senador, e ela então bota sensores de densidade, georreferenciamento no caminhão, ela faz um roteiro e há uma grade georreferenciada em que o caminhão não pode desviar daquela grade desenhada em que todo o perímetro está controlado. Senador, pasme, para cada caminhão, naquele ano em que o Haddad contratou esse sistema, para cada caminhão de transporte de lixo legal em São Paulo havia 40 caminhões ilegais - 40! E as OCRs, os leitores de placa, Senador, somente os leitores de placa, identificaram 39 caminhões ilegais em cada rota.

A Prefeitura de São Paulo economizou US\$35 milhões no primeiro ano de implementação desse sistema. Depois veio um outro Prefeito que contratou e ampliou esse sistema, depois esse Prefeito virou Governador de São Paulo, essa empresa hoje faz a gestão de todo o resíduo sólido de obra de São Paulo, e não sai um tijolo, não sai um entulho em São Paulo, que não saia já georreferenciado, programado e numa linha imaginária com destinação final de produto. Todo o trajeto de qualquer detrito em São Paulo, no estado inteiro, é monitorado em tempo real, e o depósito é visto em tempo real num sistema acompanhado *online*.

Por que, Senador, nós não podemos ter isso na área de combustíveis? É algo ridículo.

É algo tecnologicamente tão simplório que a própria ANP, Senador, fez, a meu pedido, depois de muita insistência, um orçamento - o senhor veja aqui - de R\$338 milhões para fazer um sistema de monitoramento integrado só do setor de combustíveis. Está aqui, esse orçamento foi feito pela própria ANP e publicado no *site* da ANP. Aí nós calculamos aqui, Senador: uma fraude de 40 bilhões; se o sistema custa menos de 400 milhões, é menos de 1% da fraude. Quer dizer, nós

4/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

vamos pagar o sistema em dois meses, três meses, o sistema vai estar pago com folga e nós vamos economizar 39,5 bilhões. Quer dizer, não é razoável que nós fiquemos nessa inércia, ano após ano, tentando ter informações que são possíveis de termos e que não são providenciadas.

Eu fui já aqui ao nosso Presidente do TCU, várias vezes, dar queixa em relação à ANP, porque, enquanto cidadão do meu estado, eu quero saber qual é o volume comercializado de combustível no meu estado, Senador, para que a gente possa ter uma ideia de quanto é a arrecadação, que é uma coisa básica. E a ANP não provem essa informação. Aí eu fui ao Bruno Dantas, já estou com essa intimação lá há algum tempo, e espero ter uma resposta, assim como eu espero ter uma resposta sobre como uma concessionária sai de último lugar para segundo lugar no setor de combustível do Brasil sem nenhum monitoramento, sem nenhuma informação, sem nenhuma razão. Eu quero ter uma resposta, Senador, porque eu entrei no Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda, no Confaz, para saber se eles recebem essa informação da ANP. Não é razoável que nós não tenhamos essa informação, não é razoável que o Secretário de São Paulo, o Secretário do Rio de Janeiro, os dos 27 estados brasileiros não tenham a informação da ANP de quanto foi autorizado e comercializado na região em que aquele órgão fiscalizador está trabalhando, João Henrique.

Eu tive, então, a felicidade de convidar o Barreirinhas, semana passada, para fazer uma grande reunião em São Paulo, lá com o *staff* inteiro da secretaria, com o Secretário Samuel, e, graças a Deus, o Ministro Alexandre Silveira, a quem quero publicamente elogiar aqui, tão logo entendeu a minha proposta da ONSC e imediatamente encampou, ele imediatamente disse: "O Julio tem razão. Vamos fazer isso, vamos tentar construir uma nova institucionalidade, porque essa nova institucionalidade, que não vai estar, pelo menos num primeiro momento, capturada por esses agentes, vai prover de instantaneidade a gestão do combustível no Brasil, de instantaneidade a gestão das informações capazes de nos darem os dados que nos permita fazer a devida apuração".

Então, Senador, a minha fala aqui é no seguinte sentido: primeiro, entreguei ao Ministro Dino essa denúncia, que é pública, e ele tomou um susto. Eu disse: "Ministro, eu estou vindo aqui para mostrar para o senhor uma denúncia que está em *O Globo*". Já tem 15 dias, ninguém tomou uma providência. Eu fui lá na ANP um mês atrás para fazer essa indagação lá, e não tem uma resposta, Ministro. Não é razoável, não é razoável, porque é do que nós estamos falando nesta Comissão: devedores contumazes. Essa empresa mesmo declara que tem mais de 500 milhões de dívida, ela mesmo declara. Quer dizer, não é razoável, senhores.

E o que nós temos que fazer é um avanço. E, para avançarmos, temos que ir para uma nova institucionalidade, um novo modelo, um novo sistema.

E eu estou propondo esse novo sistema, porque é o sistema da instantaneidade, é o sistema em que nós podemos controlar as coisas em tempo real.

Eu tive, Senador, enquanto Relator da Comissão de Digitalização da Câmara, a honra de receber o gestor de tecnologia, o Ministro da Tecnologia da Estônia.

Fiz, inclusive, um grupo parlamentar de amizade com a Estônia, e o Ministro da Tecnologia da Estônia ficou absolutamente surpreso com o nível de tecnologia do Portal Gov.Br, que é um dos maiores, um dos três maiores sistemas de gestão de informações do mundo. Ele provê 5 mil serviços *online* para 160 milhões de brasileiros que estão lá cadastrados; e 40% desses brasileiros com padrão ouro, ou seja, com a assinatura da sua face e a assinatura do seu dedo. E nós não temos tecnologia para controlar o setor brasileiro de combustíveis? Nós vamos continuar permitindo... O relatório da Fundação Getúlio Vargas Energia é claro, não deixa dúvida: há entre 20% e 30% de fraude de mistura no combustível assim que ele sai da importadora ou assim que ele sai da distribuidora; quando ele chega ao posto, há uma nova diluição. E, depois, o pobre coitado do consumidor brasileiro sofre uma nova diluição quando ele para o seu carro na bomba, compra 1 litro de gasolina e recebe 980ml, ou recebe 800ml, ou recebe 700ml, nos casos mais graves.

Senador, todos os casos de fraude estão descritos há anos em trabalhos públicos e publicados pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Instituto Combustível Legal, pelo Sindicom. Está tudo publicado aqui, olha. Não sou eu que estou inventando isso, não! Está ali o nosso amigo do Instituto Combustível Legal. Esses dados são todos deles. E esses dados são públicos e publicados há anos! E nós vamos continuar, ano após ano, sem tomar uma providência? Nós vamos continuar só falando? Nós vamos continuar só nessa retórica?

E volto a dizer, Senador, com a maior humildade do mundo, sem a pretensão de perseguir ninguém, sem a pretensão... E eu estou falando isso porque tenho apanhado muito e tenho me assustado, sabe, Senador? O próprio MBL, aquele movimento de São Paulo, tem me batido muito toda semana porque eu estou querendo avançar nesse controle. Eu não estou entendendo por que um instituto que se diz liberal, que se diz democrático, que se diz em prol da modernidade do Brasil está tão preocupado de eu estar querendo fazer uma institucionalidade para acompanhar o sistema de combustível *online*. Tem uma parte da imprensa que tem me batido muito, Senador, de uma forma bastante assustadora, por eu estar fazendo essas propostas.

5/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Volto a dizer, eu não tenho nada contra nenhum empresário, não estou falando aqui nem o nome da empresa. Agora, enquanto cidadão, eu não posso permitir que o meu Estado perca R\$4 bilhões, R\$5 bilhões por ano, porque o que eu quero, Senador, é que esse dinheiro vá para a segurança pública, para que a gente tenha uma nova institucionalidade no país. Se a gente botar R\$20 bilhões na segurança pública, Senador, nós vamos mudar o país, nós vamos ser um dos melhores países do mundo, porque nós vamos combater essas quadrilhas que estão... No Rio de Janeiro, é uma temeridade o papel das milícias. É exatamente nas comunidades mais pobres onde o gás fica mais caro, a gasolina é mais cara, onde a mistura é pior, onde os postos colocam menos gasolina por cada litro contratado, porque os IPs estaduais, Senador, não têm capacidade, com o Inmetro, de combater essas milícias. Essas institucionalidades capturaram grande parte do Estado, e nós hoje estamos de mãos atadas.

Nós não faremos nada se não criarmos um novo momento, uma nova circunstância, uma nova maneira, que começa aqui, Senador, neste seu extraordinário trabalho de rever e de propor essa legislação para enfrentar os devedores contumazes.

Peço desculpas por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Deputado Julio, nós agradecemos, e é plenamente compreensível, porque são momentos ímpares como este que nós estamos tendo, de poder receber das suas mãos elementos que propiciarão que o debate, que haverá, sim, de ser feito na CCJ, possa ser mais robustecido.

São coisas que nos causam espécie, principalmente não aos senhores que estão nessa labuta, no seu caso, particularmente, há alguns anos, tratando da matéria e se aprofundando da matéria, mas, para quem não tem essa profundidade. E não vejo demérito algum em reconhecer - eu próprio, que não tinha esse detalhamento tão primoroso - o quão gravíssima é essa situação.

E aí, com muito jeito, com muita lhanza, você faz o uso da expressão capturar. Mas não vejo como exagero. Vejo, sim, como lastimar a identificação, porque as perguntas, interrogações que você faz e que as tem em respostas claras, o porquê de não se avançar numa coisa tão simples, como, por exemplo, de fazer esse acompanhamento instantâneo. Será por que não temos o devido, pleno e reconhecido conhecimento? Claro que temos. Existem outras razões, e já dizia meu pai: "Não existem coincidências". Se você buscar e puxar esse novelo, você vai identificar claramente os reais interesses que estão por trás desse processo que, alarmantemente, nos impõe tantos prejuízos.

Obrigado, Julio, pela presença, pela exposição. Mesmo que um pouco além do tempo - sete minutos são muito exíguos -, mas é pela oportunidade que nem sempre temos de fazer audiências e contar com as relevantes presenças que nós temos que estabelecer essa exiguidade de exposição temporal.

Meu querido Pietro, Secretário Pietro, V. Sa. dispõe dos minutos necessários à sua exposição.

O SR. PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES - Primeiramente, agradeço o convite do Senador Veneziano, por ter essa oportunidade de falar na Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia. Falo aqui, transmitindo a mensagem do Ministro Alexandre Silveira, sempre da parceria com o Senado, da importância do Legislativo, e um destaque especial para esta frente, que é tão importante, que toca tantos temas estratégicos aqui, para o Ministério de Minas e Energia.

Deputado Julio Lopes, que também é um grande parceiro do Ministro, tem levado essa pauta constantemente ao Ministério de Minas e Energia, também o cumprimento; cumprimento o meu colega aqui, Gustavo Ferreira, que é um parceiro também no CNPE, nas discussões de construção de políticas públicas; também o Procurador-Geral Adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS, João Grognet - também a gente tem atuado bastante, em conjunto com a Receita Federal.

Antes de dar início à minha exposição, gostaria de fazer aqui algumas considerações que considero bastante relevantes.

O Ministro Alexandre Silveira, desde o início da gestão dele, colocou esse tema do devedor contumaz, do combate às fraudes no setor de combustíveis como uma prioridade. Esse ano, ele promoveu uma reunião em que nós chamamos a Receita Federal e as secretarias de fazenda, a ANP, ao Ministério de Minas e Energia, os secretários, em que ele colocou o seu peso político, mostrando claramente a diretriz do Ministério de Minas e Energia, a necessidade de a ANP avançar num acordo de cooperação técnica das secretarias de fazenda com a agência.

Em que consiste esse ACT? A ANP passaria a ter dados das notas fiscais eletrônicas, e muitas dessas informações que o Deputado Julio coloca hoje já estão disponíveis nas notas fiscais eletrônicas. São questões de preço de combustível, volumes que são comercializados. Então, é uma base de dados muitos relevante.

Por outro lado, as secretarias de fazenda, também como já colocado aqui pelo Deputado Julio Lopes, teriam uma ação no processo de importação de combustível.

Então, muitas vezes, você tem caso em que há importação de combustível, de solventes que são utilizados para adulteração, que vão para empresas que são um escritório, que às vezes não têm uma unidade industrial. Então, a Secretaria de Fazenda

6/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

tem uma capilaridade maior de atuação. Ela pode ajudar a identificar esses potenciais desvios, e, aí, nós temos mantido essas tratativas junto à ANP, para que se faça esse acordo de cooperação, que é até um valor bem mais baixo, que a ANP teria que ressarcir a Secretaria de Fazenda... O orçamento aí, o estimado é em torno de R\$2 milhões por ano, em que a gente já teria um grande conjunto de informações que contribuiria para esse operador nacional de combustíveis.

O Ministro, há cerca de uns dez dias, também lançou o operador nacional de combustíveis. Nós estamos trabalhando no texto de um projeto de lei a ser enviado para o Congresso Nacional.

Esse operador nacional de combustíveis teria participação do setor privado, como bem colocou o Deputado Julio Lopes, e a gente acredita que seria uma boa medida de eficiência, porque você traz a eficiência do setor privado, combina com indicações do órgão público, e isso é um problema que eu acho que não é sozinho. Nenhuma instituição, ou só o governo, ou só o setor privado, que tem o Instituto Combustível Legal, tem a Brasilcom, tem o Sindicom, várias instituições que há anos colocam esses temas, e, realmente, o avanço que a gente vê é muito pequeno.

Então, o operador traria um órgão de apoio à ANP, não substitui a ANP, então isso é uma coisa que é importante, mas ele vai dar transparência, vai dar informação em tempo real... Como o Deputado Julio Lopes colocou, isso é muito importante não só para os membros do Legislativo, que fazem esse trabalho muito relevante de fiscalização, mas também para o próprio setor privado, para os formuladores de política pública, para o próprio Ministério de Minas e Energia, para o Ministério da Fazenda, para vários ministérios que dependem da qualidade da informação.

A gente não tem, hoje, essa informação integrada e não tem uma qualidade da informação que permita uma adequada tomada de decisão. Então, acho que essa é uma instituição, esse operador seria muito importante para apoiar a ANP e os órgãos de fazenda.

Então, passando aqui especificamente para o devedor contumaz, qual é o contexto? Já foi bem retratado aqui: a tributação de impostos é o principal instrumento de financiamento do Estado e das políticas públicas. São recorrentes as práticas anticoncorrenciais e a sonegação de impostos, com relação à obtenção de vantagens competitivas... Lembrando que a margem do setor de combustíveis, da distribuição e da revenda, é muito menor do que os impostos que incidem. Então, por mais que determinado agente seja muito eficiente, se algum outro agente não paga ou não recolhe determinado tributo, ele automaticamente ganha mercado, porque o tributo é muito maior do que a margem, e no Brasil a gente tem essa complexidade do sistema tributário, limitações de fiscalização do Estado, morosidade da análise e julgamento de processos... Aí, quando acaba um processo administrativo, ainda sempre tem a possibilidade de se recorrer ao Judiciário, os processos se arrastam, muitas vezes essas empresas fecham, abrem outras... É meio que uma situação assim: todo mundo que está no setor de combustíveis sabe quem faz, sabe quem são as pessoas, e nada acontece ao longo dos anos. A gente não consegue evoluir.

E aqui o estudo da FGV.

Então, a estimativa: são perdas de R\$14 bilhões ao ano de fraudes tributárias, sonegação e inadimplência, fraudes operacionais - R\$15 bilhões...

Então, a gente também observa a questão do metanol... E, aí, um sistema de informação contribui com a qualidade do combustível. Não é que vá substituir a ANP no exercício do programa de monitoramento de qualidade de combustíveis, mas se observa que determinados agentes, usinas de biodiesel, compram uma quantidade muito maior de metanol do que seria o necessário para se fazer a reação de transesterificação. Então, por que é que...

(Soa a campainha.)

A SRA. PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES - ... está comprando a mais? Para onde está indo esse metanol?

Esse caminho do volume, com medição de densidade, acompanhando a origem, se realmente chegou àquele ponto, tudo hoje a gente tem com a internet das coisas. Esse monitoramento poderia ser feito e, com certeza, contribuiria para reduzir as fraudes no setor.

E por que nós precisamos dessa legislação? Tem uma jurisprudência pacífica do STF que é chamada punição política para quem não paga tributo no Brasil. E, ainda, quando você abre um processo e começa a pagar o tributo, já fica desonerado, ou seja, é uma dificuldade muito grande conseguir punir alguém por não pagar tributo.

E a gente vê três PLs que estão em tramitação aqui no Congresso. Em particular aqui, como o senhor já colocou, há o PLP 164, de 2022, do Senador Jean Paul Prates, que é um PL que nós apoiamos - esses três, em particular esse. Eu acho que o Congresso pode, com certeza, avançar nessa pauta e dar a resposta de que a sociedade precisa.

Nós também estamos trabalhando - o Gustavo lidera esta iniciativa - em um PL do Ministério da Fazenda, que tem contribuições da ANP e do MME, no sentido também de combater o devedor contumaz.

7/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Ministério de Minas e Energia tem posição favorável ao combate ao devedor contumaz. Temos nos manifestado, quando recebemos aqui os projetos de lei, por meio de notas técnicas e encaminhamentos do ministério, favoráveis ao andamento dessa discussão dentro do Congresso Nacional, que com certeza dará a melhor resposta para esse problema grave social de concorrência, como já muito bem explicado pelo Deputado Julio Lopes.

Considerações finais.

Nós temos empresas que sonégam tributos de forma recorrente e que comercializam seu produto artificialmente mais barato.

Temos algumas unidades da Federação que já regulamentaram o conceito de devedor contumaz, mas é importante uma regulação federal; só a parte estadual não é suficiente. Temos aqui que enaltecer o trabalho dos estados que já adotaram essas medidas, mas precisamos também ter um suporte da União, uma legislação no âmbito federal.

Essas iniciativas que foram discutidas no último ano têm como objetivo impedir o uso do tributo como instrumento de desequilíbrio concorrencial. Que vença a melhor operação, quem compra o produto mais barato, quem entrega um produto de qualidade melhor, quem consegue associar sua marca a um produto de qualidade, mas não aquele que ganha mercado por não pagar tributos.

E a proposta de criação de um operador nacional de combustível vai contribuir para o desenvolvimento da gestão integrada das informações de toda a cadeia de abastecimento de combustíveis; por conseguinte, vai auxiliar no combate ao devedor contumaz e vai complementar essas medidas legislativas.

Lembro que é imprescindível, na visão do Ministério de Minas e Energia, a aprovação da legislação do devedor contumaz. E essa aprovação não exclui a necessidade de que nós sejamos capazes de melhorar a qualidade da informação, com o tanto que já se evoluiu nessa área de tecnologia da informação, porque ainda estamos num sistema atrasado, que recebe informação com planilhas de Excel, em que a gente tem que fazer reunião com os agentes para bater lá o estoque - "você tem quanto de estoque, isso aqui está batendo, esse número". Precisamos realmente informatizar e dar um passo relevante para combater essas medidas.

Obrigado. Deixo aqui os meus contatos. O ministério está à disposição para colaborar com o Senado e com o Congresso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, Pietro, Secretário. Mais uma vez, o meu agradecimento, o nosso agradecimento pela sua presença. Sempre que é chamado, se dispõe a representar o Ministro Alexandre Silveira e o Ministério de Minas e Energia. E é muito bom, Deputado Julio, porque aqui a sua presença, a presença do Ministério da Fazenda...

Enfim, é possível que nós creiamos que, com esta base de pressão legítima, bem fundamentada, façamos com que a retórica mencionada pelo Deputado Julio Lopes deixe de existir e passemos efetivamente a uma ação cujas repercussões e consequências sejam de fato sentidas. O Governo Federal tem total interesse, portanto, e existe uma base do Governo nesta Casa. Será que não somos suficientemente fortes? Não apenas com os fundamentos que trazemos aqui, que são inquestionavelmente palpáveis, constatáveis em números. O Deputado Julio dizia, Pietro, que nos números trazidos há uma defasagem de cinco anos - não sei -, por que são números de 2018: os 14, mais 15, 29 bilhões, o que hoje seriam 40 bilhões de prejuízos impostos.

Então, o apelo que eu faço - e terei de me manter com mais efetividade em contato com o Ministro Alexandre, com o Ministro Haddad, enfim, com as forças representativas do Governo Federal e com a sua base política, os Líderes Jaques Wagner e o Líder Randolfe - é para que nós avancemos a apreciação das matérias que, como bem já salientou o Pietro, se encontram a essa deliberação e que, não por outras razões, mas por aquilo para que já chamou a atenção Deputado Julio, se fazem lastimavelmente presentes entre nós.

Obrigado, Pietro.

Nós convidamos o Sr. João Henrique Grognet para a sua exposição.

Seja, mais uma vez, muito bem-vindo. Estou agradecido pela disponibilidade do seu tempo para colaborar com este debate.

O SR. JOÃO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET - Bom, em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas.

Senador Veneziano, muito obrigado pelo convite, muito obrigado por abrir esse espaço para o debate público e democrático, dentro desta Casa soberana, para a gente tratar de um assunto muito relevante. Talvez o momento seja especial por conta da reforma tributária, e esse assunto tem que caminhar do lado da reforma tributária, porque tem tudo a ver com ela.

8/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Deputado Julio Lopes, meu conterrâneo, obrigado pelas palavras. Acho que o senhor foi muito assertivo e muito preciso na declaração. Obrigado.

Eu trato desse assunto talvez há uns sete, oito anos e me impressiono com a dificuldade de a gente caminhar numa coisa que é tão óbvia. Veja, eu trago três premissas para esse debate, que são, para mim, as mais relevantes, e depois eu entro um pouco no nosso projeto de lei.

Primeiro, uma premissa que a gente nunca pode esquecer: o brasileiro é consciente das suas obrigações fiscais. O que eu quero dizer com isso? Mais de 90% - 92%, 93% - dos brasileiros, pessoas físicas e jurídicas, são conscientes e em dia com seus impostos. O que a gente está falando aqui é que esse projeto se destina a uma minoria... Não de contribuintes; a gente não está falando de contribuintes. A gente não está falando de contribuinte contumaz -; a gente está falando do devedor contumaz. Portanto, o brasileiro é tão consciente com o cumprimento dos impostos que é preciso ser consciente também na hora de a gente recrudescer na legislação contra o devedor contumaz. O devedor contumaz, conforme está classificado no PL, talvez represente 0,01% dessa população de pessoas físicas e jurídicas. E como é que 0,01% consegue impedir e capturar o debate de um assunto tão relevante para o Brasil e, sobretudo, para o povo do nosso Brasil? É impressionante a dificuldade, as forças ocultas que a gente encontra no debate público desse assunto.

Uma segunda premissa que, para mim, também é muito relevante. Quando a gente fala do devedor contumaz, a gente está indo numa tendência internacional de classificar os nossos contribuintes, aqueles que sustentam o nosso Estado, sustentam as políticas públicas, de uma maneira absolutamente irracional. Veja, 92% são regulares; 92% da nossa população física e jurídica precisam da simplificação dos impostos. Está lá a PEC 45 para reduzir isso. Então, não é o alvo da nossa... Eles não são, definitivamente, os destinatários dessa legislação. Há outra gama de contribuintes que tenta contribuir, que tenta cumprir a legislação tributária, e não consegue, geralmente por dois motivos. Primeiro: são tecnicamente hipossuficientes. E aí o que precisa fazer a administração tributária? Auxiliar e instruir, certo? Esses devedores, ou melhor, os contribuintes que não conseguem cumprir a legislação tributária precisam de instrução; eles querem pagar, mas, às vezes, não conseguem cumprir as obrigações acessórias. Precisam de instrução e auxílio para que cumpram. E, às vezes, também não conseguem cumprir por uma dificuldade econômica. Esses precisam também da tutela do Estado: não precisam da sanção do Estado; precisam, sim, da ajuda. E está aí a transação tributária aprovada por esta Câmara em 2020 para dizer o quão necessário é o auxílio para aquele que tenta cumprir, e não consegue, por uma dificuldade econômica, porque ninguém está livre de um insucesso econômico do seu negócio - isso é absolutamente natural no mundo inteiro.

Agora, a gente tem uma parcela, e é a parcela de 0,01%, ou seja, 99,99% dos demais estão nas outras classes - 0,01% é pouco, a gente conta e talvez caiba dentro de duas, três salas -, de contribuintes não é que não cumprem porque não sabem como cumprir, ou não cumprem porque não têm capacidade econômica para cumprir: eles não querem cumprir. Eles enxergam o Estado como um inimigo, então eles não fazem porque não querem. E aí entra a tradicional e milenar necessidade de o Estado obrigá-los a fazer por meio das sanções. E é para isso que se destina o PL do devedor contumaz. Veja, o 0,01% dos devedores contumazes precisam com urgência de ser sancionados, e essa é a prática internacional.

Uma terceira premissa que para mim é muito relevante...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET - ... e diferencia o contumaz do devedor, ou melhor, o devedor do contribuinte é a seguinte. A tributação é um jogo de soma zero. E o que o devedor contumaz faz? Ele não só quer ter, auferir maior lucro, como ele também quer que o seu concorrente tenha um menor percentual de receita. Para quê? Para destruí-lo. É isso. Ele não quer só ser o soberano naquela atividade econômica, ele não quer que haja mais ninguém naquela atividade econômica, para ele lucrar cada vez mais à custa da população. Essa que é a grande verdade.

E aí, quando a gente está diante de uma inadimplência contumaz, o Estado tem duas saídas, duas saídas apenas. Ou a gente reduz o gasto com política pública, que não me parece ser uma ideia do Estado. Você vai tirar o quê? A merenda da criança? Você vai diminuir as escolas? Você vai diminuir a segurança pública lá do Rio de Janeiro? Eu acho que essa não é a opção. Aí, qual é a segunda opção do Estado brasileiro, se a gente não avançar no devedor contumaz? A segunda opção é redistribuir o custo do Estado por entre os demais que pagam. Então, Deputado Julio, o senhor paga uma parte dos seus impostos que deveria ter sido paga por outra pessoa. Por quê? Porque a gente está redistribuindo os custos disso tudo. Passadas essas premissas, eu tenho dois pontos aqui sobre o PL, que me parecem ser muito relevantes.

O primeiro é o seguinte. O PL tem uma grande vantagem de trazer uma uniformização nacional do conceito de devedor contumaz. Alguns estados avançaram de maneira muito positiva na conceituação do devedor contumaz. Agora, cada estado, por ser soberano, fez da sua maneira. E, aí, a gente tem uma insegurança relativa em relação a isso, porque, no Estado do Rio de Janeiro, são cinco prestações; no Estado de Minas Gerais, são sete; no Estado de São Paulo, são nove;

9/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

no Estado do Mato Grosso, você depende da necessidade da fraude. Mas, sim, e aquele que opera nacionalmente? Como é que vai se enquadrar nessa questão? Isso custa dinheiro, isso é um fator de geração de insegurança jurídica.

O segundo é o seguinte. Quando a gente tem muitas legislações que falam sobre o mesmo assunto - e o contribuinte precisa se adequar a todas elas -, há uma degradação da força normativa individual da legislação. Por que não uniformizar? Veja, o conceito tem que ser único, para que qualquer pessoa que more no Brasil ou que se aventure a investir no nosso país saiba que aquela conduta é altamente repulsiva aqui no nosso país. Não dá para admitir... Esses contribuintes são indesejados aqui no nosso país. Vai investir em lugar que admita a fraude, que admita a inadimplência contumaz. No Brasil, não podemos deixar um negócio desse.

O último ponto - e é uma sugestão que me parece ser muito relevante - é um desenho, uma arquitetura diferente do conceito de devedor contumaz. Porque, veja, mesmo dentro do devedor contumaz, mesmo dentro daquele 0,01% de devedores, a gente tem duas grandes classes bem definidas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET - A primeira é a seguinte: o devedor que não faz o adimplemento reiterado e substancial. Esse demanda do Estado uma certa força cogente, uma certa penalidade. Agora, a gente tem aquele que não paga reiteradamente, não paga substancialmente seus tributos, mas que também pratica fraude. E eu estou falando daquele que coloca uma terceira pessoa, uma interposta pessoa, para tocar os seus negócios, que faça uma blindagem patrimonial, ou então que oculta o seu patrimônio para não pagar aquilo que ele deve para o povo do Brasil.

Senador, muito obrigado pelo espaço. Eu acho que este é um debate dos mais ricos que esta Casa soberana pode tocar, no âmbito de 2023 e 2024, para que a gente consiga avançar e chegar à outra ponta, e para que a minha geração consiga enxergar isso como dever cumprido para as próximas gerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Sua presença aqui, além de alegrar, acima de tudo dá-nos substantivas colaborações com as informações trazidas. Vai ser de suma importância a sua presença, doravante, nesse processo de convergência de esforços para que nós avancemos no trabalho legislativo.

À mesa, como último expositor - depois nós vamos convidar o Sr. Mozart Rodrigues para fazê-lo -, eu convido a fazer uso da palavra o Sr. Gustavo Henrique Ferreira.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA - Obrigado, Senador. Na pessoa do senhor, cumprimento o Deputado Julio Lopes; meu amigo Pietro, companheiro de longas batalhas já no setor de combustíveis; e o Dr. João, companheiro de ministério. Cumprimento também os demais.

Senador, eu trouxe uma pequena apresentação.

O primeiro eslaide trata um pouco das competências da nossa secretaria, da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério. Pode parecer uma parte um tanto institucional, mas eu acho que as competências que ali são trazidas trazem um pouco do porquê de a gente está aqui discutindo esse assunto.

O inciso I da competência da secretaria, que está disposto lá no decreto de organização do Ministério da Fazenda, trata que à nossa secretaria compete "formular, propor, acompanhar e coordenar propostas de reformas econômicas, com vistas a promover a eficiência econômica e a justiça social".

Nós exercemos as competências do art. 19 da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, acompanhamos o funcionamento do mercado e propomos medidas de estímulo à eficiência, inovação e competitividade, melhoria regulatória do ambiente de negócio e promoção à concorrência.

O Deputado Julio Lopes fez uma fala importante, e o Dr. Pietro também. Acho que, quando a gente tem práticas como essa já consolidadas, a repressão a elas é muito difícil. E é por isso que a gente trabalha com medidas institucionais para evitar que essas práticas sejam possíveis. A gente precisa transformar o mercado num mercado que não permita esse tipo de prática.

Qual é o objetivo dessa discussão? E aqui eu trago uma fala pública do Presidente Lula, lá em janeiro - salvo engano, janeiro ou fevereiro deste ano. Ele, depois de uma reunião com um agente do setor, trouxe que: "Ontem um cara me disse que [...] três empresários de combustíveis [...] juntos sonegam R\$20 [...] [bilhões] por ano. Não sei quem são, mas precisamos fazer fiscalização e denunciar os sonegadores [...]".

E aí, Senador, quando o senhor diz que a gente tem uma base do Governo, acho que a gente já teve o próprio Presidente da República manifestando preocupação com esse assunto.

Depois, ali ao lado, há três falas do nosso Ministro Fernando Haddad.

10/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

"Ninguém acha que vai ser bom para a economia brasileira contrabando, carga roubada [...]. Nada disso vai ser bom ao Brasil, e a maneira de garantir isso é concorrência igual para todo mundo." Isso não foi uma fala no segmento de combustíveis, ele estava falando de outro setor, mas eu acho que a fala se aplica muito bem ao que a gente está discutindo.

Eu passo para a última fala ali: "O que está se reclamando por parte de algumas empresas é que está havendo uma espécie de concorrência desleal [...] Está sendo investigado e será coibido. [O] melhor que pode acontecer ao consumidor e [à] economia brasileira é uma isonomia na concorrência".

A frase do mês, lembrando a fala do meu amigo Dr. João sobre reforma tributária, é quando o Ministro fala da reforma tributária e coloca: "A reforma tributária é para buscar justiça, não é para buscar mais arrecadação".

Eu acho que tudo isso se aplica a esse assunto que a gente está discutindo.

O problema eu acho que todos conhecem. O estudo da FGV traz 14 bilhões em perda de arrecadação aos cofres da União e estados; crime organizado, como isso facilita a atuação do crime organizado, a investigação da Polícia Federal que aponta 50 postos suspeitos de terem sido usados para a lavagem de dinheiro, enfim; e a concorrência desleal. Eu cito também uma frase do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luís Roberto Barroso: "A inadimplência do devedor é reiterada, sistemática, contumaz, verdadeiro modelo negocial do empresário, seja para enriquecimento ilícito, para lesar a concorrência ou para financiar as próprias atividades".

A gente está falando é disso, não é do devedor eventual, daquele que tem uma dificuldade financeira e não consegue... Um modelo de negócio do devedor contumaz é fazer isso. E a gente olha muito para esse assunto da concorrência desleal.

E aqui, para finalizar talvez essa primeira parte da apresentação, a gente não está falando de uma medida que vem trazer o poder de império do Estado. Aqui não é o Estado se impondo contra o particular, coagindo o particular a recolher seus tributos. O Supremo Tribunal Federal já foi claro de que não é lícito ao Estado fazer isso. A gente não está querendo limitar o exercício da atividade econômica como forma de cobrar tributo nem aumentar a arrecadação. Não é isso que a gente quer fazer nessa medida.

Aqui é um Estado regulador...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA - ... o Estado querendo organizar a atividade econômica, proteger o interesse difuso. Aqui o que o Estado busca fazer é proteger o interesse da sociedade, dos consumidores e dos demais agentes de mercado que estão tentando competir nesse mercado de maneira leal contra os particulares que estão competindo de maneira desleal, praticando atos ilícitos. Então, aqui não é...

Muitos acham que isso é para aumentar a arrecadação e que o Ministério da Fazenda está aí buscando dinheiro. Não, aqui a gente quer organizar a atividade econômica, protegendo os interesses difusos dos demais consumidores e demais agentes do mercado. A gente quer concorrência em igualdade de condição, prevenção e repressão de atos ilícitos, é óbvio, e - mais uma palavra que o nosso Ministro sempre fala - justiça social. É trazer quem tem que pagar imposto, é trazer o rico, é trazer aquele que pratica uma atividade econômica que gera obrigação de pagar imposto para dentro do orçamento, para pagar o imposto, para a gente preservar o pobre que precisa desse dinheiro, dessa arrecadação para receber os serviços do Estado.

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA - Dado o tempo, talvez eu pare por aqui.

Aqui é um breve histórico, Senador, da tramitação dos projetos. A gente teve a Emenda Constitucional 42, lá em 2003, que trouxe uma pequena reforma tributária e inseriu esse art. 146-A na Constituição. Desse artigo, eu destaco que a lei complementar pode estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União estabelecer normas de igual objetivo.

E aqui é um primeiro ponto em que, como o Pietro colocou, a gente veio trabalhando dentro do ministério. A gente entende que a União, apesar de não ser a saída ideal por não ser capaz de uniformizar o conceito, pode fazer, por lei ordinária, medidas nesse sentido. Então, se por lei complementar, pela exigência de quórum e de convencimento, o caminho é mais longo, talvez a gente tenha a oportunidade de fazer isso por lei ordinária.

Em relação ao conceito, aqui eu trago o conceito que está na redação original do PLP 164.

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA - Há algumas preocupações, Senador, com a devida vênia, que eu acho que precisam ser observadas e que a gente vem tentando observar no diálogo que a gente vem fazendo com a assessoria do senhor.

11/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quando o art. 6º trata de que lei específica poderá prever, a gente não quer enfrentar esse debate novamente. Se a gente conseguir passar a lei complementar, a gente precisa que ela seja pelo menos no âmbito da União e já aplicada de imediato. A gente não precisa fazer uma lei complementar para depois fazer uma lei ordinária sobre isso novamente. Quando ela traz o cancelamento da inscrição, a vedação da fruição de benefícios fiscais, a gente também entende que poderia caminhar para mais medidas, vedar a contratação com a administração pública, o recebimento de autorização, outorgas para prestação de serviço público, para trazer mais efetividade ao conceito e àquilo que surge depois do conceito. Aquele agente que é classificado como devedor contumaz tem que ser punido, tem que ser impedido de praticar determinadas condutas.

E quando a gente fala do setor de combustíveis, é uma atividade que não é serviço público mas é de interesse público e é autorizada pelo Estado. Como o Estado concede autorização para um agente que é sabidamente devedor contumaz? Eu vou conceder autorização num dia para ter que cassar no outro, porque a gente sabe que ele adota práticas fraudulentas? Então, é nesse sentido que a gente vem trabalhando na iniciativa dentro do Executivo, mas estamos sempre à disposição para construir em conjunto. A gente não tem intenção nenhuma em ter protagonismo nessa matéria, tanto que a gente já encaminhou para a assessoria do senhor algumas sugestões, e vão todas nesse sentido de aprimorar tanto o conceito quanto as consequências dele.

Aí eu paro por aqui, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Gustavo, obrigado mais uma vez.

Quero dizer o quanto são importantes as presenças dos senhores e das senhoras exatamente para que nós façamos aquilo que é próprio do trabalho legislativo. Nenhum daqueles que se predispõe a elaborar, a construir intelectivamente ideias nas Casas, ou que é chamado às responsabilidades de relatar, pode ter a pretensão ou mesmo a presunção de dizer que seu trabalho é perfeito; nós temos é que amadurecê-los, aperfeiçoá-los, aprimorá-los, corrigi-los.

De antemão, agradeço a presença de vocês desde o momento em que vocês próprios nos procuravam para fazer esse debate, e também agradeço por essas sugestões. De pronto, eu pessoalmente já me convenço da pertinência de ambos; e olhando aqui para o nosso querido colega Marcelo, que é da Casa e um extraordinário colaborador, como também extraordinários colaboradores os nossos Consultores, para que no nosso relatório absorvamos, entre outras sugestões, essa que você nos traz. Obrigado, Gustavo.

Dr. Mozart, seja bem-vindo. Obrigado e desculpe-nos por ter que esperar para sua exposição.

O SR. MOZART RODRIGUES (Por videoconferência.) - Sem problema, Senador.

Senador Veneziano, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade dada ao IBP para participar desse debate do devedor contumaz, colocar alguns pontos aqui... O que me resta, não é, depois da fala do Deputado Julio Lopes; do Secretário Pietro; do Gustavo, Coordenador-Geral de Regulação e Concorrência do Ministério da Fazenda; do próprio João, Procurador-Geral Adjunto? Não me resta muito a falar, não é?

Eu quero trazer alguns pontos aqui do setor, começando pela Emenda Constitucional 42, que incluiu o 146-A na Constituição, que é de 2003, um ponto a ser observado. Vamos fazer 20 anos da emenda constitucional e lá ela fala que a lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios concorrenciais.

É importante fazer essa leitura - vírgula: "[...], sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo". Ou seja, a emenda constitucional quis fazer uma norma geral para que... Como também foi colocado aqui pelo próprio Dr. João Grognet, vários estados hoje já têm essa lei complementar que estabelece critérios, já têm lei que trata o devedor contumaz com critérios diferentes de caracterização dessa contumácia. Então, é importante a gente ter aqui, sim, uma lei complementar que estabeleça os critérios básicos de observância desse devedor contumaz, para se caracterizar esse devedor contumaz.

Por isso, até um ponto que o setor coloca é que é importante a neutralidade dessa lei complementar, para que ela possa ser utilizada por todos os entes federados, ou seja, não se devem colocar, nessa lei complementar, características específicas da União, ou dos estados, ou dos municípios, para que todos os entes federados possam ficar embaixo desse guarda-chuva da lei complementar sem que tenha qualquer observância de ilegalidade e para que se suprima qualquer insegurança jurídica.

Partindo desse princípio de que a gente já vai fazer 20 anos dessa emenda constitucional e de que não tem essa regulamentação, é importante destacar o pontapé inicial dado em 2017, através do PLS 284, de autoria da Senadora Ana Amélia; na sequência teve, sim, o PLP 1.646, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta essa parte final do art. 146-A; e hoje o que a gente está debatendo aqui é o PLP 164, de 2022, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

12/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Na linha, inclusive, do que já foi colocado aqui, sem fazer muita delonga, o setor entende, sim, que a gente deve observar os dois tipos de devedores - o devedor reiterado e o devedor contumaz -, porque o devedor reiterado é aquele que não tem como finalidade o não pagamento de tributo, a contumácia. Então, ele deve ser observado, porém deve ser distinguido do devedor contumaz.

Outro ponto importante e louvável do projeto de lei é que as consequências desse devedor seriam, em regra, criar, como o próprio *caput* lá do art. 146 fala, regimes especiais de tributação. Por que regimes especiais de tributação? Porque a finalidade da norma é fazer com que o devedor contumaz pague tributo. Então, para isso, sim, é necessário que se criem regimes e critérios especiais de tributação com a manutenção de fiscalização ininterrupta, o controle especial de recolhimento de tributo, uma instalação compulsória de equipamento que controle a produção e comercialização e estoque, antecipação ou postergação de fato gerador, concentração de incidência de tributos, adoção de alíquotas específicas, adoção de regimes estimativos. Isso tudo é bem importante. Por quê? Porque você não vai obstá-los... Por exemplo, ainda que seja louvável a iniciativa colocada pelo Gustavo de você vetar a contratação com a União, nem todo devedor contumaz contrata com a União. Então, a gente tem que observar que, com a opção por ter critérios especiais de pagamento de tributo, você atenderia todo e qualquer devedor contumaz.

Este é um ponto que a gente destaca: como é uma lei complementar, os estados terão que fazer leis ordinárias internas dentro dos estados, observando a criação dessa lei complementar. Portanto, sim, tem a necessidade da manutenção das leis de cada estado, tratando do devedor contumaz.

Um ponto que a gente observa aqui como setor e que a gente gostaria de deixar claro aqui é que a gente apoia na íntegra a aprovação desse Projeto de Lei 164. É um projeto que já foi amplamente debatido com o nosso setor e com outras entidades. Então, é um projeto que a gente diria que, na iniciativa privada, já está maduro. A gente já passou pelos estudos aqui da iniciativa privada. Então, a gente entende que atende ao seu objetivo final. A única coisa que a gente reitera, deixa muito claro e que são pontos que a gente entende que o projeto deve observar - e o Projeto 164 observa na plenitude todos esses pontos -: que ele deve ser veiculado por meio de lei complementar, de abrangência nacional; que trate exclusivamente dos débitos tributários - isso é importante, é um projeto que vai tratar do devedor contumaz de tributos, por isso ele tem que trabalhar única e exclusivamente tributos, não cabendo aqui trazer outros tipos de débito -; que leve em conta a eleição e a situação de configurador da inadimplência contumaz, substancial - tem que estar devidamente caracterizado o que é o devedor contumaz, quando que isso ocorre, por que isso ocorre -; que não perca de vista o elemento do dolo, na identificação do devedor contumaz, ou seja, tem que ser provado o dolo do devedor contumaz, porque, como bem falou o Gustavo lá, colocando as palavras do Ministro Barroso, ele tem que ser caracterizado como - nas palavras da fala dele, eu tenho isto aqui também - "o descumprimento justificado e reiterado de obrigações tributárias, principais e acessórias, por parte da recorrente", ou seja, tem que comprovar que a finalidade dele como empresa é a contumácia, é não pagar tributo. Então o elemento do dolo é importantíssimo na caracterização do devedor contumaz.

Outro ponto que deve ser observado: é necessário o processo administrativo fiscal regular, ou seja, você não pode falar que o contribuinte é devedor contumaz e ele ter que fazer uma prova negativa de que ele é o devedor contumaz. O ente tributante - a União, o estado e o município - tem que ter um processo administrativo antes de dizer que ele é um devedor contumaz, o Estado tem que provar que ele é um devedor contumaz - e isso tudo está dentro do PLP 164, não estou falando nada diferente disso. Como está hoje dentro do PLP 164, já atende todos esses pontos - há o alinhamento do texto do PLP 164 com conceitos já em institutos de direito tributário em geral, em especial o CTN. Deve-se também evitar gerar associações entre conduta de devedor contumaz e terceiros.

Então, o setor tem como premissa a busca dessa legislação do devedor contumaz, que é um ponto que para a gente é muito importante, é uma busca que o setor tem desde 2003 - quero deixar isso bem colocado aqui, para ficar bem gravado. Muito pelo que já foi dito pelo próprio Deputado Julio Lopes, pelo que foi dito pelo Pietro, pelo que foi dito pelo Gustavo e pelo que foi dito pelo Dr. João, da PGFN, a gente busca que o devedor contumaz, a contumácia, o não pagamento de tributo, não desequilibre o mercado de combustível.

Eu acho que as palavras são essas, estou querendo ficar aqui dentro do meu horário.

Só para finalizar aqui, o IBP apoia o Projeto de Lei 164 e a aprovação dele tal como ele está hoje, com o devedor contumaz já devidamente caracterizado lá.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, Mozart. Muito grato pela sua participação, porque, afinal de contas, você traz luzes jurídicas ao debate, para as melhores colocações em nosso relatório.

13/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Como derradeiros e não menos ilustres participantes, nós temos as presenças do nosso querido Dr. Abel Leitão e Dr. José Guilherme. No par ou ímpar...

Abel, seja bem-vindo! Faça uso do nosso microfone.

O SR. ABEL LEITÃO - Boa tarde, Senador Veneziano. Muito obrigado aqui pela oportunidade de trazer a Brasilcom, para trazer aqui alguma contribuição. Deputado Julio Lopes e membros da mesa, eu saúdo a todos.

Bom, vou falar rapidamente, porque ser um dos últimos a falar não traz muitas novidades, mas eu acho que posso colocar aqui alguns pontos.

Primeiro, eu vou falar um pouquinho da Brasilcom. A Brasilcom é uma entidade que reúne 40 distribuidoras médias e pequenas, que são distribuidoras regionais, e obviamente que esse tema, quando alguém fala de justiça social, é uma justiça social também com a concorrência, com a concorrência de empresas que estão nascendo, que estão lutando, que estão brigando pelo seu lugar ao sol. Então, eu acho que isso é importante.

Devedor contumaz, que já foi bastante bem definido, discutido, é aquele que faz da sonegação de impostos uma vantagem competitiva, promovendo uma concorrência desleal e predatória muitas vezes, através do crime da sonegação. Isso está claro.

Agora, eu queria adicionar - eu acho que isto, sim, vale a pena, talvez seja uma das poucas coisas que eu posso adicionar - por que ele é tão difundido no nosso setor, não é? Estamos falando de um problema da sociedade. Por que em combustível? Porque, em combustível, o peso dos impostos é muito grande e as margens são muito pequenas proporcionalmente ao preço. Então, qualquer um que se apodera de impostos, que muitas vezes chegam a quase 50% do preço final, com margens que estão na casa de 1%, 2%, 3%, 4%, tem uma vantagem descomunal, não tem nem como você contemplar... Se alguma distribuidora pequena ou média - e é esta a dramaticidade, por isso é que dou um pouco de ênfase aqui, falando como Brasilcom, como empresa regional -, se uma dessas empresas tiver o azar de estar numa área de influência de um concorrente desse tipo, ela está morta, não tem futuro. Então, além do prejuízo à sociedade, que não é pequeno, são R \$14 bilhões... Estamos falando de bilhões, é coisa de orçamento público, é muito dinheiro. Você tem uma destruição, um desincentivo.

Eu falava com o Senador agora há pouco: hoje, no nosso Rio de Janeiro - eu também sou carioca, assim como o João, somos conterrâneos -, você não tem incentivo para que se entrem novas distribuidoras regionais, porque é um mercado dominado em boa parte por sonegadores contumazes. Então, é um absurdo. Quem perde é a concorrência, quem perde é a sociedade.

Então, enfim, eu acho que esse é o ponto que eu queria destacar. É um viés, é um olhar também na justiça social no que toca à concorrência, especialmente no mercado em que é muito pesado em capital de giro, é muito difícil ganhar escala, crescer, não é? E isso destrói. Se você der o azar de estar ali - eu vou repetir - com um concorrente desse tipo, pode mudar de ramo, porque aquele ali não vai para a frente.

Bom, já foi dito também, isto já tem muitos anos - o próprio Mozart colocou -, a gente está há muitos anos, é uma legislação complexa, muito complexa, dá muitas brechas às fraudes, aos golpes. Há um N número de golpes. Aqui estão falando, no total, no Brasil, de R\$14 bilhões. É o dobro daquele número aí que estavam falando, de R\$7 bilhões, mas é regional. Em nível nacional, estão falando de R\$14 bilhões. Esse é um estudo amplamente difundido.

Grande parte disso é no ICMS e é no álcool hidratado - é importante destacar. Há uma concentração muito grande no que toca aos biocombustíveis. Apoiamos biocombustíveis, não há dúvida disso, mas, infelizmente, pela sistemática que existe, há uma grande concentração de fraudes no álcool hidratado. Comentava também aqui o Deputado Julio do metanol. Essa é uma das maneiras em que isso ocorre, mas há N maneiras em que isso ocorre no álcool hidratado; é o que mais sofre.

De qualquer maneira, a gente estava fazendo uma conexão: há que se dizer que uma maneira de mitigar isso - e isto é importante na reforma tributária; vou fazer referência, uma ponte - é a monofasia e a alíquota *ad rem* para combustíveis e biocombustíveis. É importante; não é detalhe, é ponto fundamental, até para mitigar um pouco esse desastre, esse câncer que ocorre no nosso setor.

Falando um pouquinho aqui... Nós apoiamos integralmente, assim como já foi dito, o PL 164. Acho que é muito completo, está bastante... É um primeiro passo. Isso obviamente não vai se encerrar - já foram dadas aqui diversas contribuições -, há vários passos que isso vai dar, mas é um grande passo. Ele ajuda a caracterizar o devedor contumaz, e com isso você tem uma ação mais rápida do Estado - Estado no sentido amplo, seja estadual, federal, enfim, de qualquer nível.

A gente sempre faz este tipo de ressalva aqui: é importante que a nova legislação ataque os devedores contumazes, como o próprio João colocou, que é um percentual mínimo - mínimo - dos contribuintes, e não seja uma carga burocrática, administrativa pesada àqueles que pagam os impostos. E aí eu falo um pouco defendendo aqui o setor de pequenas e

14/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

médias empresas, em que é uma loucura, só o setor tributário, o que ocupa de funcionários, de custos etc. Então, esse é um alerta que a gente sempre faz. Acho que o PL 164 está muito bom nisso, está cobrindo bem, mas é sempre importante fazer esse alerta.

E para o Brasil, que tem pressa de cobrir déficit fiscal - está-se falando tanto em déficit fiscal hoje em dia -, eu acho que é uma lei que precisa ser aprovada urgentemente para ajudar a tampar esse buraco, o que é muito importante, além de trazer justiça na concorrência. Eu clamo por isso. Eu acho que é mais defendendo o setor como um todo, mas especialmente as pequenas e as médias empresas regionais. A lei é muito importante para a sobrevivência e o crescimento desse setor.

Sabe que em poucas vezes aqui na vida eu vi um tema com tanta convergência de interesses? Eu acho que todos aqui temos a ganhar. E aí, sem precisar... Surge-me uma pergunta interessante: por que isso está há tantos anos...? Essa lei é lá da Ana Amélia, da Senadora Ana Amélia. Por que isso - é uma pergunta provocativa, claro - está há tantos anos e não passa, se interessa a tanta gente?

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Abel, antes que eu próprio o contestasse ao dizer, no início das suas palavras expositivas, que não haveria de colaborar com este momento, você já o fez, ou seja, a sua exposição mostra exatamente o quão importante foi e é tê-lo entre nós para fazer esse engajamento de forças convergentes.

Querido Guilherme, caberá a você, como o último expositor, fazer o uso da palavra. Seja muito bem-vindo mais uma vez!

O SR. JOSÉ GUILHERME FONTES DE AZEVEDO COSTA - Muito obrigado, Senador.

Espero ser breve, até porque todo o principal já foi colocado.

Quero agradecer a presença, por estar na Casa do povo, de falar a V. Exas. Quero agradecer especialmente ao senhor, como representante do Senado, a V. Exa.; e a S. Exa. o Deputado Julio Lopes. Mas queria também registrar que, à mesa, há uma pessoa que é um grande ídolo, de certa forma, para mim, porque o Dr. Grognet é um dos ícones de aproximação entre a Procuradoria da Fazenda Nacional e os bons contribuintes. O trabalho dele e de diversas outras pessoas faz com que 92% em breve seja 93%; daqui a alguns anos, 94%, e poderemos, enfim, caminhar para que tenhamos uma tributação concreta mais próxima possível da abstrata. E, assim, com simplificação, com todos os avanços que se pretende, cada um vai pagar a sua parte, e seremos uma sociedade solidária, como a Constituição, que foi o pacto que fizemos com nós mesmos, prevê.

Pois bem, muito bem colocou o Sr. Senador: nada é por acaso; o universo raramente é tão preguiçoso a ponto de acontecer uma coincidência. Quem comete o crime tributário, certamente também comete o crime contra o consumidor, comete o desatino contra a concorrência, mas comete também crimes contra o meio ambiente. Vamos nos lembrar de que estamos falando de combustíveis, algo que, efetivamente, pode, quando mal manuseado, causar problemas ao meio ambiente. Então, quando a gente enxerga aquele número de 30 bilhões, 40 bilhões, 50 bilhões, ainda temos que agregar esse aspecto.

Há ainda o seguinte - muito bem colocou o Deputado Julio Lopes -: o crime contra o consumidor aqui não é só um crime relativo à quantidade ou à qualidade do produto; é também um crime contra a saúde dele. Em breve, é possível que tenhamos uma maior onerosidade na saúde pública, exatamente porque esse consumidor e quem trabalha no posto podem estar sofrendo os males decorrentes principalmente do contato indevido com o metanol.

Há um ponto que o Deputado trouxe, que eu achei fantástico, porque conecta com o aspecto da reforma tributária, que é mais uma das nossas bandeiras. Permitam-me aqui, inicialmente, dizer o óbvio: somos todos 100% favoráveis à aprovação do Projeto de Lei Complementar 164, de 2022, exato como está.

Ademais, e agora conectando, o Deputado nos traz a importância da questão da rastreabilidade do combustível. Deputado, se conectarmos isso a uma tributação *ad rem*, que acontece exatamente pelo volume do produto, desconectado do preço, além de eliminarmos a problemática relativa à retroalimentação desse preço e desse tributo, alcançaremos, de uma forma muito mais eficiente e muito mais breve, essa tributação concreta aproximada da tributação abstrata.

Ademais, se aliarmos isso à monofasia, vamos tirar da equação grande parte desses hoje contribuintes devedores contumazes.

Então, é necessário um conjunto de ações, e me parece que os dois grandes elementos estão aqui, na mesa. O outro estava sendo discutido aqui do lado. A reforma tributária para combustíveis - para *commodities* em geral, eminentemente para combustíveis - tem que contemplar a monofasia *ad rem*. Contemplar apenas a monofasia pode não ser suficiente, Sr. Senador, Sr. Deputado: é necessário trabalhar com todo esse arcabouço, de modo que a ideia de V. Exa. possa se adaptar, e, a partir disso, teremos um combate de verdade não só ao contribuinte devedor contumaz, mas ao criminoso contra o consumo, ao criminoso contra o meio ambiente, ao criminoso contra a saúde pública, ao criminoso contra a melhor concorrência.

15/16



Reunião de: 07/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Acredito, como bem colocou o Abel, colega de longa data, que estamos no caminho. Não vejo, nunca ouvi se falar mal desse conjunto de iniciativas, mas precisamos, juntos, sair da retórica de modo consistente, porque, se não o fizermos, todo o trabalho da PGFN e de outras grandes procuradorias vai ceder, e vai ceder porque a natureza humana - e graças a Deus por isso - é de sobrevivência.

O contribuinte que recolhe o seu tributo e olha para o lado e vê seu competidor não recolhendo esse tributo, inicialmente ele vai tentar ir às autoridades e ver o concorrente dele recolhendo. Se ele perceber que isso não funciona, sabemos todos qual será o próximo passo.

Então, para que 92% virem 93%, 94% e nos aproximemos ao máximo dos 100%, que é o que este país merece e precisa, para que o trabalho da PGFN seja coroado, vamos trabalhar no sentido de ver aprovado o PLP 164, de 2022, e no sentido de a PEC 45-A contemplar a monofasia *ad rem* dos combustíveis.

Era a minha palavra, dentro do tempo.

Agradeço demais a todos e a todas. É uma honra, é uma satisfação estar na Casa do povo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Muitíssimo envaidecido pela sua presença, Guilherme. Seja sempre bem-vindo.

E penso, meu estimado companheiro de Parlamento, Deputado Julio, que cabe-nos agora... Acho que nós deveríamos ou devemos - se assim não for, de minha parte, presunçoso - estreitar esses entendimentos estratégicos, para que não nos percamos com iniciativas isoladas. Penso eu que, nesse tempo pequeno que nos resta até o final do ano, se nós pudermos... Evidentemente, com a presença do Governo. Nós temos uma base do Governo aqui. Sem ela, ficaremos em torno de debates infundáveis e nada producentes. Então, é preciso que as duas expressões aqui, Ministério da Fazenda, Ministério de Minas, façam as suas respectivas obrigações, como também a Fazenda, e nós, enquanto Parlamentares, busquemos o convencimento de algo que, a nosso ver, é tão claro como a luz do dia.

Nós não podemos nos quedar, mesmo que convencidos estejamos com a expressão "capturar", o verbo "capturar", utilizado desde o início da sua exposição, trazido por Julio, mas muito bem dito. Lamentavelmente, a gente tem que concordar que essa expressão foi bem posta. Nós temos que reagir, para que nós mostremos que não concordamos com esse flagelo que é a competitividade às avessas.

Então, eu lhe agradeço, Julio, mais uma vez. Sei dos seus inúmeros afazeres na Câmara, como igualmente os reconhecidos agradecimentos aos que se fizeram presentes, em nome do Ministério da Fazenda, do Ministério de Minas e Energia, Dr. Grognet, Abel, Guilherme, Dr. Mozart, e nós vamos fazer a nossa parte. Caberá junto à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, definitivamente.

Vou fazer esse apelo, um novo apelo ao Presidente Davi Alcolumbre, para que nós tenhamos a audiência pública que foi requerida, e legitimamente requerida por outros pares, mas que nós, enfim, tenhamos a oportunidade de fazer o enfrentamento deliberando sobre o PL 164, que é uma compilação de outras propostas anteriores, entre essas, a da inclita, insigne representante que foi nesta Casa Senatorial, a Senadora Ana Amélia.

Antes de encerrarmos, nós propomos aos nossos integrantes que dispensem a leitura e aprovemos a nossa ata, que será composta pela lista de presença e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Sem divergências.

Cumprida a finalidade, nós agradecemos a presença de todos, declarando encerrada esta reunião.

Muito grato!

Boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.)



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 18

REQ nº 00670/2023	Wellington Fagundes	RISF Art. 13	21/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00671/2023	Ana Paula Lobato	RISF Art. 13	21/11/2023 e 22/11/2023	Atividade parlamentar. Participar de reuniões e encontros com prefeitos, vereadores e outras lideranças políticas no estado do Maranhão.
REQ nº 00672/2023	Humberto Costa	RISF Art. 13	07/12/2023 e 08/12/2023	Atividade parlamentar.
	Humberto Costa	RISF Art. 13	30/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00673/2023	Irajá	RISF Art. 13	21/11/2023 e 22/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00674/2023	Irajá	RISF Art. 13	De 02/12/2023 a 09/12/2023	Atividade parlamentar. Participar da COP 28, a convite da Confederação Nacional da Indústria - CNI.
REQ nº 00675/2023	Fernando Dueire	RISF Art. 13	De 28/11/2023 a 30/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00683/2023	Plínio Valério	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar. Diligência externa em São Félix do Xingu (PA), no âmbito das CPI das ONG'S.
REQ nº 00685/2023	Daniella Ribeiro	RISF Art. 13	De 28/11/2023 a 30/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00686/2023	Otto Alencar	RISF Art. 13	28/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00687/2023	Dr. Hiran	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00689/2023	Giordano	RISF Art. 13	De 28/11/2023 a 30/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00690/2023	Nelsinho Trad	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar. Apresentação do painel "O tratamento dado aos consumidores de serviços aéreos" na 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira.
REQ nº 00691/2023	Styverson Valentim	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar. Diligência externa em São Félix do Xingu (PA), no âmbito das CPI das ONG'S.
REQ nº 00692/2023	Irajá	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00693/2023	Mara Gabrilli	RISF Art. 43, I	De 27/11/2023 a 01/12/2023	Licença saúde.
REQ nº 00694/2023	Marcio Bittar	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar. Diligência externa em São Félix do Xingu (PA), no âmbito da CPI das ONG's.
REQ nº 00695/2023	Veneziano Vital do Rêgo	RISF Art. 13	22/11/2023	Atividade parlamentar. Acompanhar a Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade.
REQ nº 00696/2023	Hamilton Mourão	RISF Art. 13	29/11/2023	Atividade parlamentar. Diligência externa em São Félix do Xingu (PA), no âmbito das CPI das ONG'S.



REQ
00670/2023

SENADO FEDERAL

SF/23265.55542-04 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 21/11/2023, a fim de realizar atividades políticas de interesse do Estado do Mato Grosso.

Sala das Reuniões, de de .

Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)

Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8462623498>

**REQ
00671/2023**

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

SF/23578.24546-63 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília (Distrito Federal), de 21/11/2023 a 22/11/2023, a fim de participar de reuniões e encontros com prefeitos, vereadores e outras lideranças políticas do estado do Maranhão em agendas marcadas com autoridades em diversos ministérios.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2023.

**Senadora Ana Paula Lobato
(PSB - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4901602745>



**REQ
00672/2023**

SF/23595.41914-55 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Rio de Janeiro e em São Paulo, em 30/11/2023 e de 07/12/2023 a 08/12/2023, a fim de perfazer traslados de Missão Oficial no exterior .

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2023.

Senador Humberto Costa
Senador

Assinado eletronicamente, por Sen. Humberto Costa

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3306835856>

REQ
00673/2023

SF/23573 41886-07 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 21/11/2023 a 22/11/2023.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2023.

Senador Irajá
(PSD - TO)

Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/593490-1590>

REQ
00674/2023

SF/23082.54562-72 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Dubai (EAU), de 02/12/2023 a 09/12/2023, a fim de participar da COP 28, conforme convite da Confederação Nacional da Indústria-CNI (em anexo).

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 02/12/2023 a 09/12/2023.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2023.

Senador Irajá
(PSD - TO)

Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9020752686>



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Carta nº 927/2023-Pres.

Brasília, 24 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: **Convite para acompanhar a delegação da indústria brasileira na COP28**

Senhor Senador,

Convido Vossa Excelência para acompanhar a delegação da indústria brasileira na 28ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP28), que ocorrerá de 30 de novembro a 12 de dezembro, na Expo City, em Dubai, Emirados Árabes Unidos. Durante esse período, ocorrerão as discussões mais relevantes do encontro, bem como as decisões dos países signatários do Acordo de Paris.

A COP28 tem como objetivo reunir os países para debater estratégias que visam acelerar os compromissos gerados no âmbito do Acordo de Paris, com foco no aumento da ambição climática. O evento reunirá líderes governamentais, executivos, especialistas e representantes da sociedade civil de todo o mundo.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), representante da indústria brasileira e membro-observador no encontro, organizará a maior delegação empresarial já levada a uma conferência de clima da ONU. Essa será também a oportunidade para lançar e divulgar amplamente o plano de descarbonização da indústria nacional.

As ações da CNI para a COP28 incluem a apresentação do posicionamento da indústria para os temas em discussão e a disseminação de resultados das ações relacionadas à estratégia de baixo carbono, que contém quatro pilares: transição energética, mercado de carbono, conservação florestal e bioeconomia, e economia circular.

Além disso, coordenaremos o pavilhão da indústria brasileira, na Blue Zone, onde serão realizados debates, *showcases* e painéis sobre financiamento, adaptação, mitigação, mercado global de carbono, transferência de tecnologia e outros temas da agenda de clima.

A CNI defende uma estratégia para o país que requer uma ação conjunta entre o governo e o setor privado para consolidar uma economia de baixo carbono. Estamos à disposição de Vossa Excelência para mais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente da CNI



CNI
Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá/
Nacional da da Indústria

SENAI
Serviço Nacional
de Aprendizagem Industrial

IEL
Instituto
Euvaldo Lodi

SBN Quadra 1 Bloco C
Ed. Roberto Simonsen
70040 903 Brasília DF

Tel (61) 3317 9001
www.portaldaindustria.com.br/CNI

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9020752686>

**REQ
00675/2023**

SENADO FEDERAL

SF/23213.63608-09 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 28/11/2023 a 30/11/2023.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2023.

**Senador Fernando Dueire
(MDB - PE)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Fernando Dueire

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4938415312>

**REQ
00683/2023**

SENADO FEDERAL

SF/23135.56669-74 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Felix do Xingu(Pará), em 29/11/2023, a fim de participar como Presidente da CPI das ONG'S, de diligência externa em São Félix do Xingu (PA), com o objetivo de verificar a interferência de organizações não governamentais na expulsão de cidadãos da Terra Indígena Apyterewa.

JUSTIFICAÇÃO

Todos têm acompanhado com preocupação a situação na Terra Indígena Apyterewa, localizada no município de São Félix do Xingu (PA). Atualmente, está em curso uma megaoperação, que envolve órgãos como Polícia Federal, Força Nacional, Ibama, entre outros, para expulsar cidadãos, incluindo idosos e crianças, de suas casas. A questão é bastante complexa e envolve muitas variáveis. Ao que consta, não se trata de invasores de terras. A suposta ilegalidade da presença daqueles cidadão na terra indígena está ligada até mesmo à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Como se não bastasse a problemática, chegou ao conhecimento deste Relator de que há a ativa participação de organizações não governamentais nessa celeuma. ONGs financiadas com dinheiro externo estariam agindo na região. Recente vídeo divulgado pelo Sr. Aldo Rebelo, que dispensa apresentações, traz essa gravíssima denúncia.



Assinado eletronicamente, por Sen. Plínio Valério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1180938077>

Desse modo, nos parece essencial que a CPI vá até a localidade para investigar a fundo as denúncias e possa verificar a participação de ONGs naquela localidade.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2023.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)



Assinado eletronicamente, por Sen. Plínio Valério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1180938077>.



REQ
00685/2023SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

SF/23205.61704-02 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 28/11/2023 a 30/11/2023.

Sala das Reuniões, de de .

Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)

Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5146824321>

**REQ
00686/2023**

SF/23152.35792-59 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 28/11/2023.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2023.

Senador Otto Alencar
(PSD - BA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2105624589>



**REQ
00687/2023**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

SF/23177.02612-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 29/11/2023, a fim de participar das tratativas para a resolução pacífica e amigável do conflito entre os países Venezuela e Guiana .

JUSTIFICAÇÃO

Ante a escalada de tensão entre a Venezuela e a Guiana, em relação à região do Essequibo, o Brasil, como país vizinho, deve estar alerta para a possibilidade de um conflito armado na região.

Um eventual combate entre esses dois países seria uma ameaça direta à segurança nacional do Brasil e à estabilidade de Roraima, estado brasileiro fronteiro com os dois países, que será diretamente afetado pelo aumento considerável do fluxo migratório (problema já enfrentado há anos pelo estado).

A tensão histórica existente entre a Venezuela e a Guiana sobre a rica região de Essequibo foi agravada em razão da descoberta de reservas de petróleo no referido local. A área reivindicada corresponde a 70% do território da Guiana, cerca de 159,5 mil quilômetros quadrados, que concentra as reservas de petróleo guianense estimada em 11 bilhões de barris.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8383016090>

Sendo esses os argumentos ora apresentados, é o que se requer.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2023.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8383016090>



REQ
00689/2023SENADO FEDERAL
Senador Giordano

SF/23492.36713-91 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 28/11/2023 a 30/11/2023.

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2023.

Senador Giordano
(MDB - SP)

Assinado eletronicamente, por Sen. Giordano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1176358246>

**REQ
00690/2023**

SENADO FEDERAL

SF/23809.09738-16 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Belo Horizonte (Minas Gerais), em 29/11/2023, a fim de participar da 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, em que estarei apresentando o painel “O tratamento dado aos consumidores de serviços aéreos”.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2023.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6653159788>

**REQ
00691/2023**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Styvenson Valentim

SF/23951.49110-20 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Félix do Xingu (PA), em 29/11/2023, a fim de participar de diligência externa da CPI das ONGs.

Sala das Reuniões, de de .

Senador Styvenson Valentim
(PODEMOS - RN)



Assinado eletronicamente, por Sen. Styvenson Valentim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3925638872>.

**REQ
00692/2023**

SF/23419.87777-43 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília (DF), em 29/11/2023.

Sala das Reuniões, 29 de novembro de 2023.

Senador Irajá
(PSD - TO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2283369079>



**REQ
00693/2023**

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

SF/23878.70157-61 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 27/11/2023 a 01/12/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2023.

Senadora Mara Gabrilli
(PSD - SP)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5037931045>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/23878.70157-61 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): MARA CRISTINA GABRILLI	PARTIDO: PSD	ESTADO: SP
-------------------------------------	--------------	------------

☒ **HOMOLOGADO**

☐ NÃO HOMOLOGADO

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 27 /11/ 2023 05 (Cinco) dias	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

BRUNO ANDRADE JESS- CRM-DF- 15019

Assinado eletronicamente

HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO- CRM-DF -14293

Assinado eletronicamente

CHARLES ANDRE CARVALHO- CRM-DF- 17363

Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

ATO DO PRESIDENTE NO 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

<input type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REJEITADO
<hr/>	
PRESIDENTE	
<hr/>	<hr/>
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
<hr/>	<hr/>
1º Secretário	2º Secretário
<hr/>	<hr/>
3º Secretário	4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5037931045>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4B5B8B31005A2365.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

REQ
00694/2023**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/23609.78483-26 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Félix do Xingu (PA), em 29/11/2023, a fim de realizar diligência externa da CPI das ONGs, com o objetivo de verificar a interferência de organizações não governamentais na expulsão de cidadãos da Terra Indígena Apyterewa.

Sala das Reuniões, 29 de novembro de 2023.

Senador Marcio Bittar
(UNIÃO - AC)

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1569420528>

REQ
00695/2023

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 22/11/2023, a fim de acompanhar a Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/889983.1108>



REQ
00696/2023

SENADO FEDERAL

SF/23025.13368-76 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para exercer representação a serviço da Casa, sem ônus para o Senado Federal, em São Felix do Xingu (PA), em 29/11/2023, a fim de realizar diligências pela CPI das ONGs na localidade informada cujo objetivo é a realização de uma nova perícia no território de "apyterewa", área considerada reserva indígena.

JUSTIFICAÇÃO

A ausência se justifica em face da necessidade de cumprimento de diligências, em nome da CPI das ONGs, na localidade de São Félix do Xingu (PA)

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2023.

Senador Hamilton Mourão
(REPUBLICANOS - RS)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7691260768>

RETIFICAÇÃO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 105, DE 5 DE JULHO DE 2022

À página 356, republique-se o Projeto de Lei nº 1869, de 2022:





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1869, DE 2022

Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

AUTORIA: Comissão de Meio Ambiente



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1869/2022 [1 de 14]



Altera as Leis nros.10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a existência de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos desenvolvidos em cinturões verdes; 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer medidas associadas à criação de cinturões verdes; e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a exigência de previsão de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano; permite o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima em projetos de agricultura de baixa emissão de carbono desenvolvidos em cinturões verdes; inclui a resiliência e a adaptação das cidades entre os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima; fixa a competência do poder público para criar cinturões verdes; inclui a indicação de áreas para implantação de cinturões verdes nos Zoneamentos Ecológico-Econômicos estaduais; determina a criação de linhas de ação específicas no programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente para o atendimento de proprietários e possuidores de imóveis rurais localizados nos cinturões verdes; e insere os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Art. 2º O art. 42-B da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42-B.

.....

VIII – delimitação de cinturão verde, nos termos do art. 3º, inciso XXVIII, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 5º da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

§ 4º



.....

XIV – projetos de agricultura familiar e de agricultura de baixa emissão de carbono desenvolvidos em cinturões verdes formalmente estabelecidos pelo poder público, nos termos do art. 3º, inciso XXVIII, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.” (NR)

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º**

.....

IX – à resiliência e à adaptação das cidades à mudança do clima.

§ 1º Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima estarão em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

§ 2º No cumprimento do disposto no inciso IX do *caput* deste artigo, a União incentivará a criação, por Estados e Municípios, dos cinturões verdes de que trata o art. 3º, inciso XXVIII, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Art. 5º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

.....

XXVIII – cinturão verde: área rural periurbana formalmente delimitada e instituída por ato do poder público, composta por imóveis de domínio público ou privado, com as finalidades de controlar a expansão da malha urbana sobre ambientes naturais e de combater e mitigar os efeitos da mudança do clima por meio do desenvolvimento da agricultura familiar e outras formas da agricultura de baixa emissão de carbono, de sistemas agroflorestais e de ações de preservação, conservação e recuperação da vegetação nativa e do meio ambiente, podendo conter unidades de conservação de qualquer categoria e outras áreas protegidas e circundar núcleos urbanos isolados ou regiões metropolitanas.

.....” (NR)

“**Art. 13.**

.....



§ 3º Os Zoneamentos Ecológico-Econômicos dos Estados indicarão as áreas para implantação dos cinturões verdes de que trata o inciso XXVIII do art. 3º desta Lei.

§ 4º Os Estados que possuírem Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado na data de entrada em vigor deste parágrafo terão prazo de 730 (setecentos e trinta) dias para adequá-lo ao disposto no § 3º deste artigo, contados da data de entrada em vigor deste parágrafo.” (NR)

“Art. 41.

§ 8º O programa a que se refere o *caput* deste artigo terá linhas de ação específicas para proprietários e possuidores de imóveis rurais localizados em cinturões verdes.” (NR)

“Art. 70.

IV – criar cinturões verdes, nos termos do inciso XXVIII do art. 3º desta Lei.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º Fica criado o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), no âmbito do órgão central do Sisnama, com o objetivo de efetivar a PNPSA relativamente ao pagamento desses serviços pela União, nas ações de manutenção, de recuperação ou de melhoria da cobertura vegetal nas áreas prioritárias para a conservação, de combate à fragmentação de *habitats*, de formação de corredores de biodiversidade e de cinturões verdes e de conservação dos recursos hídricos.

.....” (NR)

“Art. 7º

II - conservação de remanescentes vegetais em áreas urbanas e periurbanas e em cinturões verdes, de importância para a manutenção e a melhoria da qualidade do ar, dos recursos hídricos e do bem-estar da população e para a formação de corredores ecológicos;

.....” (NR)



“Art. 8º

.....

VIII – cinturões verdes, nos termos do inciso XXVIII do art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

.....” (NR)

“Art. 9º

.....

IV – os situados em cinturões verdes, nos termos do inciso XXVIII do art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

.....” (NR)

“Art. 15.

.....

V – avaliar a execução de projetos relativos aos convênios de que trata o art. 20 desta Lei.

.....” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta matéria é resultado de um longo e intenso debate do Fórum da Geração Ecológica, instituído no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, pelo Requerimento 15-2021/CMA. O Fórum foi composto por cinco grupos de trabalho, formados por entidades e representações de relevância no debate ambiental. Cada grupo de trabalho contribuiu com direcionamentos temáticos para a produção de um arcabouço legislativo, composto por peças legislativas específicas de cada grupo, da qual o presente documento faz parte.

A criação do Fórum se deu em meio a publicações de alta relevância do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, da sigla em inglês), quando foram apresentadas evidências de que as mudanças climáticas são efeitos diretos de ações antropogênicas. Também, esta iniciativa teve como objetivo buscar cumprir os dispositivos apresentados pelo Acordo de Paris, bem como contemplar direcionamento apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas, parceira desse processo, na busca do Big Push (ou Grande Impulso) para a sustentabilidade.

Este foi um passo inicial de um longo caminho que o Brasil deverá traçar para alcançar a Transição Ecológica em pauta de debates por todo mundo. Certos da necessidade da presente iniciativa, contamos com o apoio dos ilustres pares para aprovação e aprimoramento da proposta.



Cinturões verdes (a origem da expressão vem do inglês *green belts*) são considerados instrumentos eficazes de planejamento territorial para controlar os limites urbanos e conter sua expansão. Especialistas afirmam que os cinturões verdes ajudam a controlar o aumento populacional das cidades, promovem a conservação de áreas verdes e agricultáveis – essenciais para o abastecimento de alimentos na cidade, proteção de ecossistemas e de fontes de abastecimento de água –, proveem áreas de recreação, purificam o ar e aumentam a eficiência da infraestrutura ao restringir a expansão urbana.

Exemplos bem-sucedidos de cinturões verdes existem em Ottawa e Toronto, no Canadá, com funções de contenção de crescimento, proteção de áreas agriculturáveis e de ecossistemas, além de turismo e lazer. No Brasil, São Paulo criou a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, abrangendo diversos municípios e cujas funções são, entre outras, o turismo ecológico, a agricultura e o lazer. Na Coreia do Sul, destinam-se áreas de expansão urbana que contemplam campos agrícolas, proteção dos ecossistemas, segurança nacional e destinação de áreas de recreação.

Portanto, a necessidade de conter a expansão urbana, a criação de áreas de lazer e de turismo nos entornos das cidades, a conservação de ecossistemas nas áreas periurbanas que realizam funções de manutenção da biodiversidade, a expansão de corredores de espécies e o controle climático e de poluentes atmosféricos são fundamentos para a criação de cinturões verdes. O fomento à agricultura familiar também se encontra entre seus objetivos.

Os cinturões verdes são grandes absorvedores de dióxido de carbono e, portanto, essenciais no combate ao aquecimento global, atuando juntamente com as outras estratégias urbanas de controle de poluentes. Além disso, ao manter as cidades compactas e densas, esses espaços permitem melhor desempenho dos transportes coletivos, reduzindo a necessidade do uso do veículo individual, consequentemente diminuindo a liberação de gases de efeito estufa.

Enquanto no passado os cinturões verdes estavam mais associados com o suprimento de alimentos para as cidades de maneira menos onerosa do que o abastecimento a partir de fontes distantes, atualmente o conceito adquiriu uma importância maior na conservação ambiental, manutenção da vegetação nativa e como corredor de biodiversidade.

A importância de se buscar um aumento na implantação de cinturões verdes como geradores de alimentos e postos de trabalhos verdes, instrumentos de resiliência e adaptação das cidades frente à mudança do clima e como estratégia de conservação ambiental levou o Grupo de Trabalho “Cidades Sustentáveis” do Fórum da Geração Ecológica, criado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado, a sugerir a apresentação de proposição legislativa que pudesse favorecer seu desenvolvimento por meio de sua inclusão na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Por isso, elaboramos este Projeto de Lei que promove adaptações no Estatuto da Cidade, na lei de criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, na Política Nacional sobre Mudança do Clima, no Código Florestal e no Programa Federal



de Pagamento por Serviços Ambientais para viabilizar o incremento pretendido na implantação de cinturões verdes. As alterações que propomos estabelecem a criação dos cinturões como critério para as ampliações do perímetro urbano, viabilizam o financiamento para sua implantação, favorecem a articulação do planejamento territorial com a política climática, garantem incentivos para a atuação dos entes federativos nessa área, incluem os cinturões na legislação de proteção da vegetação nativa e explicitam a possibilidade de utilização do pagamento por serviços ambientais como instrumento de fomento a programas de apoio a atividades sustentáveis nas áreas periurbanas.

Dessarte, o presente projeto tem por orientação vir a dotar o Governo de instrumento efetivo para a instituição de cinturões verdes, contribuindo com a adaptação das cidades à mudança do clima e com a melhoria da qualidade ambiental para a população.

Sala das Sessões,

Comissão do Meio Ambiente
Senado Federal

[Relatório com o resultado do trabalho do Fórum da Geração Ecológica.](#)





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 15ª Reunião, Extraordinária, da CMA**Data:** 29 de junho de 2022 (quarta-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)			
Confúcio Moura (MDB)	Presente	1. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	2. Carlos Viana (PL)	
Margareth Buzetti (PP)		3. Eduardo Gomes (PL)	
Luis Carlos Heinze (PP)		4. VAGO	
Kátia Abreu (PP)		5. Esperidião Amin (PP)	Presente
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Izalci Lucas (PSDB)	
Rodrigo Cunha		2. Roberto Rocha (PTB)	
Lasier Martins (PODEMOS)		3. Styvenson Valentim (PODEMOS)	
Alvaro Dias (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)			
Carlos Fávaro		1. Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente
Otto Alencar (PSD)		2. Nelsinho Trad (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)			
Fabio Garcia (UNIÃO)	Presente	1. Maria do Carmo Alves (PP)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT)	
Telmário Mota (PROS)		2. Paulo Rocha (PT)	Presente
PDT/REDE (REDE, PDT)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
Fabiano Contarato (PT)	Presente	2. Leila Barros (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 15ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 29 de junho de 2022 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 148/2022/CMA

Brasília, 29 de junho de 2022

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Relatório do Fórum da Geração Ecológica e aprovação das minutas de proposições legislativas pela Comissão de Meio Ambiente

Senhor Presidente,

Por meio do Requerimento nº 15 de 2021-CMA, esta Comissão criou o Fórum da Geração Ecológica, composta por 42 membros voluntários da sociedade civil e instalado no dia 14 de junho de 2021.

Nos últimos doze meses, apoiados tecnicamente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Consultoria Legislativa do Senado Federal, eles se reuniram com a finalidade de debater cinco temáticas em cinco grupos de trabalho: 1. Bioeconomia; 2. Cidades Sustentáveis; 3. Economia Circular e Indústria; 4. Energia; e, 5. Proteção, Restauração e Uso da Terra.

Os resultados alcançados nesse período, que incluem diversas minutas de proposições legislativas, foram apresentados aos membros da Comissão de Meio de Ambiente durante a 15ª reunião, realizada nesta data, e submetidos à deliberação do colegiado.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-3284 – cma@senado.leg.br

Avulso do PL 1869/2022 [10 de 14]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C23339800046412A.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Destarte, nos termos do inciso VI, do art. 89, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que, conhecido o relatório, a Comissão votou pela aprovação das minutas e favoravelmente à apresentação ao Senado Federal de 26 Projetos de Lei, 4 Indicações e 2 Requerimentos de Informação que constam do relatório anexado ao processo do Requerimento nº 15 de 2021-CMA, relacionados e localizados a seguir.

RELATÓRIO FINAL – VOLUME II

GT BIOECONOMIA

1. Minuta de Projeto de Lei – Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB), pág. 11
2. Minuta de Indicação – Estrutura de governança da Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB), pág. 16
3. Minuta de Indicação – Reestruturação e Aprimoramento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, pág. 18
4. Minuta de Projeto de Lei – Acesso Diferenciado ao Crédito Rural, pág. 21
5. Minuta de Requerimento de Informações ao MMA sobre funcionamento de Comitês de Bacias Hidrográficas, pág. 23
6. Minuta de Requerimento de Informações ao MAPA – Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), pág. 25





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

GT CIDADES SUSTENTÁVEIS

1. Minuta Projeto de Lei – Cinturões Verdes, pág. 28
2. Minuta Projeto de Lei – Empregos verdes Urbanos e Rurais, pág. 31
3. Minuta Projeto de Lei – ampliação do alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, pág. 35
4. Minuta Projeto de Lei – Cofinanciamento Ambiental Municipal, pág. 39
5. Minuta Projeto de Lei – Educação Ambiental, pág. 42
6. Minuta Indicação – Atlas Socioambiental, pág. 44

GT ECONOMIA CIRCULAR E INDÚSTRIA

1. Minuta Projeto de Lei – Política Nacional de Economia Circular, pág. 47
2. Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei do Bem – Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica, pág. 53
3. Minuta Projeto de Lei – Regime Fiscal Verde, pág. 55
4. Minuta Indicação – ICMS ecológico, pág. 57
5. Minuta Projeto de lei – Desoneração de investimentos em bens de capital verdes, pág. 59





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

GT ENERGIA

1. Minuta – Política de Nacional do Hidrogênio Verde, pág. 62
2. Minuta – Política de Produção do Uso do Biogás, pág. 67
3. Minuta – Projeto de Lei – Fomento a Células de Combustível, pág.71

GT PROTEÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO DA TERRA

1. Minuta Projeto de Lei – Lei da Agrobiodiversidade e reconhecimento dos modos de vida camponês e de povos e comunidades tradicionais e de sua produção de alimentos como instrumento de combate à emergência climática, pág. 77
2. Minuta Projeto de Lei – Novas Regras para Rastreabilidade Ambiental, Social e Sanitária de Produtos de Cadeias Produtivas da Agropecuária, pág. 83
3. Minuta de Projeto de Lei – Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, pág. 90
4. Minuta de Projeto de Lei – Linhas de pesquisa apropriadas para o segmento AFPCT, incluindo as tecnologias sociais, pág. 93
5. Minuta de Projeto de Lei – Linhas de crédito para AFCPCT para produção, agroindustrialização e comercialização, pág. 95
6. Minuta de Projeto de Lei – Seguro Agrícola para efeitos das mudanças climáticas, pág. 98





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

7. Minuta de Projeto de Lei – Fonte de financiamento para ATER CIDE-PNATER), pág. 100
8. Minuta de Projeto de Lei – Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) com garantia de acesso à AFCPCT, pág. 103
9. Minuta de Projeto de Lei – Sistema de Integração de Cadastros Ambiental, Fundiário e Tributário, pág. 105
10. Minuta Projeto de Lei – Cumprimento da função social da propriedade rural, no que corresponde à legislação ambiental, pág. 108
11. Minuta Projeto de Lei – Imposto Territorial Rural (ITR) que considere legislação ambiental, pág. 110
12. Minuta de Projeto de Lei – Democratização do acesso à água, pág. 112

Solicito, portanto, a autuação e início de tramitação de cada uma dessas importantes proposições legislativas de autoria da Comissão de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

SENADOR JAQUES WAGNER
Presidente da Comissão de Meio Ambiente
(documento assinado eletronicamente)



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-3284 – cma@senado.leg.br

Avulso do PL 1869/2022 [14 de 14]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C23339800046412A.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 29728096005A8A59.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 30 MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-7 / PDT-3 PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28 PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG

Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13 PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10 PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	30
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PDT-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)
Fernando Dueire* (MDB-PE)
Fernando Farias** (MDB-AL)

Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (MDB-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PSDB-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luís Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)
Marcos Rogério* (PL-RO)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
Margareth Buzetti* (PSD-MT)
Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)

Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Romário** (PL-RJ)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Wellington Fagundes** (PL-MT)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Moraes** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 30</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36)</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p>Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (28)</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (50)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (51)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (53) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (49)</p> <p>Líder do PL - 12 Carlos Portinho (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38) Augusta Brito (51)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (16)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41) Vice-Líder Jussara Lima (47)</p>

- Notas:**
- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
 - Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Oriovisto Guimarães** foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).



10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG) .
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
50. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
51. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).
52. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
53. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
54. Em 21/11/2023, a Senadora Margareth Buzetti foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

Finalidade: destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾

Instalação: 28/11/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(1,3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,3)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. VAGO ^(1,2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
2. Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
3. Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
4. Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Marco Aurélio Belizze ⁽¹⁾

RELATOR: Flavio Tartuce ⁽¹⁾

RELATORA: Rosa Maria de Andrade Nery ⁽¹⁾

Instalação: 04/09/2023

MEMBROS

Luis Felipe Salomão ⁽²⁾
Marco Aurélio Belizze ⁽²⁾
Flavio Tartuce ⁽²⁾
Rosa Maria de Andrade Nery ⁽²⁾
Marco Buzzi ⁽²⁾
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues ⁽²⁾
Cesar Asfor Rocha ⁽²⁾
João Otávio de Noronha ⁽²⁾
Angelica Lucia Carlini ⁽²⁾
Carlos Eduardo Elias de Oliveira ⁽²⁾
Claudia Lima Marques ⁽²⁾
Daniel Carnio ⁽²⁾
Edvaldo Brito ⁽²⁾
Flavio Galdino ⁽²⁾
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka ⁽²⁾
Gustavo José Mendes Tepedino ⁽²⁾
José Fernando Simão ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)
Laura Porto ⁽²⁾
Marcelo de Oliveira Milagres ⁽²⁾
Marco Aurélio Bezerra de Melo ⁽²⁾
Marcus Vinicius Furtado Coêlho ⁽²⁾
Mario Luiz Delgado Régis ⁽²⁾
Maria Berenice Dias ⁽²⁾
Moacyr Lobato de Campos Filho ⁽²⁾
Nelson Rosenvald ⁽²⁾
Pablo Stolze Gagliano ⁽²⁾
Patrícia Carrijo ⁽²⁾
Paula Andrea Forgioni ⁽²⁾
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch ⁽²⁾
Ricardo Campos ⁽²⁾
Rolf Madaleno ⁽²⁾
Rogério Marrone Castro Sampaio ⁽²⁾
Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho ⁽²⁾
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk ⁽³⁾
Laura Schertel Mendes ⁽³⁾
Maria Cristina Paiva Santiago ⁽⁴⁾

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Estela Aranha (4)

Notas:

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: codcivil@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

Prazo final: 23/10/2023

Prazo final prorrogado: 19/12/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(3,5,13)

Notas:

1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).
7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM).
8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).
10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).
12. Em 22.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 131/2023-BLDEM).
13. Em 24.10.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 56/2023-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpionsg@senado.leg.br



2)CPI DA BRASKEM

Finalidade: investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

Requerimento nº 952, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(2,26,29)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,25,31)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(4,15,19,30)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(18,20)	10. ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,17,23,24,27,28)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,22,32)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi

Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDM).

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDM).

20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDM).

21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDM).

22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG).

23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).

24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG).

25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDM).

26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM).

27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG).

28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG).

29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM).

30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDM).

31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM).

32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,14,15,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLID/BLALIAN).
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG).
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLID/BLALIAN).
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM).
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
4. Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS).
5. Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,27,29,30,37,50,55)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(2,27,29,50,55)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8,30,37)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8,30,41)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,38,40)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8,38,40)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(17,18,30,39,41,51,52,53)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(3,36,42)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(3,56)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,21,26,33,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM).
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM).
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ).
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLI-BLALIAN).
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM).
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM).
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM).
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM).
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM).
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM).
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN).
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM).
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM).
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM).
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM).
38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa a suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB).



39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM).
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM).
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM).
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLREDEM).
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG).
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM).
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG).
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLREDEM).
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM).
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLREDEM).
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLREDEM).
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM).
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM).
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM).
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLID/BLALIAN).
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM).
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,16,19,20)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(17,18,21)	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(17,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG).
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG).
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO
BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,16)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(11,16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. n° 155/2023-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).
9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLREDEM).
11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).
12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM).
13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,19,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,15,17,18)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).

5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).

8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).

11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).

12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).

13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,16,17)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,12,15)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,18)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDEM).

14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM).

15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG).

16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).

17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
8. Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG).
9. Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM).
10. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM).
11. Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM).
12. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM).
13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,23)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. VAGO ^(3,5,15,22)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,20,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).
9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM).
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG).
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG).
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG).
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM).
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM).
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. VAGO ^(10,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,12)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPP).
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).
12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG).
13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).

Secretário(a): Leomar Diniz**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** cct@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽²⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁵⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁶⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁶⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁸⁾

Notas:

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).
- Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,29,30)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,26)	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(2,26)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,16,27,28)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG).
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG).
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM).
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM).
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM).
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM).
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM).
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM).
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM).
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM).
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLREDEM).
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG).
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM).
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾	2.
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	3.
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor a Comissão (Of. 200/2023-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS
AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁷⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁷⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁸⁾	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁰⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁸⁾	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁸⁾	6. VAGO ^(16,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(1,23,24)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	6. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁶⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(2,17)	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(12,17,21)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLI/BLALIAN).

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM).
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM).
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG).
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM).
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(10,13,17,18)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(8,14,16)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).

15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM).

16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN).

17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).

18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009
- 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



10) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



14) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

